

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS – POSLIT

RICARDO JOSÉ DOS SANTOS NETO

Capão pecado e Via Ápia: interfaces da crítica social e do teor testemunhal na literatura marginal-periférica

Belo Horizonte
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS – POSLIT

Capão pecado e Via Ápia: interfaces da crítica social e do teor testemunhal na literatura marginal-periférica

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor. Área de concentração: Literatura Brasileira. Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Rogério Cordeiro Fernandes

Belo Horizonte
2025

F387c.Ys-c Santos Neto, Ricardo José dos.
Capão Redondo e Via Ápia [manuscrito] : interfaces da crítica social e do teor testemunhal na literatura marginal-periférica / Ricardo José dos Santos Neto. – 2025.
1 recurso online (293 f.) : pdf.
Orientador: Marcos Rogério Cordeiro Fernandes.
Área de concentração: Literatura Brasileira.
Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.
Bibliografia: f. 281-293.
Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ferréz, 1975- – Capão pecado – Crítica e interpretação – Teses.
2. Martins, Geovani, 1991- – Via Ápia – Crítica e interpretação – Teses.
3. Ficção brasileira – História e crítica – Teses.
4. Literatura marginal – Brasil – História e crítica – Teses.
5. Literatura e sociedade – Brasil – Teses.
6. Marginalizados na literatura – Teses.
7. Violência na literatura – Teses.
8. Trabalho na literatura – Teses.
- I. Fernandes, Marcos Rogério Cordeiro. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : B869.342



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese intitulada *Copão pecado e Via Ápia: interfaces da crítica social e do teor testemunhal na literatura marginal-periférica*, de autoria do Doutorando RICARDO JOSÉ DOS SANTOS NETO, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras: Estudos Literários.

Área de Concentração: Literatura Brasileira/Doutorado

Linha de Pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural

Aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Marcos Rogério Cordeiro Fernandes (POS/LIT/FALE/UFMG) - Orientador

Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen (POS/LIT/FALE/UFMG)

Profa. Dra. Maria Zilda Ferreira Cury (POS/LIT/FALE/UFMG)

Profa. Dra. Carolina Serra Azul Guimarães (FALE/UFMG)

Prof. Dr. Alex Alves Fogal (CEFET/MG)

Prof. Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira (CEFET/MG)

Belo Horizonte, 30 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zilda Ferreira Cury, Professora do Magistério Superior**, em 03/11/2025, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elcio Loureiro Cornelsen, Professor do Magistério Superior**, em 03/11/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 03/11/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alex Alves Fogal, Usuário Externo**, em 03/11/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério Cordeiro Fernandes, Professor(a)**, em 04/11/2025, às 06:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Serra Azul Guimaraes, Professora do Magistério Superior**, em 05/11/2025, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4665019** e o código CRC **A6D0267F**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao professor Dr. Marcos Rogério Cordeiro Fernandes, cuja orientação foi imprescindível. Sua generosidade, disponibilidade e, sobretudo, seus comentários e intervenções sempre precisos e pertinentes foram fundamentais para a construção desta tese.

Agradeço aos membros da banca avaliadora, professor Dr. Alex Alves Fogal (CEFET-MG), professora Dra. Carolina Serra Azul Guimarães (UFMG), professor Dr. Elcio Loureiro Cornelsen (UFMG), professor Dr. Luiz Henrique Silva de Oliveira (CEFET-MG) e professora Dra. Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG), bem como aos suplentes, professor Dr. Daniel Reizinger Bonomo (UFMG) e professor Dr. Luís Alberto Nogueira Alves (UFRJ), pela leitura criteriosa e pela atenção dedicada a este trabalho.

Expresso minha gratidão aos meus pais, Elenice Sanguinete e Fernando Santos. Mesmo sem compreenderem a importância e relevância do doutoramento, sempre me incentivaram e apoiaram.

À minha companheira, Paloma Figueiredo Santos, meu mais sincero agradecimento por sua presença constante, força e paciência, por me ouvir nos momentos difíceis e estar ao meu lado nas incertezas. E também à nossa pequena grande família, nossos quatro bichanos — Adamastor, Mia, Bela e Odara —, que nos oferecem diariamente alegria, afeto e a beleza da simplicidade contida em seus gestos espontâneos de carinho.

Aos amigos da Faculdade de Letras, Evandro Batista Siqueira e Felipe Diógenes, agradeço pela parceria, pelas conversas sempre acolhedoras e por me ajudarem a atravessar os momentos em que tive que lidar com a síndrome do impostor.

Agradeço ao meu grande amigo Alessandro Araújo, pelas intensas discussões intelectuais, pelas conversas triviais, pelas ideias malucas e viajadas em que acabamos sempre esbarrando. Agradeço também aos grandes amigos Paulo Andrade e Washington Fernandes, pelas risadas e pelas incontáveis “zueiras” que ajudaram a tornar esse percurso mais leve. Companheiros de sofrimento com o Galo, são também parceiros de conversas que passam com naturalidade por diversos temas improváveis, indo do futebol às aranhas gigantes australianas e aterrissando, sem escalas, na ideia de viagem no tempo.

RESUMO

A literatura marginal-periférica, enquanto expressão estética voltada à representação das periferias, constitui-se como espaço de contestação. Nesse horizonte, a presente tese, ao analisar os romances *Capão pecado* (Ferréz, 2000) e *Via Ápia* (Geovani Martins, 2022), argumenta que tais narrativas permitem a leitura crítica da colonialidade contemporânea ao tratarem de temas como o racismo, a pobreza, o trabalho precarizado e a violência administrada pelo Estado. Esta pesquisa investiga a persistência e rearticulação das estruturas coloniais na formação social brasileira, demonstrando como tais elementos não foram superadas pela transição ao capitalismo, mas adaptados à lógica da acumulação e do controle social. A herança da escravidão e da hierarquia racial perpetuou-se em novas formas de exploração, aprofundando vínculos entre racialização, exclusão e precariedade dentro deste modelo econômico. Tal dinâmica, naturalizada no imaginário social, manifesta-se tanto na desigualdade material quanto nos campos simbólico e do saber. Fundamentada em uma perspectiva sociocrítica, a análise articula conteúdo literário e condições históricas, mobilizando, dentre outros, teóricos como Aníbal Quijano (colonialidade do poder), Slavoj Žižek (repetição como farsa) e Achille Mbembe (necropolítica). Argumenta-se que o Brasil reencena traços coloniais adaptados às exigências do capitalismo periférico. A estrutura da tese, organizada em cinco capítulos, explora dimensões interligadas: distingue a literatura marginal-periférica contemporânea da poesia marginal dos anos 1970; analisa os romances selecionados sob a perspectiva do testemunho literário, na medida em que denunciam o trauma histórico da colonização; examina o trabalho como eixo de exclusão racializada; e decifra a violência direta como manifestação da violência estrutural, articulada à necropolítica. Conclui-se que essas obras transcendem a denúncia social, configurando-se como elaboração estética de um mal-estar estrutural. Sua potência reside na formalização literária da experiência concreta da opressão, desvelando a tragédia brasileira mascarada por discursos de progresso.

Palavras-chave: literatura marginal-periférica; *Capão pecado*; *Via Ápia*; colonialidade; capitalismo periférico; violência estrutural; teor testemunhal.

ABSTRACT

Marginal-peripheral literature, as an aesthetic expression focused on the representation of the peripheries, constitutes a space for contestation. Within this framework, this thesis, by analyzing the novels *Capão pecado* (Ferréz, 2000) and *Via Ápia* (Geovani Martins, 2022), argues that such narratives enable a critical reading of contemporary coloniality by highlighting themes such as racism, poverty, precarious labor, and state-administered violence. This research investigates the persistence and rearticulation of colonial structures in Brazilian social formation, demonstrating how these elements were not overcome by the transition to capitalism, but were adapted to the logic of accumulation and social control. The legacy of slavery and racial hierarchy was perpetuated in new forms of exploitation, deepening the links between racialization, exclusion, and precarity within this economic model. Such dynamics, naturalized in the social imaginary, manifests itself both in material inequality and in both symbolic and knowledge domains. Grounded in a social-critical perspective, the analysis articulates literary content and historical conditions, mobilizing theorists such as Aníbal Quijano (coloniality of power), Slavoj Žižek (repetition as farce), and Achille Mbembe (necropolitics). It argues that Brazil reenacts colonial traits—such as the racialization of labor and the criminalization of poverty—adapted to the demands of peripheral capitalism. This thesis, organized into five chapters, explores interconnected dimensions: it distinguishes contemporary marginal-peripheral literature from the marginal poetry of the 1970s; it analyzes the selected works from the perspective of literary testimony, as they denounce the historical trauma of colonization; it examines labor as an axis of racialized exclusion; and it deciphers direct violence as a manifestation of structural violence, articulated with necropolitics. It concludes by stating that these works transcend social denunciation, configuring themselves as aesthetic elaborations of a structural malaise. Its power lies in the literary formalization of the concrete experience of oppression, revealing the Brazilian tragedy masked by discourses of progress.

Keywords: peripheral-marginal literature; *Capão pecado*; *Via Ápia*; coloniality; peripheral capitalism; structural violence; testimonial theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
DESDOBRAMENTOS DA POESIA MARGINAL BRASILEIRA NOS ANOS 1970	20
A ascensão da Geração do Mimeógrafo	20
O verso como alternativa à repressão	29
A poesia marginal e a contracultura pelo ponto de vista crítico	36
Entre a liberdade e a alienação	42
CAPÍTULO 2	
A CONSTRUÇÃO DE UMA LITERATURA MARGINAL-PERIFÉRICA	47
A literatura marginal como reflexo da crise social no Brasil dos anos 1990: algumas considerações a partir de <i>Capão pecado</i>	47
A construção de uma “expressão marginal”: a revista <i>Literatura Marginal – a Cultura da Periferia</i> como marco inicial da literatura marginal-periférica	53
Por uma estética marginal-periférica	73
A literatura marginal-periférica e o paradoxo da vulnerabilidade social como mercadoria	87
CAPÍTULO 3	
ESCREVENDO O TRAUMA	98
Trauma histórico – <i>Capão pecado e Via Ápia</i> como narrativas de teor testemunhal	98
A lógica colonial na estrutura social brasileira — alguns fatores para se repensar as limitações conceituais sobre testemunho	115
Da tragédia colonial à farsa neoliberal: a reatualização das estruturas de dominação no presente	138
CAPÍTULO 4	
O TRABALHO COMO MARCA DA EXCLUSÃO	147
O trabalho como eixo narrativo nas periferias	147
Às sombras da servidão: a repetição de papéis subalternos e as raízes da exploração no trabalho doméstico	193
Algumas relações entre trabalho e vida familiar	199
CAPÍTULO 5	
A VIOLÊNCIA DIRETA COMO MANIFESTAÇÃO DA TRAGÉDIA BRASILEIRA	205
O desafio da não sensacionalização da violência – aspectos da violência estrutural e suas dimensões literárias em <i>Capão pecado e Via Ápia</i>	205
A racionalidade aplicada ao gerenciamento da vida na fase atual do capital	210
A violência gerenciada pelo Estado em <i>Via Ápia</i>	219
Burgos e a manifestação da violência estrutural em <i>Capão pecado</i>	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS	281

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce da constatação de que as estruturas coloniais que alicerçaram a formação social brasileira não apenas sobreviveram à transição para o capitalismo moderno, mas foram continuamente adaptadas, reencenadas e incorporadas à lógica da acumulação e do controle social. Ao longo da história do país, a herança da escravidão e da hierarquia racial não foi superada, uma vez que foi absorvida em novas formas de exploração e dominação. A modernidade brasileira, assim, passou muito distante de romper com os pilares coloniais, e acabou por aprofundar e funcionalizar os vínculos entre racialização, exclusão e precariedade dentro do modelo de capitalismo incipiente que se desenvolvia no país. Tais vínculos, que se fazem visíveis tanto nos dados objetivos da desigualdade quanto nas formas simbólicas e culturais por meio das quais essas estruturas são narradas, demonstram a naturalização com que esses processos são assimilados pelo corpo social, pois, na maioria das vezes, passam despercebidos.

É nesse cenário que se inscreve a literatura marginal-periférica, cujas narrativas, para além de descrevem os territórios periféricos, inscrevem-nos como espaços simbólicos de resistência, memória e denúncia. Ao se colocar a tarefa de escutar as enunciações que emergem desses textos, especialmente em obras como *Capão pecado*, de Ferréz, e *Via Ápia*, de Geovani Martins, esta tese parte da hipótese de que tais narrativas performam uma crítica à continuidade das formas coloniais no Brasil contemporâneo. Essa crítica se dá não apenas no nível temático — ao tratar do racismo, da pobreza, da violência estatal —, mas também no modo como essas obras se posicionam dentro do campo literário.

Mais do que uma literatura de denúncia, trata-se aqui de uma literatura que se apresenta como “elaboração estética” de um mal-estar estrutural. Ferréz e Geovani Martins não escrevem apenas sobre a periferia: escrevem *desde* a periferia, mobilizando um vocabulário e uma organização narrativa que desafiam os modos hegemônicos de representar o outro subalternizado. A potência dessas obras não reside em uma suposta “autenticidade”, mas na forma como constroem o mundo narrado a partir de experiências concretas, atravessadas por uma violência que é, ao mesmo tempo, histórica, política, material, cultural e existencial. São romances que não romantizam a exclusão, tampouco a tratam com distanciamento sociológico. O que se lê em suas páginas é o esforço de dar

forma — ainda que fragmentada, ainda que com falhas e ruídos — à tragédia nacional que se mascara e se disfarça com a ideia de progresso ou da atual inclusão liberal.

Nesse sentido, a noção de reencenação torna-se central para a leitura proposta aqui. Ao longo deste trabalho, a ideia de que o Brasil contemporâneo reencena, em chave atualizada, os traços fundamentais da colonização — a racialização das classes sociais e do trabalho, a criminalização da pobreza, a naturalização da violência contra os corpos negros — será articulada a partir da leitura dos romances e do aporte teórico de autores como Walter Benjamin, Clóvis Moura e Slavoj Žižek. Como nos lembra este último, muitas vezes o retorno do passado não se dá como repetição cega, mas como farsa degradada, um espelhamento cínico da tragédia original. No caso brasileiro, essa farsa é particularmente cruel, não somente porque disfarça o passado, mas porque o reproduz com novos artifícios, adaptado às exigências de um capitalismo periférico que extrai lucro do sofrimento e transforma a precariedade em modelo de gestão social.

A opção por analisar *Capão pecado* e *Via Ápia* fundamenta-se tanto na forma como essas obras elaboram a representação do espaço marginalizado no cenário contemporâneo quanto em seu potencial de oferecer uma leitura crítica dos problemas que atravessam alguns setores da sociedade brasileira. *Capão pecado*, lançado em 2000, marcou a entrada contundente de uma enunciação periférica no romance brasileiro, propondo uma narrativa urbana que rompe com as idealizações da periferia e com olhares tutelados. Já *Via Ápia*, publicado mais de duas décadas depois, atualiza a linguagem e os dilemas da literatura das periferias, evidenciando como, mesmo diante de novas formas de visibilidade e acesso, as estruturas de opressão permanecem. Ambos os romances compartilham o gesto de recusar a invisibilidade; porém, fazem-no de maneiras distintas. Ferréz constrói uma narrativa com personagens marcados pelo destino trágico, enquanto Geovani Martins experimenta uma prosa que não se dilui na urgência do tema de que trata, apresentando os temas de maneira mais esparsa, sugerindo um espaço em ruína, e personagens mais desenvolvidos quando comparados aos do escritor paulistano.

Essa diferença entre os romances também orienta a estrutura desta tese, que, embora trate de obras inseridas em uma mesma temática, opta por analisá-las de forma fragmentada. Isso se deve ao fato de que, apesar de abordarem situações aparentemente semelhantes e moldadas por contextos análogos, cada uma delas apresenta particularidades que as distinguem de forma significativa. De mais a mais, optou-se por uma divisão em cinco capítulos como forma de respeitar a complexidade dos temas abordados, decisão que permite uma leitura em camadas, que não exige do leitor uma

adesão imediata a um fio argumentativo único. Cada capítulo trabalha um eixo específico que, embora autônomo, dialoga com os demais. Trata-se de uma estratégia deliberada, pensada para evitar a redução do nosso objeto a um simples instrumento de denúncia social. A fragmentação dos temas, em especial dos elementos críticos que avaliam os romances, ou de algumas repetições, aqui não é sinal de dispersão, mas de cuidado analítico. A intenção é abordar separadamente as dimensões da exclusão, do testemunho, do trabalho e da violência, em busca de se respeitar a densidade e a pluralidade de sentidos que os romances mobilizam. Em decorrência dessa estrutura, no ponto de vista crítico literário, abordamos fracionadamente tais argumentos, de modo que não irão aparecer estruturados em um único trecho, ou capítulo. O intuito é pulverizar esses elementos para que eles sejam contrapostos com os diversos níveis dos romances e das discussões teóricas.

Outra escolha importante diz respeito ao uso das notas de rodapé, que aqui ultrapassam a função de mera referência técnica. Em muitos momentos, as notas funcionam como espaços de escavação teórica, de diálogo com outras obras, de ensaio lateral. Essa escolha responde a uma necessidade metodológica, pois nem todos os debates que atravessam a tese caberiam no corpo central do texto sem comprometer a fluidez da argumentação. Ao mesmo tempo, muitos desses diálogos são fundamentais para o entendimento das hipóteses desenvolvidas. Assim, o leitor é convidado a decidir o quanto deseja se aprofundar em cada questão. Trata-se de uma escrita que aposta na complexidade, mas que não impõe ao leitor um único caminho de leitura.

A perspectiva teórica que sustenta o trabalho busca uma abordagem que intenciona articular o conteúdo literário às condições sociais, materiais e históricas de sua produção. Essa escolha se justifica pela centralidade que as categorias relações de classe, trabalho, exploração, economia, processualidade histórica e ideologia ocupam nas obras analisadas, ainda que nem sempre de forma explícita. A essas categorias se somam outras, igualmente decisivas, como raça, território, linguagem e memória. Para essas análises, destacam-se autores como Ricardo Antunes, Florestan Fernandes, Clóvis Moura, Aníbal Quijano, Frantz Fanon, Silvio Almeida, Achille Mbembe, Christian Dunker, Marilena Chauí, Marielle Franco, Leomir Hilário, Lilia Moritz Schwarcz, Slavoj Žižek e Lúcio Kowarick, que oferecem subsídios teóricos para a análise da formação histórico-social e econômica do Brasil, das permanências do colonialismo e das dinâmicas do capitalismo periférico, bem como das múltiplas expressões da violência e das desigualdades no contexto brasileiro. No campo da crítica literária, as contribuições de Antonio Candido,

Márcio Seligmann-Silva, Tânia Pellegrini, Terry Eagleton e Raymond Williams assumem papel decisivo na formulação de uma abordagem crítica da literatura, permitindo articular aspectos estéticos, sociais e políticos das obras analisadas, especialmente em suas dimensões testemunhais e na relação entre forma literária e condições materiais de produção.

Podemos considerar que *este trabalho se divide em duas partes*, haja vista que os dois primeiros capítulos surgem da necessidade de analisar as questões conceituais e históricas relacionadas à noção de “literatura marginal”, propondo uma inflexão teórica que permita delinear e justificar o uso do conceito de literatura marginal atual. Traçamos um panorama crítico da chamada poesia marginal dos anos 1970, com o objetivo de estabelecer uma distinção clara entre esse fenômeno e aquilo que compreendemos como literatura marginal-periférica, que nasce da ideia de uma literatura marginal contemporânea — termos que serão conceituados de forma rigorosa ao longo do texto, acompanhados das devidas justificativas que os fundamentam. Embora a poesia marginal tenha sido frequentemente associada, por diversos pesquisadores — inclusive por nós em nossa dissertação de mestrado —, às manifestações literárias oriundas das periferias, demonstramos nesta tese que tal aproximação é conceitualmente imprecisa e historicamente equivocada.

Tendo em vista tais pressupostos, o primeiro capítulo, “Desdobramentos da poesia marginal brasileira nos anos 1970”, revisita a chamada poesia marginal, relacionando seu surgimento às condições de repressão política da ditadura militar e às experiências alternativas de produção cultural — a chamada Geração do Mimeógrafo, formada por poetas que, diante da censura e da repressão impostas pelos militares, buscou meios alternativos e autônomos de difusão de sua produção literária. A análise proposta considera os múltiplos olhares da crítica literária sobre o fenômeno. De um lado, há quem reconheça na poesia marginal uma forma legítima de resistência, ainda que fragmentária, à ordem autoritária. Sob essa perspectiva, trata-se de uma expressão que, mesmo sem se organizar como movimento coeso, conseguiu afirmar alguma dissonância em meio ao silêncio imposto pelo regime, utilizando os recursos possíveis para manter viva a circulação da palavra e do pensamento, ainda que em tonalidades subjetivas e indiretas. De outro lado, há uma leitura crítica mais severa, que enxerga na poesia marginal não uma resposta articulada à ditadura, mas uma expressão escapista, marcada por um subjetivismo que esvaziaria sua potência política. Nessa chave interpretativa, o que aponta como marginal não seria tanto uma posição crítica em relação ao centro do poder,

mas antes uma forma de evasão, descolada das contradições estruturais do país e alheia às formas mais concretas de enfrentamento à repressão estatal.

Ao explorar essas interpretações divergentes, o capítulo propõe uma reflexão sobre a ambiguidade constitutiva da poesia marginal, marcada pelo conflito entre o anseio por liberdade e os limites impostos por sua inserção histórica. Busca-se, assim, problematizar os sentidos atribuídos à sua “marginalidade”, ora entendida como forma de resistência cultural e política, ora como espaço em que se reproduzem, ainda que de modo involuntário, traços de alienação e despolitização que enfraquecem seu potencial de resistência. Para isso, será importante considerar também o pano de fundo da contracultura e suas ressonâncias no Brasil, bem como as formas pelas quais essa produção poética se inscreveu no campo literário e foi posteriormente reinterpretada. A partir desses eixos, o capítulo busca compreender não apenas as formas de produção e circulação da poesia marginal, mas também os embates em torno de sua legitimidade, seu alcance e suas contradições. Ao final, pretende-se oferecer uma leitura que reconheça a complexidade desse fenômeno, suas potências e seus limites, evitando tanto excessos interpretativos quanto a desqualificação sumária desse momento singular da história literária brasileira.

O segundo capítulo, intitulado “A construção de uma literatura marginal-periférica”, por sua vez, dedica-se a analisar o deslocamento conceitual do termo “literatura marginal”, observando como ele passa a ser ressignificado para designar a produção literária e cultural de sujeitos marginalizados em razão de sua condição socioeconômica e dos processos de exclusão que os mantêm fora dos circuitos hegemônicos das artes e da cultura. Trata-se de compreender como tais produções, frequentemente desvalorizadas ou ignoradas pelos critérios estéticos dominantes, reivindicam legitimidade e reconhecimento a partir de seus próprios lugares de enunciação. Aqui, tem-se como objetivo discutir o processo de constituição da expressão literatura marginal enquanto fenômeno literário, político e cultural, surgido no bojo das transformações sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990. Toma-se como ponto de partida o romance de estreia de Ferréz, *Capão pecado*, cuja publicação, no ano 2000, inaugura uma nova forma de narrar o contexto das periferias brasileiras a partir de suas próprias experiências e códigos culturais, sendo estes manifestados a partir da ficção. Na esteira dessa produção, a organização da revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, publicada pela *Caros Amigos* em 2001, consolidará o termo “literatura marginal” em sua nova acepção, ampliando sua abrangência e projetando essa produção

literária para o cenário nacional. Mais do que um marco editorial, a revista inaugura um espaço coletivo de afirmação e visibilidade para escritores e escritoras oriundos de contextos historicamente marginalizados, publicando textos de múltiplos gêneros e estilos. Ao reunir essas produções sob o rótulo de “literatura marginal”, a revista contribui para o reconhecimento de uma nova expressão literária construída às margens do sistema cultural hegemônico.

A leitura crítica de alguns textos da coletânea e dos contextos de produção permite evidenciar as diferenças fundamentais entre a expressão literatura marginal, que se desenha na primeira década do século XXI, e a poesia marginal dos anos 1970, muitas vezes confundidas ou tratadas de forma indistinta. Nesse sentido, a expressão “literatura marginal” sofre uma ressignificação decisiva. Se outrora o termo era utilizado de forma pejorativa, para designar produções consideradas à margem da “boa literatura” — textos vistos como mal escritos, esteticamente empobrecidos ou fora dos cânones consagrados —, agora ele é reivindicado como bandeira de resistência. O termo “marginal” passa a expressar não um déficit de qualidade, mas uma posição diante da exclusão cultural e das hierarquias do campo literário. A partir da análise dos manifestos “Terrorismo Literário” e “Antropofagia Periférica”, o capítulo apresenta uma proposta de literatura marginal-periférica como uma expressão que articula contestação e reivindicação de condições que permitam a sujeitos periféricos, marginalizados por sua condição social e econômica usarem a literatura como meio de protesto. Esses textos se configuram como reivindicação de um espaço autônomo para a produção literária das periferias, ao mesmo tempo que revelam as contradições e os desafios internos desse projeto.

Por fim, o capítulo discute criticamente os riscos que acompanham o reconhecimento e a circulação da literatura marginal e periférica, sobretudo quando essa produção é cooptada pelo mercado cultural. A partir de sua visibilidade, há o perigo de que a potência crítica original dessa literatura seja neutralizada por uma lógica de mercantilização da vulnerabilidade social, transformando a experiência periférica em produto consumível, enquadrado pelas demandas do identitarismo liberal. Nesse processo, esvazia-se o núcleo político da proposta — a denúncia das desigualdades estruturais e a luta por transformação social — e se impõe o desafio de preservar a força crítica dessa literatura diante do risco de sua absorção por discursos conciliatórios que reafirmam a lógica do sistema que ela combate.

No terceiro capítulo, “Escrevendo o trauma”, analisam-se as relações entre literatura, trauma histórico e testemunho, tomando como base os romances *Capão*

pecado, de Ferréz, e *Via Ápia*, de Geovani Martins. Ambas as obras são compreendidas como narrativas de teor testemunhal, que dão forma e voz a experiências coletivas marcadas pela exclusão, pela violência estrutural e pela permanência de traumas históricos não elaborados. São textos que evocam, por meio da ficção, vivências e experiências individuais e coletivas, memórias compartilhadas e processos históricos silenciados, revelando uma camada profunda de sofrimento coletivo ligado às heranças coloniais e à reprodução contemporânea da marginalização. A abordagem do testemunho está ancorada nas contribuições de Márcio Seligmann-Silva, que compreende a literatura como espaço privilegiado de inscrição de memórias traumáticas, mesmo quando estas não se apresentam de maneira direta ou explícita. Entretanto, aqui proposta, afasta-se de concepções estanques e normativas que, por vezes, restringem sua definição a parâmetros específicos das tradições teóricas do *Zeugnis* germânico — com sua ênfase na inefabilidade do trauma e na impossibilidade da representação — ou do *testimonio* latino-americano — centrado na figura do subalterno como portador de uma verdade representativa. Em vez disso, propõe-se um entendimento ampliado do testemunho, em uma perspectiva que permite abordar as marcas do trauma colonial como algo que atravessa o sujeito, a linguagem e a própria forma literária, operando como fantasma estrutural no corpo das narrativas.

A partir do conceito de “colonialidade do poder”, desenvolvido por Aníbal Quijano, problematiza-se a continuidade de estruturas coloniais no presente, articuladas à lógica do capitalismo global e funcionalizadas em regimes de dominação que naturalizam desigualdades raciais, sociais e econômicas. O Brasil é examinado como um exemplo dessa permanência colonial, por meio de fragmentos dos romances selecionados, mostrando sua formação social altamente hierarquizada e excludente. Nesse sentido, o capítulo mobiliza reflexões de autores como Renato Janine Ribeiro, Marilena Chauí e Christian Dunker, que identificam um modo de organização política, econômica e subjetiva peculiar ao país e à ideia de um “capitalismo à brasileira”, sustentado pela violência simbólica e material que recai, sobretudo, sobre os corpos negros e periféricos. Com o objetivo de aprofundar essa análise crítica, articula-se ainda o pensamento de Slavoj Žižek, em sua obra *Primeiro como tragédia, depois como farsa*, na qual o filósofo propõe que a história, ao se repetir sob a forma da farsa, revela a natureza espectral das ideologias que estruturam o presente. A partir da releitura das teses de Karl Marx sobre o 18 Brumário, Žižek argumenta que o “real”, enquanto dimensão traumática que resiste à simbolização plena, retorna sob formas caricatas, disfarçadas de progresso ou

reconciliação. No caso brasileiro, essa repetição farsesca das tragédias coloniais se manifesta em formas renovadas de dominação que afetam, de maneira particularmente violenta, os sujeitos racializados das periferias. São essas populações que carregam os legados mais pesados do colonialismo, sobre as quais se projetam estigmas, estereótipos e mecanismos de inferiorização que operam como dispositivos de controle social e subjetivo. Ao articular essas múltiplas camadas teóricas e narrativas, o capítulo busca construir uma leitura crítica das formas pelas quais o trauma histórico é representado nas obras em análise, sendo que esses indícios também podem ser percebidos em outras obras da literatura marginal-periférica. Longe de ser apenas um relato de dor, essas narrativas se configuram como gestos de elaboração coletiva da memória e como instrumentos que revela as continuidades coloniais que atravessam o presente. A escrita do trauma, nesse contexto, torna-se um gesto político de resistência e reinscrição simbólica de subjetividades historicamente silenciadas.

O quarto capítulo desta tese, intitulado “O trabalho como marca da exclusão”, retoma as marcas estruturais do colonialismo e seus reflexos no capitalismo periférico — alguns desses elementos, já discutidos no capítulo anterior, aqui são ampliados —, com ênfase especial nos traumas históricos e na colonialidade que incidem diretamente sobre sujeitos como os personagens dos romances *Capão pecado* e *Via Ápia*, particularmente em sua relação com o trabalho. A proposta é realizar uma leitura aprofundada das trajetórias laborais dos personagens centrais, evidenciando como o trabalho, longe de representar um meio de emancipação ou ascensão social, configura-se como um dos principais mecanismos de exclusão, subalternização e reprodução da desigualdade. Optamos, portanto, por seguir um caminho um pouco distinto: em vez de reunir a análise literária das obras e a análise teórica em um mesmo bloco, decidimos separá-las, apresentando primeiro a análise literária e, em seguida, a reflexão teórica. Essa escolha visa tornar os temas abordados mais claros e melhor articulados ao longo do capítulo.

Os romances mostram a busca pelo emprego formal como alternativa ilusória de mobilidade social, uma vez que os postos ocupados pelos jovens retratados são, em sua maioria, funções subalternas, extenuantes, mal remuneradas e desprovidas de proteção e direitos básicos. A formalidade, nesses contextos, não representa estabilidade, mas apenas outra forma de exploração disfarçada de cidadania. Em paralelo, sobressai a presença do trabalho informal, que incide com força sobre os jovens das periferias, empurrando-os para ocupações precárias, instáveis e de alto risco, muitas vezes sem qualquer garantia ou proteção. Por outro lado, há também aqueles que buscam nas forças de segurança pública

uma forma de inserção social e uma suposta estabilidade. No entanto, essa inserção é atravessada por contradições, pois, embora represente uma possibilidade de sobrevivência, frequentemente leva o agente muitas vezes a atuar como repressor em um espaço do qual ele próprio se origina. Desse modo, acaba reproduzindo violências históricas sofridas por suas comunidades. Além disso, consolida-se um vínculo de exploração muitas vezes imperceptível ao próprio trabalhador da segurança pela forma que é utilizado pelo Estado e pela própria corporação e a situação de risco que está exposto.

O capítulo também contextualiza historicamente essas formas de inserção laboral, tendo em vista os períodos em que se passam as narrativas — o final dos anos 1990 e o início da segunda década do século XXI — sem perder de vista a permanência desses padrões até o presente. As trajetórias descritas nos romances refletem uma realidade ainda vigente no cotidiano de muitos jovens das favelas e periferias,¹ revelando a estruturação do mundo do trabalho como mecanismo de exclusão e naturalização da desigualdade social. Para sustentar essa análise, mobilizam-se os aportes teóricos de Aníbal Quijano, Lúcio Kowarick, Ricardo Antunes, Florestan Fernandes e Clóvis Moura. Esses autores permitem compreender como a configuração do trabalho na América Latina, e particularmente no Brasil, está intrinsecamente associada à colonialidade e ao desenvolvimento de um capitalismo dependente, que potencializa a exclusão social em níveis extremos. A racialização do trabalho é uma das marcas mais evidentes dessa estrutura, pois no Brasil são as pessoas negras, majoritariamente habitantes das favelas e periferias, que historicamente ocupam os lugares mais precarizados na divisão social do trabalho e se constituem como classe social desprivilegiada, o que sugere uma “pobreza racializada”. O racismo estrutural, nesse sentido, mostra-se funcional ao capitalismo, pois opera como mecanismo de hierarquização e inferiorização, garantindo a manutenção de uma massa capaz de se sujeitar às piores condições para sobreviver.

¹ Cabe aqui uma breve observação, que não visa ser conceitual ou extensiva, sobre periferia e favela, já que ambas as palavras aparecerão vinculadas ou não em vários pontos do trabalho. Periferia se refere a um conceito geográfico, enquanto a favela define um tipo de ocupação urbana. A periferia corresponde às áreas afastadas do centro da cidade, com diferentes níveis de infraestrutura e composição social, podendo incluir loteamentos populares, condomínios fechados e também favelas. Já a favela caracteriza-se pela irregularidade fundiária, construção desorganizada das moradias e precariedade dos serviços básicos, como saneamento, energia e coleta de lixo. Embora muitas favelas estejam situadas nas periferias, elas também podem surgir em áreas centrais. Em síntese, o termo periferia indica localização — distância em relação ao centro — e o termo favela descreve a forma de ocupação e as condições de moradia. Neste trabalho, o termo periferia é utilizado para designar regiões situadas à margem dos grandes centros urbanos, distantes dos polos de trabalho e da vitalidade econômica, e que vivem em condições de precariedade semelhantes às das favelas, como ocorre com o Capão Redondo retratado na obra de Ferréz.

Esse contexto, se expressa com bastante força nas figuras maternas presentes nos romances. Tanto Rael, em *Capão pecado*, quanto Washington e Wesley, em *Via Ápia*, são filhos de mulheres que exercem o trabalho de doméstica, uma das ocupações mais antigas e persistentes da estrutura de subalternização no Brasil. O capítulo discute o papel central dessas mulheres nas dinâmicas familiares, evidenciando como elas sustentam, com esforço quase heroico, a sobrevivência dos lares e lutam constantemente para manter seus filhos afastados dos caminhos que os conduzem à criminalização e à morte precoce. A condição de empregada doméstica é, aqui, emblemática, pois sintetiza a permanência da servidão no Brasil contemporâneo, revelando os mecanismos de exclusão e desigualdade que atravessam a formação das famílias periféricas. Além disso, será explorada a dimensão afetiva desses lares, atravessados por divergências, vícios, afetos e conflitos marcados pela precariedade e pelas exigências materiais da sobrevivência. O trabalho, nesses contextos, não é apenas uma atividade econômica, mas um eixo estruturante das relações familiares e sociais. A centralidade da figura materna torna-se, assim, o ponto de ancoragem de uma análise que combina as dimensões simbólica, afetiva e estrutural da vida nas periferias. Por meio dessa abordagem, o capítulo busca demonstrar como as relações de trabalho, afetividade e resiliência se entrelaçam nos romances analisados, apontando para a necessidade de uma leitura materialista e histórica da realidade das favelas e periferias brasileira. Os enredos ficcionais, ao revelarem a persistência dos papéis subalternos e a repetição da servidão sob novas formas, denunciam a continuidade de uma ordem social profundamente desigual, racializada e funcional ao sistema de acumulação de capital.

Por fim, o quinto capítulo, “A violência direta como manifestação da tragédia brasileira”, debruça-se sobre a questão da violência direta nas favelas e periferias, compreendendo-a como expressão visível e brutal da violência estrutural que atravessa a formação histórica do país. Trata-se de uma violência que extrapola as privações cotidianas impostas pela ausência de direitos básicos e se manifesta de forma aguda e letal, gerenciada pelo Estado e legitimada socialmente por meio da criminalização da pobreza. Com base nas obras escolhidas, analisamos como elas problematizam esse fenômeno sem recorrer à espetacularização, evitando a fetichização da dor e oferecendo, em contrapartida, uma leitura crítica das engrenagens que sustentam essa violência. O capítulo parte da concepção de que a violência direta nas periferias é inseparável da racionalidade capitalista e de sua aplicação específica em contextos de marginalização extrema. Esse pressuposto é analisado à luz da noção de razão instrumental, cujas

implicações são articuladas à conjuntura brasileira. Historicamente utilizada como ferramenta de dominação, em nosso contexto, essa racionalidade se revela como sustentáculo de uma estrutura social excludente, que converte territórios e corpos em alvos gerenciáveis de controle, repressão e extermínio. Nesse sentido, investigamos como essa racionalidade se expressa por meio de um Estado Penal, cujas políticas públicas de “segurança” se pautam pela repressão, consolidando um modelo de governo que administra a vida (e a morte) nos moldes do que Achille Mbembe conceitua como necropolítica. A partir da análise da presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na favela da Rocinha — elemento central na narrativa de *Via Ápia* —, refletimos sobre como o Estado, sob o disfarce da pacificação, institui regimes de exceção permanentes nos territórios periféricos. Esses espaços, que já não são tidos como parte legítima da cidade, passam a ser tratados como zonas de guerra, onde o controle da vida se dá por meio da ameaça constante da morte. Essa violência administrada, tecnicamente planejada e legitimada pelo discurso da segurança, revela a face mais crua da exclusão social no Brasil contemporâneo. Para desenvolver essas reflexões, mobilizamos pressupostos baseados em Max Horkheimer e Theodor Adorno, e os aportes teóricos de Leomir Hilário, Marielle Franco e Achille Mbembe, cujas contribuições são fundamentais para pensar a estruturação da violência no país e sua legitimação social. A literatura, nesse contexto, surge como ferramenta analítica e de revelação, permitindo visualizar os mecanismos de extermínio não apenas em seus efeitos, mas em suas origens e racionalizações.

Ao lado da violência institucionalizada, examinamos também como a violência estrutural molda subjetividades e produz comportamentos distorcidos em contextos de extrema vulnerabilidade. A trajetória de Burgos, personagem de *Capão pecado*, exemplifica esse processo. Sua formação é atravessada por privações materiais, ausência de perspectiva e um desejo intenso de pertencimento à sociedade de consumo. Por fim, o capítulo busca revelar como a violência direta, quando tratada literariamente com densidade crítica, ultrapassa a ideia de sensacionalismo, erroneamente atribuída a textos como os que analisamos e contribui para desvelar as engrenagens que sustentam a tragédia brasileira. O objetivo é compreender a violência como expressão de uma formação social estruturada na desigualdade, no racismo estrutural e na exclusão contínua; uma violência racionalizada, incorporada ao funcionamento do capitalismo e voltada para o gerenciamento de vidas consideradas descartáveis.

CAPÍTULO 1

DESDOBRAMENTOS DA POESIA MARGINAL BRASILEIRA NOS ANOS 1970

A ascensão da Geração do Mimeógrafo

No Brasil, a década de 1960 foi marcada por uma efervescente produção cultural, com a esquerda desempenhando um papel central. A crença na possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária se articulava à vanguarda e formas de arte que buscavam o engajamento. Multiplicavam-se, assim, iniciativas que visavam vincular arte e política, muitas delas influenciadas por processos revolucionários internacionais, em especial a Revolução Cubana, e por uma leitura crítica do subdesenvolvimento latino-americano. Nesse caldo de efervescência, surgiram movimentos culturais que entendiam a arte como força propulsora de transformação social.

É nesse cenário que se insere o Centro Popular de Cultura (CPC), vinculado à União Nacional dos Estudantes (UNE), que emergiu como um dos principais articuladores dessa dinâmica entre cultura e política. Fundado por jovens da classe média urbana inspirados pelos ventos revolucionários, o CPC propôs a construção de uma “arte popular revolucionária” cujo objetivo era romper com o elitismo cultural e promover uma aproximação entre intelectuais e classes populares. A proposta era ousada: criar uma linguagem artística acessível, porém crítica e politicamente mobilizadora, capaz de dialogar com as experiências vividas pelas massas e, ao mesmo tempo, contribuir para sua conscientização.

Cabe frisar que o CPC refletia um momento particular da esquerda brasileira, no qual predominava uma abordagem paternalista e populista. Ao se colocarem como representantes e guias das demandas populares, assumiam-se como os responsáveis pela liderança e orientação das ações de transformação social, fator que acabava, porém, reforçando a existência da hierarquia e do controle sobre as camadas que alegavam representar.

Ainda que marcado por contradições e equívocos, o projeto do CPC foi concebido com a intenção clara de incentivar manifestações artísticas engajadas e, nesse sentido, desempenhou um papel fundamental no cenário cultural brasileiro do início dos anos 1960. Atuando especialmente nos campos do teatro, da música e da literatura, o CPC

consolidou-se como uma das expressões mais significativas de um ideário político e artístico comprometido com a transformação estrutural da sociedade brasileira. Por meio da produção de peças teatrais itinerantes, canções de protesto e textos de caráter didático e educacional, o grupo buscava, além de retratar o contexto social, intervir sobre ele por meio do despertar da consciência de classe, da politização da arte e da mobilização das camadas populares.

Essa proposta, que articulava cultura e ação política com base em uma estética popular e crítica, rapidamente atraiu a atenção dos setores conservadores. Com o golpe militar de 1964, o CPC tornou-se um dos alvos prioritários da repressão. O encerramento abrupto de suas atividades não representou apenas o fim de uma instituição cultural, como também marcou a interrupção de um projeto que visava construir uma nova hegemonia a partir das camadas populares e da crítica às estruturas de dominação. O fechamento do CPC marcou, assim, o desmonte de uma fase decisiva da cultura nacional, ao mesmo tempo que evidenciou a ordem autoritária diante de qualquer produção cultural que pudesse fomentar a organização coletiva e o pensamento crítico.

Conquanto a ideia de cultura popular tenha se tornado algo restrito nos primeiros anos após o golpe, o conteúdo cultural e intelectual de esquerda continuou a circular, visto que, em um primeiro momento, o aparato militar aspirava a controlar as massas através dos meios de comunicação, sendo a televisão estrategicamente escolhida como meio de controle e influência da opinião pública. Nessa ocasião, foram cortadas as pontes entre os movimentos culturais e as massas. Assim, entre 1964 e 1968, ainda que tenha acontecido um expurgo nas forças militares de baixa patente simpáticas às causas da esquerda, bem como inquéritos em Universidades, intervenções nos sindicatos e invasões de igrejas, a presença da produção cultural de esquerda não foi aniquilada. Ela se sobressaiu com produções culturais de notável qualidade. Em alguns campos, torna-se dominante, o que aponta para uma relativa hegemonia.

Com a proclamação do AI 5, em 13 de dezembro de 1968, a ditadura civil militar brasileira aperfeiçoou os mecanismos de repressão e iniciou um violento combate aos que a ele se opusessem em qualquer instância. Em 1970, o Decreto-Lei nº 1.077 ordenava em sua matéria que não seriam tolerados quaisquer tipos de publicações ou veiculações de materiais contrários à ordem, à moral e aos bons costumes. A chamada “censura prévia” aplicava-se às publicações editoriais em seus diversos níveis; às diversões e espetáculos — música, teatro, cinema —, bem como à programação das emissoras de televisão e rádio — de certo modo, já controladas pelo regime. Todos esses veículos estariam sujeitos ao

crivo dos censores, e punições seriam aplicadas àqueles que fossem pegos com materiais proibidos ou não liberados. Nesse período, o aparato repressivo eliminou os grupos que optaram pelo confronto armado. Aqueles que se opunham ao regime nos jornais, nas artes, no meio acadêmico, na política e no campo cultural eram presos, torturados ou mortos. Por essas razões, muitos opositores foram forçados ao exílio.

Diferente da década anterior, quando os grupos de jovens se alinhavam com as ideias de mobilidade e revolução por meio da arte e da cultura, a geração dos anos 1970 foi marcada pelos temores provocados pelo endurecimento do regime militar, pois se viu pressionada pela censura e pela repressão.

Junto com os sintomas, vários fatores eram apontados como causa dessa recessão criadora, ou “fossa cultural”, mas dois disputavam as preferências gerais: o Ato Institucional nº 5 e a censura. Ao contrário dos primeiros anos da década passada, a de agora não apresentava em nenhum dos diversos setores de nossa cultura nem propostas novas nem aquela efervescência criativa que caracterizou o início dos anos 1960, antecipando alguns momentos da cultura brasileira mais ricos em inovação e pesquisa. No plano da arquitetura e do urbanismo, nada que se assemelhasse em grandeza inventiva a Brasília; no setor do cinema, nenhum movimento como Cinema Novo; nada como a Bossa Nova em música; o Grupo de Arena no teatro ou as pesquisas formais dos concretistas na literatura; nada como aqueles movimentos de auto-reflexão crítica no país.

O quadro atual, ao contrário, oferece uma perspectiva sombria: [...] a evasão dos nossos melhores cérebros, o êxodo de artistas, o expurgo nas universidades, a queda de venda dos jornais, livros e revistas [...].²

A complexidade do período exigia reconfiguração. Com a impossibilidade de promover debates políticos abertos, os movimentos de contestação, anteriormente centrados na militância, deslocaram-se para o campo da produção cultural alternativa. Nesse cenário, a busca por formas de expressão que contornassem a censura aproximou os jovens da década de 1970 dos intelectuais ativos nos anos anteriores. Apesar das diferenças geracionais e ideológicas, ambos os grupos compartilhavam o descontentamento com as ortodoxias do militarismo. Essa convergência fomentou o estabelecimento de redes de colaboração que permitiram a criação de um ambiente marcado pela diversidade de produções artísticas, coletivos de artistas, publicações independentes e novas formas de organização cultural. Por meio de novas estéticas, linguagens e formas de organização, criaram um espaço favorável para a expressão de ideias contestatórias, que, mesmo invisíveis ao grande público, colocaram em prática a setorização da produção cultural. Essas ações se firmaram por práticas específicas, como a imprensa nanica, o teatro independente e a poesia alternativa, consolidados como

² Ventura, 2000, p. 40-41. Artigo publicado na revista *Visão* (1971) e republicado na obra aqui citada.

veículos para a articulação de novas práticas de expressão dentro do quadro que havia se desenhado no país.

A imprensa nanica, termo utilizado para designar a imprensa alternativa, era formada por publicações de pequena escala que se diferenciavam dos grandes jornais por sua natureza crítica e independente. Ao contrário dos jornais operários, que tinham um público-alvo específico, a imprensa nanica reunia grupos diversificados, que se identificavam com movimentos ligados à contestação política e à renovação estética e cultural. Alguns jornais, como *Opinião*, *Movimento*, *Coojornal*, *Em Tempo*, *Versus*, *De Fato* e *Politika*, destacavam-se por possuírem linha editorial que fazia frente política e oposicionista, já que estavam ligados a grupos de esquerda. De outro lado havia os jornais da contracultura, como *Flor do Mal*, *Navilouca*, *Bondinho* e *O Beijo*, que pautavam em suas linhas questões voltadas para as mudanças dos paradigmas estéticos e comportamentais. Outros jornais estavam ligados aos movimentos sociais, como *Brasil Mulher*, *Mulherio* e *Maria Quitéria*, ligados ao feminismo; *Lampião de Esquina*, ligado ao movimento homoafetivos; e *Tiçã* e *Sinba*, ligados ao movimento negro.³ Todas essas publicações atestavam o posicionamento da imprensa nanica contra as pautas autoritárias e moralistas do regime militar, já que tinham idealizações que sugeriam a transformação na querela política, social e de inclusão à diversidade.

Os teatros independentes eram compostos por coletivos que operavam de forma cooperativa. Desde a coordenação até a execução das áreas administrativas e artísticas, todas as tarefas eram divididas entre os membros do grupo, com remuneração igual para todos — um modelo bem diferente dos grupos teatrais anteriores, que funcionavam sob a gestão de empresas e seguiam processos de criação previamente estabelecidos.⁴ A maioria dos componentes dessas cooperativas eram jovens e adolescentes, ausentes das discussões da década anterior, que tinham a contracultura como principal influência. Exemplo disso é o Asdrúbal Trouxe o Trombone, grupo teatral cujas criações coletivas eram marcadas pelo improviso e inspiradas nas experiências cotidianas de seus integrantes. Ao se utilizarem do inusitado, da irreverência e de uma postura caricata cingida de bom humor, tentaram estabelecer um padrão que desafiava as convenções tradicionais defendidas na época.⁵

³ Aguiar, 2008; Kucinski, 2003.

⁴ Albuquerque, 2018, p. 110.

⁵ Albuquerque, 2018, p. 110.

Essa busca por novas linguagens e estéticas encontrou um terreno fértil também na poesia, especialmente na chamada poesia alternativa, na qual poetas independentes, determinados a divulgar seus textos sem a intermediação ou o controle dos órgãos oficiais, adotaram o mimeógrafo como sua principal ferramenta de produção. Esse método de impressão, por ser econômico e de fácil acesso, tornou-se um recurso valioso para criar livretos e poemas avulsos de forma autônoma. Além de possibilitar maior liberdade formal e estilística, o uso do mimeógrafo permitiu que essas obras circulassem facilmente em espaços alternativos, como bares, praças e teatros. Esses locais, relativamente afastados do radar da censura, transformaram-se em pontos de encontro para a expressão artística e a troca de ideias.

A utilização do mimeógrafo marcou o início de uma nova fase na produção poética, representada por trabalhos como *Travessa Bertalha*, de Charles Peixoto, e *Muito prazer*, de Chacal, ambos de 1971, que se destacaram como pioneiros na adoção desse recurso.⁶ No modelo que se configurou a partir dessas duas publicações, os poetas se responsabilizavam por todos os processos da cadeia produtiva — desde a escrita até a distribuição. No entanto, não necessariamente se viam como “produtores literários”. O fascínio, na verdade, estava na simplicidade e acessibilidade que o mimeógrafo oferecia, permitindo a reprodução em larga escala e a baixo custo de seus próprios textos, fatores que reforçavam a atmosfera colaborativa e espontânea desse movimento.⁷

Os padrões de impressão demonstravam informalidade, já que os materiais eram reproduzidos caseiramente e resultaram em edições de baixa qualidade gráfica que não atendiam aos critérios editoriais formais. Os autores percebiam a utilização desses recursos dentro da ideia do *do it yourself*, forma que permite que as pessoas personalizem suas experiências por meio do artesanato e do uso da criatividade no processo de produção de algum objeto. Essa mesma intenção de simplicidade e funcionalidade se reflete na produção textual da chamada Geração do Mimeógrafo, geração caracterizada por textos breves e concisos com uma linguagem irrefletida e despretensiosa, marcada por expressões cotidianas e um estilo coloquial. A economia de palavras favorecia uma comunicação direta, permitindo que as angústias e inquietações do período fossem

⁶ Destacam-se também como trabalhos pioneiros os livretos *Me segura qu'eu vou dar um troço*, de Waly Salomão (1972) e *Dias de paupéria*, de Torquato Neto (1972). Chamam a atenção também os poemas avulsos, as poesias datilografadas e xerocadas, vinculados a nomes como Francisco Alvim, Cacaso e Ana Cristina César, que, mesmo não publicando livretos artesanais, configuraram-se nomes importantes nessa geração.

⁷ Pereira, 1981, p. 38.

transmitidas de forma clara e imediata. Embora o texto diminuto possa, à primeira vista, sugerir um esvaziamento do discurso, essa concisão não reduzia a gravidade dos temas abordados; ao contrário, era justamente por meio da síntese que os poemas ganhavam intensidade. A brevidade conferia às composições um senso de urgência que, em muitos casos, possuía densidade expressiva, mesmo condensando em poucas linhas as pressões sociais e políticas daquele contexto repressivo. Exemplo dessa forma discursiva do mínimo é o poema “propriedade privada”, de Luiz Olavo Fontes, que expõe com precisão a opressão do silêncio imposto pelo medo:

não tenho nada comigo
só o medo
e medo não é coisa que se diga.⁸

Nesse poema, o autor capta a essência de uma sociedade silenciada, na qual os indivíduos vivem o medo de dizer o que sentem. Percebe-se que a simplicidade da linguagem torna a mensagem direta, bem como intensifica o impacto emocional do texto, permitindo que o leitor se conecte imediatamente com a angústia retratada. Essa brevidade e clareza nos poemas são construídas pelas experiências individuais dos autores, que, por meio da tensão, colocam à mostra a inquietude com o período.

Para expressar essa brevidade e urgência, alguns poetas, ainda que de forma simples, adotaram estruturas influenciadas pelos concretistas, destacando o impacto gráfico da escrita ou formas criativas de apresentar o poema. Apesar disso, não demonstravam preocupação em criar uma arquitetura poética que evidenciasse o uso da forma de maneira extremamente elaborada, como se percebe em “Economia política”, de Glauco Mattoso:

PO R

DE

PO R⁹

Glauco Mattoso evoca a estética concretista ao explorar graficamente a palavra “PODER”, disposta de forma fragmentada na página. Essa escolha formal, associada ao título “Economia política”, sugere uma crítica às dinâmicas de força entre os campos da política e da economia. A visualidade do texto, mesmo com certa simplicidade, aponta para o conflito entre esses domínios, indicando que o verdadeiro motor dessas relações

⁸ Luiz Olavo Fontes. In: Buarque de Hollanda, 2021, p. 178.

⁹ Glauco Mattoso. In: Ribeiro Neto, 2018, p. 86.

não é a racionalidade técnica ou científica, ou tampouco o desenvolvimento econômico do Brasil, mas sim uma forma de disputa pelo controle e pela dominação. O recorte histórico em que o poema foi produzido reforça essa leitura ao fraturar a palavra e espalhá-la pelo espaço da página. Assim, o poeta parece expor o caráter ambíguo do poder autoritário durante o regime militar. Nesse contexto, o governo buscava silenciar manifestações contrárias à manutenção das estruturas conservadoras e à aliança com interesses imperialistas que respaldavam as ditaduras latino-americanas. A fragmentação da palavra pode também sugerir tanto a disseminação do poder autoritário por todas as esferas da vida quanto seu esvaziamento como conceito plural e democrático, supostamente manifestado pela vontade do povo. Ao mesmo tempo, essa configuração visual pode ser interpretada como um gesto de confronto ao poder político que, sob o pretexto de promover o desenvolvimento econômico, dilacerou e fragmentou o país ao se alinhar ideologicamente com nações imperialistas. Nesse contexto, a palavra “poder” assume centralidade, evocando tanto o domínio autoritário quanto a possibilidade de mobilização social perante a repressão e o silenciamento. Nesse gesto, o poema mobiliza a estética concretista como instrumento que, possivelmente, aponta para o esvaziamento político em detrimento do crescimento da economia.

Dentre as variações estilísticas que se percebem nos textos desses poetas, verificamos também poemas mais intimistas, focados nas angústias pessoais e nas contradições do tempo vivido. Alguns textos se aproximam do poema em prosa, explorando uma construção narrativa fluida e contínua, enquanto outros adotam uma versificação livre, marcada pela quebra de normas métricas e por uma linguagem despreziosa, na maioria das vezes coloquial. Essas configurações estilísticas revelam a escolha de formas mais flexíveis, capazes de acolher a subjetividade, a possibilidade de dizer sobre o momento vivido e, de certa forma, apresentar improviso poético. Nesse contexto, a leveza e a aparente simplicidade funcionam como estratégias estéticas, ainda que não sejam conscientes ou planejadas, uma vez que favorecem a expressão direta das experiências. Assim, mesmo quando carregam um tom ligeiro ou espontâneo, essas poesias frequentemente apresentam uma estrutura textual mais extensa e articulada, permitindo o desenvolvimento de ideias, imagens e reflexões com maior fôlego discursivo, sem abrir mão da urgência que caracteriza a poesia marginal. Tais elementos podem ser vistos no poema “Quase cinza”, de Afonso Henriques Neto, em que o autor expressa o desconforto, a alienação e a vulnerabilidade que permeavam a vida em um contexto marcado pela insegurança:

eu sei onde ladram os ventos pelos ladrilhos
 dos mistérios inexistentes
 eu sei de que matéria esta sensação de derrota
 é feita, moldada, entre instrumentos de tortura
 e pálpebras e espelhos amassados.
 eu sei dos que falam no escuro a flauta da voz
 das fábulas.
 eu sei através do vídeo o vácuo do sangue atrás e além
 da imagem, violentos planetas vomitando o drama.
 eu sei as tartarugas infinitas,
 os bodes expiatórios.
 os lavabos cheios de unhas vivas.
 a eternidade do gesto humano
 morrendo no longo tombadilho.
 sei das certezas e incertezas verdes.
 sei do resumo de tudo dançando na chuva mais cotidiana.
 só não sei do teu sorriso se diluindo em nuvem.
 só não sei do teu corpo quase infantil
 de mulher amanhecida.
 só não sei do timbre de tua voz
 entre borboletas e musgos fluindo do único verbo.
 só não sei do opalescente rastro de teus pés
 entre cachoeiras apagadas.
 só não sei da galáxia a resumir vazia
 o silêncio mortal de tua alma quebrada
 ai de mim
 que eras ouro e breve.¹⁰

A poesia possibilitou a abertura de espaços para se falar sobre o momento vivido, tendo em vista a necessidade de uma comunicação rápida e inteligível. É uma alternativa que parece surgir como uma resposta à urgência de se expressar em um período no qual o perigo de ser silenciado era constante. A necessidade de criar significados manifestou-se pela simplicidade aparente da forma, pois, o mais importante, era veicular o descontentamento com as limitações. Por essa razão, pode-se dizer, em primeira análise, que o discurso poético, embora não fosse o suficiente, tentava responder ao contexto político de sua época.

Olhando por esse viés, compreende-se a razão pela qual muitos dos poetas buscavam subverter as convenções morais e romper com os padrões tradicionais de comportamento. Surgem nesse contexto poesias explicitamente sexuais que recorrem aos palavrões e às expressões obscenas que visam caracterizar o “desvio moral”. Exemplo claro dessa postura, que se ampara na imoralidade das relações sexuais fora dos limites do matrimônio, pode ser encontrado no poema “Busca”, de Roberto Schwarz:

Me disse que era cabeleireira
 mas logo descobri que era empregada
 Eu queria que segurasse o meu pinto
 Porém na face ela me beijou.

¹⁰ Afonso Henrique Neto. In: Buarque de Hollanda, 2021, p. 124.

Onde está o verdadeiro amor:
 na fúria do desejo sexual.
 na volubilidade desenfreada
 ou no conceito sublime da família?¹¹

Observa-se que a postura de Schwarz, além de desafiar os limites da censura, também insinua uma crítica direta à tradição do núcleo familiar, conforme defendido pelo governo militar. No regime militar, a família era vista como a base fundamental da sociedade e deveria ser preservada a qualquer preço. Assim, ao questionar esses valores, Schwarz coloca sob suspeição uma das principais ideologias promovidas pela ditadura. Ao abordar a sexualidade, que era um assunto privado e dizia respeito somente à intimidade do casamento, Roberto Schwarz insere em seu texto um efeito que pretende ser subversivo. O poema questiona os valores tradicionais e moralistas, colocando em evidência um encontro casual que se vale do desejo sexual que surge entre duas pessoas. Ao questionar o “conceito sublime da família”, Schwarz coloca em xeque essa visão tradicional de relacionamento e apresenta uma visão livre e prazerosa do sexo; o amor é algo a ser vivido, a sexualidade deve ser experimentada. Mesmo que seja um poema curto, a forma com que Schwarz emprega sua escrita subverte os valores morais e abre espaço para uma discussão sobre a sexualidade como fonte de prazer e liberdade. Tendo em vista o cenário, era importante criar poesias que causariam impacto dentro da mentalidade tradicional e de ordem moral que os militares impunham. Poemas como o de Schwarz, e outros como “*light-cock-song*”, de Isabel Câmara, no qual é expresso o desejo sexual da mulher em relação ao parceiro após um dia rotineiro,¹² ou “Telma”, de Bernardo Vilhena, poema de sete pequenos versos que coloca o sexo sem compromisso como algo a ser experimentado sem pudor,¹³ aparecem como alternativa de subversão aos padrões de decência e moral que regiam o período.

Tal postura será recorrente em muitos poemas da época, já que vários dos poetas assumiam a postura do desbunde.¹⁴ A postura desbundada não apenas desafiava os limites

¹¹ Schwarz, 1974.

¹² *light-cock-song*: “só para gênios, tímidos / e alguns porcos chauvinistas / desses que o padre vem me / benzer todo dia, e que quando / não vem ele cá vou eu lá: / Leva este caralho compra-me um maço / de cigarros Continental, umas cem / gramas de alho e o tempero, que te der na cuca. / E se o dinheiro render, um lacinho de fita / de seda ou crepom. Depois, na saída do cinema, / vem cedo pra casa, me leva pra cama, sem se / esquecer que o alho é para um aglio-olio”. (Isabel Câmara. In: Buarque de Hollanda, 2021, p. 210).

¹³ Telma: “Eu sou o sonho dos homens / a eternidade / Sou a nuvem que passa / a poeira que levanta a fumaça dos cigarros // Se me quiser vem me pegar no voo / pra me largar bem rápido.” (Bernardo Vilhena. In: Buarque de Hollanda, 2021, p. 238).

¹⁴ Não pretendemos neste trabalho levantar uma discussão sobre o “desbunde”. Entretanto, devido a sua contribuição com a poesia que aflorou no Brasil nos anos 1970, cabe elucidação. O termo surgiu no Brasil no fim dos anos 1960 como uma crítica àqueles que abandonavam a luta armada. Ao longo dos

impostos pela censura, mas também abria espaço para uma discussão mais ampla sobre questões ligadas ao estilo de vida alternativo, que se colocava em oposição direta aos valores e ideais promovidos pelo regime militar. Essa atitude ia além da simples transgressão artística ou cultural, representando, mesmo de maneira evasiva, uma crítica ao conservadorismo social e à moralidade restritiva que sustentavam a ditadura. O modo de vida alternativo, com sua ênfase em liberdade individual, diversidade de expressão, e rejeição das normas convencionais, visava contrariar o discurso militar de controle e disciplina, especialmente no que dizia respeito à família, à sexualidade e ao papel do cidadão.

O verso como alternativa à repressão

Entre 1972 e 1973, inesperadamente as poesias mimeografadas se tornam um fenômeno, visto que um considerável número de poetas surge no cenário alternativo. Esse acontecimento poético, que despontava principalmente entre jovens, foi percebido como uma novidade na vida cultural e artística, vez que a literatura, ainda que conseguisse algum destaque, era ofuscada “pela força e originalidade dos movimentos artísticos de caráter mais público como o cinema, o teatro, a MPB e as artes plásticas”.¹⁵

A agitação causada pela poesia levou o professor Affonso Romano de Sant’Anna, então diretor da Faculdade de Letras da PUC-Rio, a organizar, em 1973, a Exproesia I, encontro que objetivava mapear e discutir as diversas vertentes da poesia brasileira que despontavam no período. A proposta, embora simples, explorar a poesia brasileira que emergia fora dos circuitos tradicionais, foi ousada, pois, em um período delicado, conseguiu reunir poetas, críticos, artistas e intelectuais para debater as novas tendências e os desafios da poesia nacional.¹⁶

anos 1970, sofreu uma interessante transformação, pois, inicialmente utilizado como um adjetivo pejorativo, passou a designar um estilo de vida alternativo, caracterizado pela busca de experiências e valores que desafiavam a ordem estabelecida pela ditadura militar. O *desbunde*, elemento associado à contracultura brasileira, pretendia ser uma resposta à repressão política e à homogeneização cultural impostas pelo regime. Jovens em busca de novas formas de expressão e de relacionamento com o mundo encontraram no *desbunde* uma saída para a falta de perspectivas. A estética *hippie*, a experimentação com drogas, a busca da espiritualidade e a valorização da vida comunitária eram alguns dos elementos que compunham esse movimento. O *desbunde* representava, assim, uma ruptura com os padrões de comportamento e os valores tradicionais. A liberação sexual, a valorização da individualidade e a busca de experiências alternativas eram alguns dos traços marcantes desse movimento.

¹⁵ Buarque de Hollanda, 2021, p. 178.

¹⁶ A reflexão inicial para o trabalho, como diria Sant’Anna, partiu da provocação feita para seus alunos: “Este semestre vamos estudar a poesia que se está fazendo no país. O detalhe é que ninguém sabe, nem

O evento foi concebido com um programa didático cujo objetivo era apresentar e contextualizar alguns dos movimentos que marcaram a poesia brasileira no século XX. Ao mesmo tempo, abria espaço para discutir as expressões poéticas emergentes no país naquele período. A iniciativa oferecia uma retrospectiva das vanguardas literárias, trazia uma amostragem de poemas contemporâneos e analisava a associação entre a poesia e a crescente influência da MPB. Nesse contexto, o fenômeno das poesias mimeografadas foi reconhecido e nomeado como poesia marginal, ganhando visibilidade e legitimação enquanto expressão literária relevante daquele período.

Em 1974, no evento PoemAção, realizado no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, os poetas marginais reúnem-se pela primeira vez em um grande evento da cena poética da época. O encontro nessa reunião foi uma tentativa de os poetas se organizarem e darem início a um movimento integrado e coeso. A partir desse momento, surge a noção desta poesia como movimento literário, não só pela atenção que a crítica começou a direcionar à poesia marginal, mas também pela organização espontânea de seus próprios agentes, que formaram coletivos como o Nuvem Cigana e criaram revistas independentes, como *Qorpo Estranho*, *Anima*, *Povis*, *Flor Morena* e *Tatu Cotia Não*.¹⁷

Carlos Alberto Messeder Pereira e Heloísa Buarque de Hollanda, dois importantes pesquisadores que se dedicaram ao estudo dessa expressão poética, sugerem que as poesias mimeografadas receberam o adjetivo de “poesia marginal” devido ao fato de suas publicações serem realizadas fora dos circuitos tradicionais da indústria editorial. Todavia, ambos estendem o entendimento, pois compreendem outras razões pelas quais a terminologia marginal é usada para designar essas poesias.

Na concepção de Messeder Pereira:

Marginal aí não no sentido de estar “fora da sociedade”, mas numa posição de oposição, frente à ordem estabelecida, de uma certa forma específica. Especificidade esta que se expressaria na própria postura deste grupo frente à mesma ordem estabelecida; uma postura que não privilegia um embate entre, por exemplo, os valores do grupo e aqueles dominantes mas, ao contrário, atuaria mais à base de um “correr paralelo”, estando de certa forma num “outro circuito”.¹⁸

Em análise bem similar, Heloísa Buarque de Hollanda aponta que:

eu nem vocês, qual a poesia que se está fazendo no país. E isto não apenas por causa do regime que nos atordoia, mas porque o sistema literário também é repressivo. Pode ser que tal poesia esteja sendo gerada fora do eixo acadêmico e editorial, fora do controle de certos grupos. Vamos estudar o que não conhecemos, o que vai aparecer e que pode ser muito bom ou muito ruim. É um risco. Quem for brasileiro siga-me!”. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/o-encontro-do-expoesia-em-1973/>. Acesso em: 22 set. 2024.

¹⁷ Pereira, 1981, p. 50.

¹⁸ Pereira, 1981, p. 50.

A classificação “marginal” é adotada por seus analistas e assim mesmo não sem certo temor e hesitação: fala-se mais frequentemente “ditos marginais”, “chamados marginais”, evitando-se uma postura afirmativa do termo. Geralmente ele vem justificado pela condição alternativa, à margem da produção e veiculação no mercado, mas não se afirma a partir dos textos propriamente ditos, isto é, de seus aspectos propriamente literários. Não revelaria esse grupo uma mudança mais profunda e radical, onde a referência não fosse mais tão claramente o sistema literário estabelecido? Observando depoimentos de vida de alguns dos novos poetas, pode-se perceber que não desejam a revolução como a literatura engajada, nem se confrontam de maneira diretamente transitiva com esse mesmo sistema, como acontece com os tropicalistas e pós-tropicalistas. Parecem mais rejeitá-lo, criar uma alternativa e não uma oposição [...] O texto, a produção do livro e a própria vida desburocratizada dos novos poetas sugerem, de maneiras muito parecidas, o descompromisso como resposta à ordem do sistema.¹⁹

A ideia de poesia marginal não se aplica exclusivamente pelo fato de esses escritos serem produzidos às margens do sistema editorial. A linguagem atualizada dos textos que dialoga com o momento e com as características da juventude, o modo como as temáticas eram abordadas, por meio da descontração, a forma gráfica na qual as publicações eram apresentadas e, fundamentalmente, a impossibilidade de conciliação com os aspectos morais da ordem institucional dominante também contribuíam para a adjetivação. Outrossim, a ideia de marginal surge pelo fato de essas poesias recusarem modelos estéticos, sejam eles tradicionais ou de vanguarda —, embora alguns poetas se utilizem da estética visual vanguardista em seus trabalhos, o que sugere uma ambiguidade. Ainda, cabe mencionar que tais aspectos estão ligados ao desbunde, que se caracteriza pela descompostura, pela diversão, e ao apelo às tendências da moda cultural pautada na extravagância.

Conquanto a crítica se refira como marginal à categoria poética que despontava, muitos dos agentes dessa “nova poesia” não atribuíram a si tal nomenclatura. Para se desvincular do termo, usam tons irônico e dissimulados, características principais desses poetas, como o fez Chacal, em *Quampérios*:

— ALÔ, É QUAMPA?
 — não... — é engano.
 — alô, é quampa?
 — não, é do bar patamar.
 — alô, é quampa?
 — é ele mesmo, quem tá falando?
 — é o foca mota da pesquisa do jota brasil, gostaria de saber suas impressões sobre essa tal de poesia marginal.
 — ahhh... a poesia. a poesia é magistral. mas marginal pra mim é novidade. você que é bem informado, mi diga: a poesia matou alguém, andou roubando, aplicou cheque frio, jogou alguma bomba no senado?
 — que eu saiba não. mas eu acho que é em relação ao conteúdo.
 — mas isso não é novidade. desd'adão ... ou você acha que alguém perde o paraíso e fica calado. nem o antonio.

¹⁹ Buarque de Hollanda, 2004, p. 110-111.

— é verdade. mas deve haver algum motivo pra todos chamarem essa poesia de marginal.

— qual, essa!? eu tou achando até bem comportada. Sem palavrão, sem política, sem atentado a cristantã.²⁰

O debate sobre a classificação da poesia de Ricardo Chacal revela um atrito entre a autopercepção do poeta em busca de uma categorização que valorize a qualidade intrínseca de seus poemas. Não obstante, Heloísa Buarque de Hollanda reconhece a qualidade e o valor artístico dos poemas da Geração do Mimeógrafo, corroborando a visão de Chacal sobre a natureza “magistral” de sua poesia, mesmo mantendo a categorização “marginal”, que tem por finalidade situar historicamente a produção poética dessa geração.

Para a autora, o uso do termo se faz importante, pois em sua conceituação ela considera que o movimento representa um fenômeno literário com características inovadoras e singulares. Foi uma forma de se expressar que se desenhou por meio de configurações muito particulares devido ao sufoco vivido naquele período. Quando não havia espaço para falar ou publicar, os poetas abriam esse espaço à força devido à urgência de dizer sobre o que acontecia. Estas circunstâncias, inclusive, potencializaram a essencialidade de se desenvolver formas que pudessem capturar e expressar o cotidiano de maneira direta e imediata. Como ressalta Messeder Pereira, trabalhar com o cotidiano era uma necessidade naquele momento. Isso porque os eventos do dia a dia são os elementos capazes de revelar o imediato, são a matéria de trabalho que dão o significado aos poemas, já que o imediato demonstra a significância dos momentos breves. O cotidiano lida com as questões corriqueiras em uma tonalidade pouco impositiva no âmbito intelectual, o que acaba sendo uma contestação à postura intelectual e do que ela possui de “excessivamente ‘distante, ‘racional’ e ‘analítico’”.²¹ O autor ressalta que esses aspectos devem ser vistos com importante detalhe, que leva a uma compreensão mais rica da poesia marginal e do contexto cultural da década de 1970.

Pelo prisma de ambos os pesquisadores, as poesias marginais surgiram como uma síntese do instantâneo; isto é, a captura do momento é a maneira encontrada para traduzir um dia a dia que estava sob constante vigilância. Buarque de Hollanda considera, então, que:

Poesia e vida se casavam promovendo uma prática que, longe de ser pacífica, tentava com vigor crítico algumas respostas para o momento negro que experimentávamos. Surge uma multidão de poetas, cria-se um público,

²⁰ Poema de Chacal citado em Buarque de Hollanda (2004, p. 109) e na obra de Carlos Alberto Messeder Pereira (1981, p. 51).

²¹ Pereira, 1981, p. 348.

inventa-se formas independentes de produção, distribuição e veiculação para a literatura. A alegria e o humor como guerrilha. Por maiores que se mostrassem as diferenças entre os poetas e os órgãos emergentes, Cacaso estava com a razão: o poema era único. A grande novidade desse poema, e também sua maior força, vinha do deslocamento de eixo da crítica social que passa a se atualizar na experiência individual [...]²²

O cotidiano, dessa maneira, torna-se a matéria-prima principal da poesia marginal. Por meio dele, retratar o dia a dia vai além da simples leitura do presente, pois traduzir o momento pela captura do instantâneo se configura como uma forma de contestação.

Nesse sentido, Heloísa Buarque de Hollanda interpreta a poesia marginal como uma expressão de resistência.²³ Para a autora, essa resistência se manifesta de maneira clara quando se observa que os poetas marginais, movidos pela necessidade de se expressar em um período de forte repressão e censura, optaram por criar uma cultura alternativa. Essa cultura não apenas resistia ao controle imposto pelo regime, mas também preenchia o que Buarque denomina de “vazio cultural”. Carlos Alberto Messeder Pereira, embora desenhe esboço crítico similar ao de Heloísa Buarque de Hollanda em seu trabalho *Retrato de época*, e colabore com a autora em diversos textos sobre a poesia marginal, diz que não se pode pensar que houve um “vazio cultural” nos anos 1970. Pereira anota que no período surgiram novos questionamentos, novas perplexidades e novas contradições que colocaram em discussão outras formas de representação, como a “politização do cotidiano”, que em sua opinião é um elemento central aos limites da experiência vivida naquele momento.²⁴

Mesmo que a circulação das poesias marginais tenha se dado em um meio restrito, permitiu a formação do que Buarque de Hollanda compreende como “frentes de resistência”.²⁵ Essas “frentes” teriam como objetivo subverter e antagonizar as pautas autoritárias e morais do regime militar, dizendo o que não pode ser dito, mostrando o que não se pode mostrar. O fenômeno da resistência, como descreve a autora, “ocorre

²² Buarque de Hollanda, 2000, p. 186-187. Artigo publicado *Jornal do Brasil*, em 13.12.1980, e republicado na obra aqui citada. A autora menciona a resposta de Cacaso, quando perguntado sobre o que os poetas de sua geração estavam fazendo: “Estamos todos fazendo o mesmo poema, um poema único, um ‘poemão’”.

²³ Na conjuntura em que se apresenta a resistência, dentro do que aqui configuramos a partir de Heloísa Buarque de Hollanda, e também Carlos Alberto Messeder Pereira, no que tange à poesia marginal, pode-se considerar ainda que ela “se realiza no gesto e na atitude do poeta em passar ao largo do esquema editorial, mas, sobretudo porque os poetas marginais escolhem o deboche, a paródia e o chiste como símbolos de seus textos, delineando uma escrita questionadora e essencialmente performática. Nesse caso, os lampejos de resistência emergem da intensa atividade do poeta em captar a circunstância cotidiana e a transformar em poema [...]” (Alves, 2018, p. 13).

²⁴ Pereira, 1981, p. 350.

²⁵ Buarque de Hollanda, 2004, p. 102.

particularmente nas artes públicas, no espetáculo teatral e nos shows de música popular que [...] se transformam em novos rituais da contestação impotente”.²⁶ Relacionada a esses “blocos”, a poesia marginal propunha-se à resistência por meio da apropriação das narrativas cotidianas. Absorver o dia a dia possibilitava capturar o sentimento de opressão vivido, expor os medos e desafios enfrentados pelas pessoas em meio à repressão política e à censura foi uma forma capaz de criar, por intermédio da linguagem simples e direta, uma manifestação que, mesmo de modo sutil, criticava o militarismo.

Heloísa Buarque de Hollanda observa o cotidiano como um território onde se revelam as contradições e temores da sociedade, ideia que pode ser ilustrada pelas poesias de Francisco Alvim, “aquela tarde”, e de Cacaso, “reflexo condicionado”. Embora não formulem um discurso político explícito, esses poemas trazem, por meio da percepção do cotidiano, *nuances* que revelam o temor vivido, articulando uma resistência sutil. Em vez de confrontar diretamente, provocam questionamento sobre a opressão e a complexidade das experiências diárias sob um regime autoritário:

aquela tarde

Disseram-me que ele morrera na véspera
Fora preso, torturado. Morreu no Hospital do Exército
O enterro seria naquela tarde.

(Um padre escolheu um lugar de tribuno.
Parecia que ia falar. Não falou.
A mãe e a irmã choravam.)²⁷.

Reflexo condicionado

reflexo condicionado
pense rápido
Produto Interno Bruto
Ou
brutal produto interno
?²⁸

Os poemas nos dão algumas mostras do que considera a pesquisadora sobre o papel da poesia marginal de atuar como uma manifestação de resistência que se desvela atrelada aos fatos que acontecem no cotidiano. Veja-se, primeiramente, o poema de Francisco Alvim, que, ao se utilizar de uma linguagem ágil, é capaz de retratar de forma bem direta os atos de violência do regime. A morte do indivíduo, presumidamente vítima da tortura, apresenta um fato do cotidiano daqueles que militavam na luta contra a opressão. O texto expresso por Alvim coloca em cena mais um dia “comum” na ditadura, um fato “naturalizado”. A segunda estrofe muda a chave do cotidiano para uma leitura do

²⁶ Buarque de Hollanda, 2004, p. 102.

²⁷ Francisco Alvim. In: Buarque de Hollanda, 2021, p. 36-37.

²⁸ Cacaso. In: Buarque de Hollanda, 2021, p. 56.

silêncio, ao mostrar a figura do padre: “parecia que ia falar. Não falou”. De um lado, podemos entender que esse silêncio simboliza a omissão e a conivência de uma parte da igreja católica, já que aqueles ligados à Teologia da Libertação foram duramente castigados, e, de outro, que o autor deixa à mostra o medo e a opressão. Reforçados pelo choro silencioso da mãe e da irmã da vítima, que ilustra a impotência diante da tragédia. Embora não haja uma articulação matizada da linguagem, o poema é capaz de ilustrar de forma expressiva o cotidiano, como sugere desde o título: “aquela tarde”, que não se limita à menção de um dia específico, mas carrega consigo o simbolismo que pode remeter a qualquer tarde, qualquer momento, em que a violência da ditadura militar brasileira interrompeu a trajetória de alguém. Assim, a tarde mencionada pode ser qualquer uma dentre os incontáveis dias de terror e silêncio.

Por sua vez, o poema de Cacaso, apresenta uma abordagem mais indireta, na qual a brevidade e a ironia se tornam as tônicas do texto. Mesmo curto, o texto evoca o condicionamento ideológico da ditadura em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto, tema que frequentemente vinha à tona e corriqueiramente era repetido no período para propagandar o que chamavam de “Milagre Econômico”. O crescimento econômico ocorre à custa da brutalidade contra o povo: trocam-se investimentos em favor do alinhamento ideológico com países que querem fortalecer seu domínio sobre o Brasil. Assim, os brasileiros sob o regime militar são reduzidos a produtos por um sistema político que prioriza o poder e o capital estrangeiro em detrimento da liberdade e da dignidade do próprio povo. Em uma dinâmica rápida e rasteira, o poema se constrói pelo jogo de palavras que, de certo modo, se mostra provocativo.

Os poemas espelham a atmosfera da época por meio da leitura do cotidiano. Mesmo distintos em sua abordagem, ambos os textos demonstram a possibilidade de enunciar sobre o medo vivido pela sociedade brasileira. Essa, talvez, seja a forma de resistência que Heloísa Buarque de Hollanda percebe nas poesias marginais. De outra maneira, a autora enxerga a resistência pelo fato de que os poetas, movidos por sua própria iniciativa, encontraram nas produções mimeografadas um caminho de expressão para suas ideias. Nesse contexto, desenhou-se uma rede alternativa de publicações que possibilitou, ainda que de maneira bastante limitada, a criação de um sistema independente de escrita, circulação e recepção de textos literários. Por esse viés, a poesia marginal é vista também como um fenômeno que extrapola o que se pensa tradicionalmente como literatura, devido ao seu caráter “totalizador”, como expressa Carlos Alberto Messeder Pereira. Para o autor, a “totalização” é, em primeiro lugar,

observável pelo processo em que o poeta, ao mesmo tempo, se configura autor, designer, produtor, distribuidor e vendedor. Outro fator do caráter “totalizador” referente à poesia marginal foi a capacidade que esse fenômeno teve de englobar um conjunto variado de gerações de intelectuais e, “mesmo dentro de cada uma delas, de ‘frações’ também diferentes. Novamente é a percepção adequada do conjunto que nos dá a compreensão mais exata de cada um dos elementos mais isolados”.²⁹ É essa totalidade que levaria à compreensão da crise enfrentada pelos movimentos de esquerda pré-64 e pré-68, já que os anos 1970 trouxeram novos contornos que necessitavam de uma deliberação própria, era o que o período exigia.³⁰

A poesia marginal e a contracultura pelo ponto de vista crítico

Mesmo que haja uma recepção favorável à poesia marginal, como visto na Expoesia I ou nas críticas elaboradas por Heloísa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira, há também posicionamentos que colocam essa poesia como uma formulação poética enfraquecida. Os concretistas, ainda nos anos 1970, por intermédio dos irmãos Haroldo e Augusto de Campos, já anotavam que os poemas marginais carregavam em seu espírito grande carga de comodismo e achatavam as exigências de qualidade estética.³¹

A crítica à poesia marginal ganha força nos anos 1980 e decorre, principalmente, da ausência de uma coesão estética definida da chamada Geração do Mimeógrafo. Diferentemente de movimentos anteriores, como o Modernismo e o Concretismo, que se destacaram por sua organização teórica, manifestos e projetos coletivos, a poesia marginal era vista como descomprometida e displicente, sem a mesma estrutura formal e teórica que caracterizava esses outros movimentos. Para além da percepção da ausência de um programa que a definisse como movimento literário, as observações da abordagem estético-formal simplificada e a superficialidade na tratativa dos temas que abordava colaboraram para as definições de problemas. Outro fator que corroborava as problematizações vinha da associação da poesia marginal ao desbunde, elemento que

²⁹ Pereira, 1981, p. 348.

³⁰ Pereira, 1981, p. 348.

³¹ Cabañas, 2005, p. 26.

contribuiu para que essa poesia fosse percebida apenas como um fenômeno cultural específico dos anos 1970.

A discussão sobre a poesia marginal é amplamente abordada pelo poeta Glauco Mattoso, que fez parte da chamada Geração do Mimeógrafo. Em sua análise crítica, Mattoso classifica a poesia marginal como resultado de uma geração de poetas caracterizada pela desorganização, desorientação e desinformação. Para ele, o discurso poético dessa geração é predominantemente panfletário, marginal apenas no sentido da clandestinidade, não apresenta um verdadeiro comprometimento com a arte, com a literatura ou qualquer outro projeto maior que possa potencializar seus textos. O que prevalecia, segundo Mattoso, era a valorização de um comportamento social alternativo, fortemente influenciado pelo tropicalismo, em vez de um comprometimento estético ou ideológico. Esse enfoque comportamental, conforme Mattoso, revela que a poesia marginal pode ser entendida como um fenômeno cultural restrito aos anos 1970. Para ele, a poesia marginal carece de um verdadeiro caráter de resistência ou subversão, uma vez que, para desafiar de fato o regime militar, seria necessário confrontar seus valores de maneira a gerar desconforto e perturbação em suas estruturas. Mattoso, assim, argumenta que, ao contrário do que a poesia marginal pretendia alcançar, ela acabava funcionando “dentro das regras do jogo do poder”, acomodando-se aos limites impostos pelo contexto político em vez de rompê-los.³² Para enfrentar efetivamente os padrões e as normas que declarava contrariar, seria necessário que a poesia marginal adotasse uma postura mais radical, rompendo com as estruturas e desafiando diretamente a ordem política estabelecida, criando um deslocamento que pudesse ir além dos limites individuais de expressão para uma oposição que proclamasse o desejo de transformação coletivo e a liberação de todos os outros mecanismos que estavam totalmente dominados pelo autoritarismo.³³

Além de Glauco Mattoso, outros traçam considerações que denotam um olhar crítico inquisidor sobre a poesia marginal, como é o caso de Flora Süssekind, pesquisadora que faz considerações muito próximas das apresentadas por Mattoso. Por uma ótica que aponta para o individualismo, Süssekind interpreta a poesia marginal como uma expressão literária centrada no “eu”. Para a pesquisadora, essa geração de poetas, embora caminhasse sobre uma linha tênue, equilibrava-se no ego de seus próprios autores,

³² Mattoso, 1981, p. 45.

³³ Mattoso, 1981.

o que a leva considerar a poesia marginal como uma expressão literária egoíca. Segundo a autora, os versos dos poetas marginais pulsavam a individualidade, mostrando-se como poesias que se equilibravam na corda bamba.³⁴ O registro do que estava “no ar”, a “onda” do momento, era o que levava a uma escrita que se concentrava no cotidiano. Assim, o narrado era uma captura do efêmero e do fugaz, uma descrição de eventos isolados e passageiros. Por isso, Sússekind afirma que as poesias marginais sugerem uma escrita sem compromisso com o duradouro, ou com o significativo, e a qualifica como um elemento temporal.

Por acreditarem que qualquer coisa que tocassem poderia ser transformada em versos, Sússekind caracteriza os poetas marginais como “Midas da poesia”. Essa obsessão por converter qualquer experiência ou situação em poesia revelava, segundo a autora, uma “exigência quase amorosa por um tom íntimo, caseiro, no texto poético”.³⁵ São essas abordagens que levam Flora Sússekind a identificar o precário e o caráter limitado dessas produções. De maneira geral, ela observa que os textos da poesia marginal dialogavam mais intensamente com as mídias de comunicação da época — como televisão, jornais, propagandas e quadrinhos — do que com o sistema literário tradicional. Essa proximidade com a mídia é que refletia a preocupação com o imediato, com os fenômenos passageiros e banais, reforçando uma estética que privilegiava o presente, sem aspirações de transcendência ou pretensões futuras; ou, como Sússekind define, os poemas marginais não procuravam registrar o extraordinário e se restringiam apenas às ações ordinárias do cotidiano, direcionando-se até mesmo ao insignificante.³⁶ Por isso, os registros evitavam o notável e se concentravam nos sentimentos mais sutis, nas pequenas vontades e nas quase imperceptíveis transformações da vida diária. A Geração do Mimeógrafo, segundo a autora, destacou-se por capturar o trivial, aquilo que normalmente passaria em “brancas nuvens”, abismando-se nos sentimentos mínimos, pequenos desejos e mudanças milimétricas que definiam sua poética.³⁷

³⁴ Provavelmente, Sússekind faz esses apontamentos direcionando-os ao livro de Cacaso, *Na corda bamba*, de 1978, publicação de formato reduzido que possui poemas curtos, entre três e seis versos. Fato que se faz importante destacar: “este é o primeiro livro que Antônio Carlos de Brito assina como Cacaso, representando uma nova marca em sua obra. O poeta está mais maduro e já se consagra como um grande estudioso da Poesia Marginal. Sua poesia agora era definitivamente parte do ‘poemão’, tese em que ele defendia a total desindividualização da produção, em que todos faziam parte de um grande projeto coletivo. É nesse livro que se encontra o talvez poema-chave de sua obra, e o que melhor representa a forma de conceber a poesia” (Martinelli Filho, 2010).

³⁵ Sússekind, 2004, p. 125.

³⁶ Sússekind, 2004, p. 127.

³⁷ Sússekind, 2004, p. 127.

Ainda dentro da crítica que desbasta os possíveis equívocos da poesia marginal, Amador Ribeiro Neto, na introdução da obra *Poesia marginal: antologia poética: Geração Mimeógrafo – anos 1970*, argumenta que, apesar de certa organização eventual, a poesia marginal nunca existiu como um movimento literário estruturado, nem como um grupo de poetas que compartilhassem ideais comuns. Para o autor, os poetas dessa geração eram “porra-loucas” que, de maneira juvenil, usavam a ideia do desbunde para atacar tudo que possuía valor literário, sem demonstrar qualquer entendimento da tradição poética e cultural brasileira. Embora fossem contrários à estética dominante, diferentemente dos modernistas de 1922, não tinham um programa coeso para questionar o padrão vigente. O objetivo dos poetas marginais, segundo Ribeiro Neto, era “malhar” tudo o que fosse possível, especialmente aquilo que tivesse um reconhecimento literário estabelecido. Um exemplo claro desse ataque era João Cabral de Melo Neto, criticado por eles como tecnicista, um poeta de versos “maquinais”, distante da vida cotidiana.

Ribeiro Neto ressalta que, ao contrário de trazer propostas inovadoras, a poesia marginal se apoiava na coloquialidade e no humor, recursos já amplamente explorados pelos modernistas desde 1922. Careciam de familiaridade com a tradição poética, tanto brasileira quanto estrangeira, porque, mesmo que houvesse referências a poetas da geração *beat* estadunidense ou aos poemas-piada de Oswald de Andrade, esse conhecimento era superficial, baseado apenas no que ouviram falar, sem uma investigação ou análise mais apurada.³⁸ Para Ribeiro Neto, a falta de valor estético ou referências efetivas resultou em uma poesia de “segunda classe”, em uma cena que ele descreve como “patética”, povoada por “milhares de zé-ninguém que se autoproclamam poetas a torto e a direito”.³⁹ No entanto, talvez com uma dose de ironia, ele sugere que a “verdadeira poesia marginal” é representada apenas pelos poetas Capinam, Geraldo Carneiro, Glauco Mattoso, Paulo Leminski, Waly Salomão e Zuca Sardan – autores incluídos em sua antologia e reconhecidos por ele como os únicos capazes de produzir textos de “alta qualidade”.⁴⁰

A Geração do Mimeógrafo, como já mencionado, estava vinculada ao desbunde, movimento de contracultura brasileiro dos anos 1970 que se pautava em tendências e comportamentos para se opor ao tradicionalismo do período. Em um estudo da contracultura, movimento que se desencadeou no Brasil durante a ditadura militar,

³⁸ Ribeiro Neto, 2018, p. 3.

³⁹ Ribeiro Neto, 2018, p. 4.

⁴⁰ Ribeiro Neto, 2018, p. 3.

Luciano Martins trata de algumas considerações que eram peculiares ao que chamou de “Geração AI-5”.⁴¹

Compreendem-se como contracultura os movimentos que ativam reações defensivas de grupos que se colocam em ação contrária a uma “cultura autoritária” mediante um sistema comportamental difuso. Coloca-se como uma ação que resiste à instrumentalização do cotidiano posta pelo autoritarismo por meio da censura, da repressão, da violência policial e da supressão das liberdades individuais. As “ações de resistência” de uma contracultura têm como objetivo se exprimir pela reafirmação dos valores negados. São manifestadas por intermédio de comportamentos individuais e coletivos que visam contrariar as imposições autoritárias, afirmando-se nos domínios da liberdade individual e da consciência crítica. São as medidas tomadas pela “cultura autoritária” os parâmetros para as atitudes, referências e comportamentos vividos pela contracultura.

Com base nessas premissas, Luciano Martins compreende que o exame da contracultura é a melhor forma de se medir a alienação produzida na sociedade por um regime autoritário, porque “quando os valores de que esta é constituída são realmente restauradores das noções de *sujeito e liberdade* é que ela pode pretender se construir em negação das práticas autoritárias que violam tais noções”.⁴² Caso isso não ocorra, a contracultura tenderá a reproduzir, embora em outra face, a dimensão geral imposta à sociedade pela “cultura autoritária”.

Nesse espectro, Martins encontra alguns equívocos que colocam em suspeição o movimento de contracultura brasileiro, percebendo-o como um movimento alienado, perdido em si mesmo. Para o autor, o conjunto de práticas do grupo baseava-se em valores

⁴¹ Embora o termo “geração” possa levar à interpretação de que a contracultura brasileira seria composta exclusivamente por jovens, Luciano Martins descreve que este foi um movimento formado por indivíduos de diferentes idades. Tal abordagem é descrita por Cristina Lyra em seu artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em setembro de 1976, no qual descreve que a idade desses produtores variava entre 23 e 46 anos. No caso dos escritores da poesia marginal, as diferenças de perfil etário irão delinear particularidades na forma de apresentar seu material poético, o que coloca em cena diferentes experiências que “diferem basicamente num único ponto, alguns viveram, já adultos, a década de 60 e seus acontecimentos. Os outros vivem, também adultos, os seus reflexos na década de 70” (Lyra, 1976, p. 14). Os que viveram toda agitação política dos anos 1960 são formados, atuam como professores de literatura em universidades — incluem-se aí nomes que ainda são destaques nos estudos literários, como Roberto Schwarz e Silviano Santiago — ou trabalham em redações de jornais. Os mais novos, por sua vez, ainda frequentam a universidade ou são recém-formados, relacionam-se com o mundo de forma diferente, expressam-se por tendências comportamentais (Lyra, 1976, p. 14). Por sua vez, Carlos Alberto Messeder Pereira, em seu estudo sobre a poesia marginal, embora considere uma heterogeneidade etária, aponta que a maioria dos poetas ainda cursava a universidade e que a média de idade estava entre 21 e 22 anos (Pereira, 1981, p. 120).

⁴² Martins, 2004, p. 17-18.

comportamentais vividos como ideia de liberação pessoal. Usavam a antítese ao conservadorismo e às normas impostas pelo regime militar como justificativa para um comportamento cultural hedonista e autocentrado. Os agentes da “Geração AI-5” apontavam sobre o modo de existir em sociedade de grupos que não estavam diretamente movidos pelos interesses econômicos ou de classes, posto que grande parcela de seus membros não fazia parte do processo de produção, ou seja, vêm de uma burguesia urbana que condicionou o seu comportamento como caráter reativo ao autoritarismo que se instalou na sociedade brasileira para manterem um modo de vida desregrado.⁴³ Luciano Martins considera a “Geração AI-5” uma forma alienada de contracultura, devido à complacência com o uso de drogas, à adoção de gírias, que ele vê mais como modismo do que como expressão de pertencimento, e ao comportamento inspirado na cultura *beatnik*. Para Martins, esses elementos não constituíam uma verdadeira contestação, mas uma imitação superficial de tendências estrangeiras, mostrando descompasso com os aspectos que permeavam a vivência social e política do Brasil na época.

Na compreensão de Luciano Martins, as práticas adotadas pela “Geração AI-5” para contrariar a “cultura autoritária” eram, na verdade, alienantes. Para ele, esses comportamentos suprimiam a noção de sujeito, substituindo-a por um exacerbamento vazio e superficial da situação vivida. Ao invés de promover uma verdadeira ruptura com o regime militar, a contracultura brasileira reproduzia, de outra maneira, o ordenamento imposto pela “cultura autoritária”.⁴⁴ Isso se manifestava em discursos desarticulados, pautados pelo modismo e pela ausência de propostas consistentes. As nuances desse movimento falhavam em se conectar com a realidade objetiva e não ofereciam valores ou ações capazes de promover transformações concretas no tecido social.

A falta de coerência em suas ações e a superficialidade de suas críticas tornavam a contracultura brasileira uma contradição em si mesma. Apresentando-se como um conjunto de comportamentos idiossincráticos e individualistas, distanciando-se das próprias ideias que alegava representar. Essa desconexão refletia a incapacidade de propor uma resistência articulada ao regime opressor, já que o discurso era fragmentado

⁴³ Carlos Alberto Messeder Pereira, em seu livro *Retrato de época: poesia marginal anos 70*, traça um perfil dos poetas marginais, observando que a maioria deles residia na zona sul do Rio de Janeiro, o que revela um padrão socioeconômico elevado. Esse dado aponta para o fato de que, pelo menos de forma imediata e direta, a produção desses poetas não encontrava eco entre as camadas populares. A poesia marginal, embora marcada por uma postura de contracultura e contestação, não se conectou com o público popular, permanecendo restrita a um círculo mais privilegiado socialmente (Pereira, 1981, p. 120).

⁴⁴ Martins, 2004, p. 17-18.

e não conseguia se estabelecer como uma força de contestação sólida e duradoura. Ao ignorar sua própria alienação, a “Geração AI-5” acabou fortalecendo a inconsistência do seu posicionamento. Em vez de efetivamente desafiar as normas autoritárias do período, o movimento alimentou-se dele em contrafação. Essa incapacidade de confrontar de maneira eficaz o regime militar fez com que a “Geração AI-5” perdesse legitimidade como um movimento contracultural, já que suas ações não se pautavam em uma verdadeira transformação ou em um movimento de subversão das estruturas autoritárias da época. Assim, em vez de um desafio significativo, o que se via era um movimento preso em contradições, que pouco ou nada avançava na contestação ao poder estabelecido.

Entre a liberdade e a alienação

A contracultura brasileira emergiu em um contexto político e social marcado pelo cerceamento das liberdades individuais e coletivas decorrentes do autoritarismo do regime militar. Nesse cenário, buscou se posicionar como uma força antagônica, utilizando o choque e o impacto comportamental como estratégias de contestação.

Dentre as várias manifestações que surgiram do âmago da contracultura, a poesia marginal e tropicália foram as que mais se destacaram. Na conjuntura da poesia, o mimeógrafo foi uma importante ferramenta, pois permitiu que os poetas se expressassem de maneira autônoma, rompendo com as limitações impostas pelo ambiente político. Por meio de colagens, recortes, desenhos, *clippings* e outras técnicas gráficas, esses poetas puderam explorar sua criatividade e, de certa forma, subverter as normas estéticas convencionais, uma vez que a metodologia empregada era vista como amadora e inadequada para a circulação de textos literários. Embora essa estética sugira desleixo e informalidade excessiva, ela contornou o ambiente profissionalizado e possibilitou que os poetas marginais acessassem alguns dos espaços interditados para colocarem suas produções em circulação.

Mesmo que as fórmulas encontradas sugiram limitações, a poesia marginal representava, ainda que de forma fragmentada e desorganizada, uma tentativa de oposição às normas e tradições. Este antagonismo se manifestava tanto na linguagem quanto no comportamento, ou nas formas alternativas de circulação que burlavam o controle oficial. De outra maneira, sua postura buscava novas formas de expressão, dentro de um contexto

no qual as liberdades individuais e coletivas foram cerceadas. A poesia marginal, como compreende Heloísa Buarque de Hollanda, ecoava o desejo de liberdade em um contexto de repressão e se configurou como uma resposta à censura na década de 1970. Por esse viés, a percepção é que os poetas marginais tentaram a “defesa do direito de agitar a poesia como forma de resistência ao ‘sufoco’ do momento”.⁴⁵

Essas querelas de resistência, como quer Buarque de Hollanda, se desenvolveram pela afirmação de valores alternativos, frequentemente sintetizados pela máxima “sexo, drogas e *rock’n roll*”, juntamente com a incorporação de elementos da cultura *hippie*. Valores e símbolos que, embora reprimidos pelo conservadorismo social, ao mesmo tempo são assimilados e explorados pelo mercado de consumo. O desbunde, movimento ao qual muitos poetas marginais se vinculavam, operava justamente nessa zona de conflito. Ao que parece, a compreensão desses valores como forma de resistência vem do momento vivido no cotidiano, em que era possível se expressar pela liberdade criativa, pela celebração do corpo, da música e da poesia. Talvez, seja dessa maneira que a prática desbundada desafiava o conservadorismo e se apresentava como uma alternativa cultural que dispensava o confronto direto, mostrando que a própria vivência alternativa já era, em si, um ato de subversão, portanto, elementos que configurariam a compreensão de resistência.

De outro modo, há aqueles, como Glauco Mattoso, que percebem a poesia marginal como uma formatação alienada, ideia que pode ser corporificada pela leitura de Luciano Martins ao analisar os movimentos ligados à contracultura brasileira — que aponta para uma forma de expressão, antes de mais nada, focada na liberação pessoal em detrimento de uma manifestação efetiva pela transformação coletiva. Esse aspecto se torna relevante ao considerarmos que muitos dos participantes da poesia marginal eram provenientes da burguesia urbana, especialmente do Rio de Janeiro, e não estavam diretamente vinculados a iniciativas que visassem romper com a estrutura de classes. Tal contexto alimenta questionamentos sobre o caráter político e de resistência do movimento, gerando interpretações que o classificam como um fenômeno alheio às lutas mais amplas da sociedade. Sob essa ótica, a poesia marginal parece traduzir, sobretudo, uma angústia tipicamente burguesa, manifestando uma insatisfação com seu próprio estilo de vida. Ao se limitar a esse enfoque, o movimento não conseguiu abarcar a multiplicidade de dimensões da liberdade que ultrapassassem seu próprio universo.

⁴⁵ Buarque de Hollanda; Pereira, 1982, p. 4

Por esse prisma, a adoção de valores libertários com cunho de liberação pessoal e experimentações individuais podem ser interpretadas como uma forma de “jogar o jogo”; isto é, no caso da poesia marginal, limitam-se a atuar dentro das margens toleradas pelo regime militar, sem realmente romper com as práticas culturais tradicionais que afirmavam rejeitar. Ainda que apresentem certas inovações, essas produções acabam se restringindo a expressões de questões pessoais ou da superficialidade do cotidiano, formatos que não representavam uma ameaça concreta aos privilégios da burguesia e da classe média a que esses poetas pertenciam ou da hegemonia dos militares.

Tomando por base essas evidências, não podemos afirmar que houve uma intenção deliberada por parte dos poetas marginais de quebrar paradigmas ou que suas poesias possuíam um propósito político definido. Principalmente porque o uso de recursos artesanais foi, inicialmente, uma estratégia para produzir conteúdo de forma independente e não uma idealização programada. Outro fator a ser considerado é a estruturação como movimento. Ainda que encontros e eventos tenham acontecido, os poetas não se organizaram para formalizar um movimento de poesia marginal. Demonstra-se com esses aspectos que a poesia marginal é uma formulação espontânea e não planejada, que alcançou um certo sucesso, mas acabou se diluindo rapidamente. Esse enfraquecimento não se deu por perseguições ou outros fatores relacionados ao contexto da ditadura — como no caso das manifestações culturais dos CPCs —, algo que seria comum para um movimento que enseja resistência em um período autoritário, mas, sim, pela falta de coesão entre os próprios agentes da poesia marginal, que, como já mencionado, não estabeleceram vínculos estáveis que permitissem a continuidade. É uma formulação que, em pouco mais de quatro anos, foi do auge à decadência — as primeiras publicações datam de 1971, mas, ao final de 1975, grande parte da produção marginal já apresentava evidentes sinais de “desgaste e modismo”,⁴⁶ resultando, eventualmente, em sua diluição.

⁴⁶ Buarque de Hollanda, 2021, p. 29. Esse discurso de Hollanda, inclusive, contradiz alguns aspectos relevantes que a própria autora faz sobre a poesia marginal. Dessa feita, dá-se vazão para as projeções de Luciano Martins sobre a “Geração AI-5”, que valem para a poesia marginal, visto sua vinculação ao período. Assim, a ideia de Martins aponta para as posturas dessa “geração” sendo calcadas em modismos, discursos desarticulados e na celebração ao uso de drogas, formas encontradas para se contrariar o autoritarismo. Essas práticas e comportamentos acabaram por converter a contracultura brasileira em uma virtude de equívocos, nos quais se delineia um projeto de liberação vinculado à alienação. Esta última é tanto originada pelo autoritarismo quanto mantida pelo próprio movimento de contracultura, porque, ao substituir a ideia de sujeito pelo exacerbamento da subjetividade, acaba contradizendo suas próprias expectativas (Martins, 2004, p. 18-19).

São essas insuficiências que apontam para a alienação da poesia marginal. Ao que compreendemos pelo viés delineado por Luciano Martins, essa alienação pode ser interpretada pela incapacidade de propor rupturas significativas com as estruturas do sistema capitalista, ao qual o discurso ideológico da ditadura estava intrinsecamente alinhado, fator que expõe uma fragilidade significativa do movimento. Essa característica valida as críticas que posicionam as expressões da contracultura brasileira como um espelho invertido do autoritarismo, apresentando uma resistência superficial e limitada em termos de mudança de ordem.

Por um lado, serviu como válvula de escape para indivíduos em busca de expressão em um contexto de repressão severa, no qual direitos fundamentais, como a liberdade de manifestação, eram duramente cerceados. Por outro, essa mesma atuação revelou limitações substanciais, uma vez que evitava demandas que ultrapassassem os interesses de um grupo restrito, contradizendo, assim, a própria noção de liberdade que alegava defender. Sob essa concepção, a poesia marginal revela-se como um fenômeno ambíguo, oscilando entre a rebeldia e o conformismo — uma contradição que dificulta sua caracterização como um movimento factualmente dedicado à subversão das estruturas de poder.

O caráter dessa reivindicação individualizada fez com que a poesia marginal fosse frequentemente vista como autocentrada, com foco predominante em questões circunscritas ao seu próprio círculo. Essa postura, além de reforçar uma visão alienada, priorizou práticas comportamentais voltadas para a expressão individual em detrimento de uma articulação coletiva mais robusta. Tal abordagem acabou por diluir a proposta do movimento em seus próprios equívocos, comprometendo sua potência crítica.

A nosso ver, não foi a ausência de uma estética consistente ou de um planejamento articulado que enfraqueceu a produção da poesia marginal, mas sobretudo a dificuldade do movimento em ampliar seu próprio horizonte crítico. Essa limitação, como observa Luciano Martins ao analisar a chamada “Geração AI-5”, revela lacunas no enfrentamento das dinâmicas repressivas da época, pois muitos dos seus agentes, ao se concentrarem na espontaneidade e na circulação alternativa, acabaram por negligenciar as camadas mais densas da dominação política vigente. Do mesmo modo, a noção de resistência formulada por Heloísa Buarque de Hollanda parece desconsiderar as contradições internas da poesia marginal. Ao enfatizar seu caráter contestatório, por vezes ignora-se que o desejo de ruptura convivia com uma acomodação. A recusa às instituições literárias, muitas vezes transformou-se em uma espécie de “rebeldia estetizada” que, embora expressiva, não

confrontava de forma incisiva as bases materiais e políticas do autoritarismo. Assim, a poesia marginal permaneceu atravessada por uma tensão constitutiva: de um lado, a aspiração à liberdade criativa e à experimentação; de outro, a dificuldade de articular uma crítica mais abrangente às engrenagens repressivas e às hierarquias culturais de seu tempo. Como resultado, um movimento cheio de potencial transformador acabou, em grande parte, neutralizado por suas próprias limitações teóricas e políticas.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DE UMA LITERATURA MARGINAL-PERIFÉRICA

A literatura marginal como reflexo da crise social no Brasil dos anos 1990: algumas considerações a partir de *Capão pecado*

Após o término da ditadura militar, o Brasil vivenciou significativas mudanças políticas que despertaram esperanças de um futuro mais justo e igualitário. A promulgação de uma nova Constituição em 1988 representou um marco importante para a consolidação da democracia, pois buscou assegurar direitos civis, sociais e políticos para a população. Apesar dos avanços políticos, o país enfrentava uma grave crise econômica, caracterizada por uma inflação descontrolada, uma elevada dívida externa e pelo fracasso de diversas tentativas de estabilização econômica.

Em meio a um cenário de instabilidade, o governo adotou políticas econômicas alinhadas aos princípios do Consenso de Washington, orientadas à consolidação do projeto neoliberal. Embora tivessem como objetivo a estabilização da economia, tais reformas provocaram grandes impactos na estrutura social e produtiva do país. A ênfase na atração de capital estrangeiro, em detrimento do fortalecimento da cadeia produtiva nacional, desarticulou pequenos e médios produtores, ampliando a vulnerabilidade da economia e consolidando uma forte dependência em relação aos investidores externos.⁴⁷

As reformas neoliberais provocaram transformações nas relações de trabalho. A reestruturação produtiva, combinada ao enfraquecimento das organizações sindicais, contribuiu para a consolidação de um novo modelo laboral marcado pela precarização, impulsionado pela concorrência e competitividade. Nesse contexto, emergiu o chamado “novo e precário mundo do trabalho”:⁴⁸ uma ofensiva do capital marcada por seletividade econômica, que condenava à marginalização pessoas consideradas inaptas ao sistema produtivo por falta de qualificação ou por considerar o excesso de mão de obra.

Nessa etapa do capitalismo, o desemprego e a precarização das condições laborais impõem aos trabalhadores uma realidade hostil. O mundo do trabalho, impregnado por fetichizações e reificações, contamina a vida cotidiana e condiciona até mesmo os momentos de lazer e consumo, ambos estruturados pelo ordenamento do capital. Serviços

⁴⁷ Melo, 2020, p. 87; Mendes, 2014, p. 53; Sader, 2013, p. 135.

⁴⁸ Anes; Maia; Almeida, 2023, p. 19.

públicos privatizados, turismo moldado pelo consumo e a exigência de qualificação constante evidenciam o controle do capital sobre todas as esferas da vida social. A noção de “empregabilidade” exemplifica essa transferência de responsabilidade pela qualificação ao próprio trabalhador, antes uma função em grande parte desempenhada pelo capital.⁴⁹

Tais fatores evidenciam as diferentes formas de alienação que emergem entre os trabalhadores desempregados, variando desde atitudes de apatia, isolamento e silêncio — predominantes na maioria — até reações mais extremas, como a violência e a agressão direta. Essas manifestações não apenas revelam as crescentes contradições entre os desempregados e a sociedade, mas também escancaram o choque entre a suposta “racionalidade” do sistema produtivo e a “irracionalidade” da vida social. Tal desencontro não só desumaniza como também segrega e isola os indivíduos, gerando consequências concretas, como o aumento da criminalidade, a guetificação urbana e, em alguns casos, explosões sociais. Esses desdobramentos são expressões das contradições estruturais do sistema capitalista, centrado na produção de valor e mais-valor, e contribuíram diretamente para a elevação dos níveis de exclusão social, que atingiram novos patamares.⁵⁰ A pobreza, então, extrapolou os mecanismos tradicionais de controle, tornando-se um fenômeno inassimilável dentro da lógica do capital, o que forçou o Estado a formular novas estratégias de gestão social. No entanto, ao invés de adotar medidas voltadas à inclusão, a resposta estatal estruturou-se em torno de um discurso punitivo, com políticas criminais voltadas à repressão — sobretudo daqueles empurrados para a criminalidade pelas próprias disfunções do sistema. A década foi, assim, marcada por episódios emblemáticos que evidenciam o uso da violência estatal como instrumento de controle social. Os arrastões nas praias do Arpoador instauraram uma cultura do medo entre setores da classe média, enquanto chacinas como as de Vigário Geral, do Vidigal, da Candelária e o Massacre do Carandiru evidenciaram a brutalidade sistemática voltada à população pobre — tratada como descartável diante das exigências e dos ajustes promovidos pelo novo modelo econômico neoliberal. Ainda que cada um desses episódios envolva outros elementos, como os resquícios da truculência herdada da ditadura, a corrupção nas forças de segurança pública e as novas dinâmicas urbanas que

⁴⁹ Antunes, 2009, p. 130.

⁵⁰ Antunes, 2009, p. 133.

remodelaram o espaço social, especialmente no Rio de Janeiro, eles também refletem os desajustes gerados pelas transformações neoliberais.⁵¹

Em meio a esse cenário, movimentos culturais periféricos e suburbanos surgem como formas coletivas de resistência. O *rap* se destaca como linguagem de denúncia das violências sofridas pela população negra e pobre. Suas letras retratam a precariedade das condições de vida nas periferias, a violência policial, a ausência do Estado e a marginalização estrutural. Expõe a vivência cotidiana de jovens empurrados à criminalidade como resultado direto da alienação provocada pela busca de pertencimento a um mundo de consumo do qual são sistematicamente excluídos. Além da denúncia, o *rap* assume uma dimensão pedagógica e formadora de consciência crítica. Funciona como refúgio cultural ao promover vínculo e coesão entre indivíduos que compartilham experiências comuns de opressão. Ao promover o enfrentamento simbólico das estruturas que produzem exclusão, se estabelece como linguagem de alerta aos jovens sobre os riscos da sujeição à lógica do capital, frequentemente a associando à prisão ou à morte.

As narrativas do *rap* representam o inconformismo da juventude periférica diante da degradação urbana e da precariedade. O gênero incorpora elementos de crítica social e histórica, questionando o racismo estrutural e as desigualdades herdadas do passado colonial brasileiro. Nos anos 1990, tornou-se fonte de inspiração para muitos jovens das periferias, funcionando como ferramenta de expressão e como meio de articulação de um sentimento de resistência coletiva. Enquanto expressão artística de caráter político, o *rap* oferece aos jovens excluídos a possibilidade de se perceberem como sujeitos com valores e capazes de assumir o protagonismo de suas próprias trajetórias. Foi o caminho trilhado

⁵¹ Como analisa Giovanna Petrocchi, em seu estudo intitulado *Neoliberalismo, democracia e violência: uma análise comparada da violência policial no Brasil e na África do Sul durante a década de 1990*, esse processo foi impulsionado pela lógica neoliberal, que subordinou as políticas sociais à primazia do econômico, promovendo uma segurança pública pautada na militarização e no discurso de “guerra ao crime”. Nesse cenário, a violência contra populações marginalizadas — jovens pobres, negros, moradores de rua e presidiários — tornou-se prática recorrente. Dois episódios desse período foram o Massacre do Carandiru e a Chacina da Candelária, ambos em 1992. No primeiro, 111 presos foram executados pela polícia durante uma rebelião, revelando a degradação do sistema prisional e a brutalidade institucionalizada. No segundo, jovens em situação de rua foram mortos por policiais no centro do Rio de Janeiro. Esses casos não foram exceções, mas expressão de uma política de extermínio contra os considerados socialmente descartáveis. O Massacre do Carandiru, em especial, escancarou a negligência do Estado e abriu caminho para o fortalecimento de organizações como o Primeiro Comando da Capital (PCC), criado em 1993 como resposta à violência e às péssimas condições carcerárias. A consolidação desse grupo ilustra como a repressão sistemática gerou reações organizadas dentro do próprio sistema prisional, marcando um novo ciclo de conflito entre Estado e periferia. A década de 1990, assim, consolidou um modelo de gestão da exclusão baseado na violência, no encarceramento em massa e na criminalização da pobreza (Petrocchi, 2020).

por Reginaldo Ferreira da Silva, o Ferréz, jovem desempregado que, inspirado pela linguagem do *rap*, finalizou em 1999 o romance *Capão pecado*.

Por meio de personagens marcados por experiências de exclusão, *Capão pecado* constrói um retrato vívido do cotidiano das periferias, onde desejos, frustrações e resistências a um cotidiano adverso se entrelaçam com a ausência de oportunidades. A obra, mediante uma narrativa baseada em experiências individuais e coletivas, propõe pensar sobre as condições sociais e econômicas na periferia de São Paulo na década de 1990. O território onde se desvelam as ações é o Capão Redondo, região periférica da cidade que se destaca tanto pelas manchetes policiais sensacionalistas relacionadas à violência como também pelos elevados índices de pobreza e pela falta de oportunidades culturais e educacionais.

Embora *Capão pecado* enseje valores presentes na obra de *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins, que cria uma visão panorâmica da comunidade Cidade de Deus, a partir de quem vem de dentro, o trabalho de Ferréz não irá traçar um quadro narrativo similar. Isso porque a obra de Paulo Lins se desenvolve por meio de uma intrincada rede de personagens e narrativas individuais, que se entrelaçam ao longo da trama por intermédio de um abrangente enfoque espaço-temporal, o qual vai da criação da Cidade de Deus, no fim dos anos 1960, até as violentas guerras pelo comando do tráfico de drogas, no início dos anos 1980. *Capão pecado* segue prospecto diferente dessa concepção, pois se firma em um recorte temporal mais estreito — entre meados e o fim dos anos 1990 — e não se constrói a partir de um panorama antropológico do Capão Redondo.

No romance, a juventude periférica é abordada por meio de personagens que tentam apresentar ao leitor a complexidade de se tornar adulto em um cenário de poucas oportunidades, sejam estas educacionais ou profissionais, fato que demonstra a manutenção de um padrão que se repete. Os contornos da violência são moldados pela deterioração social. Dessa forma, a violência não se restringe apenas à opressão física exercida sobre outros pelo uso de poder e força, seja por meio de ameaças, seja por atos concretos que afetem a integridade física, como geralmente entendemos o termo. A violência emerge também das condições enfrentadas por sujeitos vulneráveis à fome, privados de bens essenciais, vivendo em áreas desprovidas de infraestrutura e moradias adequadas, expostos ao esgoto a céu aberto e privados de direitos fundamentais. Embora o romance se proponha a evidenciar os desafios e pontos de vista que atravessam a juventude, essa abordagem é realizada de maneira bastante objetiva e direta. Como

resultado, para captar a narrativa, a partir de um ponto de vista analítico, torna-se necessário ler nas entrelinhas, explorando os elementos implícitos que revelam as contradições e *nuances* presentes na experiência dos personagens.

A influência do *rap* em *Capão pecado* ultrapassa os limites do texto e se manifesta também na composição gráfica e nos elementos pós-textuais da obra, consolidando uma estética intensamente ligada à representação da marginalidade social. A configuração visual do livro — desde a escolha de imagens até sua diagramação — remete à concepção de um álbum de *rap*, com o objetivo de provocar um impacto imediato no leitor, antecipando visualmente a dureza das narrativas que compõem o enredo. Essa intencionalidade estética aproxima o romance das linguagens da cultura hip-hop e reforça o vínculo entre arte e a crítica social. As fotografias distribuídas ao longo do livro — mostrando cenas do Capão Redondo, como campos de futebol, ruas de barro, córregos a céu aberto, crianças brincando entre destroços e trabalhadores em suas rotinas — funcionam como documento visual da exclusão urbana, reiterando o compromisso com a materialidade da experiência periférica. Tal escolha ecoa os encartes de álbuns de *rap*, em que imagens do cotidiano periférico contribuem para construir a identidade da obra.

Entretanto, essa composição estética, embora originada na luta e na valorização de grupos socialmente marginalizados, não está isenta das contradições impostas pela indústria cultural. O gesto de transformar a obra em um objeto visualmente provocativo carrega, por um lado, o potencial de exposição das contradições sociais e mobilização; por outro, dialoga com mecanismos de consumo simbólico e com os códigos de circulação de mercadorias culturais. A forma pela qual o romance é embalado, apresentado e distribuído atua simultaneamente como veículo de contestação e como produto inserido no circuito da indústria cultural — tal como os próprios discos de *rap* que, ao mesmo tempo que criticam o sistema, precisam negociar com ele para alcançar visibilidade.

Neste âmbito, observamos que o sistema manipula a valorização de produções como o romance de Ferréz e também o *rap*, pois seu interesse é lucrar com as melhores oportunidades. Podemos perceber essa intenção voltando às observações da estrutura gráfica da obra. Como demonstramos, a obra é dotada de radicalidade em sua configuração, seja pelas fotografias, seja pelos paratextos. Esses matizes que aproximam o livro da concepção de um álbum de *rap* foram paulatinamente apagados à medida que a obra migrou de editoras: entre Labortexto, Tusquets, Planeta, Objetiva e Companhia das Letras, a identidade visual da obra foi gradualmente se perdendo. Não apenas as

fotografias foram eliminadas, mas também a capa foi suavizada, deixando de refletir a intenção original de antecipar o impacto do conteúdo narrado. Outro fator a ser evidenciado é a retirada dos paratextos — assinados por Gaspar, pelos *rappers* Mano Brown, Negredo e Cascão e pelos conjuntos de *rap* Outraversão e Conceito Moral. Os textos que construíam uma enunciação coletiva e ressoavam em consonância com o conteúdo do romance foram excluídos na publicação pela Companhia das Letras. As condições que vinculavam a obra ao *rap* foram completamente eliminadas, sendo substituídas por um posfácio assinado por Marcelino Freire, escritor que, embora aborde aspectos de vidas marginalizadas e desvalidas pelo sistema em seus textos, não se vincula à coletividade ou ao engajamento característico do *rap*.⁵²

Reconhecemos que é comum, ao longo dos anos, que os trabalhos de qualquer autor passem por modificações em seu projeto gráfico, arte visual ou em outras escolhas editoriais. Contudo, quando se trata de obras como *Capão pecado*, cuja concepção original foi pensada como uma afronta e está alinhada a um projeto maior, essas alterações podem resultar em uma perda de elementos que serviam para amplificar seu impacto crítico. Nesse contexto, qual é o propósito da provocação inscrita em uma das folhas de rosto do romance, que diz: “‘Querido sistema’, você pode até não ler, mas tudo bem, pelo menos viu a capa”, quando sua mais recente edição apresenta uma identidade visual suavizada, quase conciliatória com o sistema? Essa provocação ainda é relevante quando o *design* da obra, que antes reforçava sua natureza insurgente, já não choca, não desafia, e talvez sequer incomode o público leitor mais alheio ao que Ferréz retrata sobre a periferia? A essência da obra, pensada para causar impacto, parece se diluir ao ser adaptada a um formato visual mais palatável — que busca atrair um público maior, não necessariamente interessado em interpretações críticas ou analíticas — ao custo de esvaziar o poder subversivo direto que carregava em suas edições iniciais.

⁵² O posfácio escrito por Freire contribui de certa forma para enriquecer a obra, trazendo importantes reflexões sobre a literatura brasileira e como Ferréz, mesmo enfrentando resistência do meio literário dominante, conseguiu se destacar no cenário literário nacional a partir de *Capão pecado*, considerada uma obra importante no século XXI pela sua forma, que estabelece vínculo direto com as feridas brasileiras ainda abertas. Embora Freire, por um lado, mencione no posfácio o texto de Mano Brown, que se fez presente nas edições anteriores, e cite nomes da literatura marginal-periférica como Sacolinha, Allan da Rosa, Gato Preto, Preto Ghóez, Alessandro Buzo e Sérgio Vaz; seu texto, por outro lado, escanteia a coletividade que se afirmava por meio de sujeitos ativos dentro das periferias.

A construção de uma “expressão marginal”: a revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* como marco inicial da literatura marginal-periférica

Capão pecado foi fundamental para a concepção do que Ferréz viria a definir como literatura marginal. Estabeleceu um modelo que não só se consolidou em seus trabalhos posteriores, como também serviu de base estética e enunciativa para muitos outros escritores que emergiram das periferias na primeira década dos anos 2000. A obra absorveu as influências do *rap* e utilizou a linguagem deste gênero para moldar uma proposta literária que articula manifestações políticas, coletivas e contestatórias. Essa fusão entre literatura e música possibilitou uma narrativa capaz de colocar em evidência as enunciações de indivíduos marginalizados por suas condições socioeconômicas.

A ideia de literatura marginal como expressão literária é construída a partir da criação da revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, um projeto orgânico totalmente conectado às experiências de marginalização, sejam estas individuais ou coletivas, dos diversos escritores que participaram do projeto. Publicada em três partes — Ato I (2001), Ato II (2002) e Ato III (2004) — sob a coordenação de Ferréz, a revista reuniu 80 textos de 48 autores. Além dos escritores das periferias, a revista também deu espaço a outros grupos marginalizados, como indígenas, encarcerados e pescadores, demonstrando a diversidade de enunciações que compõem a literatura marginal. A revista consolidou-se como um marco de expressões marginais, pois, como aponta Érica Peçanha do Nascimento, representou uma ação coletiva sustentada por um projeto intelectual comum, de caráter estético, político e pedagógico.⁵³ A primeira edição da revista ampliou os debates em torno do que viria a ser denominado como literatura marginal na produção cultural contemporânea e também serviu como porta de entrada para muitos escritores no campo literário.⁵⁴ O conjunto das edições *A Cultura da Periferia* pode ser compreendido como instância legitimadora da produção marginal: “Por conta destes elementos todos, a

⁵³ Nascimento, 2009, p. 52-53.

⁵⁴ O conceito de campo literário, formulado por Pierre Bourdieu, compreende a literatura como um espaço de produção atravessado por disputas de poder, hierarquias e regras próprias. O campo literário constitui uma estrutura social autônoma, onde escritores, críticos, editores e instituições culturais ocupam posições em constante confronto e não é considerado neutro ou puramente estético. Bourdieu distingue dois polos principais: o autônomo, voltado à criação desinteressada e à busca por legitimidade simbólica, e o heterônomo, subordinado à lógica do mercado e ao lucro. A tensão entre ambos define o dinamismo do campo e evidencia como a arte se relaciona com as estruturas sociais. Cada agente mobiliza diferentes formas de capital — simbólico, cultural, econômico e social — e age conforme seu *habitus*, conjunto de disposições e experiências que orientam práticas e percepções. Assim, o campo literário é um espaço de luta simbólica, onde se disputam não apenas reconhecimento e legitimidade, mas também a definição do que é “literatura legítima”. Nesse sentido, a literatura reflete e reproduz as contradições e desigualdades sociais, sendo tanto produto quanto agente das relações de poder (Bourdieu, 2005).

revista [...] é adotada, nesta pesquisa, como marco para a compreensão da entrada em cena dos escritores da periferia sob a rubrica literatura marginal”.⁵⁵

Corroborando Nascimento, compreendemos que essas publicações constituem um projeto que busca afirmar a existência de uma expressão literária criada por sujeitos marginalizados, excluídos não apenas na esfera socioeconômica, mas também no campo das letras. A publicação dos três atos da *Literatura Marginal* surge a partir de uma proposta coletiva, direcionada por desejos comuns entre aqueles que vivem à margem. Percebe-se que, além do desejo de periféricos e marginalizados serem autores de suas próprias narrativas no espaço literário, essa iniciativa também se compromete com o debate sobre as desigualdades. Nesse processo, o marginalizado/periférico abandona a condição de objeto literário e se torna sujeito literário, pois, como aponta Mário Augusto Medeiros da Silva, ao tomar consciência de sua condição histórica, imprime o desejo de expressar sua própria visão, criando um “universo ficcional [muitas vezes, também de teor testemunhal] em que seu grupo social é privilegiado enquanto personagem”.⁵⁶

A chamada “literatura marginal” emerge com o propósito de ressignificar o sentido pejorativo atribuído a produções situadas fora do cânone literário, muitas vezes associadas a autores oriundos de contextos populares e desvalorizadas por preconceitos ligados à origem social e ao estilo de escrita. Ao afirmar seu lugar no campo literário, essa expressão desafia os critérios tradicionais de valorização estética e intelectual, propondo uma ampliação dos horizontes culturais e das formas de expressão consideradas válidas. Desse modo, a marginalidade transforma-se em um ponto de convergência para a construção de uma coletividade, funcionando também como instrumento de mobilização em prol de melhorias nas condições socioeconômicas — uma postura assumida por diversos escritores vinculados a essa vertente. Pode-se, portanto, afirmar que a organização da coletânea utiliza o termo para conferir um novo significado à expressão “literatura marginal”. Assim, a *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* surge “para dar conta de algumas produções individuais que se manifestam no momento [...] é elaborada pela necessidade de aproximar a produção literária da periferia das cidades, assim como os autores que ali surgem.”⁵⁷

Nesse contexto, emerge uma multiplicidade de textos que evidenciam as várias dimensões de uma produção coletiva atravessada por experiências comuns, mas não

⁵⁵ Nascimento, 2009, p. 52-53.

⁵⁶ Silva, 2023, p. 294.

⁵⁷ Silva, 2023, p. 115.

homogêneas. As abordagens variam desde obras marcadamente políticas e voltadas ao engajamento social, até aquelas que, embora não assumam um compromisso explícito com uma identidade política, expressam formas diversas de percepção e enfrentamento das desigualdades. Contos, poemas, crônicas e outras narrativas presentes na coletânea revelam uma ampla gama de estilos de linguagem e diferentes “formulações estéticas”, que, por sua vez, refletem a pluralidade de vivências dos autores. Esses recursos expressivos não apenas traduzem distintas experiências sociais e culturais, como também indicam as formas singulares de seus sujeitos dialogarem com as contradições do meio em que vivem.

Diante dessa variedade de expressões, torna-se pertinente recuperar um importante pensamento de Antonio Candido, presente em um prefácio escrito para *Malagueta, Perus e Bacanaço*, de João Antônio. A análise de Candido sobre a obra de João Antônio revela preocupações que também atravessam muitos dos textos presentes na coletânea aqui analisada. Como observa Candido:

Aqui não há, com efeito, um narrador culto que reserva para si o privilégio da linguagem de outra esfera através da imitação de sua linguagem irregular, que serve para manter a distância. Longe disso, narrador e personagem se fundem, nos seus contos, pela unificação do estilo, que forma um lençol homogêneo e com isso define o mundo próprio a que aludi. Não se trata, portanto, de mais um autor que usa como pitoresco, como coisa exterior a si próprio, a fala peculiar dos incultos [...]

Uma das coisas mais importantes da ficção literária é a possibilidade de “dar voz”, de mostrar em pé de igualdade os indivíduos de todas as classes e grupos, permitindo aos excluídos exprimirem o teor da sua humanidade, que de outro modo não poderia ser verificada. Isso é possível quando o escritor, como João Antônio, sabe esposar a intimidade, a essência daqueles que a sociedade marginaliza, pois ele faz com que existam, acima da sua triste realidade. Nos contos deste livro, mas sobretudo nos finais, ele é um verdadeiro descobridor, ao desvendar o drama dos deserdados que fervilham no submundo; dos que vivem das lambujens da vida e ele traz com a força da sua arte ao nível da nossa consciência, isto é, a consciência dos que estão do lado favorável, o lado dos que excluem. Sob este aspecto, João Antônio faz para as esferas malditas da sociedade urbana o que Guimarães Rosa fez para o mundo do sertão, isto é, elabora uma linguagem que parece brotar espontaneamente do meio em que é usada, mas na verdade se torna língua geral dos homens, por ser fruto de uma estilização eficiente. No conto final a narrativa é particularmente áspera, magra, entrecortada, criando desde logo o sentimento de que estamos presentes na ação, enquanto a noite escoia, vem a madrugada, a manhã rompe e os projetos dos três malandros fracassam de maneira pungente. Pela força da escrita, o peso humano e a coragem de mostrar as entranhas da cidade, este conto pode ser considerado um dos mais altos da nossa literatura contemporânea, ao representar com tanta maestria “o jogo triste da vida”.⁵⁸

Como destaca Antonio Candido ao analisar a obra de João Antônio, tradicionalmente enquadrada como “literatura marginal”, sua linguagem narrativa não

⁵⁸ Candido, 2004, p. 16-17.

recorre a um narrador culto que, à distância, simula a fala irregular dos marginalizados como algo externo e revestido de estereótipos. Ao contrário, há uma fusão entre narrador e personagem, uma unificação estilística que cria um “lençol homogêneo” definidor do universo próprio da narrativa. Assim, João Antônio não se apropria da fala dos marginalizados como um objeto exótico ou curioso, mas a incorpora como elemento legítimo de expressão, aproximando-se das enunciações periféricas de forma verdadeira e relacional — uma linguagem que, embora ancorada na experiência concreta, adquire uma “segunda natureza no reino da transfiguração criadora”.⁵⁹ Nessa perspectiva, Candido afirma que uma das funções mais significativas da literatura é “dar voz”, isto é, representar indivíduos de todas as classes e grupos com equidade, permitindo que os excluídos revelem sua humanidade, algo que de outro modo permaneceria invisível. Trata-se de fazer com que esses sujeitos “existam, acima da sua triste realidade”.⁶⁰ Dentro desse conjunto diverso de vozes e formas literárias, é possível identificar um movimento de dissolução das fronteiras entre narrador e personagem, entre linguagem erudita e fala popular, operação que, segundo Candido, está entre as mais potentes formas de visibilizar aqueles que a sociedade costuma relegar à margem.

Nos textos da coletânea em análise, assim como na obra de João Antônio, observa-se um esforço de aproximação entre os escritores e os sujeitos retratados. Não se trata de um recurso estilístico que quer representar o exótico, pois o que se busca é a mobilização do gesto ético de compartilhamento e transfiguração da experiência dos que são marginalizados. A estética mobilizada por esses autores, embora não ancorada em formas tradicionais da chamada alta cultura, está comprometida com o drama humano que emana das periferias e das zonas de exclusão. A literatura torna-se, nesse contexto, um meio de revelar as margens da cidade, os meandros dos presídios e o cotidiano das comunidades, enquanto eleva os sujeitos historicamente excluídos, expondo, como diria Candido, “o teor da sua humanidade”.⁶¹ Ao recorrer a uma linguagem que nasce do cotidiano, mas que é elevada pela força da estilização, esses escritores tornam visível — e, por vezes, sensível — o “jogo triste da vida” vivido por aqueles que habitam os espaços marginalizados. E o fazem não como objetos de observação ou do movimento de expressão estética que busca a arte ser elaborada como elemento de apreciação da própria arte, mas o fazem como protagonistas de suas próprias histórias e com o desejo de restituir

⁵⁹ Candido, 2004, p. 16.

⁶⁰ Candido, 2004, p. 17.

⁶¹ Candido, 2004, p. 17.

o que foi negado, tomado e usurpado. Não se trata apenas de uma reivindicação de aceitação ou inclusão, trata-se, acima disso, de um quadro que visa reparação, justiça e a busca da reversão de quadros de pobreza, ainda que esses sejam idealizados pela matização literária.

A chamada “literatura marginal”, que surge no início deste século, desenvolve-se, portanto, com base em princípios que dialogam diretamente com a concepção defendida por Antonio Candido no prefácio à obra de João Antônio. Candido sustenta que a literatura, quando comprometida com os dramas e experiências das camadas excluídas, adquire uma dimensão ética e transformadora. Tal concepção não exige da arte uma função moralizadora, mas a afirmação da recusa da neutralidade literária, situando a literatura como prática crítica, um elemento de elaboração de denúncia, afirmação e resistência diante da exclusão.

É a partir desse horizonte que esta análise propõe examinar como a revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* incorpora tal concepção. A coletânea reúne um conjunto heterogêneo de textos que, mesmo distintos em estilo e temática, colaboram coletivamente para a constituição de um espaço simbólico de afirmação das experiências periféricas e marginalizadas. Esses textos não conformam um corpo homogêneo ou fechado; ao contrário, revelam uma multiplicidade de vozes e abordagens que delineiam os contornos de uma literatura que se reconhece como marginal e, ao mesmo tempo, periférica.

Entre as múltiplas concepções presentes, analisaremos alguns textos com o intuito de compreender como essa heterogeneidade contribui para a configuração editorial da revista, bem como para a constituição de uma expressão literária, articulada em torno da noção de marginalidade. Em muitos deles, observa-se a retomada crítica de pilares constitutivos da formação social brasileira, como o colonialismo e a escravidão, abordados a partir das vivências de sujeitos subalternizados — indígenas, negros, pobres, trabalhadores, ribeirinhos, pescadores, presidiários e moradores das favelas e periferias. São textos que, ao remeterem à violência estrutural do passado e sua permanência no presente, promovem uma reatualização crítica dos fundamentos do país. Outros textos se destacam por uma abordagem centrada nas contradições de classe, examinando o cotidiano do trabalho, os vínculos familiares atravessados pela precariedade e os efeitos subjetivos da alienação. Há ainda aqueles que utilizam a linguagem como ferramenta de enfrentamento, valendo-se de variações linguísticas, gírias e construções orais como modo de desestabilizar o padrão normativo da literatura e afirmar outros modos de

expressão. Essas escolhas estilísticas, além de comunicarem experiências sociais distintas, confrontam também o próprio conceito de literatura ao questionar os critérios de legitimação impostos pelas instituições culturais tradicionais.⁶²

Cabe observar, no entanto, que nem toda tentativa de representar o universo periférico resulta, por si só, em uma literatura marginal no sentido mais potente do termo. Alguns autores optam por construir discursos de marginalidade por caminhos estéticos que, em certos casos, esbarram na superficialidade, limitando-se à representação de elementos do cotidiano periférico sem, no entanto, confrontar as estruturas narrativas e políticas da escrita. Isso nos leva a compreender que a literatura marginal não pode ser reduzida à tematização da pobreza ou da violência urbana. Ela se constitui como marginal na medida em que consegue articular uma posição crítica, propondo, por meio da linguagem, uma intervenção simbólica na realidade.

Obviamente, não será possível contemplar, nesta análise, todas as particularidades e nuances temáticas presentes na coletânea. No entanto, optamos por destacar alguns textos que consideramos mais representativos em relação aos aspectos centrais anteriormente delineados — como a problematização das heranças coloniais, as marcas da escravidão, as desigualdades de classe, a linguagem utilizada e a busca por formas de expressão literária que escapem à normatividade culta. A escolha desses textos pretende

⁶² A discussão proposta neste ponto busca refletir sobre os limites e as possibilidades da crítica literária, retomando debates centrais na teoria da literatura. Terry Eagleton, em *Teoria da literatura: uma introdução* (2006), questiona definições rígidas do literário e propõe uma abordagem mais inclusiva e historicamente situada, o que permite reconhecer como válidas produções oriundas de contextos marginalizados, mesmo quando distantes das convenções formais tradicionais. De modo complementar, Raymond Williams, em *Marxismo e literatura* (1979), critica análises restritas ao plano das ideias e enfatiza a necessidade de considerar a prática social em que as diferenças se materializam. Williams também aponta que a crítica literária, em muitos casos, reforçou critérios tradicionais, falhando em aplicar de modo consequente a “consciência prática” no campo estético (1979, p. 53-57). Nessa mesma linha, o Coletivo de Pesquisa de Warwick, em “A questão do realismo periférico” (2021), recupera a distinção feita por Fredric Jameson entre gosto, análise (forma e contexto) e avaliação (efeitos sociopolíticos), defendendo uma crítica sensível às experiências sociais expressas nas obras (2021, p. 97-98). Já Nabil Araújo, em “Sobre a violência da crítica” (2020), evidencia os mecanismos de exclusão da crítica e da historiografia literária, que frequentemente recusam a alteridade (2020, p. 29-75). O argumento central não consiste em negar o cânone ou desqualificar a crítica, tampouco em atribuir imunidade analítica às produções marginalizadas ou a seus escritores. O que se busca é problematizar o mecanismo de distinção que frequentemente orienta os critérios de legitimidade, os quais, sob a aparência de neutralidade, acabam reproduzindo hierarquias culturais naturalizadas. Essa mecânica tende a obscurecer a pluralidade das formas literárias. Lembrando Antonio Candido, que representa a excelência da crítica literária, anota em “O direito à literatura”: a função da literatura está vinculada à sua complexidade, que lhe confere um papel ao mesmo tempo contraditório e humanizador. Isso se realiza por meio da criação de objetos dotados de estrutura e significado próprios, capazes de expressar a visão de mundo de indivíduos e grupos diversos. A literatura, assim, constitui uma forma de conhecimento presente em todos os estratos sociais e em todos os tipos de cultura, abrangendo desde o folclore até as mais sofisticadas e elaboradas produções escritas (Candido, 2011, p. 174-176).

antes revelar algumas das nuances da chamada “literatura marginal”, ressaltando como nessa coletânea ela se constitui por meio de muitos aspectos distintos.

É com esse intuito que iniciamos nossa leitura pelo poema “Pai e eu”, de Edson Veóca, morador da Cidade de Deus, comunidade periférica do Rio de Janeiro. Veóca, que contribui com outros três textos na coletânea, destaca-se por um projeto poético ancorado na experiência cotidiana e nas relações familiares atravessadas pela precariedade e pela resistência silenciosa. Seu poema propõe uma análise sensível e, ao mesmo tempo, incisiva sobre o vínculo entre pai e filho em contextos marcados pela ausência de oportunidades, pelo esforço diário para sobreviver e pela memória afetiva como forma de construção subjetiva. A escolha desse texto como ponto de partida se justifica tanto por sua densidade emocional quanto por sua capacidade de condensar muitos dos elementos do cotidiano de famílias pobres cujo sustento depende do sacrifício contínuo dos pais.

Era manhã, eu era menino.
 Meu pai caminhava
 por dentro do sol.
 Muitos outros pais
 o sol atravessavam.
 Partia meu pai
 para o trabalho braçal e pesado
 no norte de criar as crias
 sem que faltassem pão e farinha.
 Essa agonia cotidiana de anos,
 do rosnar incômodo do motor
 do ônibus lotado.
 Vezes eu via
 o olhar fixo de meu pai.
 E num de repente,
 de raio rachando as nuvens,
 de vento sudoeste apagando as velas,
 ele sacudia o crânio
 para afugentar os gritos deste cotidiano,
 as sombras do desemprego,
 as garras da ditadura.
 Esses pregos
 Perfuravam-lhe a vida,
 os poros, os sonhos.
 Livre só era
 na mínima fração
 de chegar em casa tarde, esgotado,
 com cinco balinhas Juquinha no bolso,
 e saber dos filhos vivos
 e dormindo.⁶³

O poema trata sobre o pesado labor que coloca chefes de famílias periféricas em funções exaustivas, nas quais se exige muito do físico e da mente. São empregos de pouco ganho, muitas vezes, insalubres e informais. Submeter-se a essas condições aponta para

⁶³ Veóca, 2001, ato I, p. 16-17.

a necessidade, já que a ausência do trabalho, por pior que seja sua condição, pode facilmente direcionar à falta do básico e à fome. Nesse sentido, o texto demarca o sujeito da periferia, que firma suas observações nas condições de vulnerabilidade. Os versos possibilitam essa leitura sobretudo por enfatizarem a exploração do trabalho e o processo de alienação do trabalhador. No que diz respeito ao primeiro, embora não explicitamente, tem-se a visão do trabalhador que não recebe a fração correspondente ao que gera com sua força produtiva em um trabalho “braçal e pesado”. O ganho é pouco e garante minimamente “pão e farinha”, marcando a negação da renda adequada à demanda de trabalho. Em relação à alienação, percebe-se que o pai/trabalhador se torna estranho a ele mesmo, já que o trabalho toma todo o seu tempo, manifestando poder maior sobre ele. A reiteração do cotidiano sob a repetitiva função de guiar o coletivo pelo mesmo trajeto, diversas vezes ao dia, e estar sob o constante estresse do “rosnar incômodo do motor” retiram a integridade humana desse pai. Ele é transformado em um objeto, uma mera extensão de sua ferramenta de trabalho.

Demonstra-se o fenômeno da usurpação por meio de uma linguagem que evidencia a concretização da desigualdade na vida daqueles que precisam vender seu tempo e produção para o sistema de acumulação. Os desafios entre o trabalho exaustivo e as condições de vida ilustram como atividades laborais pesadas e repetitivas acabam por minar não apenas a qualidade de vida desses trabalhadores, mas também suas percepções de si mesmos e do mundo ao seu redor. Assim, Veóca coloca em tela a alienação e a opressão vivenciadas no cotidiano, mostrando que a marginalidade não é apenas uma questão geográfica ou social, mas uma experiência moldada pelas condições materiais e emocionais da vida periférica. Isso é denotado não somente pelo fato de o trabalhador se transformar em mercadoria, mas também pelo assalto à sua liberdade, dado que sua existência é absorvida pelo labor e que, contudo, não obtém sua justa porção sobre ele. Essas figurações são reforçadas por meio de metonímias que demonstram a alienação através de elementos que supõem a dor no corpo e no espírito: “Esses pregos / Perfuravam-lhe a vida, / os poros, os sonhos”. As figuras de linguagem tornam-se mais veementes diante da ilustração que acompanha o poema, na qual vemos um desenho em uma tonalidade amarronzada, de um trabalhador crucificado junto às suas ferramentas de trabalho. A analogia ao Cristo crucificado desenha alguns dos matizes da acumulação, pois reproduz o sacrifício do trabalhador em benefício de uma entidade que se nutre de suas lágrimas, de seu suor e de seu sofrimento diário — o dinheiro representa os pregos que mantêm os homens presos à cruz. A analogia ao Cristo crucificado revela a

brutalidade da acumulação de capital, em que o trabalhador está preso pelo martírio contínuo, sendo seu corpo, sua mente e sua vida sacrificados para alimentar o sistema.

Este símbolo de exploração, no entanto, não se limita apenas ao trabalhador periférico, visto que um dos aspectos fundamentais da coletânea é a multiplicidade de enunciações que expressam diferentes experiências de marginalização. Para além dos trabalhadores e periféricos, os textos abrangem as vivências de sujeitos em condição de privação de liberdade, indígenas, e até comunidades de pescadores, ampliando a discussão sobre como a exclusão permeia diversos grupos da sociedade. Uma pluralidade reforça a necessidade de visibilizar as lutas de grupos historicamente silenciados. Assim, surgem textos como os assinados por Jocenir — ex-presidiário e coautor da música “Diário de um detento”, dos Racionais MC’s —, Káli-Arunóe e Inziné — indígenas do povo Terena, no Mato Grosso do Sul — e por Dona Laura — uma das lideranças da comunidade de pescadores Z3, em Pelotas. Esses autores demonstram a ideia de maior representatividade de sujeitos marginalizados, apontando também para outros que estão fora do enclave urbano.

Considerando que a marginalização dos povos indígenas constitui um elemento intrínseco à narrativa do Brasil, seja devido à sua condição histórica durante o processo de colonização, seja pela forma de vida fortemente ancorada em suas culturas, tradições e narrativas específicas, faz-se pertinente uma breve análise dos escritos de Káli-Arunóe e Inziné. Os textos das autoras Terena deixam à mostra o anseio de ambas por se expressarem como sujeitos conhecedores da cultura de seu povo. As autoras, que se reconhecem e se afirmam como indígenas, mostram em seus textos as diferenças do seu modo de existir como Terena, apresentando a relevância da cultura de seu povo. Demonstram uma conscientização aguda dos impactos da colonização e da interferência cultural do homem branco, que pode resultar no apagamento de todo o passado de seu povo.

Ontem, enquanto noite caía sobre nossa aldeia aqui no Pantanal, estávamos caminhando por um trilheiro pensando na nossa vida de professoras do nosso povo e pensando também no nosso futuro e diante de uma matemática, por exemplo, que nos ensina a contar mais do que os tradicionais três números da aritmética da cultura dos Terena, ou melhor, dos Xané, como nós nos chamamos em nossa língua original.

A vida que vivemos em nossa infância, assim como a de muitas crianças de nossa idade, era correr pela chuva e ficar catando frutas do mato ou milho na roça, para depois adormecer no colo de nossas avós, ouvindo suas histórias. Naquele momento, passamos a pensar que, se nós ouvimos as histórias do nosso povo, foi porque ela nos foi contada por um mais velho, pois na verdade nós nunca mais tínhamos escutado alguém reproduzir essas belas histórias na forma de lendas que faziam a nós e a outras crianças de nossa idade ficarem a viajar pelo pensamento.

Nos lembramos ainda de um sinal de alerta dado pelos mais velhos, dizendo da importância dos novos conhecimentos, mas também do risco que nós coríamos como povos tradicionais diante da tentação e da sedução desses novos valores em relação aos sinais e aos códigos de vida dos nossos antepassados e, hoje, nós caminhando entre nossa casa, a escola onde damos aula e a escola onde estudamos o curso universitário, vemos que não somos mais alunas de nossa avó, de nossa tradição. Acordamos e descobrimos que agora somos professoras de crianças indígenas, além de termos que ensinar gramática verbos, aritmética, geografia e história, talvez nós tenhamos que ser contadoras das histórias do nosso povo e, para isso, tenhamos que lembrar cada lenda, pois, mesmo ouvindo o motor dos caminhões e ônibus que cruzam o Pantanal ou o rádio e as imagens da televisão que nos cercam de todos os lados ainda podemos ouvir a voz dos pássaros que voam sobre nossas terras.

Mas se um dia nós pudemos ouvir algumas histórias, ainda bem, porque podemos fechar os olhos e voltar a viajar pelo passado como uma verdadeira *káli senó* do meu povo. Mas sabemos também que o trabalho será grande e difícil, pois muitas crianças que aprendiam os valores dessas histórias hoje estão em salas de aula aprendendo a ler e a escrever e vamos ter que contar a história sobre a forma como era feito o casamento antigamente ou como se fazia a cerimônia da morte de um parente e até mesmo como havia a luta dos guerreiros e líderes para demonstrarem seus valores.

Então vamos ter que falar, contar e escrever e isso é muito engraçado, afinal vamos ter que usar a arma do homem branco para lembrar e registrar a memória do meu povo, seja numa sala de aula com quadro-negro ou usando uma máquina de escrever, mas, a partir de agora, temos que escrever tudo em nossos cadernos e assim ajudar a contar nossas lendas e nossa força.⁶⁴

O texto não demonstra um planejamento matizado na ficcionalidade, na manipulação elaborada das palavras ou no uso de uma linguagem complexa. Pelo contrário, transcorre em uma linguagem simples e acessível, balizando-se em elementos que estão no cotidiano dos Terena. As autoras constroem seu discurso a partir de descrições que colocam em cena a vida no momento presente, sem perder de vista o passado ancestral. A relação entre presente e passado expressa o temor de que, no futuro, a existência de seu povo possa ser obliterada, assim como ocorreu e ainda ocorre com outros povos indígenas. Por essa razão, preocupam-se em destacar as tradições e a preservação dos valores originais. O conteúdo visa demonstrar a importância de se absorver os conhecimentos dos antigos baseados na tradição oral a partir de histórias passadas por gerações. Todavia, não nega a necessidade de se absorver conhecimento vindo dos canais de cultura externos.

Frisa-se a existência de um paradoxo, já que a cultura do homem branco, ao mesmo tempo que pode apagar toda existência da história Terena, pode contribuir para a preservação das tradições mediante o registro escrito e o arquivamento do conhecimento. Interessante vincular a esse ponto algumas ideias de Ailton Krenak, em *Futuro ancestral*, obra de título sugestivo, que coaduna com o exposto. Ao lembrar da história dos antigos,

⁶⁴ Káli-Arunóe; Inziné, 2003, ato II, p. 24.

que demarcavam o centro do mundo ao colocarem um mastro no chão para a prática de seus ritos, Krenak fala sobre como é “mágico” poder pensar em várias centralidades. Cada mastro vinculado ao solo marca a existência de eixos distintos, de diferentes possibilidades de se enxergar o mesmo objeto, onde houvesse um mastro haveria um mundo diferente, marcando diferentes formas de existir. Como diz o autor, é excepcional que as memórias e tradições de centenas de povos ainda existam, pois essas narrativas, além de continuamente nos presentear com sua beleza, “conseguem dar sentido às experiências singulares de cada povo em diferentes contextos de experimentação da vida no planeta”.⁶⁵ A singularidade, as ideias de múltiplas experiências, a harmonização de conhecimentos e saberes, bem como as distintas formas de se perceber o mundo são elementos reclamados no texto de Káli-Arunóe e Inziné, fato colocado também em o “Namoro e o casamento”, texto que além dos elementos já apontados se destaca pela publicação bilíngue, em terena e português.

Os textos de Káli-Arunóe e Inziné, que atuam como educadoras na comunidade que reúne sua nação, localizada no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul, demonstram o trabalho para preservar e fortalecer a cultura Terena entre as novas gerações. Além disso, marca um momento importante para a literatura dos povos indígena, ao trazer, talvez, o primeiro texto com intenção literária publicado em língua Terena. Esse conjunto de iniciativas representa um ato de afirmação cultural e preservação, proporcionando visibilidade à língua e às tradições dos Terena, dando a mesma vazão para outras nações indígenas. Káli-Arunóe e Inziné ampliam o diálogo entre culturas — daí a importância da leitura do excerto de Krenak para enfatizar esse ponto — e reafirmam a importância da preservação das línguas indígenas, reforçando a riqueza da diversidade cultural do Brasil.

Outro fator a ser destacado sobre a publicação *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* se relaciona ao tipo de linguagem empregada nas escritas. Observam-se nos três atos da revista várias formas de escrita, principalmente no que diz respeito aos padrões: aqueles que seguem a chamada norma culta, na qual os escritos se destacam pelo uso de um vocabulário formal, e outros que são traçados a partir da linguagem coloquial, denotando informalidade e uma relação direta entre oralidade e escrita. Vejamos essas distinções primeiramente pelo texto de Dona Laura:

Operava-se a metamorfose. O menino apaixonado transformava-se em homem, alhures sabia que a colmeia em questão recebia todo o zangão

⁶⁵ Krenak, 2022, p. 18.

impertérito. Brechó, porém, não resistiu, armou um aranzel danado, e terminou num corpo-a-corpo com Januário [...] Era o florescer da primavera, quando os raios de sol infiltram-se com veemência entre a galharada verdoenga da mata, tal qual donzelas prendadas, com suas agulhas mágicas em opalas transparentes, para os seus bordados confeccionar.

[...]

Rosa que nasceu no lodo tem vida curta, e nem é pela lama existente, e sim pelos olhares cobiçosos. Potira era uma semente rara, desviada da estufa. Aconteceu. O assassino, após saciar os seus instintos malignos, deixou o corpo dela à beira da cachoeira, para ser encontrado, e foi, ainda quente.⁶⁶

O excerto demonstra o desejo da autora de alinhar sua escrita aos padrões da norma culta. Usando uma linguagem que tenta traçar uma narrativa entrecortada pelo lirismo, a autora emprega um vocabulário peculiar, que distingue seus escritos dos demais publicados nas antologias, justamente pelo desejo de trabalhar a partir de elementos formais que ensejam formulações tradicionais. Embora a construção da narrativa seja simples, observa-se uma tentativa de estruturação mais elaborada por meio de recursos narrativos um pouco mais complexos. Isso é evidenciado pela maneira como os eventos são articuladas, como no caso do assassinato de Potira, em que a ação é demarcada pelo verbo: “Aconteceu”. A ênfase da ação não é dada pela descrição do ato criminoso, mas sim na forma com que a palavra é manejada. Formulações como estas distanciam a produção da autora de um “realismo direto”, que se projeta pela proximidade com o objeto de representação, como é o caso de grande parte dos textos publicados nas antologias marginais, pois, antes disso, a autora busca se alicerçar na elaboração da linguagem. O texto de Dona Laura ressalta um descompasso entre a busca por uma linguagem poética e a necessidade de expor, de maneira mais direta, as injustiças e experiências vividas nas margens da sociedade. Todavia, em seu conto, a escritora consegue com uma escrita tingida pelo lirismo contar uma história que coloca em cena a vivência da marginalização social.⁶⁷

Enquanto textos como o de Dona Laura buscam uma construção literária que respeita normas e formas tradicionais, há outros textos que se propõem a romper com essas estruturas ao se utilizarem de uma linguagem radicalmente oposta a esses padrões.

⁶⁶ Dona Laura, 2004, ato III, p. 26.

⁶⁷ Alfabetizada aos 50 anos, Dona Laura, então septuagenária e quase cega na época da publicação, era uma das lideranças da Colônia de Pescadores Z-3, em Pelotas. Por meio de contos e poesias, ela narrava as memórias dos moradores e da cultura de sua comunidade, fortalecendo o senso de pertencimento entre os pescadores do local. Seus escritos, já bem conhecidos na colônia, apareciam com frequência no jornal *O Pescador*, publicação periódica da comunidade Z-3. Referências sobre a escritora podem ser encontradas no texto introdutório do ato II da revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* (p. 9), na tese de doutorado de Oliveira Michel, intitulada *Jornalismo Comunitário na construção, compartilhamento e permanência das Memórias Sociais: o caso do Jornal “O Pescador” na/da Colônia de Pescadores Z3/Pelotas* (2018) e no artigo “Z3”, do jornalista uruguaio Fernández de Palleja, publicado em: <https://fernandezdepalleja.wordpress.com/2013/09/20/colonia-z3/>.

Essa ruptura com o padrão formal da escrita pode ser vista com mais recorrência em textos escritos por *rappers* ou escritores vinculados ao movimento *hip-hop*, como é o caso do texto de Cascão, integrante do grupo de *rap* Trilha Sonora do Gueto.⁶⁸

Jão, u bagu-i é doido, mais um ano findano, como sempre uma pá di festa, uma pá di gente viajando.
 Qué dizê, várias fita acontecendo e nós, digo a Rapa do *Rap*, a banca da Vida Loka, os mano do Virtudes, sempre preocupado cu a quebrada, ou seja, da Ponte Pra Cá é o nosso mundo, Vila Fundão é nossa comunidade, as demais que colá é condescendente.
 [...]
 Onde senhoras com suas crianças si divertem no parquinho e jovens uns joga bola, otos joga vôlei, otos paqueram, enquanto os Artistas/Periféricos si preparam para cantar seus *Raps* polêmicos que caracterizam o domingo de lazer.
 Já passaram pelo parque Santo Dimas inúmeros artistas de várias quebradas, levando assim esse exemplo di paz e lazer para otas comunidades.
 Firmeza total, Paulão e Nelsão!
 Ota festa, essa malandra quem colo tá ciente, é a quermesse da Fundão Organizada pela nossa Vida Loka, nós, Mano Brown, Eu, Marquinho, Neginho, Nelsinho (Gato Félix), Buxexa, Ediga.
 Essa sem palavras moro choc!
 Foi ota que levou o objetivo de paz e união da nossa comunidade para otas que souberam da festa.⁶⁹

O *rapper* que possui três textos publicados nas antologias, dois no ato I e o outro no ato II, expressa em sua escrita uma linguagem bem característica, fazendo uso de gírias e expressões que são caras aos integrantes do movimento *rap* paulistano — importante frisar a marcação de um grupo específico, já que a forma de se expressar oralmente varia entre a diversidade dos grupos culturais que compõem a periferia e que a veiculação da linguagem utilizada por Cascão não representa essa diversidade, determinando, também, a heterogeneidade da cultura periférica. Percebe-se no texto de Cascão a formulação de uma linguagem que não coaduna com a norma culta da língua portuguesa, diferente do movimento feito por Dona Laura. A essa formulação que se distancia das formalidades da língua, junta-se também a quebra de padrões de escrita. Tais formulações podem ser compreendidas como uma estratégia para marcar posição diante da norma culta da língua — não por formulação consciente, porém por formulação espontânea, já que há um movimento por parte do *rap* de se posicionar contra as formas de poder instituídas.⁷⁰ Além

⁶⁸ Djalma Oliveira Rios, o Cascão, é membro fundador do Grupo Trilha Sonora do Gueto, grupo fundado no Capão Redondo, em 1999. Cascão, que em suas entrevistas não hesita em dizer que foi presidiário e cumpriu sentença por quase uma década por assalto a bancos no Carandiru, demonstra em suas palavras e atitudes as ações de consciência crítica que o *rap* possibilita para regenerar, incluir, ou reincluir sujeitos na sociedade. Ainda ativo como *rapper* no TSG, atua também como advogado.

⁶⁹ Cascão, 2003, ato II, p. 12.

⁷⁰ Nessa instância, podemos inferir essa forma de falar do *rap* como um socioleto, termo que se refere a uma variante linguística utilizada por determinado grupo social. Essa variante é uma marcação distintiva, que se manifesta por funções sociais ligadas a classe, profissão, nível de escolaridade ou contexto que se

disso, visa à valorização das gírias, expressões e da singularidade da linguagem característica do *rap*, como “quebrada” ou a expressão da “ponte pra cá” — às vezes dependendo de onde se marcara o ponto da enunciação da “ponte para lá”. São duas marcações para a designação da periferia, sendo a segunda uma alegoria expressiva para a Ponte João Dias, que separa a região do Morumbi da periferia da Zona Sul de São Paulo. Em relação aos movimentos que delineiam a forma e o conteúdo do texto de Cascão, percebe-se um panorama que evoca a centralidade da ação em feitos cotidianos, algo que se aproximaria da crônica, pois se estabelece por uma narração simples que se desenvolve segundo a ordem dos fatos. As percepções do autor são delineadas a partir das ações que se desenvolvem nas “festas”, que são os eventos nos quais o *rap* é usado como elemento político de conscientização.

Outro fator que se relaciona à distinção entre as formas de enunciação dos autores que publicaram na revista *Literatura Marginal* está relacionado às “formulações estéticas”. Essas proposições podem ser compreendidas como o desejo de autonomia artística de cada um desses sujeitos, pois muitos desenvolvem abordagens próprias e distintas. No que tange às formulações próprias, não apontamos a existência de nenhuma experiência inovadora, tampouco da elaboração de uma quebra de paradigmas formais que direcionam para a concepção de um objeto inédito. Essas formulações derivam da fusão de diversas influências e possibilitam a experimentação de diferentes estilos que se manifestam por meio das experiências individuais vivenciadas por cada autor, seja em sua esfera pessoal, seja na assimilação de materiais artísticos. Esses fatores contribuem para a formação de concepções singulares de expressão a partir de duas fontes comuns: a marginalidade e a periferia.

Consideremos inicialmente o texto “Brasil com P”, de GOG,⁷¹ *rapper* e escritor do Distrito Federal. Por meio de antagonismos e questionamentos, o autor intenciona

manifesta por meio de um grupo cultural — vê-se aqui, para além de uma formulação, que em nossa análise não se vincula somente ao *rap*, mas também aos agentes da poesia marginal que estavam ligados ao desbunde e à contracultura. Ambos os grupos fazem uso de gírias e expressões típicas como uma marca própria que os distingue de outros grupos pelos modos de falar. Outro fator interessante de se mencionar e que toca à questão linguística é que o próprio movimento *rap* aponta para sua linguagem como um “dialeto”, como o faz Mano Brown em seus versos na canção “Negro Drama”, cujas rimas divide com Edi Rock: “Problema com escola eu tenho mil, mil fita / Inacreditável, mas seu filho me imita / No meio de vocês ele é o mais esperto / Ginga e fala gíria; gíria não, dialeto // Esse não é mais seu, oh, subiu / Entrei pelo seu rádio, tomei, cê nem viu / Nós é isso ou aquilo, o quê? Cê não dizia? / Seu filho quer ser preto, ah, que ironia” (*Nada como um dia após o outro dia*, 2002).

⁷¹ Genival Oliveira Gonçalves, o GOG, é considerado um dos pioneiros do movimento *hip-hop* em Brasília. Com uma extensa discografia que conta com mais de dez álbuns de estúdio, diversas coletâneas e gravações ao vivo, também trabalha ativamente em movimentos culturais no Distrito Federal. É autor do livro *A rima denuncia* (2010).

destacar o terreno político e social do país. Utiliza-se da aliteração não apenas como um artifício estilístico, mas também como uma ferramenta que visa amplificar a mensagem do poema ao leitor.

Pesquisa Publicada Prova
 Preferencialmente Preto, Pobre, Prostituta Pra Polícia Prender.
 Pare, Pense, Por Quê? Prossigo...
 Pelas Periferias Praticam Perversidades. Pms.
 Pelos Palanques Políticos Prometem, Prometem, Prometem, Pura Palhaçada.
 Proveito Próprio. Praias, Programas, Piscinas, Palmas.
 Pra Periferia... Pânico, Pólvora, Pá, Pá, Pá.
 Primeira Página.
 Preço Pago... Pescoço, Peito, Pulmões Perfurados.
 Parece Pouco...
 Pedro Paulo, Profissão Pedreiro.
 Preso Portando Pó, Passou Pelos Piores Pesadelos...
 Presídios, Porões, Problemas Pessoais, Psicológicos, Perdeu, Parceiros,
 Passado, Presente, País, Parentes, Principais Pertences.
 PC, Político Privilegiado. Preso Parecia Piada, Pagou Propina Pro Plantão
 Policial, Passou Pelo Portão Principal.
 [...]
 Paramos, Pensamos Profundamente... Por Que Pobre Pesa Plástico, Papel,
 Papelão Pelo Pingado, Pelo Pão?
 Por Que Proliferam Pragas, Pestes Pelo País... Por Que, Presidente?
 Pra Princesinha Patricinha, Prestígios, Patrocínio, Progresso, Patrimônio
 Propriedades, Palacetes, Porcelanas, Pérolas, Perfumes, Plásticas, Plumas,
 Paetês, Por Quê? Prossegue.
 Pro Plebeu Predestinado Perfurações, Prantos, Pêsames, Pulseira Pro Pulso,
 Pinga, Poeira, Pedrada, Pagar Prestação Por Prestação, Parceiros Paralíticos,
 Paraplégicos, Prostituição...⁷²

Embora a aliteração seja uma técnica comum na poesia, sua aplicação não é trivial, pois demanda a habilidade de criar significado por meio da conexão de elementos coesivos que estabeleçam uma ligação eficaz entre as palavras e a estrutura dos versos. Caso contrário, teríamos a mera aglomeração de palavras desconexas, formando uma estrutura sem sentido. Mediante essa técnica, GOG não apenas comunica, mas também enfatiza, de maneira sonora e poética, a urgência e a complexidade dos problemas abordados. A repetição consecutiva e não aleatória do fonema (p) cria uma harmonia entre o som das palavras, age como uma espécie de eco, reforçando as nuances das questões sociais e políticas apresentadas no texto de maneira direta. Dessa forma, não se limita a uma superficialidade discursiva quando coloca à mostra as entranhas dos dilemas brasileiros.

Dentre as várias problemáticas abordadas, destacamos os versos que contrastam o tratamento jurídico dispensado a pobres e ricos que comentem crimes. A breve narrativa

⁷² GOG, ato III, 2004, p. 13. Para outro panorama e uma imersão distinta da que a leitura proporciona sobre a mensagem passada pelo poeta e *rapper* do Distrito Federal, indicamos a audição das versões musicalizadas do poema: <https://www.youtube.com/watch?v=GIZCMbf0RR0> e <https://www.youtube.com/watch?v=6v0oXz499xg>.

sobre o pedreiro Pedro Paulo expõe a trajetória de inúmeros outros que, como ele, têm suas vidas devastadas ao serem presos. No sistema prisional, além da liberdade, Pedro Paulo perde o vínculo com a família, é afastado dos amigos, tem seus poucos bens confiscados, e, acima de tudo, vê sua dignidade ser corroída. A sua condição de pedreiro, um trabalhador braçal que já lida com as dificuldades da sobrevivência diária na periferia, é exacerbada por um sistema carcerário que amplia a marginalização e o sofrimento de indivíduos como ele. Em contrapartida, o poema introduz a figura de PC Farias, político preso por corrupção, formação de quadrilha, extorsão, dentre outros crimes contra o sistema público nacional. Embora tenha cometido crimes altamente lesivos, PC, o político privilegiado, desfruta de uma condição completamente diferente. Enquanto Pedro Paulo é esmagado pelo sistema prisional, e é destituído de tudo que porventura construiu, o político, além de gozar de regalias enquanto preso, consegue escapar da cadeia facilmente, utilizando suas conexões, influência e poder financeiro para corromper e subverter o sistema.

Apesar de esse ser um discurso direto e parecer simples, sem grande rigor crítico, possuindo traços de “senso comum” — sobretudo no caso PC, amplamente divulgado pela mídia nos anos 1990. Essa narrativa transcende o plano do discurso banal ao evidenciar questões sociais urgentes e expor o sistema judiciário que contribui para a marginalização de tipos definidos. Mesmo que o texto não explore camadas analíticas complexas, ele se torna importante ao expor situações que são invisíveis para muitos e pela capacidade de pensar sobre as desigualdades e a forma de tratamento denotada pela origem e pela classe social e econômica. Nesse sentido, a disparidade no tratamento judicial expõe uma justiça seletiva que pune rigorosamente aqueles já marginalizados pela sociedade, ao mesmo tempo que protege e beneficia os indivíduos poderosos e privilegiados. Assim, o texto não estaria destacando o privilégio de classes, ainda pelas outras questões sobre esses aspectos que ele denota, ou então uma formulação crítica a esses privilégios? Veja-se que a comparação entre o pedreiro e o político expõe uma desigualdade estrutural que permeia não apenas o sistema judicial, mas atravessa a sociedade de forma latente. Essas são marcas que ponderam sobre a seletividade do sistema penal, fundamentado nas disparidades de classe e que contribui para amplificar a marginalização do preto, do pobre e da prostituta.

Assim como o poema do brasileiro GOG, que se destaca por sua “estética própria”, também ressaltamos o trabalho do poeta e *rapper* baiano Altino Jesus do Sacramento, conhecido como Gato Preto, autor dos textos “FavelÁfrica” e “A Bahia que

Caetano e Gil Não Cantaram”, publicados nos atos I e II da revista. Em particular, o poema “FavelÁfrica” merece destaque por ser um texto extenso que chama a atenção pela peculiaridade visual de certos trechos.

O poema, em sua concepção geral, traça os elementos ancestrais da cultura dos povos negros que foram destruídos pelos efeitos da catequese e das opressões que se sucederam durante a escravidão. Nos seus versos, o autor expõe o apagamento de diversos traços das culturas negras que foram trazidas para o Brasil, mostrando que esses elementos culturais também representam uma forma de violência imposta aos escravizados, bem como a emancipação que não integrou o negro à sociedade brasileira.

A escrita de Gato Preto, assim como a de GOG, revela um comprometimento com as raízes do *rap*. Além de versarem sobre as periferias, trazem à tona questões que permeiam o racismo e o desejo de melhores condições para que haja uma integração justa do negro na sociedade brasileira. Embora faça valer a força da ancestralidade africana, Gato Preto direciona-se também aos negros que optaram por se alienar e a se conformar com o pouco que a eles é dado. Faz uma alusão direta àqueles que escolheram viver do estereótipo racial.

Reflico e sinto pena, daquela preta ingênua
Que aceita ser chamada de mulata ou morena
Valença, valença, valei-me meu Deus, de tanta inconsciência
Ela se esqueceu, do tapa na cara, a dor da chibata.⁷³

De outro modo, o autor visa sempre reforçar as qualidades das pessoas negras. Assim, ao se expressar impositivamente, vemos o intuito do autor de expor os conflitos decorrentes da escravização por meio de protestos que gritam pelo espaço do negro na sociedade brasileira:

[...] Quero a parte que me cabe: educação e faculdade
Não quero é calçada, eu preciso é de aulas

Trabalho, informação; não copo de cachaça
O tolo quer maconha, eu prefiro um diploma
Informado, diplomado, doutorado, graduado
Igual Milton Santos foi lá no passado.⁷⁴

A busca pela reestruturação dos significados perdidos e por excluir o processo de invisibilização permanente leva o autor a citar figuras negras importantes que atuaram em prol da legítima emancipação e da inclusão do negro na sociedade. Martin Luther King, Nelson Mandela, Mumia Abu-Jamal, Sabotage e Leci Brandão são apresentados como

⁷³ Gato Preto, ato III, 2004, p. 16.

⁷⁴ Gato Preto, ato III, 2004, p. 16-17.

nomes que contribuíram para a visibilidade do negro e para as possibilidades desses, enquanto sujeitos, construírem sua própria história.

O poema, composto por 34 estrofes de extensões variadas — entre três e nove versos —, explora diversas camadas, combinando elementos de prosa e recursos visuais. No trecho em que se desenvolve a narrativa em prosa, evidenciam-se aspectos centrais da colonização, revelando como a destruição das culturas indígenas e africanas serviu para subjugar esses povos. O texto expõe, de uma forma bem ríspida, como os atos chamados de “civilizatórios” se enraizaram na violência e na barbárie. A imposição de práticas religiosas e culturais europeias criou um sistema de exploração fundamentado no genocídio e na destruição física, foi a base para o modelo de acumulação de capital e gerou as riquezas das nações hoje consideradas de “Primeiro Mundo”, riqueza que permanece inacessível aos povos que foram sistematicamente explorados. O texto avança com uma apreciação à forma com que a abolição da escravidão foi feita e a deficiência da lei que a formaliza, mostrando que as ações foram enganosas e também insuficientes para reparar os mais de três séculos de escravidão.

Religião, cultura, costumes destruídos por seres que se vangloriavam de princípios superiores aos dos irmãos africanos e indígenas, mas foram eles, os próprios, que se autoqualificam como civilizados, mas foram eles! Que destruíram índios e negros, destruindo a genuína cultura de cada povo, impondo práticas e atos impuros perante os olhos dos dois povos, violaram terras virgens, mataram, massacraram, estupraram seus filhos, sem respeito algum, fincaram bandeiras em terras alheias, se apossando, raptando, sequestrando o povo africano. E assim prosseguiram atitudes escravocratas em prol de um único objetivo: o lucro fácil ouro, diamante de classe, foram eles, que se escravizaram, mataram, torturaram, mas quem são eles? Os europeus, os norte-americanos foram eles e outros do Primeiro Mundo, e hoje querem posar de exemplo, espelho para o mundo. Depois de centenas de anos de chibatas, e troncos, senzalas, correntes, pelourinho (peça de tortura), nos oferecem uma falsa lei áurea, dona Isabel, outras leis estabelecidas pelos opressores são todas mentirosas.⁷⁵

Essa construção textual andrógina revela um processo que aparenta seguir uma dinâmica específica. Os trechos em versos destacam problemas contemporâneos enfrentados pelas vítimas da colonização, ao mesmo tempo que promovem o resgate de heranças culturais perdidas. Paralelamente, a prosa evoca elementos históricos, projetando os fatores do passado como fundamentos essenciais para construir os desníveis do presente.

A construção esquematizada do texto é evidenciada em sua forma final, em que Gato Preto redige um discurso que, embora não se faça por uma formulação intrincada,

⁷⁵ Gato Preto, ato III, 2004, p. 16-17.

sugere que a oposição ativa é uma das soluções para combater as injustiças legadas. Para tanto, utiliza-se da organização visual como recurso para justapor figuras antagônicas, o intuito é reforçar a ideia de que, para cada veneno, existe um antídoto.

MAS SEMPRE ONDE HOVER OPRESSÃO SEMPRE HAVERÁ UM REBELDE [...]

VENENO	X	ANTÍDOTO
HITLER		MARTIN LUTHER KING
MUSSOLINI		MAHATMA GANDHI
PINOCHET		MALCOM X
W. BUSH		MARCUS GARVEY
STALIN		FARHAKAN
SALAZAR		MANDELA
NICOLAI CEAUCESCU		GANGA ZUMBA
FRANCO		GANNA ZONA
DOMINGO JORGE VELHO		ZUMBI
ROBERTO MARINHO		GOG
BORBA GATO		MANO BROWN
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		ALTINO GATO PRETO ⁷⁶

Gato Preto recorre a figuras históricas de grande relevância na luta por direitos das minorias — especialmente da população negra — e as contrapõe a personalidades notoriamente associadas a regimes autoritários, crimes contra a humanidade ou símbolos de poder hegemônico. A composição resulta em uma lista marcada por anacronismos e por uma estrutura pouco coesa, sustentada por um maniqueísmo que, se submetido a uma análise mais ampla, revela-se incongruente. Embora o poema visual não opere com a complexidade formal ou o rigor experimental característico da poesia concreta — que explora a disposição gráfica, o espaço da página e fricção entre imagem e linguagem verbal —, a oposição entre “veneno” e “antídoto”, ainda que simplificada, é eficaz em transmitir a mensagem desejada pelo autor: a ideia de que a opressão sempre gera resistência. Apesar de não apresentar uma elaboração estética que se pretenda refinada, o poema se sustenta na força simbólica da dualidade, expressando de forma clara e direta seu conteúdo político.

Embora muitos textos da coletânea apresentem uma estrutura predominantemente descritiva e direta, esses autores mobilizam a linguagem não apenas como meio de expressão, mas como ferramenta de afirmação de tradições culturais e de denúncia de violências históricas e cotidianas. Temas como racismo, precarização da vida, violência e luta por condições mínimas de existência perpassam suas obras, que se constituem como

⁷⁶ Gato Preto, ato III, 2004, p. 16-17.

atos de resistência e crítica social. Longe de se limitarem à exposição de trajetórias pessoais ou à afirmação identitária em sentido restrito, no que diz respeito a uma busca exclusiva por visibilidade e reconhecimento, os autores e seus textos operam como intervenções que evidenciam, ainda que muitas vezes de maneira imediata, mecanismos responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais, raciais e territoriais.

A partir desse entendimento, Erica Peçanha do Nascimento, em um estudo pioneiro sobre a literatura marginal contemporânea, destaca a importância da revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*. Para a autora, sua relevância vai além das aspirações estéticas dos autores, pois está comprometida com a abordagem de questões sociais urgentes. Por esse prisma, a autora compreende que a coletânea irá atestar os elementos fundamentais que irão moldar a ideia de literatura marginal. O primeiro aponta que essas edições, ao reunirem escritores marginalizados, se mostram como um esforço coletivo que não é apenas literário, mas também está enraizado em um projeto intelectual compartilhado, com ramificações estéticas, políticas e pedagógicas. O segundo aspecto se direciona à primeira edição dessas revistas, pois este é um marco importante que impulsionou o debate sobre a literatura marginal e amplia os discursos sobre a presença e a importância da inclusão dos marginalizados na cultura contemporânea como participantes ativos. A publicação foi o vetor inicial para o debate da ideia de literatura marginal como uma expressão literária significativa que, portanto, deve ser consolidada na produção cultural do país. O terceiro ponto destaca a importância das publicações ao se configurar como porta de entrada para muitos autores no campo literário. Essas publicações funcionam, assim, como início para muitos escritores que se consolidariam na literatura marginal e periférica. O quarto aspecto se refere à revista *Caros Amigos*, que exerce uma função estratégica na circulação nacional dessa produção. Ao levar essas enunciações a um público mais amplo, a revista fortalece o alcance dos textos da literatura marginal, ampliando sua influência e repercussão no cenário literário. E o último fator a ser considerado é que os três atos da *Literatura Marginal* são vistos como uma instância de apropriação do campo literário. Ou seja, reconfiguram-se as conotações de marginalização impostas pelo campo a textos que não se enquadram em seus critérios tradicionais.⁷⁷

Ao oferecer uma plataforma para autores que dificilmente encontrariam espaço nas editoras convencionais, a *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* redefine as

⁷⁷ Nascimento, 2009, p. 52-53.

fronteiras do campo literário brasileiro e contribui para uma nova concepção de literatura que valoriza a diversidade de enunciações e as distintas experiências, legitimando a produção de uma literatura que resiste à marginalização e propõe uma reconfiguração das narrativas sociais e culturais.⁷⁸ A revista, torna-se, portanto, um verdadeiro mosaico de textos, que transcendeu a barreiras de gênero e forma, assumindo uma função de resistência.

Por uma estética marginal-periférica

A tendência de tornar a população socialmente marginalizada objeto literário não é uma novidade em nossa literatura. Como aponta Rejane Pivetta de Oliveira ao fazer uma leitura de *Os pobres da literatura brasileira*, de Roberto Schwarz,

Vale lembrar que a condição periférica, marcada pela pobreza e exclusão social, econômica e cultural, sempre ganhou as páginas da nossa literatura. O livro de Roberto Schwarz, *Os pobres na literatura brasileira*, tem seu mote nessa opção pela “marginália”, do que são exemplos os miseráveis explorados pela metrópole nos poemas satíricos de Gregório de Matos, os escravos da poesia libertária de Castro Alves, os moradores dos cortiços de Aluísio Azevedo, os sertanejos de Euclides da Cunha, os desvalidos de Lima Barreto, o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, os Severinos de João Cabral, os retirantes de Graciliano Ramos, os pequenos trabalhadores e contraventores de João Antonio; os mendigos e criminosos das ruas do Rio de Janeiro de Rubem Fonseca. A galeria de personagens pobres, vivendo em condições degradantes, é muito vasta e compõe um painel diverso de tipos humanos produzidos pela desigualdade social brasileira. (Schwarz, 1983)⁷⁹

Embora as explicações sejam assertivas, a abordagem de Ferréz para introduzir os marginalizados e sua intenção de ressignificar a marginalidade desses grupos pode ser considerada inédita. Na literatura brasileira, o termo “marginal” é comumente usado para designar textos que, por questões temáticas ou editoriais, não se encaixam nas convenções tradicionais, sendo colocados à margem da literatura dominante. Esse conceito polissêmico, que, como observa Erica Peçanha do Nascimento, ao longo do tempo “assumiu diferentes empregos e significados, dando origem a uma rubrica ampla e de entendimento quase sempre problemático”,⁸⁰ adquire uma nova dimensão com a revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*. Neste contexto, “marginal” e “marginalidade” ganham sentido próprio, transformando-se em uma expressão literária.

⁷⁸ Nascimento, 2009, p. 52-53.

⁷⁹ Oliveira, 2011, p. 33.

⁸⁰ Nascimento, 2009, p. 22.

Nesse cenário, a literatura marginal assume ainda um papel político e social ao transcender o literário, expandindo-se em ações práticas para o fortalecimento cultural, artístico e educacional das comunidades periféricas. Esse caráter é demonstrado à medida que autores como Ferréz e Sérgio Vaz, poeta ligado aos saraus literários na periferia de São Paulo, promovem o movimento em manifestos que declaram a missão e as intenções da literatura marginal e periférica.⁸¹

O manifesto de Ferréz, intitulado “Terrorismo Literário”, publicado no livro *Literatura Marginal: talentos da escrita periférica*, por ele organizado, articula ideias de inconformismo e contestação ante as estruturas socioeconômicas e culturais que marginalizam certos grupos, especialmente os negros e periféricos. A escolha do termo “terrorismo” sugere uma postura agressiva e radical que visa romper barreiras. A ideia de “terrorismo literário” demonstra o desejo de colocar abaixo algumas barreiras e aponta para a quebra de paradigmas. Dessa maneira o “terrorismo” “se direciona como uma espécie de ‘ataque’ ao preconceito e às barreiras de que a literatura esteve sempre revestida”.⁸² Neste texto, Ferréz denuncia a desigualdade social, bem como manifesta inconformismo com um cenário literário que exclui escritas de sujeitos marginalizados e propõe que a literatura marginal não apenas represente as periferias, mas também atue como uma força que contribua para a transformação das periferias.

O manifesto expõe o descontentamento com as desigualdades sociais que marcam o Brasil. Ao fazer um recorte histórico, o autor conecta a dominação colonial, a escravidão e a manutenção dos privilégios das elites à formação e à existência contínua das favelas. Essa abordagem demonstra como o passado colonial e escravocrata ainda estão presentes perpetuando as disparidades sociais nas comunidades periféricas. São esses elementos que apontam para a história que levam o texto a um panorama que mostra a rebeldia, o inconformismo com as agressões que são fruto do passado. Assim, resgata-se a resistência histórica dos marginalizados, traçando um paralelo entre a capoeira — utilizada como forma de defesa pelos escravizados — e o uso das palavras como instrumento de luta e proteção.

A capoeira não vem mais, agora reagimos com a palavra, porque pouca coisa mudou, principalmente para nós.

⁸¹ Fazemos uma análise desses manifestos no artigo “Manifestos da Literatura Marginal-Periférica no Brasil: a luta de Sérgio Vaz e Ferréz por espaço no campo literário”, publicado pela revista da Università degli Studi di Torino, *Artifara* (Torino, n. 24.1, 2024. Disponível em: <https://ojs.unito.it/index.php/artifara/article/view/7932>).

⁸² Vogler, Sanches Neto, 2013, p. 85.

Não somos movimento, não somos os novos, não somos nada, nem pobres, porque pobre, segundo os poetas da rua, é quem não tem as coisas.

Cala a boca, negro e pobre aqui não têm vez! Cala a boca!

Cala boca uma porra, agora a gente fala, agora a gente canta, e na moral a gente escreve.

[...]

Não somos o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos nossa foto.

A própria linguagem margeando e não os da margem, marginalizando e não os marginalizados [...] O sonho não é seguir o padrão [...] Somos o contra sua opinião, não viveremos ou morreremos se não tivermos o selo de aceitação, na verdade tudo vai continuar, muitos querendo ou não.

[...]

Somos mais, somos aquele que faz a cultura, falem que não somos marginais, nos tirem o pouco que sobrou, até o nome, já não escolhemos o sobrenome, deixamos para o dono da casa-grande escolher por nós, deixamos eles marcarem as nossas peles, porque teríamos espaço para um movimento literário? Sabe duma coisa, o mais louco é que não precisamos de sua legitimação, porque não batemos na porta para alguém abrir, nós arrombamos a porta e entramos.⁸³

Em alusão às referências de dominação colonial escravocrata do país, chama a atenção o direcionamento para a “esfera senhorial”. A determinação de nomes, quando capturados e forçados ao batismo, era uma das primeiras formas de violência e de destituição da identidade depreendida sobre os cativos. A casa-grande é o objeto que consolida a destruição das identidades dos escravizados, é associada à esfera senhorial que detinha o poder sobre o escravizado, que, por sua vez, era quem definia a identidade do escravizado e o ratificava como objeto. Os sobrenomes apontavam para a posse, indicando que o escravizado era propriedade de determinada família, ou pertencia a determinada fazenda. Essas afirmações, presentes no manifesto, emergem de uma constatação e se direcionam para o campo literário, associado à esfera senhorial e da casa-grande, que de pronto resistiu e contestou a idealização da revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia* e igualmente rejeitaria a ideia do nome “literatura marginal”, já que essa é uma expressão construída por sujeitos marginalizados.

Outro fator a se evidenciar é que o manifesto traz a proposição de que, paralelamente ao discurso literário, o escritor deve se dedicar a transformar suas comunidades, investindo em projetos que criem oportunidades educacionais e melhorem as condições sociais locais.⁸⁴ Assim, pode-se falar que há um esforço em materializar, na prática, as reivindicações expressas nos textos, superando as idealizações. Como afirma

⁸³ Ferréz, 2005, p. 9.

⁸⁴ Há mais de 20 anos, o autor desenvolve no Capão Redondo um projeto-escola de sua própria autoria, chamado Interferência. Trata-se de uma iniciativa social que permanece ativa e se configura como uma importante intervenção comunitária, oferecendo diariamente aulas de reforço escolar, atividades culturais, momentos de lazer, alimentação e incentivo à leitura para crianças e adolescentes da região.

o autor: “Literatura de rua com sentido sim, com um princípio sim, e com um ideal sim, trazer melhoras para o povo que constrói esse país, mas não recebe sua parte”.⁸⁵

O manifesto “Terrorismo Literário” configura-se como um marco fundamental da literatura marginal brasileira, assumindo o papel de porta-voz de uma escrita insurgente. Possui um tom combativo, direto e provocador, já que Ferréz reivindica o direito à palavra para aqueles historicamente silenciados pelas estruturas elitistas da cultura. Inserido no contexto da cultura *hip-hop* e do fortalecimento da literatura marginal nas periferias, o manifesto surge como uma resposta à marginalização cultural e social imposta aos sujeitos periféricos. Trata-se de um grito de afirmação que, ao mesmo tempo que denuncia a marginalização da produção cultural das periferias, propõe novos caminhos para a construção de uma literatura comprometida com as experiências vivida por aqueles que estão às margens.

Dentre os principais argumentos do texto, destaca-se a rejeição ao elitismo cultural e literário, que muitas vezes ignora ou distorce a vivência das populações marginalizadas. Nessa instância o autor propõe uma valorização da linguagem popular, das gírias, dos dialetos e do falar cotidiano como instrumentos de expressão e resistência. Essa escolha não se mostra uma ação que se baseia em um ato estético, mas de conotação política: ao afirmar a linguagem da periferia, pode afirmar a existência e a potência criadora daqueles que vivem às margens. Nessa instância, o manifesto busca reconhecer o direito de grupos marginalizados a produzir conhecimento, arte e cultura, sem a necessidade de validação das instâncias tradicionais. Ao se posicionar frontalmente contra os padrões estabelecidos, Ferréz convoca o leitor à reflexão e à ação, propondo uma ruptura com o elitismo, que insiste em separar espaços culturais e literários, e chama a atenção para a urgência de transformações no campo cultural, de modo que a cultura que vem dos marginalizados adentre os espaços culturais sem pedir licença. Essa atitude impositiva é marcada por uma linguagem agressiva, coloquial e desafiadora, que manifesta uma postura de enfrentamento diante das desigualdades sociais independentemente de elas se manifestarem no campo do reconhecimento ou no campo econômico e social.

Por sua vez, o manifesto “Antropofagia Periférica”, escrito por Sérgio Vaz, foi apresentado pela primeira vez na Semana de Arte Moderna Periférica. O evento, organizado pelo poeta, teve como ideia criar um “movimento reverso” que se direcionaria da periferia para o centro, como uma forma de mostrar que essas regiões também são

⁸⁵ Ferréz, 2005, p. 10.

produtoras de arte e cultura. Embora houvesse esse direcionamento ao centro, a intenção primordial era chamar a atenção da própria periferia para suas potencialidades culturais, destacando aos residentes locais a riqueza de expressões culturais presentes, bem como buscar o reconhecimento e a valorização dessas manifestações pela própria comunidade. Realizada pela Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa), de 05 a 10 de novembro de 2007, a Semana de Arte Moderna Periférica promoveu em espaços públicos das periferias da zona sul da cidade de São Paulo uma gama de atrações que abrangiam literatura, música, artes plásticas, dança e cinema.

Sobre o uso de uma nomenclatura que remete diretamente à Semana da Arte Moderna de 1922, Sérgio Vaz aponta que a intenção foi dessacralizar o que é mais caro ao orgulho artístico da Cidade de São Paulo. Diz o autor: “Raiva! Raiva! O centro vai na periferia e faz o que quer com a periferia. Agora é a nossa vez de fazer o que quiser com o centro. Aí eu peguei uma das coisas mais sagradas de São Paulo e falei: ‘Nós vamos dessacralizar essa porra!’. Só isso”.⁸⁶ O desejo do poeta e escritor paulistano, com a remissão ao evento de 1922, não foi colocar abaixo, negar ou, tampouco, reescrever o importante legado dos modernistas na história literária brasileira. O que pretendeu Vaz foi fazer um processo de releitura a partir de um movimento que também direcionava para a ruptura com um modelo arcaico e dominado por tendências normatizadoras. A quebra de paradigmas, dessa vez, porém, foi proposta por sujeitos impensados, a partir de um território imprevisto, a periferia da cidade de São Paulo, muito distante do luxuoso palco do grande Theatro Municipal.

No que tange ao manifesto “Antropofagia Periférica”, poderíamos pensar na existência de anacronismos com o retorno de Sérgio Vaz ao texto de Oswald de Andrade, o “Manifesto Antropófago”. Contudo, apesar da distância temporal entre os manifestos modernista e periférico, pode-se considerar que ambos surgem como uma necessidade ideologicamente motivada pelas condições do presente em relação às concepções dominantes do cenário artístico que não representam os diversos aspectos que dimensionam a formação do país ou totalizem as diversas classes sociais, suas representações e reivindicações. O manifesto de Sérgio Vaz pode ser compreendido como uma atualização do manifesto de Oswald de Andrade, já que constrói seu texto a partir de uma releitura direta da proposta antropofágica de Oswald — em outro aspecto, quando

⁸⁶ Sérgio Vaz em entrevista ao grupo da UFJF, em 29 de maio de 2012 *apud* Ribeiro; Domingos, 2013, p. 69.

comparado ao “Terrorismo Literário”, de Ferréz”, poderíamos pensar em um texto mais ousado e mais maduro, já que cadencia de uma maneira mais propositiva as reivindicações das periferias. Vaz retoma a ideia de antropofagia, adaptando-a ao contexto periférico contemporâneo, sem desviar ou distorcer os princípios oswaldianos. Em vez disso, pode-se dizer que o autor dá continuidade ao pensamento de Oswald, utilizando-o para confrontar as hierarquias culturais e sociais que ainda se impõem, propondo uma “antropofagia periférica” que absorve, ressignifica e devolve criticamente elementos culturais, na busca de afirmar o valor da produção cultural da periferia. Estabelecendo os vínculos, podemos ver da seguinte maneira: no “Manifesto Antropófago”, a assimilação ocorria pela “deglutição” da cultura europeia, que, ao ser “digerida”, transformava-se em uma arte essencialmente brasileira. No “Manifesto da Antropofagia Periférica”, essa mesma analogia é aplicada, mas o ato de “deglutição” simboliza a absorção do passado literário brasileiro, visando criar uma arte genuinamente periférica.

Sérgio Vaz busca demonstrar a importância de absorver esses valores passados, porém, sem perder de vista as condições do presente, considerando a periferia e sua valorização como local produtor de cultura, literatura e artes. Dentro desse contexto, a metáfora da antropofagia ganha uma nova concepção a partir da ótica periférica. Ao contrário dos modernistas que buscavam uma noção de identidade nacional — não uma identidade unitária, mas a criação de uma forma, uma expressão que condissesse com a diversidade do país, um conceito que pudesse ser problematizado —, os periféricos buscam a afirmação da identidade social — uma formulação que demonstre a existência de preconceito cultural, uma expressão que possibilite mostrar as contradições do país, um conceito que possa revelar problemas estruturais, elementos a serem problematizados. Se para o modernismo a preocupação era a representatividade dos elementos nacionais, para os periféricos a preocupação é evidenciar as diferenças socioeconômicas a partir de suas identidades e gozar de suas expressões sem serem reduzidos pelas suas origens.

Tanto o manifesto de Vaz quanto o de Oswald representam uma negação à passividade diante do elemento opressor por meio do ato antropofágico, remetendo à ritualística indígena associada à guerra e à dominação do inimigo. Assim como os indígenas acreditavam que o ato antropofágico fortaleceria sua comunidade, os modernistas acreditaram que esse simbolismo poderia fazer o mesmo pela arte brasileira. Igualmente o manifesto da “Antropofagia Periférica” faz a mesma analogia. Contudo, a assimilação é canalizada para um propósito diferente, ela visa o fortalecimento do

periférico enquanto sujeito ativo e produtor de arte e cultura. Ao se utilizar de recursos semelhantes aos dos modernistas de 1922, Vaz promove “um movimento ousado e oportuno, pois retoma o que legitima e nega ao mesmo tempo”.⁸⁷ A “Antropofagia Periférica” e o “Manifesto Antropofágico” usam a prática de absorção das influências externas para transformá-la em uma qualidade que unirá forças; isto é, uma força que antes poderia ser vista como destrutiva é canalizada para se tornar um elemento de outro intrínseco ao grupo que o assimila. Por meio dessa ritualística, ambas as manifestações, embora se façam por processos distintos, evidenciam uma essência comum — aí outro movimento diferente em relação ao “Terrorismo Literário”, que, embora enseje a mesma resistência e insubordinação aqui apresentada, parece deixar de lado elementos que poderiam produzir importante síntese na expressão literária marginal.

Como já dissemos, o autor, embora afirme uma autoridade periférica, não nega a importância de absorver os objetos simbólicos vindos de fora. Com isso, expressa uma releitura desses aspectos culturais, que serão assimilados como uma forma de fortalecer a cultura periférica já existente. É nesse processo que se encontra o ato antropofágico, quando o “mundo do outro” é absorvido conscientemente como operação de assimilação. Estabelece-se, assim, o processo de deglutição não destruidora do inimigo, pois se sorve aquilo que agrega. Constrói-se um processo de reelaboração de elementos, que permitirá à periferia se consolidar como um produtor de arte e de cultura mais forte. Dessa maneira, a antropofagia “possibilita que, ao mesmo tempo em que se opõem a algum tipo de tradição, retome-se essa tradição para a construção de significados válidos interiormente, e não apenas uma cópia de modelos exteriores”.⁸⁸ Garante-se, dessa maneira, uma produção nova e legítima “uma engenharia que insere a literatura periférica/marginal no quadro geral de produção da literatura brasileira”.⁸⁹

Se, por um lado, existem analogias possíveis entre os manifestos de Vaz e Oswald, por outro, podemos apontar para as diferenças no que tange ao núcleo das reivindicações. Se, para o modernista, “o pensamento patriarcalista e repressivo [podia ser] encontrado na herança europeia, Sérgio Vaz encontra sua opressão patriarcal no quadro geral de desenvolvimento interno da nação”.⁹⁰ É esse quadro que leva, fundamentalmente, ao diálogo entre a “Antropofagia Periférica” e o “Terrorismo Literário”. Embora o texto de

⁸⁷ Ribeiro; Domingos, 2013, p. 69.

⁸⁸ Ribeiro; Domingos, 2013, p. 78.

⁸⁹ Ribeiro; Domingos, 2013, p. 78.

⁹⁰ Ribeiro; Domingos, 2013, p. 74.

Vaz parece sugerir uma negociação conciliatória, ele é caracterizado pela desobediência, pela contestação e pela não subordinação. Uma agressividade mais contida, talvez, quando comparado ao manifesto de Ferréz. Todavia, no manifesto de Vaz está presente a incitação à rebelião.

A Periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor.
 Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune.
 Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado.
 A favor de um futuro limpo, para todos os brasileiros.
 A favor de um subúrbio que clama por arte e cultura, e universidade para a diversidade.
 Agogôs e tamborins acompanhados de violinos, só depois da aula.
 Contra a arte patrocinada pelos que corrompem a liberdade de opção.
 Contra a arte fabricada para destruir o senso crítico, a emoção e a sensibilidade que nasce da múltipla escolha.
 A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.
 A favor do batuque da cozinha que nasce na cozinha e sinhá não quer.
 Da poesia periférica que brota na porta do bar.
 Do teatro que não vem do “ter ou não ter...”. Do cinema real que transmite ilusão.
 Das Artes Plásticas, que, de concreto, quer substituir os barracos de madeiras.
 Da Dança que desafoga no lago dos cisnes.
 Da Música que não embala os adormecidos.
 Da Literatura das ruas despertando nas calçadas.
 A Periferia unida, no centro de todas as coisas.
 Contra o racismo, a intolerância e as injustiças sociais das quais a arte vigente não fala.
 Contra o artista surdo-mudo e a letra que não fala.
 É preciso sugar da arte um novo tipo de artista: o artista-cidadão.
 Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a mediocridade que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades.
 Um artista a serviço da comunidade, do país.
 Que armado da verdade, por si só exercita a revolução.
 Contra a arte domingueira que defeca em nossa sala e nos hipnotiza no colo da poltrona.
 Contra a barbárie que é a falta de bibliotecas, cinemas, museus, teatros e espaços para o acesso à produção cultural.
 Contra reis e rainhas do castelo globalizado e quadril avantajado.
 Contra o capital que ignora o interior a favor do exterior.
 Miami pra eles? “Me ame pra nós!”
 Contra os carrascos e as vítimas do sistema.
 Contra os covardes e eruditos de aquário.
 Contra o artista serviçal escravo da vaidade.
 Contra os vampiros das verbas públicas e arte privada.
 A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.
 Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor.
 É tudo nosso!⁹¹

Mesmo com a existência de elementos que confirmam a síntese entre a diversidade dos elementos culturais eruditos e os populares, provenientes das comunidades marginalizadas, persiste o protesto que reitera a demanda pela existência de periféricos no cenário artístico e literário. A presença de atos de insubordinação se manifesta por

⁹¹ Vaz, 2020, p. 53-54.

meio de elementos que emergem da periferia em contraste com a autoridade que busca impor formas de dominação. Esse embate pode ser observado no verso: “A favor do batuque da cozinha que nasce na cozinha e sinhá não quer”.⁹² No quadro proposto por Vaz, o conflito entre a manifestação cultural popular e a repressão simbólica encarnada na figura da sinhá sintetiza séculos de repressão às expressões culturais negras no Brasil, representando de forma crítica o preconceito histórico contra a cultura afro-brasileira. Nesses termos, ao se utilizar do verso da música, faz uso da figura da “Sinhá”, termo que remete às senhoras da casa-grande no período escravocrata, para ilustrar a resistência das elites brancas em aceitar a presença e a influência da cultura negra em seus espaços. O batuque, expressão que reúne ritmo, dança e religiosidade de matriz africana, é retratado como algo indesejado pela esfera cultural dita erudita. Essa rejeição evidencia o racismo cultural que busca silenciar, inferiorizar e marginalizar práticas e saberes afro-brasileiros, que, embora estejam em grande medida enraizados no cotidiano popular, foram alvos de desconfiança e ainda são vistos como algo menor. Nesse contexto, o batuque afirma o valor e a legitimidade da cultura negra como componente essencial da cultura nacional. Ao se apropriar do termo, Vaz demonstra que o “batuque na cozinha” simboliza as comunidades periféricas e se opõe ao vocábulo “sinhá”, que carrega um papel simbólico nas dinâmicas de poder herdadas do regime escravocrata. Estar a favor do “batuque na cozinha” feito contra a vontade da “sinhá” “remete a uma posição de confronto que essa manifestação possa encenar no jogo das produções culturais”.⁹³ O batuque, representando as camadas populares, reafirma sua origem no imaginário histórico-cultural brasileiro e explicita a oposição ao “desejo da sinhá”, que encarna os interesses da elite dominante.

Outro aspecto presente em “Antropofagia Periférica” está na idealização de que o artista não deve se restringir exclusivamente à produção de conteúdos intelectuais, devendo também assumir o papel de um agente político-social que busca ativamente a transformação do seu entorno: “o artista-cidadão. Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a mediocridade que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades. Um artista a serviço da comunidade, do país”.⁹⁴ Tal qual ocorre em “Terrorismo Literário”, surge a figura do artista empenhado na transformação

⁹² A expressão remete ao samba “Batuque na Cozinha”, gravado em 1968 por Pixinguinha, João da Baiana e Clementina de Jesus, e posteriormente popularizado por Martinho da Vila, em 1972: “Batuque na cozinha / Sinhá não quer / Por causa do batuque / Eu queimei meu pé” (Pixinguinha; João da Baiana; Clementina de Jesus, 1968, faixa 9; Martinho da Vila, 1972, faixa 7).

⁹³ Ribeiro; Domingos, 2013, p. 77.

⁹⁴ Vaz, 2020, p. 53-54.

do seu meio. Como a origem de grande parte dos escritores que se afiliam à literatura marginal, se não todos, é das favelas e periferias, a intenção desses autores é também ajudar a transformar suas comunidades.⁹⁵

Em nossa concepção, tanto o manifesto “Antropofagia Periférica” de Sérgio Vaz quanto o manifesto “Terrorismo Literário” de Ferréz expressam insatisfação e revolta com as condições sociais e culturais que marginalizam e silenciam as enunciações de indivíduos marginalizados por suas condições periféricas. No entanto, a forma como cada um desses autores aborda suas inquietações é transversal. Enquanto Vaz propõe uma releitura do “Manifesto Antropófago” de Oswald de Andrade, destacando a absorção crítica de elementos culturais externos para fortalecer a identidade periférica, Ferréz adota uma postura mais agressiva e contestatória, reivindicando um lugar para a periferia exigindo o espaço negado pela literatura.

Os manifestos, ainda que difusos, orientam as bases do que pode ser compreendido como literatura marginal no cenário contemporâneo brasileiro. Embora partam de um mesmo solo, os textos propõem caminhos distintos e, por vezes, conflitantes sobre como a literatura das margens deve se posicionar diante da cultura dominante. Ao serem lidos em contraponto, esses manifestos revelam diferenças de estratégia, tom, concepção política e horizonte de transformação. Em “Terrorismo Literário”, Ferréz adota um discurso direto, agressivo e insubmisso. O termo “terrorismo” não é escolhido ao acaso: aponta para uma ação radical e disruptiva no campo da linguagem e da cultura, um ataque simbólico contra os dispositivos de exclusão literária e cultural operados pela elite. Em contrapartida, Sérgio Vaz, em “Antropofagia Periférica”, propõe uma via distinta. Vaz defende a ideia de “devorar” criticamente os elementos da cultura dominante, digeri-los e ressignificá-los sob uma ótica periférica. Aqui, a subversão acontece não pela recusa, mas pela incorporação crítica, transformando o que vem de fora em potência criadora interna.

⁹⁵ Com isso, alguns desses autores, buscam propiciar condições para que outros possam usufruir da dignidade e da mesma possibilidade de participação nas esferas da arte e literatura. Há a preocupação de que a arte deva ser considerada um bem coletivo, com acesso e prática universais. Tal consideração nos lembra os apontamentos de Antonio Candido em “Direito à Literatura” e seus direcionamentos para que exista um acesso amplo e irrestrito ao universo literário, como marca o parágrafo final de seu texto: “Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter uma separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Candido, 2011, p. 193).

Em termos de concepção da periferia, Ferréz a vê como território de resistência, onde a cultura deve ser forjada a partir das experiências concretas nesse local. Sérgio Vaz, embora também parta da experiência da periferia, aposta em uma periferia criadora, capaz de tensionar os limites da cultura dominante por meio da apropriação crítica. Conquanto surjam proposições antagônicas, elas acabam por representar estratégias distintas dentro de um mesmo campo de disputa. Ferréz aposta no enfrentamento direto, enquanto Sérgio Vaz opta por uma subversão poética. Ambas as abordagens, contudo, se articulam e se revelam fundamentais para compreender a dinâmica do movimento literário marginal que vem das periferias, pois apontam a variedade de caminhos possíveis para inseri-la no debate cultural. Trata-se de uma expressão atravessada por diversidade, um movimento que não se anula diante de suas contradições, uma vez que esses deslocamentos, longe de enfraquecê-lo, o fortalecem enquanto espaço de disputa e criação.

A diferença de estilo não compromete a convergência fundamental entre ambos: a valorização da produção cultural das periferias e o compromisso com a transformação social a partir de seus territórios através de ações que impactem a periferia — ações praticadas por ambos. Ao observar seus textos, é possível identificar um objetivo comum que justifica a fusão conceitual entre a proposta marginal de Ferréz e a proposta periférica de Vaz. Desse modo, sugerimos o termo literatura marginal-periférica como o mais apropriado para designar essas expressões literárias que se entrelaçam nas práticas, nos discursos e nas intenções de seus autores. Embora jamais tenham declarado essa convergência de forma explícita, a análise de seus manifestos permite perceber afinidades importantes, voltadas à sensibilização de um mesmo público e à constatação das mesmas estruturas excludentes.

A literatura marginal-periférica emerge, assim, como uma força de tensões que se contrapõem e ao mesmo tempo se resolvem. Sérgio Vaz, por meio de uma antropofagia crítica, propõe a ressignificação da cultura dominante, incorporando-a de forma consciente e devolvendo-a com a marca da periferia. Já Ferréz propõe o “terrorismo literário” como ação de ruptura: uma ofensiva estética e política contra as barreiras impostas pelo sistema literário tradicional. Para Vaz, a literatura deve reposicionar a produção cultural periférica no centro do cenário nacional, reconfigurando tradições. Para

Ferréz, é preciso invadir esse mesmo cenário colocando em cena as escritas das margens.⁹⁶

Nessa instância, é fundamental compreender quem é o escritor marginal-periférico e qual é o lugar que ocupa dentro do campo literário e social. Esses escritores, em sua maioria, são sujeitos que vivem ou viveram grande parte de suas vidas nas favelas e periferias, e que transformam suas vivências em matéria literária. Suas narrativas são construídas a partir da experiência direta com a vida nas periferias e se voltam, de forma intencional, para esses espaços, tanto como cenário quanto como interlocutor. Trata-se, portanto, de escritor que se aproxima do objeto sobre o qual narra, e busca fazer de sua escrita uma interface de denúncia, questionamento, crítica, testemunho e intervenção.

Considerando seus objetivos, a escrita dos autores marginal-periféricos reflete e problematiza as condições sociais, econômicas, raciais e políticas que marcam o cotidiano das periferias. Diferentemente da literatura tradicional, que aborda questões sociais a partir de um olhar crítico estilizado e frequentemente distanciando, a crítica presente na literatura marginal-periférica é direta, marcada pela urgência de narrar experiências vividas ou ainda vivenciadas pelo autor enquanto sujeito periférico. Assim, essa literatura não se limita a representar a realidade, mas propõe enfrentá-la, confrontá-la e, acima de tudo, transformá-la.

Na instância transformadora, a ação está para além da escrita, já que esses autores ocupam um lugar estratégico como agentes culturais em suas comunidades. São mediadores entre a arte e a vida social, promovendo ações que atuam concretamente na construção de cidadania e pertencimento. Organizam e participam de saraus, criam centros culturais, fundam editoras independentes voltadas para autores da periferia, mantêm bibliotecas comunitárias e desenvolvem projetos de incentivo à leitura e à

⁹⁶ Consideramos que a abordagem presente em ambos os manifestos se circunscreve dentro da ideia de “literatura ruidosa” cunhada por Adélcio de Sousa Cruz (Cruz, 2012). Segundo o autor, o ruído é uma característica da inscrição das classes subalternizadas no mundo contemporâneo e se irrompe através de narrativas escritas por elementos dessas classes que, no desejo de se inscreverem como sujeitos de participação ativa na esfera cultural, projetam a partir de seu meio um universo artístico com base em suas próprias referências. Nesse espectro, mais uma vez, podemos ver o *rap* como elemento que favorece a ignição para as projeções periféricas. Esse movimento de origem eminentemente urbana, que se forma a partir da exclusão territorial imposta a determinados grupos populacionais é que abre espaço para as manifestações “ruidosas”. A ideia de ruído proveniente dessas narrativas é uma clara contraposição ao “silêncio”, que se estabelece pela ausência, ou pela falta de potência do eco das narrativas dos grupos marginalizados, como é o caso da comunidade negra, dos favelados e periféricos, aos quais o *rap*, com veemência, se vincula. A contundência e a radicalidade inerentes ao *rap*, manifestadas por meio de uma linguagem assertiva que reivindica de maneira impositiva, são novamente assimiladas pela literatura marginal, destacando-se no manifesto em questão e se consolidando como um reflexo potencial desse estilo no cenário literário. Através da matriz do *rap*, a literatura marginal adquire a dimensão política que a define como uma expressão literária marcada pelo seu caráter ruidoso.

formação crítica. Com essas ações, ampliam o acesso à literatura e contribuem para a formação de novos leitores e escritores, especialmente entre jovens de territórios excluídos do circuito cultural hegemônico.

Nesse sentido, é possível identificar, em diferentes frentes de atuação, nomes que exemplificam com força e clareza essa convergência entre produção literária e ação comunitária transformadora. Escritores como Michel Yakini, Allan da Rosa, Otávio Júnior, Sacolinha, Alessandro Buzo, Sérgio Vaz, Ferréz constroem, com palavras e ações, caminhos de resistência e reexistência nas margens da sociedade.

Yakini, por exemplo, conjuga poesia e crítica social em sua obra ao mesmo tempo que atua no coletivo Sarau Elo da Corrente, promovendo ações culturais e proposições no bairro de Pirituba, onde o coletivo tem como objetivos promover as expressões periféricas e a cultura negra, incentivando a participação da comunidade em torno da literatura, da música e de outras formas de arte que emergem da periferia. Allan da Rosa valoriza a ancestralidade negra e defende a educação como ferramenta de libertação, articulando literatura, pesquisa acadêmica e ações editoriais com o selo Edições Toró. Otávio Júnior, conhecido como o “Livreiro do Alemão”, é organizador e fundador da primeira biblioteca do Morro do Alemão e também idealizador do projeto Ler é 10, que leva livros e histórias para crianças nas favelas cariocas. Ademiro Alves de Sousa, conhecido como Sacolinha, retrata em sua obra a dureza da vida urbana e atua ativamente na promoção da leitura e na revitalização de espaços públicos em Suzano, além de desenvolver práticas literárias em escolas da cidade. Alessandro Buzo promove a difusão da literatura marginal-periférica em todo o país com coletâneas, saraus e sua livraria Suburbano Convicto, além de atuar como cineasta e promover eventos literários nas periferias de São Paulo. Sérgio Vaz, por meio da Cooperifa, cria um espaço comunitário de cultura e solidariedade que ressignifica o sarau, o qual passa de um evento cultural elitizado a um espaço de troca de ideias, com a poesia como ponto de partida para discussões sobre diversos temas sobre o cotidiano da periferia. O autor também encabeça projetos de leitura e distribuição de livros pela cidade de São Paulo. Já Ferréz, além de seu projeto literário, lidera iniciativas como o Projeto Interferência — casa de apoio fundada e dirigida pelo escritor, que oferece a crianças e adolescentes do Capão Redondo alimentação, cursos, reforço escolar e atividades educacionais, culturais e literárias voltadas à inclusão social — e o Selo Povo — que edita livros de jovens escritores das favelas e periferias. Cabe ainda mencionar Geovani Martins que, embora pertença a uma geração mais recente e, em comparação aos demais, possa ser considerado um autor em

início de trajetória, também faz de sua literatura um instrumento crítico e veículo de denúncia. Sua atuação, contudo, distingue-se dos demais por concentrar-se principalmente em palestras e oficinas realizadas em escolas públicas.⁹⁷

Todos esses escritores configuram expressões de uma literatura comprometida com a experiência das favelas e periferias, que transforma a vivência social em força estética e política. Ao aliarem literatura e ação concreta, atuam diretamente em seus territórios como produtores culturais e agentes de transformação social. O escritor marginal-periférico exerce um papel que vai além da criação literária, posicionando-se como articulador político e cultural, utilizando a palavra como instrumento de mobilização. Sua prática rompe com a imagem do escritor isolado e propõe uma visão de literatura engajada, entendida aqui à luz do pensamento sartreano: comprometida com a coletividade e voltada à construção de novos imaginários sociais. Jean-Paul Sartre oferece uma importante referência ao pensar o escritor como agente de transformação social, em Richard Wright, no qual identifica um exemplo desse engajamento. Wright foi um escritor cujas obras ampliam os limites da estética ao se tornarem ferramentas de denúncia, pensamento crítico e mobilização. Para Sartre, o escritor tem uma responsabilidade social e moral, e sua obra deve expressar um compromisso ativo com os dilemas históricos que atravessa. Essa postura é assumida pelos autores da literatura marginal-periférica, que escrevem com a intenção de intervir, resistir e transformar. A escrita, nesse contexto, assume caráter político. As escolhas temáticas, a perspectiva adotada, a linguagem empregada e o direcionamento de ações a partir de uma base ideológica evidenciam o compromisso do autor com as lutas de seu tempo.⁹⁸

Nesse panorama, a literatura marginal-periférica articula denúncia das opressões estruturais presentes nas periferias com a valorização da potência criativa e de ação em

⁹⁷ Martins também emerge de um contexto periférico e de trajetórias marcadas pela precariedade e pela busca de inserção cultural. Nascido em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, e criado em diferentes favelas cariocas, Martins teve contato com a literatura por meio de revistas em quadrinhos e das atividades promovidas pela FLUP (Festa Literária das Periferias). Abandonou a escola ainda no ensino fundamental, trabalhou em diversos ofícios informais e iniciou sua escrita em blogs e revistas comunitárias. Seu amadurecimento literário ocorreu em oficinas de criação, especialmente da FLUP, que o levaram à participação na FLIP e ao contato com o mercado editorial. O resultado desse percurso foi o lançamento, em 2018, de *O sol na cabeça*, pela Companhia das Letras — um conjunto de contos que retrata o cotidiano violento e desigual das favelas cariocas por meio de uma linguagem marcada pela oralidade e pela tensão social. Para uma compreensão mais ampla da trajetória do autor cujo romance será analisado nesta tese, assim como para um exame crítico de sua obra de estreia, recomendamos a leitura da dissertação de Evandro Siqueira Batista: *Sujeitos em trânsito: figurações do espaço urbano em O sol na cabeça, de Geovani Martins* (UFMG, 2021), disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/ffa20e40-9265-4deb-855d-b362684aaac6/download>.

⁹⁸ Sartre, 2015, p. 66-70 *passim*.

seus territórios. Esses escritores, assim, se inserem como sujeitos ativos dentro do universo que retratam, promovendo ações de conscientização e acesso à cultura, à literatura e à educação. Essas postulações são o que ativa o engajamento literário dentro do que propõe Sartre, pois envolvem uma postura ativa, deliberada e comprometida, direcionada à intervenção na realidade.

É importante destacar que, apesar das potências transformadoras da literatura marginal-periférica e do engajamento efetivo de seus autores em suas comunidades, existem contradições que podem comprometer ou diluir esses projetos. Como será discutido adiante, o mercado editorial e a indústria cultural podem absorvê-los sob a lógica de mercantilização, fator que inevitavelmente irá neutralizar seu potencial crítico. Nesse processo, tanto as obras literárias quanto as ações sociais desses autores correm o risco de serem convertidas em produtos culturais formatados para o consumo, esvaziando-se de seu caráter insurgente. Essa apropriação mercadológica reconfigura essas manifestações como expressões de inclusão, enquadradas em uma narrativa conciliadora que celebra a diversidade, mas preserva as hierarquias sociais existentes. Colocadas em prateleiras sob o selo da representatividade, muitas vezes essas obras são consumidas por um público interessado mais em suas marcas identitárias do que em suas propostas de ruptura. Assim, o risco é que a literatura marginal-periférica seja capturada por um discurso de inclusão superficial, que reconhece sua existência, mas desarticula seu poder de questionar. Esses embates revelam o quanto o reconhecimento, quando não acompanhado por mudanças nas estruturas de poder e nos modos de circulação da cultura, pode operar como forma de domesticação da crítica. Por isso, é fundamental manter o olhar atento às formas como essas obras são inseridas no mercado e aos limites dessa visibilidade quando dissociada de um compromisso real com a transformação social.

A literatura marginal-periférica e o paradoxo da vulnerabilidade social como mercadoria

A literatura marginal-periférica, ao mesmo tempo que busca evidenciar as enunciações de grupos historicamente silenciados e representar as vivências de comunidades periféricas e de seus marginalizados, enfrenta o desafio constante de preservar sua expressão ante as pressões do mercado. Consideramos importante abordar essa ideia, pois, como vemos atualmente, movimentos de grupos minoritários e marginalizados, por meio do identitarismo, têm mostrado vulnerabilidade diante do

mercado e das propostas de inclusão por ele ofertadas. Pautas como gênero, raça e orientação sexual, antes negligenciadas, passaram a ser comercializadas, visto que o mercado vem integrando o identitarismo às suas dinâmicas de maneira inovadora.

A expressão “política identitária”, ou “política de identidade”, surgiu a partir da declaração do Manifesto do Coletivo Combahee River (CCR), organização feminista de mulheres negras que compartilhavam da convicção de que existia uma problemática na narrativa de classe, qual seja: ao negligenciar as identidades específicas, essa narrativa ignorava que mulheres negras, por exemplo, além de trabalhadoras, enfrentavam dois fenômenos estruturais adicionais, a raça e o gênero. O fato de serem negras e, em alguns casos, lésbicas, limitava as oportunidades dessas mulheres de participarem plenamente dos debates políticos e econômicos dentro dos movimentos socialistas estadunidenses vinculados ao feminismo e ao movimento negro.⁹⁹ O grupo argumentava que o foco dos movimentos socialistas da época desconsiderava as diversas formas de existência, fato que poderia comprometer uma verdadeira emancipação coletiva, mantendo preconceitos, certos tipos de desigualdades e marginalização. Ao longo do tempo, as ideias originalmente defendidas pelo CCR foram progressivamente distorcidas e cooptadas por agendas políticas que se opõem à redistribuição de renda. Nesse processo, uma política que inicialmente buscava demonstrar como as diferenças podem dificultar a construção de uma luta coletiva por transformação foi transformada em uma abordagem que enfatiza e reforça as diferenças. Assim, as políticas de identidade, ao serem assimiladas pelas dinâmicas do neoliberalismo, acabaram sendo redefinidas e deram origem ao que hoje conhecemos como identitarismo. A identidade, nesse contexto, começou a ser utilizada como uma estratégia para destacar as particularidades individuais dos grupos e, dessa forma, passou a fortalecer o sistema capitalista, que se alimenta precisamente das desigualdades.

No panorama atual, as instituições voltadas para o mercado têm incorporado questões identitárias diretamente em suas operações, movendo-se através das infraestruturas do capital. Por meio destas, criam uma falsa promessa de igualdade quando incluem em suas prateleiras produtos e serviços direcionados aos grupos minoritários. Além disso, a indústria do entretenimento contribui para essa ilusão da inclusão ao, supostamente, representar as minorias, na maioria das vezes, por meio da indústria cultural que intensifica a objetificação dos indivíduos, tratando-os como

⁹⁹ Haider, 2019, p. 42.

consumidores cujas identidades são definidas pelos personagens de seriados e filmes que consomem. Tais representações, porém, na maioria das vezes, não refletem a complexidade dos grupos que essa indústria alega representar e acabam reproduzindo estereótipos por meio de narrativas que, em primeiro lugar, atendem aos interesses mercadológicos.

As estratégias formuladas para o consumo promovem uma ideia de inclusão e representação que, na prática, se mostra superficial, pois mascara as demandas mais críticas dos grupos minoritários. Essas estratégias desviam o foco das desigualdades estruturais, contribuindo para a naturalização da conformidade social e afastando os grupos da luta coletiva por igualdade. Em essência, essas pautas não exigem transformações nas condições que sustentam as diferenças, mas reforçam a ordem capitalista, baseando-se na crença de que o consumo pode superar barreiras estruturais.

Muitos desses elementos relacionados à ação do mercado e ao impacto do capitalismo sobre o identitarismo nos remetem ao ponto de vista de Cornel West, em seu livro *Questão de raça*. Embora o panorama geral da obra não seja uma abordagem direcionada às “armadilhas do identitarismo”, nela West tece críticas fortes a essa construção ideológica à qual a classe média negra estadunidense se rendeu. O filósofo estadunidense, ao abordar o comodismo e o imobilismo dos negros que conseguiram alguma ascensão social, coloca em discussão a aceitação passiva desse grupo que se desvinculou das lutas sociais ao se sentir confortável dentro do *American way of life*; mentalidade sedutora e dominada pelo mercado, cujo intuito é transformar as pessoas em agentes de consumo. O autor levanta a questão da aceitação da identidade pelo discurso do capital e, com isso, demonstra preocupação com as modulações da parcela da população negra que, mesmo ainda sendo racialmente oprimida, se conforma com os valores materialistas e individualistas da sociedade capitalista. Essa moldagem, como aponta West, deriva da

aceitação acrítica de ideais que induzem à autodegradação e que duvidam da inteligência, do potencial e da beleza dos negros não só agrava a miséria social negra mas também paralisa os esforços da classe média negra para defender amplas medidas redistributivas.

Essa paralisia assume duas formas: a preocupação burguesa dos negros com a aprovação de seus colegas brancos e a obsessão nacionalista dos negros com o racismo branco.¹⁰⁰

Em outras palavras, Cornel West diz que o foco na busca por conforto dentro da sociedade estadunidense leva ao conformismo, vez que as ofertas de inclusão propostas

¹⁰⁰ West, 2021, p. 105.

pelo sistema à classe média negra desvincularam essa categoria das políticas redistributivas que poderiam realmente melhorar as condições de vida dos negros, indivíduos historicamente marginalizados e afastados de condições materiais dignas. Ao se concentrar em conquistas individuais e em uma sub-representatividade, essa classe média ignora a necessidade urgente da maioria das pessoas e a essencialidade de reformas estruturais que abordem a desigualdade econômica e a pobreza sistêmica, que afetam desproporcionalmente a maioria dos negros. Esse conjunto de elementos fragmenta a luta pela ampliação de direitos civis, já que a ênfase excessiva nas identidades individuais do grupo ofusca a solidariedade e a ação coletiva necessária para desafiar as estruturas.

Tal postura notabiliza uma contradição, pois, pelo prisma unidimensional e individualista, acaba valorizando os ideais burgueses de justiça. Prevalece a ideia do mérito e do trabalho duro como a solução ideal para a mobilidade de classe. Esse aceno ao sucesso individual fortalece a ideologia liberal e destrói a árdua reconstrução dos fatores materiais e históricos que levaram a compreender os fundamentos do racismo, as razões pelas quais os negros foram privados de melhores condições de trabalho na sociedade capitalista e os motivos pelos quais estão condenados à pobreza geracional. A “aceitação acrítica de ideais” e a absorção dos valores burgueses são sintomas “do distanciamento dos negros em relação a uma vibrante tradição de resistência, uma comunidade vigorosa unida por seus ideais éticos e um sentido confiável para a luta política”.¹⁰¹

Ao incorporarmos ao texto a visão de Cornel West sobre o impacto do identitarismo na luta dos negros por justiça social e integração reais, evidenciamos como questões críticas, mesmo as mais intensamente arraigadas e cristalizadas nas estruturas sociais, podem ser absorvidas e neutralizadas pelo sistema. O identitarismo representa uma aceitação parcial das diferenças em troca de um reconhecimento superficial e ilustra como o capitalismo tem a capacidade de desviar pautas sociais de suas aspirações legítimas. Essa abordagem superficial impede que se enxerguem as raízes da exclusão e do preconceito nas estruturas sociais, ao deslocar do debate ações verdadeiramente transformadoras que poderiam expor e enfrentar essas questões. Como resultado, as hierarquias estruturais são mantidas, e a ordem vigente é reforçada.

Essa dimensão, que absorve e neutraliza pautas de resistência, encontra eco, principalmente, em produções culturais marginalizadas. Diante disso, não podemos,

¹⁰¹ West, 2021, p. 71.

portanto, ignorar que a literatura marginal-periférica não esteja sujeita às investidas do mercado e, conseqüentemente, ao identitarismo. Assim como outras obras, consagradas ou não, ela também é tratada como mercadoria. Afinal, a literatura integra o mercado como qualquer outro produto, sendo boa parte de sua produção vinculada a editoras voltadas à maximização de lucros. Nesse cenário, embora a literatura marginal-periférica esteja ligada à resistência e à contestação de setores hegemônicos, ela não está imune à dinâmica do mercado, que muitas vezes reduz sua potência crítica e a incorpora ao sistema que originalmente busca questionar.

Mesmo que a noção de “literatura marginal” seja frequentemente vinculada a produções artísticas fora do circuito comercial, há nesse contexto um significativo ponto de inflexão. Veja-se, por exemplo, a poesia marginal que se destacava como uma manifestação contrária ao sistema editorial tradicional: tornou-se objeto de interesse de uma editora estrangeira e foi reunida em uma antologia organizada por Heloísa Buarque de Hollanda, ainda nos anos 1970.¹⁰² Esse episódio revela um paradoxo: foi justamente a publicação comercial dessa antologia que projetou a poesia marginal nos canais literários tradicionais, ampliando seu alcance e sua visibilidade, movimento que enfraqueceu a ideia de transgressão que os poetas marginais buscavam transmitir. Essa ambigüidade evidencia o caráter contraditório das “publicações marginais”. Embora nasçam como uma postura antimercado, ao rejeitarem o circuito oficial, acabam por atrair o interesse do mercado editorial, fato que dilui a força contestatória que os poetas marginais originalmente pretendiam expressar.

Visto o que se sucedeu à poesia marginal, à primeira vista, a comercialização da literatura marginal-periférica pode parecer contraditória, dado que seus textos surgem como uma forma de resistência às desigualdades. No entanto, é fundamental destacar um ponto essencial para compreender essa dinâmica: os escritores marginais-periféricos buscam reconhecimento. Trata-se de uma aspiração legítima e crucial para a difusão das

¹⁰² Sobre isso, diz Heloísa Buarque de Hollanda: “vejo o meu trabalho de organização desse material [os poemas avulsos e os livretos mimeografados] na antologia *26 poetas hoje* como bom e mau. Bom, na medida em que divulgou essa produção nas esferas de legitimação institucional, promovendo violentas polêmicas e questionamentos e, portanto, aumentando o circuito desse debate. Mau, entretanto, porque assim “apropriados” num volume “limpo” de editora espanhola e sob o aval e atenção de uma professora universitária, promovi, de alguma maneira, alterações fundamentais na forma e no conteúdo dessa mesma produção, diminuindo a força contestatória de sua intervenção crítica” (Buarque de Hollanda, 2004, p. 111). Conquanto veja sua posição como dicotômica, Buarque parece se justificar apontando que a coletânea foi um trabalho feito por várias mãos, fato que resgataria a ideia de um movimento que fez poesias em uníssono. Com isso, prefere pensar que seu trabalho ao organizar a antologia se tornaria uma fonte irrecusável e visceralmente contextualizada por reunir um conglomerado de poesias que diz muito sobre o cenário literário e político do Brasil dos anos 1970 (Buarque de Hollanda, 2021, p. 25).

mensagens que desejam transmitir. Nesse contexto, a ampla distribuição das obras possibilita que suas vozes alcancem um público maior, fomentando debates sobre as questões sociais que abordam.

Assim, as obras da literatura marginal-periférica são comercializadas tanto por grandes editoras quanto por pequenas casas editoriais e, em alguns casos, por editoras criadas pelos próprios escritores. Essa aparente contradição se mostra eficiente, pois a comercialização dessas obras paradoxalmente amplia seu acesso para além das periferias. Um exemplo significativo dessa dinâmica são os três volumes da revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*. Embora inicialmente direcionada ao público periférico, a revista conseguiu expandir sua influência, alcançando leitores de outros contextos. Entre esses novos públicos, destacam-se acadêmicos, leitores de esquerda e progressistas de classe média, muitos dos quais já acompanhavam a revista *Caros Amigos*, conhecida por seu viés político. Esse cruzamento com um público interessado em análises críticas sobre as dinâmicas de exclusão da sociedade brasileira contribui para a ocupação de espaços que os escritores marginais-periféricos almejam e, de outra maneira, para comunicar a mensagem que expressam.

Ainda que os aspectos delineados sobre o mercado colaborem com a literatura marginal-periférica, podemos dizer que eles, da mesma maneira, a colocam em uma posição delicada e contraditória: enquanto busca desafiar e questionar as estruturas sociais e econômicas estabelecidas, precisa, simultaneamente, utilizar mecanismos dessas mesmas estruturas para alcançar visibilidade e efetividade da mensagem que quer veicular. Se, por um lado, como discutimos, a mercantilização acaba por favorecer algumas das propostas desses escritores, por outro, ela estabelece uma ambiguidade, pois, ao atingir o público externo à periferia, o conteúdo contestatório, inevitavelmente, se transforma em produto de consumo. Como a literatura é predominantemente consumida pela classe média ou associada às elites intelectuais, muitas publicações marginais-periféricas se tornam comercialmente atrativas para o mercado editorial. Além de oferecerem análises críticas já citadas, essas obras despertam um interesse particular nessas camadas da sociedade, pois abordam enfoques que não fazem parte do cotidiano desses indivíduos. Assim, temas como violência, pobreza, tráfico de drogas, criminalidade e as várias adversidades enfrentadas por moradores de periferias, subúrbios e favelas acabam sendo transformados em mercadoria, incorporados ao mercado como produtos culturais consumíveis.

Em certa medida, isso se deve ao exotismo com que as escritas marginais-periféricas são tratadas. Longe de ser um fenômeno inédito na literatura brasileira, o exotismo está relacionado a escritos associados às idealizações ou à fascinação por elementos culturais, estéticos ou sociais de grupos, localidades e sociedades consideradas distantes das normas dominantes. As favelas e periferias contrastam significativamente com os bairros de classe média e os condomínios fechados. Nesse contexto, esses locais, juntamente com seus habitantes, são vistos como “os outros” em relação à classe média e a seu estilo de vida. O exótico, muitas vezes travestido de apelo social, é amplificado pelas editoras para causar *frisson* nos consumidores de literatura que, muitas vezes, antes de uma leitura analítica, estão em busca de satisfazer a curiosidade sobre os aspectos das vivências periféricas, ou simplesmente fazem um exercício empático, uma espécie de expiação pela culpa, ao se solidarizarem com as favelas e periferias — ainda assim um prospecto que se alimenta da vontade de saber sobre o “outro”.

É a curiosidade pela diferença que, amiúde, viabiliza a comercialização de expressões como a literatura marginal-periférica. Esse fator é problemático, pois pode levar a uma compreensão equivocada da mensagem que os autores pretendem transmitir, caso os textos não sejam analisados da forma adequada. Esse quadro promovido pelo mercado pode também reforçar estereótipos ou criar uma romantização inadequada das favelas e periferias, invertendo toda a construção ideológica que os escritores marginais-periféricos projetam em suas obras. Além do mais, é um tipo de relação que pode simplificar a complexidade narrada nas obras, comprometendo a materialidade que esses textos veiculam, reforçando, assim, as relações de desigualdade e poder, como evidencia o seguinte trecho:

[Percebe-se] a capacidade do sistema econômico e político absorver de modo cada vez mais eficiente os conflitos, inclusive os raciais. Mesmo que possam ser consideradas perigosas, pois oferecem possibilidades contestadoras de leitura de mundo e da ordem social vigente, as culturas negra ou indígena, por exemplo, não precisam ser eliminadas, desde que seja possível tratá-las como “exóticas”. O exotismo confere valor à cultura, cujas manifestações serão integradas ao sistema na forma de mercadoria. Desse modo, o cinema, a literatura, a música e as artes plásticas não precisam negar a existência do racismo; pelo contrário, produções artísticas de grande repercussão tratam do racismo e do sofrimento por ele provocado de modo direto. Não é apenas extirpando a cultura que o racismo se apresenta, mas “desfigurando-a” para que a desigualdade e a violência apareçam de forma “estilizada”, como “tema de meditação” ou “peça publicitária”, e possam assim ser integradas à normalidade da vida social.¹⁰³

¹⁰³ Almeida, 2019, p. 46-47.

A abordagem inspirada na leitura do trabalho de Frantz Fanon, *Em defesa da revolução africana*, mesmo que coloque em pauta o racismo, não se desvincula do que estamos tratando. A menção ao filósofo e psiquiatra martinicano visa destacar como o olhar exótico sobre as manifestações culturais de grupos oprimidos — como negros e indígenas — atribui valor comercial e não valor cultural ou de reconhecimento. A intenção de incidir sobre o exótico não é integrar, e sim retirar o potencial dessas manifestações para que sujeitos pertencentes a esses grupos continuem sendo enxergados como “os outros” e sendo explorados, como sempre foram. Por essa ótica, Fanon compreende que o rigor do sistema superficializa a afirmação cotidiana de superioridade do preconceito ao tornar suas nuances menos brutais e “cultas”, não raramente difundidas por uma ideologia “democrática e humana”.¹⁰⁴ Conjetura que, progressivamente, cria uma mistificação verbal que irá comercializar elementos como a escravização e o racismo, ao mesmo tempo que irá destruir o valores culturais das enunciações de sujeitos sob os quais esses fenômenos pesam — por essa razão, o mercado utiliza uma roupagem social para vestir o exotismo com que trata as produções de grupos marginalizados, como mencionamos anteriormente, ou suaviza as “feições” dessas produções para que elas se tornem mais atraentes. No entendimento de Fanon, todos esses fenômenos se tornam comercializáveis, pois são incorporados “como tema de meditação, às vezes até como técnica publicitária. É assim que o *blues*, ‘lamento dos escravos negros’, é apresentado à admiração dos opressores. É um pouco de opressão estilizada que retorna ao explorador e ao racista”.¹⁰⁵

As observações de Fanon evidenciam a habilidade do capitalismo e de suas políticas para o desenvolvimento de fórmulas cada vez mais eficientes para absorver os conflitos sociais e dirimir as tentativas de conquistas que planifiquem ou homogeneizem o *status* dos diversos grupos da sociedade. Isso porque o capitalismo camufla nos pressupostos inclusivos suas ideologias de exploração e dominação, estratégia que não somente neutraliza e dociliza os agentes que a ele se opõem, mas que também mantém seu controle sobre culturas e corpos.

Para finalizar essas observações, consideramos importante abordar a obra de Mark Fisher *Realismo capitalista*, mais especificamente um trecho do primeiro capítulo, intitulado “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” —, título

¹⁰⁴ Fanon, 1980, p. 41.

¹⁰⁵ Fanon, 1980, p. 41.

que o autor considera uma alusão direta a Fredric Jameson e Slavoj Žižek. Segundo o autor, Jameson e Slavoj Žižek capturam com precisão aquilo que ele descreve como “realismo capitalista”, ideia que expressa o sentimento de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível superá-lo ou imaginar qualquer alternativa a ele. O autor procura demonstrar como a cultura capitalista contemporânea deixou de apenas assimilar e neutralizar conteúdos potencialmente subversivos — processo típico das décadas anteriores, em que rebeldias culturais eram incorporadas e transformadas em mercadoria — para atuar de modo ainda mais sofisticado: por meio daquilo que ele chama de “precorporação”.¹⁰⁶

A precorporação refere-se ao controle antecipado. O capitalismo não se limita mais a absorver, mas antecipa desejos, esperanças e gestos de contestação. Dessa forma, qualquer ato de rebeldia já nasce previsto, formatado e pronto para ser consumido dentro da lógica do sistema. As chamadas “culturas alternativas” no contexto contemporâneo — *punk*, *indie*, *underground*, entre outras — já estão previamente mapeadas e assimiladas antes mesmo de produzirem ruptura. Para Fisher, o exemplo mais expressivo desse modelo é Kurt Cobain. A trajetória de Cobain e do Nirvana expressa a impotência da rebeldia dentro do realismo capitalista. O músico tinha consciência de que todo gesto de revolta já era um clichê, previamente roteirizado pela indústria cultural. O paradoxo era evidente: o protesto contra a MTV funcionava ainda melhor na própria MTV, transformado em espetáculo. Nesse sentido, o sucesso equivalia ao fracasso: ao se tornar “a carne nova do pedaço”, Cobain já estava condenado a ser consumido e descartado.¹⁰⁷

A morte de Kurt Cobain, como observa Mark Fisher, simbolizou a derrota da utopia que sua música parecia anunciar. Suas ambições foram rapidamente incorporadas pela indústria cultural, reproduzidas de forma incessante e esvaziadas de seu potencial, a ponto de outras bandas já consolidadas copiarem, quase imediatamente, a fórmula que havia levado o Nirvana ao auge. Quando Cobain morreu, o rock já estava em declínio como espaço de contestação ou horizonte utópico, sendo substituído pelo *hip-hop*, cujo processo de ascensão global se apoiava no mesmo mecanismo de precorporação capitalista. O *hip-hop* emergiu como o novo centro da cultura jovem, carregando a promessa de “autenticidade” — aquela mesma noção de ser “real” que também inspiraria a literatura marginal-periférica, fortemente influenciada pelo *rap*. Essa “autenticidade” se

¹⁰⁶ Fisher, 2020, p. 18.

¹⁰⁷ Fisher, 2020, p. 19.

manifestava tanto como recusa às concessões impostas pela indústria quanto como reflexo direto das condições do capitalismo tardio: instabilidade econômica, racismo institucionalizado, precarização do trabalho e violência policial. No entanto, tal autenticidade logo se mostrou altamente vendável. O *gangsta rap*, em particular, encenava a brutalidade do sistema, apresentando o “mundo como ele é”; mas, em vez de romper com a lógica dominante, acabou por se integrar a ela.¹⁰⁸

É nesse ponto que Fisher introduz a noção de mito antimítico. A promessa de expor a realidade em sua forma mais crua, sem ilusões ou disfarces, converte-se, paradoxalmente, em mais uma modalidade de mito. Tanto o *hip-hop* quanto os filmes de *gangster* — como *Scarface*, *O Poderoso Chefão* ou *Pulp Fiction* — reiteram a mesma narrativa: o mundo seria essencialmente violento, competitivo e brutal, um espaço de guerra permanente de todos contra todos. Esses elementos, contudo, atuam como mecanismo de legitimação do próprio capitalismo.

De outra maneira, podemos compreender essa distorção contrastando o romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, com sua adaptação cinematográfica dirigida por Fernando Meirelles. Embora Paulo Lins não situe seu livro no âmbito da chamada “literatura marginal” — posição reiterada pelo próprio autor, apesar de sua amizade com Ferréz e do envio de um texto para a revista *Literatura Marginal* da *Caros Amigos*, posteriormente recusado por ele como pertencente a essa vertente —, sua obra revela um consistente potencial crítico e uma densidade histórica. Como observa Roberto Schwarz, em *Cidade de Deus*, nos parágrafos iniciais o romance possui um tom sutil, emergindo temas característicos da vida popular brasileira. Baratinho, enquanto compartilha um baseado com seu amigo Buscapé, projeta sonhos para o futuro: “quer ser um salva-vidas com bom preparo físico”.¹⁰⁹ Nas páginas seguintes, essa atmosfera cordial e esperançosa é progressivamente confrontada com a presença da pobreza, do desemprego e, sobretudo, dos primeiros cadáveres que boiam no rio vizinho à favela, revelando que “o aspecto da vida popular que irá prevalecer é outro. A diferença, que ressurge a todo momento, tem função estrutural e como que esboça uma perspectiva histórica”.¹¹⁰ O filme de Meirelles, entretanto, subverte esse horizonte da camada estrutural ao adotar um enquadramento mais próximo às exigências da indústria cultural cinematográfica. Ao privilegiar a *performance* de estereótipos do bandido e ao banalizar a violência como espetáculo de

¹⁰⁸ Fisher, 2020, p. 20.

¹⁰⁹ Schwarz, 1999, p. 163.

¹¹⁰ Schwarz, 1999, p. 164.

entretenimento, a adaptação esvazia os elementos que conferiam ao romance de Lins um potencial de historicidade e crítica social.

Em síntese, Fisher aponta que a cultura contemporânea deixou de ser um espaço efetivo de resistência. A rebeldia, antes mesmo de surgir, já é moldada para ser absorvida como mercadoria. O *rock*, através da angústia de Cobain, mostrou o esgotamento dessa rebeldia, enquanto o *hip-hop* revelou o mecanismo perfeito da precorporação capitalista: a “autenticidade” transformada em produto e a violência social, não mais um elemento de crítica, sendo ela convertida em espetáculo lucrativo. O resultado é a consolidação do realismo capitalista, isto é, a sensação generalizada de que não há saída fora do sistema — já que até a contestação está prevista e por ele domesticada.

Ao dialogar com Fredric Jameson em *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, Mark Fisher retoma a ideia de que o capitalismo não apenas tolera formas de crítica estética e cultural, mas as absorve e reconfigura como mercadoria, neutralizando, assim, seu potencial subversivo. Jameson havia destacado no modernismo a possibilidade de um caráter revolucionário expresso nas próprias formas — inovações estéticas, rupturas narrativas, técnicas de choque — que, em tese, poderiam abrir novos horizontes de percepção e crítica social. Contudo, na prática, essas mesmas formas modernistas foram apropriadas pelo mercado: o surrealismo passou a ser explorado na publicidade, os recursos narrativos experimentais foram incorporados pelo cinema comercial e a estética de vanguarda se converteu em linguagem dominante do *design* e da moda. Fisher atualiza essa leitura ao argumentar que, no contexto do capitalismo tardio — ou, em sua formulação, realismo capitalista —, esse processo de absorção e neutralização se intensifica a tal ponto que qualquer inovação ou gesto de subversão é imediatamente capturado e transformado em produto.

Essa articulação dialética entre o impulso crítico da obra e sua inserção nos modos de produção cultural revela uma contradição constitutiva da literatura marginal-periférica contemporânea: seu desejo de ruptura convive com os meios de circulação dominados pela lógica mercantil.

CAPÍTULO 3

ESCREVENDO O TRAUMA

Trauma histórico – *Capão pecado e Via Ápia* como narrativas de teor testemunhal

Ao considerarmos determinadas obras literárias como documentos, estamos nos referindo a formas discursivas que, ao mesmo tempo que forjam mundos ficcionais, elaboram experiências individuais e coletivas que funcionam como pontes entre o passado e o presente. A literatura, nesse sentido, opera em um campo de tensão entre invenção e experiência, entre construção estética e elaboração da memória, entre ficcionalidade e a tentativa de marcar uma espécie de testemunho — ainda que não se inscreva como testemunho *stricto sensu*. Essa articulação, ainda que atravessada por contradições, permite que as narrativas literárias, para além de utilizarem a linguagem figurada como matéria-prima da criação artística também se constituam como dispositivos memorialísticos, atuando na reelaboração simbólica de traumas, conflitos sociais e históricos.

A estrutura da literatura, por meio da criação de mundos possíveis, da linguagem subjetiva e da pluralidade de sentidos, sustenta o pacto ficcional que permite ao leitor suspender momentaneamente a realidade factual para adentrar universos que, embora imaginários, ressoam verdades históricas e sociais. É nesse terreno que a ficção não se opõe à realidade, mas a amplia, a confronta, a interpreta. A função estética da literatura, portanto, vai além do mero prazer do entretenimento, pois convoca à análise crítica. A subjetividade da linguagem, a plurissignificação e a diversidade de estruturas narrativas presentes na literatura são elementos que conferem densidade e complexidade à experiência estética, permitindo ao texto literário se tornar espaço de resignificação da realidade por meio da verossimilhança, que não exige a reprodução exata do mundo real, mas sim a coerência e credibilidade dos eventos, personagens e cenários dentro do universo da narrativa.

No âmbito da literatura de teor testemunhal, essa ficcionalidade não anula o compromisso ético com a memória, com a verdade subjetiva do vivido e com a elaboração do trauma. Pelo contrário, é justamente por meio da ficção que o desejo de construir um testemunho se intensifica, convertendo o trabalho literário em uma forma de resistência e elaboração da memória. A experiência traumática, frequentemente fragmentada,

marcada pela descontinuidade e pela dificuldade de ser plenamente representada, encontra na literatura um meio expressivo capaz de dar forma ao que escapa à significação. Assim, o testemunho literário se estrutura a partir da recriação de experiências, da evocação de lembranças e da reconstrução simbólica de eventos que, embora radicados na realidade, são mediados pela linguagem e pela estética.

Essa forma de escrita, mais do que simplesmente narrar fatos, busca reinterpretá-los, confrontá-los e ressignificá-los. Seu arcabouço é constituído por experiências que atravessam as existências de grupos oprimidos, minorias e contextos marcados por violências históricas e estruturais. Nesse sentido, é relevante recuperar o pensamento de Walter Benjamin, que nos alerta para o fato de que os processos culturais e suas formas de transmissão não estão isentos da barbárie. Para Benjamin, cada documento de cultura é, ao mesmo tempo, um documento de barbárie, pois carrega consigo a marca da violência histórica que o produziu e transmite, quase sempre, uma empatia com os vencedores — os dominadores que continuam a herdar os despojos simbólicos e materiais dos vencidos. Os bens culturais, nesse contexto, seriam os vestígios soterrados daqueles que foram derrotados.¹¹¹

O gesto crítico aqui almejado encontra ressonância na leitura de Michael Löwy, que enfatiza a atualidade do chamado benjaminiano de revelar as dores, os silêncios e as violências que foram apagadas ou naturalizadas pelo discurso dominante. É olhar para o passado a partir do ponto de vista dos oprimidos, dos vencidos e marginalizados — aqueles que, tradicionalmente, não têm eco nas narrativas históricas hegemônicas. Esse gesto implica uma ruptura com a ideia de progresso contínuo e inevitável, desafiando a neutralidade dos fatos e reativando o potencial subversivo da memória. É, portanto, uma forma de reivindicação de justiça histórica. Ou, como bem define Michael Löwy a partir da leitura de Walter Benjamin: trata-se de conceber a história sob a ótica dos vencidos, em contraste com a narrativa oficial do progresso, que, ao se alinhar aos interesses das classes dominantes, acaba por obscurecer o potencial utópico presente nas lutas dos

¹¹¹ Interpretado a partir do que nos diz Walter Benjamin: “Poucas pessoas imaginam o quão triste foi ressuscitar Cartago”. A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com *quem* o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participaram do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são os chamados bens culturais” (Benjamin, 1994, v. 1, p. 225).

oprimidos, tanto do passado quanto do presente.¹¹² O que está em jogo, conforme já assinalava Benjamin, não é a rememoração de guerras convencionais, mas a “guerra de classes” — uma guerra permanente em que a classe dominante não cessou de vencer.¹¹³

Ao mobilizar as premissas do testemunho, o propósito é revisitar o passado a partir da escavação de suas camadas de violência, exclusão e silenciamento. As narrativas de teor testemunhal operam com uma memória que recusa o esquecimento e se orienta pela recuperação de experiências interrompidas, apagadas ou derrotadas, abrindo espaço para a elaboração do trauma e a reivindicação de justiça. Trata-se de uma leitura na qual o passado é retesado para evidenciar as marcas da barbárie. Nesse sentido, a partir do que elenca Benjamin, poderíamos compreender que a literatura que trabalha com o teor testemunhal age no sentido de afirmar o que foi suprimido, evocando lembranças e reafirmando a memória.

Se, até aqui, destacamos como as narrativas de teor testemunhal se estruturam em torno da recusa ao esquecimento e da afirmação de memórias silenciadas, é preciso considerar duas dimensões igualmente fundamentais para a compreensão desse tipo de escrita. É necessário, assim, abordar, ainda que brevemente, as noções de experiência e vivido, que atravessam os relatos testemunhais, bem como os sustentam em sua densidade subjetiva e histórica. Para explorar essas categorias em sua complexidade e articulação com o testemunho literário, é produtivo recorrer novamente a Walter Benjamin, especialmente aos ensaios “Experiência e pobreza” e “O narrador”, cujas leituras, como propõe Jeanne-Marie Gagnebin, oferecem importantes ferramentas teóricas para pensar a crise da experiência na modernidade e suas implicações na produção literária. Benjamin diagnostica o esvaziamento da *Erfahrung* — a experiência partilhável, elaborada e comunicável — substituída pela *Erlebnis*, vivência fragmentada, imediata e não mediada, característica de um mundo submetido à lógica da mercadoria, da aceleração temporal e da reificação das relações humanas. O que se perde com essa transformação não é apenas a possibilidade de contar, mas a própria capacidade de transformar o vivido em memória socialmente significativa.¹¹⁴

Essa inflexão diagnóstica feita por Benjamin sobre a crise da experiência tem implicações diretas na forma como compreendemos determinadas manifestações literárias contemporâneas, contudo, ganha certo fôlego naquelas que se inscrevem no

¹¹² Löwy, 2011, p. 20.

¹¹³ Löwy, 2002, s.p.

¹¹⁴ Gagnebin, 2007, p. 56-60.

campo testemunhal. Nesse contexto, é relevante examinar como o testemunho literário emerge como uma tentativa de resgatar a experiência esfacelada, conferindo sentido ao que foi socialmente descartado ou reduzido à condição de mero resto. Nesse sentido,

A literatura de testemunho expressa esse processo de esmagamento daquilo que é expelido pela sociedade como se fosse um resto. Ela é afirmação da vida, contra a redução desta à mera vida, ou à simples sobrevivência. Ela é, portanto, eminentemente política. Prefiro utilizar o conceito de “teor testemunhal” ao de literatura de testemunho, conceito que gera mal-entendidos, pois não existe um gênero “literatura de testemunho”, mas, antes, o século XX revelou que todo documento de cultura tem seu teor de testemunho. Aprendemos a ler a cultura como inscrição testemunhal. Por outro lado, é claro, existem obras que são programaticamente compostas como testemunho. A estas podemos denominar de “literatura de testemunho”, mas levando-se em conta que não se trata de um conceito rigoroso de gênero literário.¹¹⁵

A citação destaca que a “literatura de testemunho”, ou, como o autor prefere chamar, o teor de testemunho da obra literária, não se limita a relatar o passado, mas expressa um processo de resistência contra a redução da vida ao recuperar o que foi desvalorizado. Essa abordagem reafirma o valor da vida que insiste em resistir, configurando o teor testemunhal como uma afirmação política essencial. Salienta-se, assim, que o teor de testemunho permeia muitos dos documentos de cultura do século XX, revelando que a escrita pode, e frequentemente o faz, funcionar como registro de experiências e lutas.

Nesses termos, inserido em um contexto de crise, o texto literário de caráter testemunhal configura-se como uma forma de resistência à destruição da experiência, buscando, por meio da ficção, reconstruir aquilo que o discurso hegemônico tentou silenciar. Diferentemente da autobiografia — centrada na experiência singular do sujeito e marcada por uma elaboração subjetiva da própria trajetória —, o testemunho literário não se constitui como expressão isolada da interioridade. Já a autobiografia se revela como um espaço privilegiado de construção subjetiva, pois “é essa experiência de si como diferença [...] É a gênese de um espaço privado, no qual o sujeito se constitui indivíduo, que possibilita a vivência da interioridade”.¹¹⁶ Nesse movimento, a autobiografia se sustenta na escolha, na interpretação e na reflexão sobre a vida, dando sentido à existência a partir da diferença que o sujeito reconhece entre si e o mundo — e, sobretudo, consigo mesmo. O teor testemunhal, por sua vez, articula a experiência traumática à esfera pública do discurso literário, tornando visíveis as marcas da dor não como experiências individuais isoladas, mas como manifestações histórica e socialmente

¹¹⁵ Seligmann-Silva, 2010, s.p.

¹¹⁶ Teixeira, 2003, s.p.

produzidas pelas dinâmicas do capital, do colonialismo e das estruturas de dominação de classe.

A ficcionalidade, longe de amenizar essa dimensão, a intensifica, pois é precisamente por meio de sua função literária que se pode formular o indizível, dar forma ao silêncio e comunicar o que escapa aos registros convencionais. A obra testemunhal carrega, assim, uma essência contraditória — ao mesmo tempo se mostra ficcional e histórica, como também individual e coletiva. Esse conflito, ao expor os traumas, recusa tanto a reconciliação simplificada quanto o apagamento das contradições que os constituem. A impossibilidade de narrar — tema central nos dois textos de Benjamin mencionados — manifesta-se, no escopo desta análise, como um efeito objetivo da violência fundadora, que, em nosso contexto, é reatualizada por meio de um simulacro do passado. Por esse viés, compreendemos que as obras que aqui nos propomos a analisar insistem em narrar o irrepresentável, não com o intuito de resolvê-lo, mas de expô-lo como um problema persistente, que retorna ciclicamente. Ainda assim, essas narrativas, embora assumam tal tarefa, não alcançam a totalidade dos acontecimentos nem abarcam todas as prerrogativas que atravessam nossa história. Limitam-se a evidenciar fragmentos da vivência cotidiana — muitas vezes marcados pela urgência do presente —, mesmo quando se esforçam para projetar esse presente sob a sombra de um passado que ainda nos interpela. A categoria testemunhal, ao mesmo tempo que oferece importantes contribuições para a compreensão de experiências-limite e a denúncia das estruturas históricas que as produzem, não está isenta de contradições. Por um lado, constitui uma ferramenta poderosa na articulação de memórias silenciadas, permitindo à literatura inscrever enunciações marcadas pelo trauma e pela violência. Por outro, apresenta limitações conceituais que nem sempre conseguem abarcar a complexidade da elaboração do passado, podendo, inclusive, reproduzir as mesmas estruturas de opressão que se propõe a desestabilizar. Essas contradições internas não anulam seu valor interpretativo, mas exigem um olhar crítico sobre seus alcances e limites.

Optamos por abordar essa concepção analítica por ela se articular a algumas das propostas narrativas presentes em *Capão pecado* e *Via Ápia*, romances que, ao explorarem o cotidiano das periferias brasileiras, assumem em certos momentos da narrativa os elementos acima mencionados, onde se desdobram os componentes da ficção e a articulação do teor de testemunho. Em ambos, observa-se um esforço em traduzir a experiência periférica por meio de situações-limite e dinâmicas sociais atravessadas por

exclusões que se entrelaçam a elementos históricos da formação urbana brasileira, configurando-se como uma questão estrutural.

Em *Capão pecado*, a escolha de uma linguagem direta e acessível amplia o alcance da obra e permite que experiências individuais e coletivas sejam transformadas em matéria literária. Inspirando-se em figuras reais do Capão Redondo, Ferréz recorre à ficcionalização de acontecimentos verídicos ocorridos na região onde vive, transformando o romance “em reflexo do sistema de opressão social vigente no bairro”.¹¹⁷ A presença de paratextos — como a dedicatória e os textos de *rappers* como Mano Brown, Negredo, Cascão, além dos grupos Outraversão e Conceito Moral — reforça o vínculo com a coletividade e insere a obra em um campo discursivo que articula literatura, música e reivindicação social. Nesse contexto, a dedicatória ganha relevância:

a todas as pessoas que não tiveram sequer uma chance real de ter uma vida digna; que não puderam ser cidadãs, pois lhes impediram de ter direitos, mas lhes foram cobrados deveres. Àquelas que foram maltratadas física e psicologicamente pela nossa “bem informada polícia brasileira”; àquelas que não foram alfabetizadas e, portanto, não poderão ler esta obra; àquelas que, num momento de dor, se deram conta de que estão sozinhas e de que o Estado é bem pago, mas não cumpre suas obrigações. Àquelas que padeceram num leito de hospital por não terem o dinheiro suficiente para serem tratadas como seres humanos; àquelas que foram baleadas e esfaqueadas pelos próprios manos de pobreza; àquelas que sucumbiram à vontade de ter algo melhor, pois estavam cansadas de viver na monotonia e resolveram, assim, ter aquilo que a mídia clicou em sua mente desde sempre. Embora minha profissão para essas pessoas não tenha o menor sentido, este livro é também dedicado a elas.¹¹⁸

A inscrição inicial da obra revela seu compromisso com os sujeitos periféricos, reafirmando a literatura como instrumento de preservação da memória. O autor aborda a violência histórica imposta às parcelas da população marginalizadas dos processos sociais e econômicos, grupos constantemente privados de direitos, embora compelidos a cumprir deveres. Nesse contexto, recordando Benjamin, a empatia deve operar em um movimento no qual a luta de classes se apresenta como elemento central para compreender a historicidade e a materialidade que apagam os vencidos e consagram os vencedores.¹¹⁹ A dedicatória do autor, nessa concepção, não se volta aos vencedores, às narrativas oficiais ou à celebração de bens culturais acumulados pelo apagamento, mas à escuta e à memória dos vencidos — aqueles privados até mesmo de condições dignas de vida. Nessa perspectiva, o testemunho literário afirma-se como recusa ao esquecimento e como afirmação das memórias silenciadas pela história oficial. No caso de *Capão pecado*, para

¹¹⁷ Patrocínio, 2013, p. 155.

¹¹⁸ Ferréz, 2016, p. 154.

¹¹⁹ Benjamin, 1994, v. 1, p. 225.

compreender essa natureza em sua escrita se exige reconhecer que se trata de uma obra voltada para indivíduos marginalizados por sua condição social e construída com uma linguagem acessível, que busca estabelecer uma comunicação direta com a periferia. Talvez por isso, mesmo que por vezes careça de um aparato crítico e referencial mais robusto, o texto acaba por privilegiar o conteúdo em detrimento da forma — uma escolha que, embora passível de críticas, suscita debates significativos sobre a função da literatura e sua responsabilidade ética e social. Ainda que, para os leitores a quem se dirige o romance, o gesto da escrita possa parecer algo distante ou mesmo inalcançável, o livro é dedicado justamente a essas pessoas, as mesmas que, como declara o autor, sustentam sua própria motivação para escrever e se afirmar como escritor.

São esses pressupostos que delineiam a trajetória do protagonista Rael, que, desde os empregos precários, passando pelas dificuldades cotidianas da pobreza, até seu trágico desfecho em uma cadeia, encarna as contradições das juventudes periféricas. Ao longo dos 22 capítulos, ainda que não organizados de maneira rigidamente cronológica, o romance avança numa estrutura regular, acompanhando o amadurecimento de Rael e sua busca por sentido em um mundo que tende a empurrá-lo para a marginalização. O narrador em terceira pessoa, com acesso às interioridades dos personagens, permite que o autor articule sua própria experiência com as vivências coletivas do Capão Redondo, estabelecendo uma narrativa que mescla denúncia, contestação, afetividade e crítica social.

É nesse ponto que *Via Ápia* estabelece diálogo com *Capão pecado*, apesar das diferenças em relação aos paratextos e à inscrição temporal. Enquanto o romance de Ferréz se inscreve na São Paulo dos anos 1990, com forte presença do *rap* e das problemáticas urbanas, o texto de Geovani Martins situa-se na Rocinha entre 2011 e 2013, período marcado pela militarização das favelas com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e pela predominância da estética do *funk*. Mesmo com diferenças nos registros linguísticos, nas interações entre personagens e nos ambientes representados, ambos os romances revelam uma continuidade na reprodução das estruturas excludentes que atravessam o tempo e o espaço no Brasil urbano periférico.

Martins constrói *Via Ápia* como obra de teor testemunhal que apresenta os impasses provocados pela presença estatal armada nas favelas cariocas. Sem a intenção de construir uma autobiografia, o autor reconhece que sua narrativa se apoia em experiências tanto pessoais quanto coletivas, buscando evidenciar as subjetividades dos personagens a partir das memórias e percepções acumuladas durante o período em que

viveu na comunidade. A organização temporal da obra — que abrange o período de 27 de julho de 2011 a 26 de outubro de 2013 — permite articular diversos enfoques e evidenciar as complexidades afetivas e as dificuldades vividas no território. O embate entre ficção e realidade, assim como em *Capão pecado*, está no centro da narrativa, conferindo densidade ao romance e inserindo-o no campo das literaturas de contestação.

Via Ápia destaca-se por apresentar uma construção narrativa mais densa e cuidadosamente estruturada, revelando uma elaboração formal que confere à obra um nível de complexidade mais acentuado em relação a *Capão pecado*. Os personagens são bem delineados, com camadas subjetivas mais exploradas, o que permite ao leitor acompanhar, com maior profundidade, suas trajetórias individuais, seus conflitos internos e os conflitos sociais que os atravessam, quando colocados lado a lado aos construídos pelo escritor paulistano. A narrativa organiza-se por meio de uma alternância de pontos de vista que dinamiza a leitura e também enriquece o enredo ao oferecer visões diversas sobre os mesmos eventos e contextos. Essa elaboração contribui para a construção de um universo mais “verossímil”, onde cada personagem emerge com uma “voz própria” e com motivações particulares bem delineadas, ampliando o alcance da narrativa. Por sua vez, a obra do escritor paulistano aposta em uma escrita fluida e direta, marcada por um ritmo ágil e uma linguagem que assinala as periferias paulistanas, o que confere à narrativa uma ancoragem no cotidiano urbano e nas experiências imediatas dos personagens. Essa escolha estilística, que nos primeiros capítulos proporciona uma leitura envolvente, revela, ao longo da narrativa, especialmente em seus capítulos finais, sinais de apressamento na escrita. Esse ritmo prejudica o texto ao comprometer a coesão da trama e limitar o desenvolvimento de certos personagens, cujas trajetórias são tratadas de maneira superficial. Diversas situações se encerram abruptamente ou permanecem em aberto, sem uma conclusão definida, o que gera uma sensação de incompletude. Essa condução apressada enfraquece o impacto narrativo e dilui a densidade construída ao longo da obra. Como consequência, o texto perde fôlego nas páginas finais, deixando ao leitor a impressão de que muitos conflitos e possibilidades não foram plenamente explorados.

Embora se distingam na elaboração estética e no ritmo narrativo, ambas as obras convergem em um mesmo propósito: expor as violências estruturais que atravessam as periferias brasileiras e dar visibilidade às formas de resiliência e sobrevivência que nelas se forjam. Trata-se de narrativas que interpelam diretamente o presente, desnudando as marcas persistentes de um projeto histórico de exclusão. Ainda que não adotem uma

estética extraordinária ou uma abordagem totalizante dos processos sociais que representam, essas obras revelam uma crítica consistente às desigualdades que continuam a estruturar o cotidiano das camadas populares urbanas. Ao explorarem narrativas marcadas pela violência e pela luta pela sobrevivência, elas expõem, por meio de suas tramas e personagens, os efeitos concretos dessas assimetrias sobre os sujeitos marginalizados.

Dessa maneira, ao lançarem luz sobre as vivências cotidianas dos sujeitos marginalizados e revelarem algumas das engrenagens históricas da exclusão, essas obras não apenas denunciam uma conjuntura social, mas também inauguram um gesto de inscrição da memória e da experiência no espaço literário. É nesse ponto que adquirem uma dimensão testemunhal, na medida em que transformam experiências individuais em formas de enunciação coletiva, ressignificando sentidos por meio da literatura. Essa dimensão testemunhal, que confere à literatura a potência de elaborar coletivamente vivências e experiências traumáticas que se ancoram em elementos pregressos, encontra ressonância em abordagens teóricas que compreendem os elementos do testemunho literário como uma forma simultaneamente estética e política. É o que observamos, por exemplo, em *História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes*, no qual Márcio Seligmann-Silva analisa produções que, embora atravessadas por elementos ficcionais, preservam o que ele denomina “teor de verdade”, ao se apropriarem das estruturas próprias do teor testemunhal para dar forma a experiências traumáticas reais.¹²⁰

É interessante lembrar neste contexto uma carta que Art Spiegelman enviou à redação do *The New York Times Book Review*. Nessa carta, ele reclamou o fato da sua obra *Maus* (uma história em quadrinhos que relata tanto a vida do seu pai — um sobrevivente da *Shoah* — como a história do seu relacionamento com ele) ter sido classificada na lista dos *best-sellers* na coluna de “ficção”. Spiegelman aceita o teor “literário” da sua obra, mas, como ele escreve com toda razão, isso não implica afirmar o teor “fictício” da mesma: “‘fiction’ indicates that a work isn’t factual”, ele afirmou na carta. É claro que a ficção, por outro lado, não pode ser equacionada como mentira no campo da estética

¹²⁰ Márcio Seligmann-Silva recorre ao conceito de “teor de verdade” (formulado por Walter Benjamin) para destacar que uma obra de arte não pode se alienar de seu contexto histórico, devendo, assim, manter-se fiel às condições e contradições de seu tempo (Seligmann-Silva, 2003, p. 13). O autor deixará este ponto mais claro em seu texto “Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional”. O autor se utiliza da distinção benjaminiana entre “teor de verdade” — *Wahrheitsgehalt* — e “teor coisal” — *Sachgehalt* — para introduzir a noção de “teor testemunhal”. Esse conceito é particularmente relevante na análise de obras culturais que se relacionam com eventos históricos catastróficos e com a memória. O “teor testemunhal” serve como um recurso analítico que permite posicionar as obras culturais em sua historicidade específica, enfatizando a importância de não traír o contexto histórico do qual emergem, especialmente em narrativas de testemunho (Seligmann-Silva, 2009, p. 133, nota de rodapé n. 2). No trecho de que retiramos a expressão conceitual (Seligmann-Silva, 2003, p. 13), o “teor testemunhal” encapsula a ideia de que a arte carrega as marcas de seu tempo e, no contexto dos estudos de Seligmann-Silva, frequentemente se refere à capacidade da obra de arte de dar testemunho de eventos traumáticos e da violência histórica.

só existe a “verdade estética” (para falar com Baumgarten). A questão de Spiegelman é que ele vê a sua obra de *testemunho*: que remete a algo “que de fato ocorreu”. Não é invenção, mas narração — ou mesmo, construção — do “real”, ou seja, o autor de *Maus*, uma história em quadrinhos, reivindica o seu teor de verdade e exige uma “*terceira coluna*” que conjugue “ficção” e testemunho. Optar pela distinção “literatura/não literatura”, como Spiegelman aventa na mesma carta, não resolveria a questão, pois, como é bem conhecido, também a “possibilidade da literatura não pode ser derivada”.

O comprometimento com o “real” faz com que o autor exija o redimensionamento do conceito de literatura. A relação desse autor com o passado ao qual ele tenta dar uma forma tem o caráter de um compromisso ético. A ironia encontrar-se-ia deslocada ou, no mínimo, teria de ser redefinida nesse contexto.¹²¹

Seligmann-Silva, ao usar o exemplo da obra *Maus*, de Art Spiegelman, uma *graphic novel*, que mistura a narrativa do passado de seu pai, um sobrevivente da *Shoah*, com a história de seu próprio relacionamento com ele, questiona a categorização de sua obra como “ficção”, argumentando que a ficção, ao contrário do que a palavra sugere, não deve ser confundida com invenção, e que sua obra expressa um compromisso fiel com uma narrativa que relata fatos históricos reais. Spiegelman reivindica que *Maus* deve ser compreendida como um produto literário, bem como um testemunho, já que aglutina em um mesmo espaço relatos da experiência vivida com elementos ficcionais, já que a obra não é única e exclusivamente uma invenção.

Essa dupla natureza da obra — ao mesmo tempo ficcional e testemunhal — desafia as classificações convencionais e aponta para a necessidade de um olhar diferente dos convencionalmente definidos. Ao aglutinar narrativa gráfica, relato de memória e elementos da fabulação, *Maus* confronta os limites entre o documental e o literário, entre a arte e a história, exigindo um olhar mais atento às formas híbridas que marcam a produção contemporânea. Nesse sentido, a rigidez de categorias como “literatura” e “não literatura”, por vezes, revela-se insuficiente para dar conta da complexidade de trabalhos como o produzido por Spiegelman, que opera simultaneamente no terreno da ficção e do testemunho histórico. O compromisso com o “real” da obra de Spiegelman não busca apenas a representação estética, mas, também, um compromisso ético, uma responsabilidade de narrar a verdade de um período traumático da história, ao mesmo tempo que preserva a singularidade das formas literárias.

Nesses termos, o texto que carrega o elemento testemunhal se diferencia da pura representação formal da realidade ao lidar com o “real” como trauma, conforme a chave psicanalítica — um fenômeno que retorna de maneira repetitiva, disfarçada, muitas vezes por meio de sonhos, sintomas ou lapsos. Esse “real”, aqui, está sendo usado de maneira

¹²¹ Seligmann-Silva, 2003, p. 381-382.

particular, não se trata do real concreto, do real objetivo, é um “real” de concepção subjetiva. Nesse sentido, deve ser entendido como uma ferida que resiste à simbolização, atravessa a linguagem literária e exige uma nova forma de compreender a função da literatura. Importa ressaltar que a proposta analítica não se baseia em uma leitura psicanalítica da narrativa, nem em uma recusa à elaboração estilística do texto. O caráter testemunhal da obra enfatiza a enunciação do vencido ou do sobrevivente como um gesto ético de confronto com o passado. Nesse prisma, o testemunho literário expõe a experiência traumática e a reinscreve na linguagem como presença persistente do irrepresentável, conferindo à literatura uma função reveladora e afirmativa da memória silenciada.¹²²

Ainda que as obras de Geovani Martins e Ferréz não abordem a mesma temática que a de Spiegelman, elas estabelecem uma analogia referencial ao tratar de questões de opressão, marginalização, violência e extermínio — elementos que, inseridos na conjuntura histórica, social e econômica brasileira, retornam de forma recorrente e velada, como uma tentativa de reinscrição do passado e dos eventos traumáticos que marcaram a trajetória da nação. Se *Maus*, com seu foco em Vladek Spiegelman, revisita o passado com o objetivo de colocar em cena a *Shoah* sob um panorama pessoal e histórico, *Via Ápia* e *Capão pecado*, mesmo sem se referirem diretamente ao passado, carregam não apenas uma avaliação sobre o momento atual, mas também os elementos residuais do passado colonial que se reconfiguram no presente por meio das experiências de seus personagens. As narrativas de Martins e Ferréz reverberam os ecos de um Brasil que, ainda hoje, enfrenta as marcas deixadas pela formação excludente e desigual do país, fruto de um processo modernizador que negligenciou vasta parcela da população. Essas obras também se destacam por retratar um país marcado por um racismo velado, frequentemente mascarado pelo discurso de igualdade. Nesse contexto, o preconceito racial assume novas configurações, mantendo-se como uma força insidiosa que alimenta desigualdades estruturais — evidenciando a articulação entre classe e raça, já que muitas disparidades sociais estão assentadas em bases racializadas, herança direta do colonialismo e da escravidão, como veremos mais adiante. Ao evidenciarem essas dinâmicas, as obras revelam alguns aspectos dos mecanismos que sustentam a exclusão na contemporaneidade. Ainda que não revisitem diretamente a história, como em *Maus*, deixam transparecer como as narrativas periféricas são atravessadas pelas marcas dos

¹²² Seligmann-Silva, 2003, p. 373, 382-383.

processos sociais passados.¹²³ Ao traduzirem o repertório afetivo e memorial acumulado no convívio com as necessidades e a violência urbana, Ferréz e Martins transformam suas obras em registros documentais que expõem a persistência das estruturas de poder e opressão.¹²⁴ Nesse sentido, demonstram como as injustiças históricas continuam ativas por meio da marginalização atual, reafirmando um processo recorrente de exclusão e subalternização.¹²⁵

Tendo em vista tais concepções, é importante destacar o potencial das escritas testemunhais para recuperar relatos historicamente silenciados, subvertendo tanto a historiografia tradicional quanto os gêneros literários convencionais. Nessa abordagem, o passado não é tratado como algo fixo ou encerrado — o que resultaria em sua “musealização” —, mas como uma presença viva no presente. A narrativa testemunhal opera por meio de fragmentos, ruínas e cicatrizes, construindo uma leitura crítica da

¹²³ Cabe fazer uma importante distinção: não queremos aqui compara *Shoah* com o colonialismo e a escravidão e nem colocar em pé de igualdade tais fenômenos, porque cada um deles é dotado de especificidades e deve ser compreendido por vieses históricos distintos e por suas especificidades. Ontologicamente, a *Shoah* configura um evento que põe em questão os próprios fundamentos da existência humana, da moralidade e da civilização, ao revelar a capacidade humana para uma desumanização e destruição metódicas e sem precedentes. Já a escravidão e o colonialismo são fenômenos que desumanizam, coisificam e hierarquizam a vida humana com base em lógicas históricas de dominação e exploração. Dentro do que aqui estabeleceremos ambos são reconfigurados segundo as condições contemporâneas do capitalismo global. Enquanto a *Shoah* se apresenta como um dado encerrado no passado — uma experiência pós-traumática —, a exclusão social sistemática derivada da escravidão e do colonialismo mantém-se como um trauma que se instala no cotidiano, por meio de fenômenos como o racismo, e violência estrutural que ainda atravessa o tempo presente.

¹²⁴ Nesse sentido, cabe apontar que nessas obras, ao trazerem o passado ao presente e neste processo iluminar as sombras esquecidas e os fatos distorcidos dos processos socioculturais de uma sociedade, grupo e tribo, os escritores multiétnicos do continente americano transformam o texto escrito em traço mnemônico de sofrimento, dor e cura como também de alegria e prazer (às vezes imbuído de um sentimento nostálgico e/ou amargo da perda, por exemplo, da infância, de membros da família etc.): a esperança reside precisamente no reconhecimento da transitoriedade e na preservação dela na e mediante a escrita. É a partir desse entendimento, delineado por Roland Walter, que esses escritores se colocam. Ao entrelaçar passado e presente, suas obras não apenas denunciam as injustiças históricas e atuais, mas também preservam as lutas e os afetos que os conectam a suas comunidades (Walter, 2013, p. 18).

¹²⁵ Nesse contexto, destacam-se as contribuições teóricas de Jaime Ginzburg, que, ao refletir sobre o testemunho no âmbito literário, o compreende como uma ferramenta capaz de expressar experiências marginalizadas e preservar narrativas comumente silenciadas ou excluídas pelos discursos dominantes. Segundo o autor, essa abordagem amplia o campo narrativo e propõe uma nova forma de compreender a construção social das relações humanas, oferecendo um olhar plural da realidade. Isso ocorre porque as escritas fundamentadas no testemunho exigem a percepção da multidentalidade, ou seja, a consideração de múltiplos pontos de vista. Essa abordagem reconhece que a complexidade humana não pode ser reduzida a formulações rígidas e unicentradas, já que as relações se constroem a partir da diversidade das práticas e experiências de cada indivíduo ou grupo. Assim, os textos testemunhais revelam a pluralidade da experiência humana, enriquecendo o entendimento da diversidade que constitui o mundo. Nesse contexto, o ato de narrar rompe com os privilégios historicamente reservados a determinados grupos, ampliando o alcance da narrativa para além de seus pressupostos (Ginzburg, 2008, p. 63).

história e evidenciando o testemunho como uma forma de preservação ativa da memória.¹²⁶

Retomaremos adiante essa longa trajetória marcada pela exclusão, eixo estrutural que atravessa as narrativas analisadas e que será desenvolvido com maior ênfase em outros tópicos deste estudo. Por ora, é fundamental observar como as obras literárias com as quais dialogamos, além de evidenciarem um olhar retrospectivo sobre processos históricos de longa duração, também chamam a atenção para a história recente. Ainda que esse entrelaçamento entre o passado e o presente não opere de modo linear ou se estenda por todo o romance, eles acabam ressoando e colocando a memória como um dos elementos constitutivos da narrativa. Nesse contexto, é fundamental compreender de que maneira se opera a articulação entre o ficcional e o testemunhal, a partir de um trecho de *Via Ápia* que faz o movimento de ativação da memória e de reintegração de sujeitos obliterados pelos processos de violência:

— É maluco, foi depois que sumiu o Amarildo. Depois dessa parada que mudou tudo. — Douglas ouviu Murilo gritar pros amigos. Eles comentavam que um baile que nem esse, até pouco tempo atrás, era impossível. Que, no máximo, o que dava pra curtir era um baile no Emoções, que a UPP tinha acabado com todos os bailes de rua.

— Papo reto, precisou desse bagulho do Amarildo aí, depois disso a mídia caiu em cima aqui no morro. Foi isso que mudou. Aí eles teve que ficar na moral, aceitar o arrego e ficar no sapatinho. — Gleyce molhou a garganta com o resto de cerveja do seu copo, a música não dava uma trégua e ficava cada vez mais difícil conversar.

Douglas se lembrava do artigo sobre Amarildo que Gleyce escreveu no *Fala Roça*, um portal de notícias do morro, onde ela falava que, se a sociedade se organizasse pra cobrar os assassinatos nas favelas como se organizaram por causa de um aumento na passagem de ônibus, talvez a polícia começasse a pensar duas vezes antes de tirar a vida de alguém.

— Foda foi perder tanta gente, antes do bagulho mudar. E, na real, ninguém sabe até quando vai durar, fala tu. — A fala de Biel, gritada numa competição com o funk, soava desesperada. Todos pararam de falar na mesma hora, ninguém voltou a dançar. Douglas encheu o copo de todos os amigos e dessa vez eles brindaram em homenagem a Washington.¹²⁷

O trecho apresentado articula eventos reais e ficcionais para construir uma narrativa que aglutina a memória coletiva, a violência institucional gerenciada pelo Estado e também a resistência cultural. O desaparecimento de Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro levado por policiais militares da porta de sua casa na Favela da Rocinha, em 14 de julho de 2013, torna-se aqui um ponto de ancoragem simbólica da barbárie nas favelas cariocas. Esse fato, que ganhou repercussão nacional e expôs a violência e o autoritarismo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), opera no

¹²⁶ Seligmann-Silva, 2003, p. 57.

¹²⁷ Martins, 2022, p. 334-335.

romance como um disparador de memória. Contrastado com a retomada dos bailes *funk* e com a morte de Washington, o caso de Amarildo não é apenas lembrado, mas reinscrito como ferida histórica ainda aberta. Nessa passagem, ao atuar no limiar entre a invenção literária e o fato concreto, o romance de Martins vincula-se ao teor de testemunho ao dar forma narrativa à dor coletiva, sublinhando a persistência da violência gerenciada pelo Estado, transformando a ficção em espaço de reelaboração da experiência.

A inclusão do desaparecimento de Amarildo na trama funciona como um testemunho histórico, retesando os limites entre literatura e trauma. Quando Douglas lembra a citação do artigo de Gleyce Kelly, publicado no portal *Fala Roça*, o romance, além de expor a violência institucional estatal naturalizada, irá também reivindicar a função social da escrita como instrumento de reparação simbólica. Essa estratégia narrativa, ao dialogar com fatos documentados — o desaparecimento de Amarildo —, alinha-se às narrativas testemunhais, que transformam a ficção em terreno para confrontar o apagamento de corpos marginalizados.

Podemos, inclusive, analisar essa percepção a partir da própria construção de Gleyce Kelly, que evidencia a importância de também se ter um olhar oriundo de dentro da favela. Gleyce encarna esse ponto de vista com força e lucidez. Ela encara a possibilidade de narrar as experiências da favela sem a filtragem distorcida do sensacionalismo, dos estereótipos ou do preconceito, como elemento fundamental para a construção de uma representação mais justa das periferias. Como evidencia o narrador, e em contraposição à abordagem recorrente da grande mídia — que muitas vezes criminaliza os moradores das favelas, mesmo na ausência de qualquer vínculo com atividades ilícitas —, trata-se aqui de afirmar uma recusa à homogeneização da favela e sua associação automática ao crime.

Essa crítica se concretiza na trajetória de Gleyce, personagem cuja percepção crítica sobre o tratamento midiático dado à Rocinha a leva a buscar formação na área da comunicação. Sua decisão de prestar o ENEM e ingressar no curso de jornalismo surge justamente da inquietação diante da forma estigmatizada e distorcida com que o morro é representado e assimilado pelo imaginário social. Ao identificar os mecanismos de invisibilização e criminalização presentes na cobertura da mídia tradicional. Seu incômodo com as imagens estigmatizadas da favela mostra uma postura que revela a urgência de que as histórias do morro também sejam contadas por quem vive lá, com o olhar de quem sente na pele acontecimentos como a implantação da UPP e a perda de

amigos e parentes em contextos de violência extrema. Essas proposições ganham corpo quando Gleyce é lembrada do trecho de seu artigo: “se a sociedade se organizasse pra cobrar os assassinatos [...] como se organizaram por causa de um aumento na passagem”¹²⁸ —, aludindo aos protestos que varreram o Brasil em junho de 2013. A formulação da personagem revela a hierarquização de valores e a seletividade na mobilização popular, muitas vezes catalisadas e manipuladas pelas mídias, demonstrando como tais dinâmicas contribuem para a invisibilização de vidas periféricas, como as de Washington e Amarildo.¹²⁹

Tais elementos, ancorados em fatores histórico-sociais, são expressos por aqueles que foram diretamente vitimados ou que conviveram com as vítimas. Ao articular dor coletiva e resistência, a proposição que se vê a partir da personagem não apenas denuncia opressões, mas também reconstrói a memória do grupo que enuncia ou é representado, rompendo com o esquecimento e afirmando a potência do registro.¹³⁰

A volta dos bailes *funk* após o caso Amarildo mostra uma vitória parcial de uma parcela da comunidade, grupo de jovens como os expressos pela narrativa, que obtêm êxito momentâneo contra a repressão policial, representada pela UPP. Murilo, ao comentar que, “até pouco tempo atrás, era impossível”,¹³¹ indica que a repercussão do caso forçou a polícia a “ficar no sapatinho”.¹³² Contudo, a celebração é ambígua, pois o baile acontece em um contexto de luto. Durante o evento, eles não apenas recordam o amigo falecido, mas também as muitas vítimas da violência policial, mortas antes da saída da instituição da favela: “Foda foi perder tanta gente, antes do bagulho mudar”.¹³³ Ainda que comentem as melhorias em relação à violência, a incerteza ainda paira: “E, na real, ninguém sabe até quando vai durar”.¹³⁴ Aqui, o baile é tanto uma expressão cultural quanto um ato político, pois manifesta a ocupação do espaço público que foi negado durante a presença da UPP. Nesse contexto específico, o som alto da música contrastará

¹²⁸ Martins, 2022, p. 239.

¹²⁹ Vale destacar a dissertação de Marielle Franco, mais precisamente o subtópico do Capítulo 3 intitulado “Os desaparecidos das UPPs: Amarildo – e mais de seis mil, em todo o Estado”. Nesse trecho, Marielle apresenta um levantamento alarmante sobre o número de pessoas desaparecidas em favelas e áreas periféricas, comparando os dados anteriores e posteriores à implementação das UPPs (Franco, 2014, p. 106-111). Tomando por base as análises da autora, percebe-se a coerência do discurso de Gleyce Kelly, no qual se revela uma denúncia à omissão da mídia e das instituições públicas, que frequentemente ignoram a violência cotidiana vivida por moradores de favelas.

¹³⁰ Silva, 2023, p. 294.

¹³¹ Martins, 2022, p. 335.

¹³² Martins, 2022, p. 335.

¹³³ Martins, 2022, p. 335.

¹³⁴ Martins, 2022, p. 335.

com o silêncio coletivo após a fala de Biel. Esse silêncio, por sua vez, será quebrado pelo gesto de Douglas ao encher os copos e ao propor um brinde a Washington. A volta dos bailes *funk*, ainda que celebrada, não apaga a dor das perdas, e é justamente nesse paradoxo que residirá sua força política.

Essa sequência de ações revela outra ambivalência, a coexistência da resistência e do trauma. Embora dissonantes, esses dois elementos acabam por se unir na celebração da memória. Nesse sentido, vejamos como essas ambivalências, ainda que marcadas por conflitos, podem encontrar uma forma de resolução — tal como ocorre na música, em que a dissonância, ao provocar tensão, exige um desfecho que conduza a um som mais estável e harmonioso. Essa articulação se evidencia na construção narrativa ao distinguir, mas também relacionar, dois planos distintos: de um lado, Amarildo, figura real cuja morte em 2013 representou um marco traumático e concreto da violência institucional gerenciada pelo Estado; de outro, Washington, personagem ficcional cuja trajetória culmina em sua morte no mesmo ano. Dentro da cronologia do romance, simbolizam e ampliam a experiência coletiva de sofrimento vivida por moradores das favelas sob a repressão das UPPs e das forças de segurança pública. A ficcionalização não elimina a dor do acontecimento real, mas a transfigura, permitindo que a tensão entre fato e representação encontre um ponto de ressonância — uma espécie de resolução harmônica que não encerra o trauma, mas o reinscreve como testemunho no campo literário. Com base nesses argumentos, pode-se perceber que a ausência de Washington na cena analisada indica que ele encarna as vítimas anônimas da violência, cujas histórias permaneceram confinadas ao seu círculo afetivo e nunca alcançaram repercussão pública. Nesse contexto, a ficção atua como forma de preencher essas lacunas do silêncio, permitindo que a narrativa dê forma ao “indizível”.

Esse impasse entre denúncia, trauma e literatura, que aqui mostramos, conforme aponta Seligmann-Silva, conflita a divisão estanque entre o discurso “denotativo-representativo” — objetivo, factual — e o “literário” — subjetivo, ficcional. O teor de testemunho, assim, situa-se em uma zona limiar, já que não se reduz à documentação, nem se dissolve na ficção. Sua força reside justamente nessa disputa, que busca expressar o “indizível” sem romper com o referencial. É nesse espaço ambíguo que o testemunho literário se tornam instrumentos para resgatar memórias ameaçadas pelo esquecimento ou apagamento, especialmente em contextos de trauma.¹³⁵ Esse movimento descrito por

¹³⁵ Seligmann-Silva, 2003, p. 10.

Seligmann-Silva dialoga com o trecho extraído de *Via Ápia*, que mostrará quanto o teor testemunhal “reconfigura” o passado, expondo como estruturas de poder perpetuam violências. Nesse sentido, a narrativa exemplifica o testemunho ficcional ao justapor Amarildo e Washington, recusando a divisão estanque entre o verificável e o imaginado. Propõe, assim, uma linguagem que fricciona o referencial verdadeiro sem romper com o universo ficcional. No romance de Martins, essa linguagem se manifesta na forma como a resistência cultural e a denúncia são apresentadas como facetas da luta em um cotidiano de constante perigo para os moradores da favela. Com essa abordagem, o romance elabora a memória de figuras como Amarildo e de inúmeros outros silenciados, ecoados em Washington.

Essa imbricação exemplifica como as características testemunhais se materializam na prática literária. Personagens como os jovens das periferias retratados em *Capão pecado* e *Via Ápia* tornam-se portadores de histórias. Assim, mesmo em um cenário desolador, o ato de narrar transforma-se em resistência, pois, ao documentarem a opressão, essas obras não apenas denunciam, mas ressignificam a existência dos corpos marginalizados, recusando seu apagamento. Elas estabelecem um diálogo contínuo que reforça a importância do teor de testemunho.

São esses arcabouços que fazem os romances de Ferréz e Martins emergirem como narrativas indispensáveis para compreender a vida dos jovens nas periferias brasileiras. Mais do que expor problemas sociais, as obras revelam a complexidade dessas dinâmicas e destacam a resiliência pela capacidade dos personagens de construir laços comunitários e buscarem significado em meio ao caos, resistindo à desumanização imposta pelo contexto. Contudo, cabe ressaltar algo que já mencionamos, a potência desses elementos que remetem à elaboração do teor testemunhal não está isenta de contradições. Ao mesmo tempo que operam como formas de resistência e contestação, essas narrativas correm o risco de serem absorvidas pelo circuito cultural dominante, que muitas vezes transforma o sofrimento periférico em produto consumível e exótico. A denúncia da violência pode, paradoxalmente, ser fetichizada, apagando a radicalidade do gesto político em favor de uma recepção voltada mais a saciar a curiosidade do leitor do que à compreensão das estruturas que geram a violência.

A lógica colonial na estrutura social brasileira — alguns fatores para se repensar as limitações conceituais sobre testemunho

As questões anteriormente discutidas sobre o episódio que aproxima Amarildo e Washington convergem com as formulações teóricas de Márcio Seligmann-Silva a respeito do testemunho e do teor testemunhal enquanto formas de inscrição da memória traumática na linguagem literária. Embora suas análises se concentrem majoritariamente na *Shoah*, os fundamentos teóricos por ele desenvolvidos sobre os impasses éticos, estéticos e epistemológicos a respeito da representação do trauma se revelam profícuos para a compreensão das narrativas oriundas da literatura marginal-periférica brasileira que trabalhem, por exemplo, na mesma linha do que foi apresentado sobre o trecho de *Via Ápia*.

A memória, por sua natureza fragmentária, inacabada e irrepresentável em sua totalidade, manifesta-se, como vimos, no trecho do romance de Geovani Martins, por meio de personagens cujas subjetividades são atravessadas por experiências de violência e supressão de direitos fundamentais — elementos que carregam, em si, um caráter traumático historicamente construído. As marcas que moldam essas experiências, no entanto, são frequentemente recalçadas e, quando emergem, o fazem de forma inconsciente. A apreensão desses traços latentes se torna possível somente por meio da estrutura textual e de seus conteúdos implícitos, os quais direcionam para um histórico de marginalização sistemática de determinados corpos e territórios. Dessa forma, revela-se como os efeitos do passado, em especial do colonialismo e da escravidão, continuam a operar na produção de desigualdades no presente. Nesse contexto, mesmo quando não estão visíveis nas narrativas de maneira explícita, tais eventos são apresentados em uma dimensão simbólica, manifestando aquilo que se pode denominar traumas ativos: acontecimentos que se reinscrevem continuamente no corpo social, mantendo-se presentes para além do momento em que ocorreram, evidenciando como elementos violentos do passado seguem presentes no cotidiano, muitas vezes incorporados de forma tão naturalizada que passam despercebidos.

Ao apresentarmos figuras como Amarildo, vítima das UPPs, ou Washington, jovem assassinado na favela em *Via Ápia*, a obra revela continuidades históricas de exclusão e violência que seguem operando na sociedade atual. Nesse processo, a proposição testemunhal que vem do texto, para além de se inscrever como denúncia à violência nos espaços periféricos, reivindica também o direito à memória. Ao confrontar

os limites entre ficção e documento, entre invenção e testemunho, a narrativa constrói um campo híbrido em que o literário se converte em espaço para a tentativa de elaboração simbólica do trauma, sem, no entanto, distanciá-lo de suas causas concretas.

Em um contexto mais amplo, quando pensamos nos dois romances que aqui trabalhamos, embora a dor atue como uma força que circunscreve boa parte da organização das narrativas, sua representação nem sempre avança no sentido de uma totalidade que articule de maneira concreta as determinações sociais mais amplas responsáveis pela reprodução da violência e da precarização da vida nas favelas. As obras, ao se concentrarem nos efeitos imediatos do sofrimento individual ou coletivo, tendem a isolar a dor de seus condicionantes históricos e materiais, oferecendo, por vezes, fragmentos. Nesse processo, certas mediações fundamentais — como o papel do Estado, do capital e das estruturas de dominação racial e de classe — são apenas tangenciadas ou aparecem diluídas nas narrativas.

Essa limitação, no entanto, não deve ser compreendida apenas como falha de representação, mas também como reflexo das próprias contradições que atravessam a produção cultural contemporânea, de um modo geral. A fragmentação pode ser apenas uma escolha formal, uma insuficiência, ou ainda, pode expressar as fissuras de um mundo em que a totalidade social não se apresenta de forma evidente, exigindo do leitor um esforço interpretativo capaz de reconstruir as mediações ocultas entre a dor vivida e as estruturas que a engendram. Assim, mesmo que determinados elementos estruturais não sejam plenamente tematizados, sua presença latente convoca uma leitura crítica que vá além da aparência imediata dos fatos narrados.

Ao se empreender tal esforço, torna-se possível compreender o esfacelamento da vida e da dignidade das populações periféricas como expressão de um processo histórico cuja dinâmica estruturante, ainda que nem sempre explícita nas narrativas, atravessa seus enredos de forma decisiva. O desafio colocado, portanto, não é apenas tematizar a dor ou a violência, mas situá-las dentro de um contexto social concreto, marcado pelas contradições da luta de classes, pelo racismo estrutural, pela ação repressiva do Estado e pela reprodução sistemática das desigualdades. Desse modo, é importante destacar a noção de verossimilhança narrativa e sua dimensão que mobiliza a coerência interna dos elementos de representação para construir um sistema próprio que sustenta o universo ficcional. A verossimilhança, nesse sentido, consiste na criação de elementos internos capazes de gerar a impressão do concreto real. Nesse sentido, a verossimilhança não está na busca da exatidão em relação ao concreto real, mas na criação de elementos internos

que transmitam a sensação de realidade. Como observa Antonio Candido, o escopo literário repousa sobre o paradoxo entre o que existe e o que é criado. Esse ponto é central para a ideia de verossimilhança, que depende de uma criação fictícia capaz, no entanto, de comunicar uma autêntica verdade existencial.¹³⁶

Ainda que nosso objeto de análise elabore uma representação do “real” — sobretudo sob a chave do trauma —, ele também se inscreve na dimensão do que Candido define como a relação entre o ser vivo e o ser fictício, materializada nas personagens, que funcionam como concretização simbólica dessa contradição. Tais elementos, já sugeridos na evocação da memória de Washington e sua relação com o real concreto, como no caso de Amarildo, ganharão maior nitidez à medida que examinamos os personagens de *Capão pecado* e *Via Ápia* a partir de suas inserções no universo do trabalho. Assim, será possível evidenciar como certos elementos da ficção são desdobramentos diretos de experiências reais, compondo um entrelaçamento entre o factual e a invenção. Esse cruzamento é o que nos permite tangenciar os aspectos do “real” tal como os discutimos aqui, revelando como a literatura opera não como espelho do mundo, mas como forma de reorganizá-lo simbolicamente.

Nesse ponto, ao reconhecermos o modo como a ficção se estrutura a partir de experiências concretas e de marcas simbólicas do real, torna-se possível ampliar a análise dessas obras mediante uma abordagem crítica que ilumine as mediações históricas e sociais que lhes dão sustentação, ainda que estas estejam ocultas. A partir desse entendimento, é essencial abordar os dois romances por meio de um exercício crítico capaz de desvelar as mediações históricas e sociais que sustentam suas tramas, expandindo, assim, a leitura para além da superfície imediata com a qual, por vezes, essas narrativas se apresentam.

Essa leitura se justifica na medida em que as diversas enunciações que compõem esses romances — frequentemente marcadas por silêncios, lacunas e descontinuidades — refletem sua natureza traumática e evidenciam a urgência de romper com a invisibilidade e a servidão histórica. Assim, o leitor crítico assumiria uma responsabilidade ética: a de escutar as experiências de sujeitos relegados à margem. Essa escuta ética, ao evidenciar os efeitos concretos da violência estrutural sobre os corpos e vidas periféricas, aproxima essas narrativas de um regime de enunciação que se vincula à noção de testemunho, não

¹³⁶ Candido, 2014, p. 55.

apenas como relatos individuais, mas como expressão de uma memória coletiva atravessada por contradições históricas.

A vinculação dessas narrativas ao campo do testemunho literário amplia sua dimensão, pois evidencia como a linguagem se torna meio de elaboração simbólica do sofrimento. Ao inscrever essas experiências no campo do testemunho, as obras também problematizam os limites da representação e reafirmam o potencial da literatura como espaço de elaboração de memórias coletivas e subjetividades marcadas pela violência. A articulação entre linguagem e sofrimento, ao evidenciar os limites da representação, ganha ainda mais densidade quando situada em contextos de desigualdades sociais abismais, como os da América Latina, onde o testemunho assume uma prática discursiva que questiona as estruturas de silenciamento e exclusão. Como aponta Alfredo Alzugarat, em tais contextos, esse gênero literário materializa os anseios de transformação social dos setores marginalizados, traduzindo suas demandas por justiça e reconhecimento em narrativas que desafiam estruturas de poder.¹³⁷ Nesse cenário, em razão dessas particularidades, o termo é apresentado como *testimonio*, diferenciando-se conceitualmente de *Zeugnis*, expressão germânica vinculada ao testemunho no contexto marcado pela memória traumática da *Shoah* e da Segunda Guerra Mundial. Enquanto o *Zeugnis* emerge de uma ética do trauma, vinculada ao inefável e ao “real” — aquilo que escapa à simbolização —, o *testimonio* se orienta para a ação política, buscando não apenas documentar, mas intervir na realidade.

No *testimonio*, a voz narrativa é protagonizada por sujeitos que encarnam coletividades oprimidas — camponeses, indígenas, operários —, articulando relatos que fundem vida individual e experiência coletiva. Como destaca John Beverley, o gênero opera uma “função identitária”, aglutinando etnias, classes e grupos em torno de uma luta comum:

O *testimonio* modela a possibilidade de uma política de aliança democratizante baseada em uma “frente ampla” de uma fração da intelectualidade (que apesar de seu privilégio relativo está longe de fazer parte da classe dominante) com classes e grupos populares, uma frente que não subordina a heterogeneidade de seus componentes a uma instância representativa (o partido, o Estado, o texto, etc.).¹³⁸

Não se trata, portanto, de uma concepção que se dimensiona pelo trauma no sentido psicanalítico, mas de um projeto de denúncia e emancipação, que busca conferir visibilidade a histórias apagadas pelo colonialismo e pelo capitalismo periférico. Essa

¹³⁷ *Apud* Seligmann-Silva, 2001, p. 125.

¹³⁸ Beverley, 2002, p. 18, tradução livre.

dimensão política explica por que o *testimonio* frequentemente adota um tom “épico”, elevando figuras subalternas à condição de “heróis” de suas próprias narrativas, como visto em *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, publicada em 1983, obra chave nas leituras testemunhais, que expõe a resistência indígena guatemalteca.¹³⁹

A literatura marginal-periférica, produzida nas margens urbanas, dialoga intensamente com essa tradição do *testimonio*, ainda que, também, incorpore *nuances* do *Zeugnis*, como já demonstrado nos aspectos versados sobre o trauma. Seus textos, marcados por um teor confessional, denunciam as violências estruturais que atingem moradores de periferias, como componentes que vão do racismo à precarização laboral, legitimando-se pelo vivido. Contudo, diferentemente do *testimonio* “clássico”, que privilegia a dimensão coletiva — a qual, como já discutido, é de extrema importância nessa forma de expressão —, a literatura marginal-periférica, como veremos nas obras analisadas neste estudo e em outros textos representativos desse *corpus*, frequentemente se debruça sobre a subjetividade dilacerada pelo trauma histórico, estabelecendo aproximações com o *Zeugnis*.

A escravidão e o colonialismo, por sua vez, são compreendidos como feridas ainda abertas que configuram o presente, não apenas como marcas do passado. Essa condição atravessa também a literatura negra, que se relaciona em diversos aspectos com a literatura marginal-periférica, especialmente por seu compromisso ético e pela criação de uma nomenclatura própria destinada a preservar e proteger suas escritas contra o apagamento. Um exemplo dessa postura se encontra em *Um defeito de cor*, romance de Ana Maria Gonçalves publicado em 2006, onde a memória da diáspora africana é reescrita a partir do olhar de uma mulher escravizada, tensionando o “real” — o indizível da violência — com a urgência de resgatar uma história soterrada. Nesse romance, a narradora assume um papel de testemunha ética, detalhando o sofrimento. A enunciação da protagonista Kehinde, que narra sua jornada com lucidez, coloca os aspectos da dor e da privação ao direito de humanidade de forma bem direta. No primeiro do capítulo do romance, onde é narrada a captura da narradora-personagem até sua chegada ao Brasil, os trechos que irão contar a travessia do Atlântico, aqui, não se limitam à jornada de exaustão física, configura-se também uma tortura moral e psicológica que, para além da degradação do indivíduo nesses termos, simboliza um rito de passagem forçado que redefine as identidades por meio da violência religiosa e cultural, que destitui desses

¹³⁹ Beverley, 2002, p. 18.

corpos o conjunto de características que lhes é inerente. O texto transforma o literário em um monumento contra o apagamento e opera no registro do irrepresentável.¹⁴⁰

O romance de Ana Maria Gonçalves exemplifica esse hibridismo. Embora o *testimonio* latino-americano e o *Zeugnis* europeu partam de matrizes distintas, encontram pontos de convergência na literatura negra e marginal-periférica, que os ressignificam a partir de um contexto histórico-social próprio. Ainda que parte da crítica insista em uma separação entre essas formas — vinculando a *Shoah* à interiorização da memória e o *testimonio* à exteriorização da denúncia —, tal distinção se mostra limitada diante das obras analisadas. Nelas, o testemunho assume um caráter híbrido, ao articular o legado memorial, que resiste ao apagamento da dor, com uma dimensão ética e política voltada à transformação social. Essa articulação transforma o *testimonio* em instrumento de protagonismo e o *Zeugnis* em modo de enunciação do indizível. O texto literário, assim, torna-se um campo de enfrentamento, no qual memória e denúncia se entrelaçam para revelar a persistência de estruturas coloniais nas condições de moradia, trabalho, risco social, privação econômica e morte prematura. Compreender tais articulações entre passado e presente requer uma atenção crítica às determinações históricas que moldam a sociedade brasileira e suas formas de exclusão.

É nesse horizonte de leitura — atento às mediações históricas e ao peso das estruturas — que o expresso por Renato Janine Ribeiro se mostra particularmente pertinente, ao oferecer elementos que ajudam a compreender como essas heranças do passado continuam a operar no presente, condicionando formas de subjetivação, desigualdade e violência estrutural no Brasil contemporâneo:

¹⁴⁰ Veja-se o testemunho de Mahommah Gardo Baquaqua, nascido por volta de 1824 no território que hoje corresponde ao Benin, única narrativa conhecida de um ex-escravizado que passou pelo Brasil, e que fornece um relato contundente sobre os horrores vividos a bordo de um navio negreiro: “Seus horrores, ah! quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como o pobre desventurado, o miserável desgraçado que tenha sido confinado em seus portais [...] Fomos arremessados nus, porão adentro, os homens apinhados de lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou a sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. [...] Oh! a repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória. Não: enquanto a memória mantiver seu posto nesse cérebro distraído, lembrarei daquilo. Meu coração até hoje adoece ao pensar nisto. [...] Quando desembarquei, senti-me grato à Providência por ter me permitido respirar ar puro novamente, pensamento este que absorvia quase todos os outros. Pouco me importava, então, de ser escravo: havia me safado do navio e era apenas nisso que eu pensava” (Baquaqua, 1988, p. 272). Baquaqua, em seu texto, constrói uma narrativa marcada pela vivência direta do confinamento nos porões dos navios negreiros, uma experiência que não poderia ser plenamente compreendida por aqueles que não a vivenciaram. O testemunho de Baquaqua não apenas denuncia a brutalidade da travessia forçada, mas também nos faz pensar sobre os efeitos psicológicos do trauma e da desumanização, evidenciando como o testemunho no contexto literário pode lançar luz sobre aspectos muitas vezes não contemplados.

O Brasil [...] pode ser dito um país traumatizado. Ele jamais ajustou contas com duas dores terríveis, obscenas, a da colonização e a da escravatura. A condição colonial significou viver na mais franca heteronomia [...] e na mais decidida ignorância [...] e tudo isso como uma terra destinada ao esgotamento de sua natureza vegetal e à exaustão de sua natureza mineral: sofreu, pois, a predação do invasor português. Já a escravatura desdobrou ou completou a obra da colonização: o fisicídio, se assim podemos chamar o assassinato da natureza, e a heteronomia colonial exigiram também que o trabalho fosse praticado sob o modo do esgotamento e da destituição, no caso, do negro africano.¹⁴¹

Conquanto Janine Ribeiro caracterize o Brasil como uma nação altamente traumatizada, marcada por feridas históricas que remontam à escravidão e ao colonialismo, é possível afirmar que esse trauma recai de forma particular sobre parcelas específicas da população. Essa condição se evidencia sobretudo nas experiências dos indígenas e negros, que sofrem mais intensamente os efeitos de uma tecnologia de dominação que os classificou como seres inferiores e passíveis de subjugação, a racialização. Esse elemento, longe de ter sido resolvido, continua presente nas estruturas sociais contemporâneas, manifestando-se em desigualdades econômicas e na precarização das condições de vida das populações marginalizadas. No ambiente urbano atual, essa herança se torna visível em processos como a gentrificação, a intensificação da militarização em territórios vulneráveis e a precarização do trabalho. Nesse sentido, Ribeiro ajuda-nos a compreender que a desigualdade brasileira é estrutural e enraizada em nossa formação social. Trata-se de um processo que permanece não elaborado coletivamente e que, conforme o autor destaca, faz com que o passado continue a se manifestar no presente; ou seja, retornar incessantemente sob a forma do trauma.

A partir dessa análise, torna-se relevante alargar a discussão, articulando o pensamento de Janine Ribeiro com a abordagem de Marilena Chauí acerca da sociedade brasileira. Se Ribeiro nos alerta para a permanência do trauma histórico como elemento estruturante de nossas desigualdades, Chauí contribui ao evidenciar os mecanismos ideológicos e sociais que naturalizam e fazem perdurar essa desigualdade, reforçando as hierarquias herdadas do colonialismo e da escravidão:

A sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade.¹⁴²

¹⁴¹ Ribeiro, 1999, p. 11.

¹⁴² Chauí, 2007, p. 84.

O trecho apresenta uma crítica à estrutura social brasileira baseada no mando-obediência, estrutura que se fundamenta nos moldes coloniais. Chauí, utilizando-se desse elemento, acaba por destacar como a organização hierárquica se infiltra em todas as relações e interações sociais no Brasil, configurando um sistema vertical em que essa dinâmica predomina. Ao enfatizar que as relações sociais são sempre estabelecidas entre um superior que exerce poder e um inferior que é submetido, a autora revela como as diferenças e assimetrias não apenas coexistem, mas se transformam em desigualdades estruturais que reforçam o aparelho de dominação. Nesse contexto, o “outro” é sistematicamente despojado de sua condição de sujeito pleno, impedido de ser reconhecido tanto como portador de direitos quanto como indivíduo dotado de subjetividade e alteridade. Essa análise aponta para um quadro em que a verticalização das relações sociais não permite o diálogo igualitário e a valorização das singularidades, mantendo viva uma “tradição de exclusão” que conserva as relações de poder e a marginalização.

Janine Ribeiro e Marilena Chauí, a partir de interpretações distintas, convergem na análise das raízes estruturais da sociedade brasileira, revelando como a colonização e a escravidão deixaram traumas profundos e hierarquias violentas que persistem até hoje. Ribeiro enfatiza que o Brasil é uma nação traumatizada, sendo possível afirmar que esse trauma incide de forma mais aguda sobre determinados grupos sociais — especialmente a população negra —, marcados por um histórico de predação, esgotamento e desumanização, imposto pelo colonialismo e consolidado pela escravidão, que reduziu o negro à condição de instrumento de trabalho. Chauí, por sua vez, evidencia que a sociedade brasileira se organiza a partir de um processo autoritário, baseado na obediência imposta aos considerados inferiores e na negação de sua subjetividade. Ambos apontam que essa estrutura hierárquica foi naturalizada e atualizada nas dinâmicas sociais contemporâneas, mantendo o binarismo colonizador-colonizado e senhor-escravizado. Assim, a violência fundacional não é um evento superado, mas um “trauma ativo” que se reencena nas formas atuais de marginalização e dominação, especialmente nos territórios historicamente marginalizados, como periferias, comunidades indígenas, quilombolas e zonas rurais.

Essa leitura crítica do presente, informada por uma consciência histórica do passado, encontra respaldo na articulação entre os conceitos de *testimonio* e *Zeugnis*, anteriormente mencionados, já que estes oferecem uma chave interpretativa para compreender narrativas situadas na fronteira entre a denúncia política e a tentativa de

elaborar simbolicamente o irrepresentável. Nessa perspectiva, ao pensar no testemunho literário ou no teor testemunhal como as narrativas que analisamos, conseguimos acessar determinados eventos a partir de um gesto “ético” e “político” que fricciona os limites da representação e propõe formas de escuta sensível às experiências silenciadas.

Importa destacar que a discussão sobre os impactos que incidem sobre nosso objeto, bem como sobre a hibridização entre os conceitos de *testimonio* e *Zeugnis*, também se apoia na análise desenvolvida por Luciara Pereira.¹⁴³ A autora insere-se em um debate crítico sobre as formas de compreender e legitimar os relatos de violência e sofrimento, ao recusar tanto a hierarquização do trauma quanto a oposição entre documento e subjetividade. Ela propõe uma visão mais “simplificada” do testemunho, que não separa ética, política, linguagem e memória, mas compreende que esses elementos coexistem dentro de cada narrativa.¹⁴⁴

A obra *Via Ápia* irá postular essas dimensões que colocamos ao explorar, de maneira contundente, a criminalização sistemática do outro por meio de um processo no qual traços fenotípicos e condições sociais são instrumentalizados para anteciper uma narrativa de periculosidade, violência e barbárie. Essa antecipação funciona como uma estratégia estrutural de desumanização, por meio da qual sujeitos marcados pela

¹⁴³ De outra maneira, se formos mais incisivos, podemos pensar também que existe uma contradição inerente à separação desses dois termos, como supõe Luciara Pereira em trabalho que faz uma análise do *testimonio* na obra *Diário de um detento*, de Jocenir. Luciara compreende que o *testimonio* não é estático, pois, desde sua origem até sua institucionalização e migração para outros contextos culturais, ele assume funções e sentidos distintos. Ou seja, o que o *testimonio* representa em seu contexto de origem pode ser ressignificado quando transposto para outros espaços, como o Brasil. Um ponto central da crítica da pesquisadora está na dicotomia entre subjetividade e documento. Pereira recusa a ideia de que a preocupação com o registro documental — como é comumente associada ao *testimonio* — relega a subjetividade a um plano secundário. Pelo contrário, ela insiste que toda narrativa testemunhal é atravessada pela subjetividade, não apenas porque parte da experiência vivida de um indivíduo, mas porque é produzida por um sujeito situado historicamente, dotado de interesses, crenças, afetos e vínculos coletivos (Pereira, 2009).

¹⁴⁴ Nessa instância, verificamos a seguinte argumentação da pesquisadora: “Recorre-se, assim, ao campo da psicanálise para fundamentar o intento de definir o sentido de um relato que se dividiria entre a possibilidade e o dever de narrar o terror vivido, para que as verdadeiras vítimas, os que não sobreviveram, não sejam esquecidos.

No que diz respeito à questão do trauma, como conceito empregado na investigação do *Zeugnis* em relação à crise identitária derivada da incapacidade de se reconciliar com esse fato Histórico, acredito que não seria um parâmetro conveniente para determinar diferenças entre os dois tipos de testemunho, uma vez que não há como medir o impacto provocado por uma situação de violência do sujeito [...] ambas as vertentes do testemunho implicam, contrariando a visão do autor, a ativação da memória, já que remetem a uma experiência e a um fato histórico determinado, vivido por um sujeito empírico que reconstitui o passado a fim de apresentar sua versão do acontecido, procurando conferir um caráter documental à narrativa [...] O que se coloca aqui é a seguinte indagação: a preocupação documental deslocaria a questão subjetiva a um segundo plano, como Seligmann-Silva assinala ao comparar o *testimonio* ao *Zeugnis*? Isso não implicaria ignorar que o testemunhante é um sujeito dotado de certos interesses e que não poderia desvincilhar-se de sua condição humana, histórica, social e principalmente política, ainda mais que muitos casos o relato assume uma postura coletiva?” (Pereira, 2009, f. 20).

racialidade são capturados por discursos que os tornam alvos preferenciais da repressão e do controle social. Trata-se de uma formatação que nega a alteridade e anula a possibilidade de reconhecimento ético, sustentando a lógica colonial do “corpo disponível” — aquele que pode ser utilizado, explorado, punido e descartado. O que emerge dessa obra, portanto, atua não só como denúncia, pois traz à baila a manifestação de fatores pregressos, que aniquilam qualquer direito à humanidade do outro por meio de códigos sustentados no imaginário social que irão apontar para o aspecto traumático. Um desses elementos de que falamos é a construção que se manifesta por meio do estereótipo racial, como se observa em uma conversa entre Murilo e Washington, que aconteceu enquanto subiam a Pedra da Gávea:

Foi tranquilão subir, né, pai, novinho, surfista, mó disposição, gastamo maior onda lá na pedra. Mas na hora de descer, não sei qual foi do bagulho, eu mais um parceiro se perdemo de geral. Mó parada, nem eu nem ele conhecia isso aqui. E aí fomo andando, andando, tava já na mata fechada e os caralho. Começou bater mó desespero, tipo assim, caralho, como é que vamo sair dessa porra? Mas aí continuamo descendo, uma hora ia ter que chegar em algum canto. E pior que chegamo mermo. Sei lá, parecia um condomínio, só caxangão bolado, tinha que ver, papo reto, bagulho de outro mundo. Aí tranquilo, a gente não sabia como sair dali, né, várias rua e pá. Na real, a gente nem tava ligado se era na Barra, se era em São Conrado, onde é que era aquela porra. É tipo assim, a gente tava perdido já fazia várias horas. Mano, pra chegar ali? Porra, andamo muito, muito. Tava morto, cheio de fome, só queria chegar em casa. Aí do nada eu avisto um coroa vindo. Porra, eu fiquei felizão, maluco, fui direto nele lá pedir informação. Sem neurose, eu não me esqueço nunca a cara daquele velho, papo reto, a cara de medo, de terror mermo, quando ele viu a gente. Eu juro pra tu, ele saiu correndo na hora. Hã, tá rindo? O papo é reto, o filho da puta saiu voado. Entendi foi nada, a gente tranquilão. Mas aí fomo andando pra ver se achava a saída daquela porra. Passou assim alguns minutos, chega tipo o carro da segurança, voado. Parou assim na nossa frente, os maluco já desceu metendo a pistola na cara mermo, olhando se tinha pó no meu nariz, e eu só queria chegar em casa. Aí depois de guetar a gente um tempão, perguntar vários bagulho, eles levou a gente lá na porta do condomínio e saímo saindo.¹⁴⁵

A experiência de Murilo, perdido junto com um amigo em um condomínio de luxo, revela a manifestação das estruturas raciais que ainda moldam a sociedade brasileira. O trecho expõe, em sua tessitura, como o trauma histórico da escravidão e da colonização se atualiza nas relações de poder, na segregação espacial e na violência. A reação de pânico do morador do condomínio e a abordagem violenta da segurança exemplificam a cultura senhorial baseada na verticalidade social e na negação da humanidade do outro. Esse gesto de suspeita sistemática remete diretamente à desumanização escravista, que reduz corpos a objetos. A hierarquia mando-obediência, atualiza-se ali não como resquício, mas como prática viva: a segurança age como braço

¹⁴⁵ Martins, 2022, p. 249-250.

contemporâneo dos antigos senhores. Murilo e o amigo que estavam perdidos já são logo interpretados como elementos a serem combatidos, em uma ideia que os associa ao perigo e à criminalidade.

A geografia do condomínio materializa o *apartheid* urbano brasileiro.¹⁴⁶ Ao segregarem ricos e pobres, esses espaços transformam a cidade em um território marcado por fronteiras — por vezes invisíveis, outras claramente demarcadas, como nos condomínios murados e fortemente vigiados —, reforçando a lógica da cidade partida. A presença involuntária no condomínio e a atitude do morador diante desses jovens denota a intolerância ao outro que, pela cor de sua pele, já é prejudgado como um invasor, alguém que não deveria cruzar certas fronteiras. Demonstrem-se, com isso, dois aspectos do passado ativos no presente: a heteronomia colonial e a manutenção da inferiorização e a periculosidade do negro, algo naturalizado e feito de forma quase imperceptível, já que as inscrições fenotípicas é que automaticamente prescrevem a negação de direitos e o ato violento que reprime.¹⁴⁷

A insistência do narrador em afirmar o desejo de Murilo, que “só queria chegar em casa”,¹⁴⁸ contrasta com a paranoia do morador, que se inscreve dentro do imaginário coletivo, evidenciando a desumanização, marca daquela mesma cristalização de estereótipos raciais no imaginário coletivo. Os jovens, exaustos e perdidos, são transformados em fantasmas ameaçadores, são vistos como abstrações que carregam

¹⁴⁶ Nesse sentido, como observa Maura Pardini Bicudo Veras, em “Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos”, em um cenário como o brasileiro, o “*apartheid* se caracteriza pela criação de um campo semântico em que os significados dos direitos e conquistas civilizatórios, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos são transformados em fatores causais da miséria, pobreza e exclusão, em obstáculo ao desenvolvimento econômico e, mais, são transformados em ausência de cidadania” (Veras, 2012, p. 45).

¹⁴⁷ Lembramos aqui do artigo de opinião escrito por Eliane Brum, intitulado “Mãe, onde dormem as pessoas marrons?”, publicado no jornal *El País* em 22 de junho de 2015. No texto, a autora parte do questionamento feito por uma criança — filho de uma amiga — que, ao observar a presença constante de “pessoas marrons” em sua casa e no condomínio onde vive, acaba por perguntar de onde vêm essas pessoas e onde elas dormem. A partir dessa pergunta, Brum revela algumas nuances das estruturas sociais do Brasil atual, marcadas por uma rígida verticalidade, em que raça e classe são vistos por ela como verdadeiras castas. Esse processo é também observado por ela na repressão aos “rolezinhos”, quando jovens periféricos — em sua maioria negros — decidiram ocupar espaços tradicionalmente elitizados, como os *shoppings*. Esses encontros foram lidos como invasões ou ameaças, revelando que a segregação tolera a presença dos marginalizados apenas se forem úteis e invisíveis — como quem limpa e mantém, mas sem jamais pertencer. Nesse contexto, Brum nos leva a refletir: o que se quer, afinal, limpar e manter? A sujeira, a velhice, a doença, o mal-estar social — todos inevitáveis — são continuamente expulsos da vista para que o “paraíso” prometido aos de dentro não revele sua falência. Porém, ao contrário do lixo descartável, o incômodo social insiste em retornar. O preço de estar dentro, cercado por muros e aparências, talvez seja mais alto do que muitos imaginam. De um modo geral, o texto mostra como os muros — visíveis ou não — separam os que estão “dentro” e “fora” e como a manutenção de privilégios exige, constantemente, a produção de um “lado de fora” ameaçador e indesejado, que justifique os mecanismos de exclusão (Brum, 2015).

¹⁴⁸ Martins, 2022, p. 249.

estigmas que destituem sua humanidade e os enxergam como objetos, seres sem qualquer subjetividade. Aqui, não é a polícia que se encarrega de cometer o ato de opressão oriunda da suspeição prévia. A violência vem primeiro do morador e, posteriormente, da segurança. Em ambos os casos há uma opressão de tipo invisível, feita pela ação subjetiva que julga e condena os jovens por suas características, a outra pela ação objetiva, deflagrada nas armas apontadas e na revista em busca de drogas. As duas ações constituem um ritual de humilhação frequente a que são submetidos muitos jovens negros cotidianamente em abordagens policiais, reafirmando o critério de racialização, mostrando a destituição do teor de humanidade desses indivíduos, que são automaticamente criminalizados.

O excerto demonstra como a narrativa de Martins se constitui como um ato testemunhal que enuncia uma experiência marcada pela violência e pela marginalização. Ao evidenciar um ato que pertence à ordem do inominável, a escrita de Martins aproxima-se de um discurso que exige ser sentido, vivido e reconhecido. O trauma aí não se vincula somente à não simbolização do passado em um sentido histórico. Essa experiência se reconfigura de maneira singular na vivência individual e subjetiva do personagem, como se vê na frase: “Sem neurose, eu não me esqueço nunca a cara daquele velho, papo reto, a cara de medo, de terror mermo, quando ele viu a gente”.¹⁴⁹ Esse relato não se restringe a uma ocorrência pontual, mas ecoa na trajetória de quem é negro e já enfrentou situações semelhantes — ser seguido por um segurança dentro de uma loja, perceber que alguém segura a bolsa com mais força ao se aproximar, ou ser automaticamente associado a funções subalternas. A recorrência e a banalização desses episódios revelam não apenas um padrão de exclusão, mas também a dificuldade de nomear plenamente essa experiência, o que aponta para a existência de um trauma que se insere em toda uma coletividade de indivíduos que compartilham das mesmas experiências. A literatura, nesse contexto, documenta essas dores e também as reinscreve, confrontando o leitor com fatores persistentes, ainda que muitas vezes invisibilizados. Assim, a escrita de Martins, dentro do que percebemos em seu teor testemunhal, promove o reconhecimento da continuidade dessas violências, desafiando a sociedade a encarar as marcas deixadas pelo racismo estrutural e seus desdobramentos históricos.

Nuances semelhantes às descritas no romance de Geovani Martins também se fazem presentes em *Capão pecado*, demonstrando como essa obra constrói um

¹⁴⁹ Martins, 2022, p. 250.

testemunho literário coletivo sobre as experiências vividas nas periferias. Por meio de uma narrativa que alia crítica social e expressão subjetiva, a obra também registra as dores e injustiças vividas na periferia. Esse paralelismo entre os romances se torna evidente no excerto a seguir, em *Capão pecado*:

Passaram-se alguns dias, e Rael ficou abalado quando teve que ir ao enterro do seu Lucas, pai de Matcheros. Alugaram um ônibus para levar os amigos do finado. E os boatos se tornaram mais intensos durante o enterro, todos diziam que o velho seu Lucas foi pego por vingança, que na verdade a vítima era pra ser seu filho, Matcheros. Mas alguns diziam que desconfiavam que o próprio filho tramara aquilo para o pai, pois a droga ali já tinha feito coisa parecida. Rael não se atreveu a falar nada. Só ouvia e, vira e mexe, dava uma olhadinha para Paula, que estava abraçada com o namorado, o filho do finado. Rael resolveu dar uma volta pelo cemitério e viu Geóvas e Ratinho fumando um baseado perto do banheiro, mas o que mais lhe chamou a atenção foi um grupo de pequenas crianças que a todo momento se ofereciam para plantar flores nos túmulos ou aguá-las. Não cabia em sua cabeça o fato de que os pais de tão belas crianças deixassem que elas trabalhassem num lugar tão triste, tão cheio de tragédias, tão cheio de desenganos e desesperanças como o cemitério São Luís.¹⁵⁰

Ainda que o trecho destaque a morte de Seu Lucas, pai de Matcheros, e alimente rumores de que este teria participado do assassinato do próprio pai, essa não é a questão central em análise. Esse cenário serve para contextualizar a observação de Rael sobre as crianças que vê no cemitério. Ao retratar o trabalho infantil no Cemitério São Luís, localizado no Jardim Ângela, um dos bairros mais violentos do Capão Redondo nos anos 1990, o texto evidencia como as hierarquias sociais verticalizadas se manifestam na contemporaneidade.¹⁵¹

Conhecido como “cemitério dos homicídios”, o São Luís consolidou-se como o destino final de inúmeros jovens do Capão Redondo, a maioria vítimas de mortes violentas. A designação de “lugar tão triste, tão cheio de tragédias”,¹⁵² como escreve o autor, revela a marca indelével de dor que o local carrega.

No contexto em que se ambienta o romance — período em que a violência atingia patamares alarmantes na região — os versos de Mano Brown na canção “Fórmula Mágica da Paz”, lançada em 1997 no álbum *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MC’s, irão dimensionar algumas das impressões das vidas interrompidas e da memória sepultada nesse espaço marcado pela brutalidade:

2 de novembro, era Finados

¹⁵⁰ Ferréz, 2016, p. 131-132.

¹⁵¹ Em 1996, o Jardim Ângela havia sido considerado um dos locais mais perigosos do mundo pela ONU. Segundo reportagem da *Folha de S.Paulo*, datada de 11 de novembro de 1996, o bairro, “na zona sul de São Paulo, é o distrito que registra mais assassinatos de adolescentes na cidade. A taxa de homicídios da região, 108 por 100 mil pessoas, é a mais alta conhecida no Brasil” (Agostinho, 1996).

¹⁵² Ferréz, 2016, p. 131-132.

Eu parei em frente ao São Luís, do outro lado
 E durante uma meia hora olhei um por um
 E o que todas as senhoras tinham em comum?
 A roupa humilde, a pele escura
 O rosto abatido pela vida dura
 Colocando flores sobre a sepultura (“podia ser a minha mãe”) Que loucura.¹⁵³

A canção, ao mesmo tempo que denuncia o extermínio da juventude periférica, dialoga diretamente com o trecho da obra que expõe as tragédias das vítimas enterradas no São Luís, em sua maioria, homens negros e pobres, marcados pela vulnerabilidade social. Tanto o trecho do romance quanto o trecho da letra de Brown funcionam como documentos de um mesmo contexto. Enquanto a narrativa literária captura a subjetividade das tragédias, a música assume a dimensão coletiva desse luto — o cemitério São Luís, nesta instância, pode ser compreendido como “símbolo” de um sistema que naturaliza a destruição de corpos marginalizados. Ao relacionarmos o fragmento da canção com o excerto que versa sobre as crianças, percebemos como a narrativa destaca que as relações de classe no país permanecem fortemente hierarquizadas, moldadas por uma estrutura socioeconômica que exclui as classes populares do acesso a direitos básicos e a uma vida digna. As famílias pobres, em meio à precariedade, são obrigadas a expor seus filhos a condições degradantes, e o trabalho infantil, em particular, surge como uma expressão direta da incapacidade do Estado e da sociedade de promover a inclusão social de forma efetiva. Nesse contexto, as crianças, muitas vezes privadas de uma infância plena, são forçadas a crescer rapidamente, assumindo responsabilidades. Demonstra-se com isso, que, desde cedo, os indivíduos das periferias, movidos pela necessidade, acabam sendo empurrados para um sistema de trabalho informal e precarizado. A necessidade de sobrevivência impõe a submissão a uma ordem que nega alternativas e acaba conservando um padrão contínuo, no qual a infância é sacrificada em nome da subsistência. Nesse processo, as crianças são despojadas de sua subjetividade e reduzidas a objetos.

A perplexidade de Rael ao presenciar as crianças que “se ofereciam para plantar flores nos túmulos ou aguar-las”¹⁵⁴ revela a naturalização do trabalho infantil e da exposição precoce à morte em contextos marcados pela violência. O fato retratado no romance de Ferréz demonstra sua veracidade e persistência ao ser confrontado com a matéria jornalística de Vinicius Pereira, publicada pelo jornal *DW*, em 02 de novembro de 2023. A reportagem, além de evidenciar o perfil dos que ali estão sepultados, denuncia

¹⁵³ Racionais MC’s, 1997, faixa 11.

¹⁵⁴ Ferréz, 2016, p. 132.

que, durante o Dia de Finados, centenas de crianças e jovens se reúnem no São Luís para oferecer serviços de manutenção nas sepulturas, cobrando entre cinco e quinze reais.¹⁵⁵

Ao retratar o cemitério São Luís, mais de duas décadas após o lançamento de “Fórmula Mágica da Paz” e da primeira edição de *Capão pecado*, o trabalho jornalístico destaca a persistência de um cenário trágico, evidenciando a infeliz atualidade das obras. Tanto a música, que denuncia o extermínio da juventude periférica, quanto o livro, que explora as experiências dos jovens do Capão Redondo, dialogam e reiteram a mesma geografia de dor mapeada no cemitério. O testemunho dos anos 1990 permanece praticamente inalterado, confirmando o cemitério São Luís como destino final de corpos que a sociedade continua a tratar como descartáveis.¹⁵⁶

O trabalho infantil e as tragédias no cemitério São Luís se interligam e acabam por reforçar a engrenagem da marginalização social que irá evidenciar uma “violência colonial ativa” que persiste em territórios como o Capão Redondo. O fragmento narrativo também expõe a contradição de uma sociedade que, ao mesmo tempo que se comove com a inocência das crianças, tolera sua exploração. Essa contradição expõe um mecanismo que naturaliza a violência quando direcionada a corpos marginalizados. Assim como o passado colonial legitimou a exploração de indígenas e africanos escravizados, o presente ainda converte o sofrimento dos marginalizados em parte do cotidiano. No caso das crianças, que deveriam ser protegidas, a proximidade constante com a morte mostra que o processo de descarte foi reconfigurado para os parâmetros atuais da sociedade brasileira.

¹⁵⁵ Pereira, 2023.

¹⁵⁶ Segundo a matéria do jornal *DW*: “Há, contudo, chagas abertas. O percentual de pessoas homens, negros e jovens enterrados por lá continua muito discrepante em comparação a cemitérios de regiões mais centrais da metrópole o que, segundo especialistas, representa as dificuldades que essa população ainda passa mesmo 25 anos depois da música, como a violência, o baixo acesso a saúde pública de qualidade, problemas com drogas, entre outros.

Dados do Serviço Funerário do Município de São Paulo compilados até o ano passado mostram que, nos últimos quatro anos, cerca de 56% dos enterros por lá foram de pessoas negras ou pardas. Para efeito de comparação, em cemitérios mais centrais, como o da Consolação e o de Pinheiros, esse percentual não chega a 3%.

Os jovens também são maioria. Enquanto que nos dois cemitérios centrais citados, o percentual de pessoas abaixo dos 50 anos enterradas nos últimos três anos é de cerca de 5%, no São Luiz o número vai a exorbitantes 34%.

Além disso, o São Luiz recebeu, nos últimos anos, cerca de 57% dos mortos do sexo masculino. A lógica, porém, se inverte nos demais locais. Os cemitérios da Quarta Parada e Consolação, por exemplo, têm um percentual de 56% para mulheres e o restante para homens, por exemplo” (Pereira, 2023).

Ainda fazendo ponderações sobre *Capão pecado*, consideramos fundamental destacar o posfácio da obra.¹⁵⁷ Esse texto final coloca alguns dos elementos que atravessam a narrativas do que é o Capão Redondo dentro da obra:

A pobreza aqui é passada de pai para filho, assim como a necessidade de trabalhar dia e noite para comprar um pão, um saco de arroz, um saco de feijão. Mas é com amor e carinho que criamos nossos filhos, sem nos darmos conta do local, dos amigos incertos e das coisas que injetam aqui — armas e drogas.

Embriagados continuaremos, assim, andando no chão frio com os pés descalços, um sorriso na boca ainda seca da corrida contra a lei. Toda uma nação está olhando para uma janela eletrônica; através dela está o passado manipulado, e o que ninguém vê é a porta que fica ao lado, a porta do futuro, que está trancada pela mediocridade dos nossos governantes.

O calor foi mais uma vez roubado do corpo — ele foi morto —, estava quase sem esperanças de ter um bom futuro, pois queria ter algo, mas estava sem dinheiro, numa área miserável onde todos cantam a mesma canção, que é a única coisa que alguém já fez exclusivamente para alguém daqui; certamente é algo sobre a dor, a esperança, a frustração — ou algo tão específico que só poderia ser feito para os habitantes de um lugar por Deus abandonado e pelo diabo batizado de Capão Pecado.¹⁵⁸

O trecho retrata o Capão Redondo como um espaço permeado por severas dificuldades, onde a existência dos moradores da periferia se converte, de maneira metafórica, em um abandono divino e num ritual de “batismo” pelo “mal”. De certo uma visão maniqueísta, que pode enxugar vários elementos que poderiam aprofundar o entendimento de certos fatores de desigualdade. No entanto, ao que nos parece, para Ferréz, essa visão surge da percepção de que o Capão Redondo é um espelho da desigualdade social, evidenciada por ruas de terra, esgoto a céu aberto, pobreza e violência. Tais elementos contrastam nitidamente com a riqueza e o desenvolvimento presentes em outras regiões de São Paulo, inclusive aquelas vizinhas ao Capão Redondo.¹⁵⁹ Ademais, os relatos de mortes violentas e a criminalidade reforçam a sensação de abandono, sugerindo que a proteção divina se faz ausente, enquanto a influência do mal, simbolizada pela figura do diabo na prática religiosa cristã, predomina no cenário. Dessa forma, constroem-se distorções que atribuem ao Capão Redondo a

¹⁵⁷ Nas primeiras edições, publicadas pela Labortexto, o texto se configura como prefácio à obra. Na edição que usamos, de 2016, publicada pela Tusquets/Planeta, esse item foi deslocado para o fim do texto narrativo, configurando-se como posfácio.

¹⁵⁸ Ferréz, 2016, p. 150.

¹⁵⁹ Sobre isso, cabe aqui fazer uma breve analogia sobre a linha que separa a favela de Paraisópolis do bairro do Morumbi que deu origem a uma das imagens mais emblemáticas da desigualdade social no Brasil, eternizada pela lente do fotógrafo Tuca Vieira. Captada em 2004, a fotografia expõe, com clareza, o abismo entre dois mundos vizinhos: de um lado, o precário aglomerado de moradias de um bairro favelizado; do outro, os edifícios de alto padrão que simbolizam o luxo e a exclusividade. Essa justaposição visual escancara a divisão geográfica, política e econômica, é um retrato das contradições estruturais que marcam a formação das cidades brasileiras e da persistente herança da desigualdade no país.

imagem de um lugar demoníaco, uma representação que se manifesta no próprio romance, especialmente em um diálogo entre dois personagens que sugerem uma associação do local com práticas religiosas de matriz afro-brasileira:

a real é que nem o pastor falou, que esse lugar é amaldiçoado mesmo. Cê num viu que ele explicou que o nome Capão vem de terreiro e que foi dado a este lugar porque aqui era só árvore e os macumbeiros vinham fazer trabalho aqui? Com o passar do tempo, as maldades do lugar foi aumentando, e Redondo é por causa do estilo redondo do bairro; ele até disse que os espíritos fica andando e atazanando a cabeça do pessoal.¹⁶⁰

Essas ideias atribuem ao Capão Redondo uma marca sobrenatural, como se o destino de seus habitantes estivesse condenado por uma maldição que paira sobre o território. Essa representação reforça estigmas e narrativas que desumanizam a periferia, esvaziando os sujeitos e justificando a violência que os cerca por meio da criação de mitos. Embora o trecho do posfácio alimente essa interpretação, ele o faz com certa ironia, ao dicotomizar os limites entre o divino e o diabólico, entre o bem e o mal — binarismos que são frequentemente mobilizados por discursos religiosos conservadores para reforçar hierarquias morais, nesse caso são usados para justificar as hierarquias sociais. Nesse contexto, destaca-se a figura de um suposto pastor, que, ao manipular a fé dos fiéis, demoniza as religiões de matriz africana, transformando-as em responsáveis pelos problemas sociais vividos pelos moradores do Capão Redondo. Tal estratégia de culpabilização atua como um dispositivo de controle espiritual, muito presente nas periferias, que desvia o olhar das causas reais da precariedade com narrativas religiosas.

Há no romance uma ligação direta com essa crítica à instrumentalização da fé e à distorção do contexto vivido pelos moradores da periferia, particularmente evidenciada pelo pensamento de Rael. Durante sua participação em um culto evangélico, ele passa a questionar o discurso do pastor, que veicula uma série de ideias enganosas com o intuito de ludibriar e submeter os fiéis. Em meio a essa experiência, Rael afirma que “aqui é o inferno, onde pagamos e estamos pagando, aqui é o inferno de algum outro lugar e desde o quilombo a gente paga, nada mudou”.¹⁶¹ Essa declaração, marcada por uma consciência de elementos da história, sintetiza uma visão de mundo em que o sofrimento não é castigo espiritual ou consequência de pecados, e sim reflexo direto de um processo histórico.

Embora a entrada do personagem na igreja, conforme insinua o romance, se apresente de forma abrupta e pouco orgânica dentro do fluxo narrativo — funcionando, a nosso ver, como um artifício para introduzir forçadamente o debate sobre a presença e

¹⁶⁰ Ferréz, 2016, p. 99.

¹⁶¹ Ferréz, 2016, p. 62.

expansão dos fenômenos neopentecostais nas periferias —, nota-se a ausência de uma construção prévia que justifique de maneira convincente a presença de Rael nesse espaço religioso. A narrativa carece de elementos que contextualizem essa transição, o que compromete a verossimilhança do episódio e o torna suscetível à leitura como um mero recurso instrumental, deslocado da trajetória subjetiva do personagem. Ainda assim, apesar dessa fragilidade estrutural, é possível extrair algumas considerações relevantes a partir das percepções de Rael durante o culto. Suas observações, mesmo que breves, abrem margem para uma leitura crítica do ambiente religioso, revelando ambiguidades e mecanismos que atravessam a experiência neopentecostal nos territórios periféricos. Dessa forma, mesmo que o episódio falhe em termos de coesão narrativa, ele ainda oferece subsídios para pensar sobre o papel das igrejas na constituição de subjetividades e na produção de sentido em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Assim, a fala de Rael sobre o inferno, aqui, não é uma colocação abstrata, pois esse elemento construído pela idealização religiosa se manifesta, na verdade, como uma figura de linguagem que irá apontar para a ausência material concreta, moldada pela desigualdade, pelo abandono, pela violência e pela negação sistemática de direitos. Como destacado no início do excerto do posfácio, trata-se de uma condição que se renova cotidianamente por meio da pobreza cíclica, que se mantém de geração em geração. Essa transmissão da miséria revela o quanto é difícil romper com um ciclo de privações, mesmo quando há tentativas de manter os vínculos afetivos e o cuidado familiar.

Diante do exposto, o autor aponta para a manipulação do passado como uma forma de obscurecer as origens históricas da pobreza, sugerindo que essa é uma manobra utilizada para manter o controle sobre as populações marginalizadas. Essa visão evidencia uma intenção deliberada de silenciar ou apagar os diversos eventos históricos que deram origem aos problemas socioeconômicos contemporâneos, contribuindo, assim, para a naturalização das desigualdades e para a consolidação de narrativas que legitimam a exclusão.

Esses elementos que recuperam a história, evidenciados nas obras literárias analisadas, revelam-se como parte de uma engrenagem mais ampla de dominação, cuja mecânica pode ser compreendida a partir do conceito de colonialidade do poder, formulado por Aníbal Quijano, em seu texto “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. Tal noção ajuda a entender como a herança colonial permanece operando nas estruturas sociais, políticas e econômicas da América Latina, preservando hierarquias sob novas roupagens e operando as extremas desigualdades entre classes no

atual contexto. Os processos narrados nos romances, ainda que não historicizem alguns dos elementos mostrados, possibilitam o debate sobre a persistência de formas coloniais de opressão no presente. Assim, verifiquemos o que anota Quijano:

[a colonialidade do poder] constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *id-entidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.¹⁶²

Como define o pensador peruano, a colonialidade do poder pode ser vista como uma engrenagem estrutural que articula a classificação racial à exploração do trabalho no âmbito do capitalismo mundial. A seu ver, a invenção da noção moderna de “raça” desempenhou papel crucial na consolidação de uma lógica global de dominação. Tal classificação foi criada pelos colonizadores como um instrumento de hierarquização dos grupos humanos, vinculando a inferioridade a determinados corpos para legitimar sua subjugação e exploração econômica, negando-lhes, assim, o reconhecimento pleno de sua humanidade. Essa racionalidade racial, segundo o autor, não se dissolveu com o fim das colônias formais. Pelo contrário, foi absorvida e naturalizada no interior das dinâmicas do capitalismo global, influenciando o funcionamento de instituições, práticas sociais e sistemas de saber. Dessa forma, a colonização não se encerra com a ruptura político-administrativa entre metrópole e colônia, pois sobrevive como um padrão duradouro de dominação que se reinventa e se adapta às transformações históricas, mantendo-se presente nas estruturas sociais, econômicas e culturais dos países periféricos.

No contexto brasileiro, podemos pensar que tais elementos se fundamentam naquilo que o psicanalista brasileiro Christian Dunker, em *Mal-estar, sofrimento e*

¹⁶² Quijano, 2014, p. 117. Como aponta Walter Dignolo, em seu texto “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”: “Quijano deu um novo sentido ao legado do termo *colonialismo*, particularmente como foi conceituado durante a Guerra Fria junto com o conceito de ‘descolonização’ (e as lutas pela libertação na África e na Ásia). A colonialidade nomeia a interface subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados” (Dignolo, 2017).

sintoma, irá nominar como “capitalismo à brasileira”, termo usado para dimensionar a configuração peculiar do sistema capitalista no Brasil, fortemente entrelaçado com a vida psíquica, social e institucional do país. Trata-se de uma forma de organização em que o sofrimento, o desejo e os conflitos são geridos por uma administração privada da existência, marcada pela figura do “síndico”, personagem central dessa engrenagem.¹⁶³

Segundo Dunker, vivemos sob uma razão sistêmica tutelada por tecnoespecialistas, que ocupam o lugar do síndico, isto é, aquele que regula a convivência, define o aceitável, contabiliza perdas e lucros afetivos e sociais. Nesse arranjo, o que importa não é o “real” da experiência concreta e das dores cotidianas, mas o real do capital, traduzido em métricas, índices, balanços e outros “semblantes” de normalidade e sucesso. O mundo é organizado de forma que as contas entre o prometido e o entregue se fechem, mesmo que, para isso, seja preciso encobrir ou administrar o sofrimento, transformando-o em uma insatisfação controlável.¹⁶⁴ Como percebemos em elementos aqui descritos a partir de trechos dos romances em análise, vemos como se administram e gerem problemas recorrentes para que continuem funcionais para a manutenção das hierarquias sociais e de privilégios de classe, bem como esses elementos de sofrimento se tornam tão arraigados ao cotidiano, que passam despercebidos por terem sido disseminados de maneira que pareçam “naturais” e absolutos.

Assim como o caso que vimos em *Via Ápia*, da estrutura de relações que regem o condomínio, esse mesmo fundamento é percebido por Dunker, que usa o condomínio como metáfora para explicar o modelo social do Brasil. Sonha-se com segurança, ordem, limpeza, harmonia e uma vida estandardizada. Todavia, como consequência, surgem “os monstros”, “os outros”, “os de fora”, figuras criadas por um imaginário que se materializa em pessoas reais, as quais precisam ser expulsas, excluídas ou reprimidas para garantir a manutenção do paraíso privado.¹⁶⁵ Assim, o condomínio fechado torna-se o paradigma da vida ideal no imaginário nacional, ao mesmo tempo que revela seu custo, a segregação como fracasso da articulação da diferença, o isolamento como norma de convivência, e

¹⁶³ Prado, 2015, p. 4.

¹⁶⁴ Dunker, 2015, p. 104.

¹⁶⁵ Prado, 2015, p. 4. O trecho abordado pelo próprio Dunker alarga essa compreensão: “Um caso que ainda não tem nomeação e que, portanto, é percebido como informe e anormal pode ser suficientemente forte para criar uma nova ordem de reconhecimento. Um caso que mostra como a finitude do sistema de interesses se confunde com a finitude do indivíduo quando reconhecida apenas como ato. Aqui estão as figuras do inumano na chave da tragédia: Édipo, o monstro sem lugar; Polinice, o animal enterrado como um cão; Antígona, despersonalizada ao ser enterrada viva com o irmão. Antígona nos dá, assim, a condição retrospectiva de uma humanidade sem imagem (animal), sem lugar (monstro) e sem pessoa (coisa)” (Dunker, 2015, p. 446).

aquele que representa a insegurança dessas ideias como um objeto de ódio ou desconfiança.

Nesse contexto, o síndico representa a autoridade normativa, bem como a autoridade que faz cumprir seu poder sobre aquilo que escapa à norma, ou, em um plano metafórico dentro do que delinea Dunker, aquele que gere o gozo e o sofrimento. Assim, aparece como aquele que administra o mal-estar, transformando o sintoma social em problema técnico ou em falha individual, promovendo, assim, a despolitização do sofrimento, sua medicalização e, por fim, sua condominialização — fatos que ficarão mais claros a partir do momento em que abordarmos a gestão da vida na necropolítica. Nesse sentido, Dunker reflete o Brasil como um grande condomínio, onde o conflito social é neutralizado, ignorado ou expulso sob a máscara da gestão eficiente. O resultado dessa gestão, que pode ser pensado como instrumentalização da racionalidade, é um mal-estar generalizado no qual o outro é visto como ameaça, ou como uma peça a ser usada para a manutenção do privilégio e do conforto daqueles que estão dentro dos muros do condomínio.

Podemos compreender que esses elementos são frutos de uma racionalidade que também atua na produção de espaços de exclusão, nos quais os sujeitos que não se ajustam à norma são deslocados, silenciados ou reclassificados a partir de critérios específicos, muitas vezes mediados por “diagnósticos”. Essa compreensão, como aponta Christian Dunker, está relacionada ao processo que Slavoj Žižek descreve como “capitalismo imaterial”, uma forma de organização marcada por um excesso de vida desmaterializada, na qual os sintomas e sofrimentos se deslocam da esfera política para a gestão.¹⁶⁶

Em analogia metafórica, ao interpretar a terminologia de Žižek, Dunker observa que o diagnóstico psicopatológico, que antes podia significar uma temível e, por vezes, irreversível inclusão jurídico-hospitalar ou exclusão moral-educativa, hoje ganha novos contornos. Passa a ser compreendido como um instrumento útil para a articulação de demandas e direitos, de modo que, em determinadas circunstâncias, ter um diagnóstico pode significar cruzar a tênue linha que separa a exclusão do acesso à cidadania. Assim, o diagnóstico se converte em chave de entrada para o cuidado, a proteção e a garantia de direitos, sejam eles hospitalares, jurídicos ou educacionais. Entretanto, nem todos os sujeitos são reconhecidos como passíveis de diagnóstico. Ser pobre, negro, analfabeto ou faminto não constitui, nesses termos, uma categoria clínica; ou seja, não ativa os

¹⁶⁶ Dunker, 2015, p. 42.

dispositivos de subjetivação que promovem a inclusão diferencial.¹⁶⁷ Isso revela uma seletividade nos modos de reconhecer e nomear o sofrimento, criando uma divisão entre os que podem ser “cuidados” e os que permanecem invisíveis.

Sob esse prisma, revela-se uma hierarquia, pois o diagnóstico, que pode funcionar como uma via de reconhecimento e inclusão, também opera como véu que escamoteia as opressões estruturais, convertendo a angústia provocada pela desigualdade social em um problema individual. Desse modo, o sofrimento coletivo é capturado pela gestão e despolitizado, tornando-se apenas um dado técnico a ser tratado por especialistas, dentro dos limites da racionalidade institucional. Nessa instância, como observa Dunker,

Como em toda patologia psíquica, o centro causal é a perda de experiência, aquilo que Freud chamava de trauma, enfatizando as dificuldades de lembrar e subjetivar a experiência, e que Lacan chamava de Real, enfatizando seu caráter repetitivo e refratário a nomeação. Essa experiência impossível, que não cessa de se repetir — sem se inscrever perfeitamente —, que retorna de modo traumático, trágico e falho, representa a figura conceitual da gênese do mal-estar (*Unbehagen*).¹⁶⁸

A partir dessa concepção de mal-estar como experiência traumática não simbolizada, podemos pensar que determinados traumas sociais — estruturais, históricos e coletivos — seguem retornando de forma repetitiva, falha e trágica na sociedade brasileira. Antes encobertos por discursos de cordialidade, harmonia racial e homogeneidade cultural, esses traços de sofrimento coletivo hoje são deslocados para o campo da gestão técnica, o que resulta no que poderíamos chamar de “medicalização dos sintomas”, como ações repressivas gerenciadas pelo Estado às parcelas mais pobres da sociedade, e na “privatização das dores sociais”. Em ambos os processos, não se veem as causas da “patologia” como efeitos de estruturas excludentes, sendo esses tratados como responsabilidade de cada indivíduo. Cria-se, assim, uma subjetivação adaptada à segregação, na qual aqueles que não performam adequadamente, que não correspondem às expectativas do mercado, da produtividade ou da meritocracia, são reclassificados como disfuncionais. Todos esses fatores dificultam o reconhecimento da dimensão traumática e coletiva da pobreza, ao mesmo tempo que bloqueiam a possibilidade de uma elaboração simbólica dos traumas sociais.

Dentro desse contexto, Christian Dunker, inspirado em Jessé Souza, apresenta a figura do “batalhador”, tipo social emergente no modelo neoliberal. Trata-se de um sujeito forjado sob a disposição da autossuperação, do esforço pessoal e do sacrifício

¹⁶⁷ Dunker, 2015, p. 42.

¹⁶⁸ Dunker, 2015, p. 42.

contínuo como caminhos legítimos para a ascensão social. Seu sofrimento, em vez de ser reconhecido como efeito de injustiças históricas e exclusões estruturais, é naturalizado e convertido em narrativas de sucesso, mesmo quando provoca adoecimento, exaustão emocional e instabilidade psíquica.¹⁶⁹ Essa gramática neoliberal, promete liberdade individual e mobilidade por mérito, mas, na prática, opera um movimento duplo: oculta os determinantes estruturais da desigualdade e atribui ao sujeito a responsabilidade integral por sua precariedade. Nesse sentido, o sofrimento coletivo, fruto de um longo percurso marcado por expropriações, racismo, desigualdade e violência nos mais diversos níveis, é individualizado, silenciado e administrado, sem jamais ser plenamente simbolizado.

Essa dinâmica não é inédita; ao contrário, ela é constantemente atualizada, inserindo-se em um processo mais amplo de continuidade histórica. O neoliberalismo, longe de representar uma ruptura com o colonialismo, apoia-se nas estruturas forjadas pela colonização para se consolidar, renovando e adaptando antigos mecanismos de dominação. É nesse ponto que a crítica de Aníbal Quijano se torna especialmente pertinente, visto que em sua compreensão o neoliberalismo opera como uma tecnologia da colonialidade do poder, moldada para atender às exigências do capitalismo contemporâneo. Nesse cenário de permanências e reconfigurações, o neoliberalismo emerge como uma expressão atualizada da repetição de nossos traumas históricos, aumentando desigualdades, precarizando vidas, deslegitimando saberes locais e intensificando a mercantilização da existência e dos territórios. Trata-se, portanto, de uma reformulação, que reforça e rearticula as engrenagens da colonização. Por essa razão, a colonialidade do poder segue como eixo estruturante das relações de dominação na era contemporânea, ainda que encoberta por discursos de modernização e democracia. Essa permanência histórica se expressa concretamente na divisão internacional do trabalho, na distribuição desigual do conhecimento, na violência gerida pelo Estado e na marginalização de corpos racializados.¹⁷⁰

Ainda que as obras em análise não explicitem diretamente tais articulações, em razão da imediaticidade com que frequentemente operam, elas trazem, em seu pano de fundo, elementos estruturais capazes de revelar esses matizes. Ao fazê-lo, constroem um testemunho que questiona a ideia da responsabilização individual pela pobreza,

¹⁶⁹ Dunker, 2015, p. 122.

¹⁷⁰ Quijano, 2014, *passim*.

convocando o leitor mais atento a reconhecer a dimensão histórica, estrutural e política da exclusão social. Sob essa ótica, episódios como a suspeição racial vivida por Murilo e seu amigo em *Via Ápia* ou o cotidiano de crianças trabalhando entre túmulos no Capão Redondo ilustram a persistência de um padrão de poder enraizado no período colonial. Essas cenas evidenciam a vigência da “colonialidade do poder” na organização social brasileira contemporânea, dialogando com as análises de Marilena Chauí, que examina as formas autoritárias de mando e obediência, e com a crítica de Renato Janine Ribeiro à naturalização da desumanização de corpos racializados. Elas também se articulam à noção de “condomínialização” da vida social descrita por Christian Dunker, e também em seus argumentos da não elaboração do trauma histórico e suas implicações com o capital.

Nesse contexto, torna-se evidente que a literatura atua como um instrumento crítico e analítico, que não apenas denuncia as violências e exclusões sistêmicas, mas também se configura como um suporte contra o apagamento da memória. Ao afirmar a legitimidade das experiências vividas, as obras analisadas contribuem para que possamos tentar elaborar os traumas fundamentais, evidenciando como as marcas do passado colonial seguem moldando as condições sociais, econômicas e culturais das populações marginalizadas. Assim, os conceitos de *testimonio* e *Zeugnis*, longe de configurarem categorias separadas isoladas por tradições literárias distintas, convergem de modo significativo, especialmente na produção literária brasileira contemporânea expressa por romances como os que aqui temos trabalhado. A partir dessa convergência, o teor testemunhal dessas obras se firma como um lugar de resistência e elaboração, capaz de articular memória, denúncia e reconstrução simbólica diante de traumas não elaborados e estruturas opressivas persistentes.

Da tragédia colonial à farsa neoliberal: a reatualização das estruturas de dominação no presente

Embora tenhamos apresentado diversos argumentos que sustentam as elaborações acerca do testemunho literário e suas *nuances* ante a colonialidade, bem como os processos contemporâneos que reafirmam as estruturas colonizadoras no que diz respeito ao retorno na perspectiva do “real”, ainda persiste uma lacuna a ser preenchida. Essa brecha diz respeito à maneira pela qual esses processos históricos, oriundos do passado,

não apenas sobrevivem no presente, mas se reformulam e se manifestam de novas maneiras.

Ainda que tais fenômenos possam ser compreendidos a partir do conceito de colonialidade formulado por Aníbal Quijano, bem como das ideias sobre a dimensão traumática da formação nacional propostas por Renato Janine Ribeiro, das estruturas de hierarquização social analisadas por Marilena Chauí e pelas exposições de Christian Dunker, sua reconfiguração no presente exige um olhar mais atento às dinâmicas da “repetição” e do “retorno”. Nesse contexto, as contribuições de Márcio Seligmann-Silva, ao explorar as articulações entre testemunho literário, trauma e memória, oferecem importantes caminhos para compreender a recorrência de determinados acontecimentos históricos marcados pela violência. No entanto, tais abordagens se revelam insuficientes quando se trata de apreender a dimensão estrutural da repetição — uma repetição que não se limita à esfera da rememoração subjetiva na ordem do “real”, tal como formulada pela psicanálise lacaniana, mas se constrói materialmente no plano do real objetivo. Para alcançar essa camada mais densa, torna-se necessário recorrer a uma elaboração conceitual mais radical, como a que propõe Slavoj Žižek ao articular a escrita marxiana com a noção lacaniana de “real”. É nesse cruzamento que Žižek, ainda que de modo sintético, oferece uma chave interpretativa potente ao discutir o retorno do “real” e da “repetição” como fundamentos da persistência de determinados impasses históricos.

Em *Primeiro como tragédia, depois como farsa*, Žižek resgata a máxima de Karl Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* — “a história se repete, primeiro como tragédia, depois como farsa” — para analisar como eventos históricos, figuras políticas e crises sociais ressurgem no presente, porém de maneira degradada. Nessa chave, a repetição não se dá de forma idêntica, mas como um simulacro esvaziado de seu conteúdo original, revelando tanto a persistência das estruturas dominantes quanto a vacuidade e a incoerência das tentativas de reproduzir o passado. Dessa forma, ao lançarmos mão da concepção do filósofo eslavo, é possível ir mais a fundo na análise sobre como as heranças coloniais se transformam sob a dinâmica do capitalismo contemporâneo, mascaradas por discursos de modernização, progresso ou inclusão, que, no fundo, operam como novas formas de manutenção das desigualdades. O neoliberalismo, por exemplo, longe de romper com a colonialidade, recicla suas premissas em uma nova roupagem, na qual a exploração e a exclusão social são justificadas por mitos como a meritocracia e a autossuficiência individual. Assim, a “repetição” do passado sob a forma de farsa reafirma

o trauma histórico e, ao mesmo tempo, evidencia o esvaziamento dos discursos neoliberais que dizem pretender superar sem, de fato, alterar suas bases estruturais.

Nesse sentido, ao refletirmos sobre a “repetição” num contexto em que a tragédia se vincula ao trauma e a farsa à recirculação do “real” do trauma, percebemos que a estrutura social brasileira, dentro do que brevemente analisamos pelos romances — sobretudo o que está oculto no pano de fundo dessas obras —, opera sob um escopo similar. A violência estrutural herdada do colonialismo reaparece de forma degradada no contemporâneo, ressignificada pela forma atual do desenvolvimento das políticas do capital. A exploração e a exclusão social persistem de forma contínua e são constantemente reconfiguradas para se adequarem às novas dinâmicas do mercado. Nos romances de Ferréz e Geovani Martins, essa repetição se manifesta na vida dos personagens, cujas trajetórias revelam que, por trás da promessa de progresso e inclusão, o círculo vicioso do passado retorna remodelado em outras formas: desemprego, informalidade, negação das garantias de direitos fundamentais, moradias precárias, falta de saneamento. Essa dinâmica pode ser melhor examinada a partir da leitura de Žižek, que oferece ferramentas teóricas para compreender como a repetição da tragédia sob forma de farsa opera nos processos sociais. Como argumenta:

Hoje, a ideologia dominante pretende nos fazer aceitar a “impossibilidade” da mudança radical, da abolição do capitalismo, da democracia não restrita ao jogo parlamentar etc., para tornar invisível o impossível/real do antagonismo que transcende as sociedades capitalistas. Esse real é impossível no sentido de que é o impossível da ordem social existente, ou seja, seu antagonismo constitutivo — que, entretanto, de modo algum implica que não se possa tratar diretamente com esse real/impossível e transformá-lo radicalmente num ato “maluco”, que muda as coordenadas “transcendentais” básicas de um campo social. É por isso que, como explica Župančič, a fórmula de Lacan de superação de uma impossibilidade ideológica não é “tudo é possível”, e sim “o impossível acontece”. O real/impossível lacaniano não é uma limitação *a priori* que deveria ser levada em conta de modo realista, mas o domínio do ato, de intervenções que podem mudar suas coordenadas: o ato é mais que uma intervenção no domínio do possível; o ato muda as próprias coordenadas do que é possível e, portanto, cria retroativamente suas próprias condições de possibilidade. É por isso que o comunismo também diz respeito ao Real: agir como comunista significa intervir no real do antagonismo básico que subjaz ao capitalismo global de hoje.¹⁷¹

No trecho, Žižek mobiliza o conceito lacaniano de “real” para criticar a ideologia dominante, que naturaliza a impossibilidade da transformação radical da sociedade. Segundo ele, o capitalismo se sustenta tanto por suas bases econômicas quanto por um discurso que induz à crença de que sua superação é impensável.

¹⁷¹ Žižek, 2011, p. 13.

Essa crítica de Žižek dialoga diretamente com a concepção lacaniana de “real”, conceito que ele mobiliza para pensar os limites da ideologia. Para Lacan, o “real” é aquilo que escapa à simbolização e que, apesar de ser impossível de integrar completamente à estrutura social, insiste e se manifesta em seus pontos de ruptura, onde se pode encontrar a brecha para a superação. No contexto do argumento de Žižek, o antagonismo constitutivo do capitalismo — a luta de classes, as contradições do sistema — representa esse “real”. Em Žižek, o “real” lacaniano é tanto o obstáculo — o antagonismo que o sistema tampa — quanto a brecha para sua superação. A tarefa política, então, não é “resolver” o “real”, isso seria impossível, mas atravessá-lo por meio de atos que reescrevam as regras do jogo. Žižek propõe que a emancipação radical exige coragem de agir no “real”, desafiando a lógica que nos diz “isso não pode ser feito”.

Žižek argumenta que essa impossibilidade não é um limite absoluto. Pelo contrário, é justamente ao intervir nesse ponto de impossibilidade que se pode transformar radicalmente as coordenadas do possível. Esse é o sentido do “ato” em Lacan: não se trata apenas de uma ação dentro do que já é possível, mas de um gesto que redefine o próprio campo do possível. Como o pensador irá abordar a partir do que sintetiza Alenka Župančič, não se trata de afirmar que “tudo é possível”, mas sim de reconhecer que “o impossível acontece”; ou seja, que aquilo que parecia impensável pode emergir como uma nova condição. Assim, ao afirmar que o comunismo diz respeito ao “real” — ou, como o filósofo escreve, Real —, Žižek sugere que a luta comunista não é apenas uma disputa política dentro dos limites do sistema, e sim uma intervenção que visa transformar o próprio horizonte do possível, rompendo com a ordenação que sustenta o capitalismo global. Esse ato revolucionário, longe de corresponder à imagem de uma utopia ingênua difundida pela ideologia dominante, representa a materialização de um impossível que insiste no cerne da própria conjuntura capitalista.

A partir desse ponto de vista radical sobre a transformação do “real”, torna-se possível recolocar em cena as questões estruturais que atravessam a sociedade brasileira, sobretudo no que se refere às relações de classe marcadas por uma racialização historicamente constituída pelos legados do colonialismo e da escravidão, cujas dinâmicas encontram atualizações no presente. Se, como propõe Slavoj Žižek, o impossível pode irromper no campo do possível e reconfigurar a realidade, é justamente nessa fissura que se abre o horizonte para pensar intervenções capazes de desestabilizar os mecanismos históricos de exclusão que ainda estruturam a vida social no Brasil. Importa destacar, contudo, que essa formulação não se dirige a propor ou identificar, neste

trabalho, ações ou caminhos concretos, tampouco atribuímos às obras em análise tal pretensão. O objetivo aqui é, antes, situar a concepção de Žižek sobre o atravessamento do “real”, como fundamento teórico que orienta nossa leitura dos romances em análise. Com isso, buscamos destacar certos aspectos que conformam esse “real” estruturante, reconhecendo, contudo, que nenhuma obra — seja as aqui examinadas ou outras situadas em contextos temporais ou geográficos similares ou distintos — é capaz de apreendê-lo em sua totalidade, dada a complexidade que o atravessa.

Assim, para avançar na compreensão das formas específicas que esse “real” assume no contexto brasileiro, é preciso convocar interpretações capazes de evidenciar suas articulações estruturais, ainda que brevemente, com a formação social do país — especialmente no que diz respeito à interseção entre raça e classe. Trata-se de reconhecer que o “real”, tal como proposto por Žižek a partir de Lacan, não é uma instância puramente subjetiva ou simbólica, mas uma estrutura que insiste e ressurgue nas brechas do discurso, materializando-se nas formas históricas de dominação. No Brasil, essa materialização se revela com particular intensidade na permanência de um imaginário colonial que, por exemplo, sustenta a racialização da classe trabalhadora, conservando desigualdades que remontam à escravidão e que seguem operando sob novas formas na contemporaneidade. É nesse cruzamento entre o plano estrutural e as expressões históricas concretas que se torna possível compreender como o “real” retorna, não como passado superado, mas como elemento constitutivo das relações sociais presentes.

É nesse horizonte que os escritos de Florestan Fernandes, em *A inserção do negro na sociedade de classes*, ganham força analítica, ao evidenciarem como a questão racial estrutura a configuração das classes sociais no país. Fernandes demonstra que a escravidão segue operando como um alicerce fundamental da ordem social, sustentando a marginalização da população negra e restringindo seu acesso à cidadania plena, ao trabalho digno e à mobilidade social. Como ele mesmo aponta, “a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente se combinam entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade competitiva, aberta e democrática”.¹⁷²

Ao iluminar como a escravidão estruturou as desigualdades raciais e foi um dos principais fenômenos que contribuiu para a articulação desigual das classes no Brasil, Florestan Fernandes nos permite compreender que a permanência de tais disparidades se

¹⁷² Fernandes, 2008, v. 1, p. 270.

expressa como um cenário continuamente atualizado, enraizado em processos históricos que seguem operando nas dinâmicas sociais. Essa atualização se expressa de maneira concreta naquilo que pode ser identificado como uma “pobreza racializada” — produto direto de um sistema que historicamente empurrou os descendentes de escravizados para posições subalternas no mercado de trabalho, limitando drasticamente suas possibilidades de ascensão social. Embora Florestan Fernandes não empregue diretamente o termo, os elementos presentes em sua obra — especialmente no capítulo “Pauperização e anomia social” — permitem inferir a noção de uma pobreza estrutural racializada por meio de seu aporte teórico. A partir de uma análise crítica da formação social brasileira, Fernandes demonstra como a inserção subordinada da população negra no processo de transição ao capitalismo no pós-abolição consolidou mecanismos persistentes de exclusão socioeconômica. Sua abordagem evidencia que a desigualdade não é fruto apenas de contingências históricas ou falhas de políticas públicas, mas de uma estrutura intensamente enraizada na conjuntura racial que organiza o tecido social brasileiro. Assim, mesmo sem a nomear com precisão, a ideia de uma pobreza atravessada pelo racismo estrutural se delineia em seu pensamento sociológico, revelando a permanência das hierarquias raciais na dinâmica de reprodução da miséria no país.

Ainda que o Brasil não tenha instituído legislações segregacionistas formais, a exclusão se inscreve no cotidiano por meio das desigualdades nas oportunidades educacionais, na precarização do trabalho e na sub-representação política e institucional, como algo bem natural e definido. Esse cenário se intensifica nos dias atuais, com índices significativamente mais altos de evasão escolar, desemprego, informalidade e subemprego entre a população negra, evidenciando que os mecanismos excludentes não apenas persistem, mas seguem reproduzindo o passado sob novas formas.

Dados recentes são essenciais para evidenciar a continuidade de nossa tragédia histórica, revelando a permanência e a atualização dos mecanismos de opressão descritos por Fernandes. A pobreza racializada, nesse contexto, constitui uma reencenação estrutural da violência que marcou a fundação do Brasil moderno. Essa dinâmica se manifesta nas periferias, onde a segregação social e racial se entrelaça de forma sistemática. De acordo com o Censo do IBGE de 2022, 72,9% dos moradores dessas regiões se autodeclararam negros, reforçando a marginalização urbana dessas pessoas. A estrutura racializada da desigualdade econômica também evidencia essa continuidade histórica. Em 2023, 75% da população mais pobre do país era composta por pessoas negras, enquanto 70% da população mais rica era branca, demonstrando a persistência da

concentração racial da riqueza. Outro dado mais recente, do segundo trimestre de 2024, aponta que os negros representavam 56,7% da população brasileira, presença majoritária que segue condicionada pelas engrenagens da vulnerabilidade social.¹⁷³ Esses dados confirmam a atualidade das dinâmicas apontadas por Fernandes. Embora as formas pelas quais a pobreza se manifesta tenham se transformado com o tempo e com as adaptações do sistema econômico, a persistência das estruturas excludentes revela o quanto elas seguem sendo funcionais ao próprio modo de reprodução do capital.

Como será melhor dimensionado no próximo capítulo, a partir da análise de determinados personagens dos romances, o desemprego e o subemprego aparecem como desdobramentos centrais da questão em debate. Tais expressões revelam o “real” da relação entre raça e classe, configurando uma intersecção que o sistema capitalista administra e adapta conforme suas próprias exigências. Nessa dimensão, o racismo se afirma como uma estrutura em constante atualização, que recorre a novas estratégias para manter hierarquias historicamente enraizadas na colonialidade.

Ao vincularmos o panorama proposto por Žižek ao nosso objeto de estudo, percebemos que a favela e a articulação entre raça e classe constituem o “real” traumático que o capitalismo brasileiro tenta encobrir por meio de narrativas ideológicas que naturalizam a exploração histórica. A ideologia dominante opera, assim, para mascarar o “real” do racismo estrutural, substituindo-o por construções fictícias que ressignificam o real concreto. Dentre elas, destaca-se o discurso meritocrático, que propaga a ideia de que o sucesso depende apenas do esforço individual, desconsiderando que o acesso a oportunidades é, em grande medida, marcado por critérios sociais, econômicos e também raciais.

Para concluir, diante do que foi discutido e com o objetivo de evitar interpretações equivocadas, é fundamental destacar o proposto por Franciele Martins Batista em seu texto “Brasil: a periferia no sistema capitalista”. Nessa obra, a autora ressalta que as

¹⁷³ Como apontado em matéria do *Uol* (disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm?cmpid=copiaecola>), ou em estatísticas como as apresentadas pelo IBGE que mostram, como já deflagra o título da *Agência de Notícias* IBGE: “Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento” (Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>), fica evidente a lógica colonial que se atualiza dentro da ordem capitalista atual. Percepção que se alarga com relação aos dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do IBGE, que revela que o Brasil é um país formado majoritariamente por pessoas negras (Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>). Todas as informações acessadas em 16 mar. 2025.

transformações históricas vivenciadas pelo Brasil não devem ser compreendidas como simples repetições do passado, uma vez que o país passou por diversas mudanças ao longo do tempo. No entanto, tais transformações não implicaram, necessariamente, uma ruptura com as bases do período colonial. Ao contrário, o que muitas vezes se apresenta como novo ou avanço encobre a continuidade das estruturas coloniais que moldaram a sociabilidade brasileira. Muitas das particularidades originadas naquele contexto foram sendo reatualizadas e reorganizadas em diferentes bases ao longo da história, preservando traços desse passado. Dessa forma, mesmo com a consolidação de um Estado formalmente autônomo e a implantação de relações capitalistas, as dinâmicas sociais seguem atravessadas por permanências históricas que revelam a persistência das estruturas coloniais, agora ressignificadas no interior da modernidade brasileira.¹⁷⁴

Essa persistência de estruturas coloniais também pode ser observada nas dinâmicas atuais do mercado de trabalho, especialmente nas formas de informalidade e subemprego. Nesse contexto, o trabalho irá refletir processos de exclusão e precarização, como forma de legitimar um modelo econômico que se sustenta na informalidade e na ausência de garantias trabalhistas. Tal cenário reforça a tese de que, sob a aparência de modernização e avanço, operam-se apenas novas formas de reprodução das antigas estruturas de dominação. Assim, no contexto que discutimos, a fórmula “primeiro como tragédia, depois como farsa” evidencia, de um lado, as contradições históricas originadas pelo colonialismo, pela escravidão; de outro, a farsa resultante da repetição distorcida desses eventos, que retornam sob novas formas, como mutações que mantêm as hierarquias intactas.

Essas permanências históricas, ressignificadas sob novas formas, como vimos, atravessam as obras que aqui abordamos. Embora apresentem certas fragilidades em suas construções narrativas e dentro das matizações estéticas tradicionais, as obras de Ferréz e Geovani Martins, centradas predominantemente na descrição da superfície da vida social e no imediato das experiências cotidianas, ainda permitem, em suas entrelinhas, entrever processos históricos e estruturais que atravessam a conjuntura brasileira. Mesmo que não mobilizem a noção de totalidade — compartilhando, assim, de um traço recorrente da literatura contemporânea, marcada pelas dificuldades de operar com tal elemento —, essas narrativas evidenciam, ainda que de forma indireta que a modernização econômica do país não representou uma ruptura com as estruturas herdadas

¹⁷⁴ Batista, 2017, p. 6.

do passado colonial. Por essa razão, como aqui expomos, nos permitem reconhecer a persistência de formas de exclusão, hierarquização e violência social que se originam nas dinâmicas coloniais-escravistas e seguem estruturando as experiências periféricas no presente. Se antes essas hierarquias se impunham pela exploração forçada e, posteriormente, por um capitalismo embrionário, hoje são reorganizadas pelas dinâmicas do neoliberalismo, que não apenas conserva essas desigualdades, mas as intensifica. A reconfiguração das desigualdades no contexto neoliberal encontra ressonância nas narrativas literárias produzidas nas periferias, como evidenciam as obras ambientadas no Capão Redondo e na Rocinha. Através das trajetórias dos personagens, essas narrativas tornam visíveis as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, a naturalização do trabalho informal e a militarização dos territórios periféricos. As experiências cotidianas retratadas nos textos revelam um processo de marginalização estrutural, atualizado por mecanismos contemporâneos que reafirmam desigualdades históricas. Dessa forma, a violência e a exclusão social presentes nas obras analisadas aparecem como manifestações de um passado colonial que continua operando sob novas formas.

CAPÍTULO 4

O TRABALHO COMO MARCA DA EXCLUSÃO

O trabalho como eixo narrativo nas periferias

Nas obras *Capão pecado* e *Via Ápia*, a atividade trabalho emerge como elemento estruturante para a compreensão das dinâmicas sociais nas periferias, transcendendo sua função utilitária de subsistência para se revelar como um dispositivo que simultaneamente promete ascensão social e reproduz desigualdades históricas, atualizadas dentro do prospecto econômico da sociedade contemporânea. Ao abordarem algumas camadas do cotidiano de jovens moradores de favelas e periferias, os romances evidenciam as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos e demonstram como o trabalho funciona como mecanismo de reprodução e manutenção das condições históricas de opressão. Inserido na lógica capitalista de produção, o trabalho por si só já opera como dispositivo de controle e sujeição, vinculado a dinâmicas de exploração. No contexto desses jovens, o exercício laboral, além de trazer tais elementos, tende a se configurar como prática atravessada por condições precárias, esforço físico extremo, salários muito baixos, informalidade e restrição de expectativas.

Assim, em um primeiro plano, ambas as narrativas expõem as formatações do mercado de trabalho para os periféricos, marcado pela exploração e pela negação sistemática de direitos. Os personagens, frequentemente vítimas de injustiças trabalhistas, enfrentam a desumanização decorrente do subemprego e também a imposição de necessidade de obter ganhos imediatos, o que impede qualquer chance de ascensão. A rotina dos subempregos, seja em linhas de produção, serviços informais ou biscates, é recorrente. Nesse cenário, o trabalho formal, embora idealizado como seguro e garantidor de melhores condições, como vislumbram Rael e Washington — *Capão pecado* e *Via Ápia*, respectivamente —, frequentemente falha em romper com a insegurança financeira, reforçando a noção de que a vulnerabilidade socioeconômica é produto de um projeto nacional estratificado.

No caso de Rael, a necessidade imediata o leva a trabalhar em uma padaria ainda criança, posteriormente, o desejo de melhores condições o leva a buscar uma oportunidade de emprego que lhe proporcione um futuro melhor:

Rael estava crescendo. A necessidade de roupas e de um material melhor para a escola o fez trabalhar numa padaria. Nos fins de semana, ele ia ao curso de datilografia no mutirão cultural.¹⁷⁵

South, antes de se despedir de Rael, o avisou que iria fazer ficha em uma metalúrgica ali perto e perguntou se o amigo gostaria de ir. Rael disse que sim, pois a padaria não lhe daria futuro nenhum, e pediu que South fosse à padaria depois das duas da tarde, que é o horário que a turma da manhã sai.¹⁷⁶

Os trechos acima evidenciam dois momentos distintos no processo de desenvolvimento de Rael. Inicialmente, observa-se que, à medida que envelhece, o personagem passa a compreender melhor as condições econômicas que o cercam. Diante das dificuldades dos pais em suprir suas necessidades básicas, ele se vê compelido a ingressar em atividades informais como forma de garantir recursos essenciais, como roupas e material escolar. Paralelamente, Rael demonstra uma consciência voltada para o aprimoramento pessoal ao buscar qualificações, evidenciado por sua participação em um curso de datilografia durante os fins de semana, oferecido por uma instituição de caráter social. Esse confronto entre a necessidade imediata de subsistência e o investimento em educação configura uma estratégia de enfrentamento das limitações socioeconômicas.

No segundo processo, quando confrontado com a possibilidade de melhores oportunidades, Rael compreende a necessidade de tentar um futuro promissor e se respaldar por meio de uma profissão definida. Assim, ao ser informado sobre uma vaga na metalúrgica, decide abandonar o emprego na padaria, onde a remuneração limitada e a falta de formalização da experiência não contribuíam para seu progresso profissional. Ainda que a função na linha de produção exija intensos esforços físicos, ofereça pouca valorização e remunere aquém do ideal, o emprego com possibilidades de crescimento e um melhor retorno financeiro representa uma vantagem significativa. Dessa forma, a dedicação e o contínuo empenho de Rael na nova função evidenciam que, para jovens em situações similares, mesmo empregos com exposição a agentes nocivos, com jornadas extenuantes, não tão bem remunerados, ou, ainda, altamente exploratórios, configuram-se como uma chance para se ter um pouco mais. O emprego formal nesses níveis, para trabalhadores como Rael, se mostra como um instrumento para evitar a informalidade e impedir que se torne refém de alternativas que envolvam a criminalidade.

A trajetória de Washington, por sua vez, reflete dinâmicas análogas às vivenciadas por Rael, evidenciando o anseio dos jovens periféricos por se inserirem no mercado de trabalho. Embora essa estratégia não assegure em absoluto a ascensão social, ela se

¹⁷⁵ Ferréz, 2016, p. 47-48.

¹⁷⁶ Ferréz, 2016, p. 47-48.

configura como um caminho que pode oferecer uma estabilidade significativa, graças à seguridade social decorrente do vínculo empregatício formal, conceito destacado pelo narrador de *Via Ápia* ao relatar os pensamentos de Washington em relação ao seu trabalho:

Mesmo depois de três anos como funcionário da casa de festas, Washington ainda não se acostumou com aquela gente; aguenta só porque sabe que sem dinheiro no bolso não é porra nenhuma. Era pra ser um bagulho rápido, só pra garantir um qualquer enquanto ele não passava da idade obrigatória de alistamento militar. Isso já faz três anos. O que faltava então pra correr atrás de um trabalho responsa? Carteira assinada, RioCard, Sodexo.¹⁷⁷

Washington ficava puto com essa mania da mãe de sempre comparar os dois irmãos. Na cabeça dela, parecia que eles deviam ficar competindo pra ver quem era o melhor filho, quem ajudava mais dentro de casa, quem botava mais dinheiro.

— Qual foi, dona Marli, chega assim tonteando não, pelo amor de Deus. Já tava começando adiantar as paradas quando a senhora chegou.

— E mais cedo fez o quê? Levou os currículos lá que te falei? Aquela conversa fazia Washington até sentir algum arrependimento de ter saído do trabalho. Tava ligado que a mãe ia tontear com o assunto até que ele arrumasse outro emprego. O que ele devia ter feito, e só agora consegue reconhecer, era ter procurado outra parada enquanto ainda fazia um dinheiro na casa de festas. Depois saía de lá com alguma garantia.¹⁷⁸

Atuando eventualmente como garçom em uma casa de festas, Washington encara o trabalho como algo temporário, pois necessita garantir renda imediata. Essa visão sobre o trabalho aponta para a condição de muitos indivíduos em contextos laborais irregulares, nos quais a subsistência imediata se sobrepõe às aspirações de longo prazo. Percebe-se que entre os objetivos centrais de Washington está a obtenção de um emprego regular, com carteira assinada, RioCard e benefícios como o Sodexo. Tais elementos demonstram, em sua percepção, a necessidade de conseguir um trabalho que proporcione certa melhoria financeira, que garanta uma alimentação melhor, acesso a direitos trabalhistas e proteções sociais, condições que se fazem fundamentais em contextos marcados por desigualdades sociais e econômicas.

No segundo excerto, quando é relatado o pensamento de Washington sobre sair de seu emprego anterior, o narrador intensifica a ideia de que não há para onde correr quando se fica sem fonte de renda, já que a preocupação com a segurança financeira imediata gera arrependimento ao personagem por não ter buscado outras alternativas de emprego antes de se demitir da casa de festas. Esse sentimento evidencia a vulnerabilidade inerente a ocupações informais, nas quais a ausência de vínculos formais

¹⁷⁷ Martins, 2022, p. 12.

¹⁷⁸ Martins, 2022, p. 43.

amplia os riscos de descontinuidade de renda. Essa preocupação é sanada quando Washington consegue emprego em um restaurante em São Conrado:

Na hora que viu os concorrentes, agradeceu a Deus por dona Marli ser tão neurótica. Tava tão confiante que ia descer o morro de camisa e bermuda cargo. A mãe não deixou passar batido, chamou logo no esporro. Agora tá ali, de calça jeans e camisa polo. Passou um perrengue pra descer o morro com a roupa, tomando moca do sol, que logo de manhã já desceu castigando, mas valeu a pena: agora ele olha pros outros moleques e não se sente pior do que ninguém. — Quero trabalhar aqui porque sei que é uma grande oportunidade. Tem um tempo já estudo sobre os drinques, vi até um curso de barman pra fazer. Sempre tive jeito com bebida, então resolvi investir nisso... Começar aqui, mesmo que seja na louça, já é uma oportunidade pra entender como funciona tudo, um restaurante assim, importante, a experiência com certeza vai me ajudar alcançar os meus objetivos.

Na real, Washington nunca pensou em fazer curso de barman, também nunca mandou bem na caipirinha, único drink de seu repertório, mas o papo pareceu impressionar o gerente. Washington tinha esse talento; mandar muito sério qualquer caô.¹⁷⁹

Ao conquistar um novo emprego como lavador de pratos, Washington experimenta uma mudança significativa em sua condição. A formalização do contrato, representada pela carteira assinada, é recebida com satisfação, destacando-se como um marco em sua trajetória. Esse aspecto irá ressaltar o valor da formalização para trabalhadores em contextos de precariedade, já que ela assegura não apenas benefícios tangíveis, mas também uma sensação de pertencimento ao mercado.

Para conseguir o emprego Washington demonstra que é necessário “mandar muito sério qualquer caô”¹⁸⁰ como forma de articular discursos persuasivos para conseguir o trabalho. Demonstrar aptidão e interesse por uma função para a qual não se está sendo oficialmente contratado pode facilitar uma futura transição para o cargo de *barman* — uma posição que exige constante interação com clientes e colegas. Nesse processo, percebe-se a necessidade de o personagem desenvolver uma dupla consciência no uso da linguagem. A forma como se expressa durante a entrevista se torna uma estratégia para suavizar o preconceito relacionado à sua origem social, uma vez que seu modo cotidiano de falar está à margem da linguagem socialmente legitimada. O ambiente da pista se revela, frequentemente, um espaço hostil, regido por um contrato tácito de exclusão e marginalização daqueles que não dominam os códigos de conduta considerados adequados. Nesse contexto, o uso de uma linguagem marcada pela informalidade, por gírias e pelos ritmos das favelas e periferias — ainda que em territórios distintos — constitui um recurso estilístico planejado tanto na obra de Martins quanto na de Ferréz.

¹⁷⁹ Martins, 2022, p. 79-80.

¹⁸⁰ Martins, 2022, p. 79-80.

Sobre isso, cabe, ainda, um breve parêntese para ressaltar alguns elementos da configuração narrativa e estilística das obras. No romance de Martins, o narrador em terceira pessoa se aproxima dos personagens, tanto em termos de linguagem quanto de consciência. Já na narrativa de Ferréz, o narrador, ainda que se aproxime, se posiciona muitas vezes como mediador ao adotar uma linguagem distinta da dos personagens, desempenhando, assim, um papel crítico mais evidente, especialmente quando interage com Rael. Essa diferença revela dois posicionamentos distintos entre os romances. Enquanto os personagens de Martins, e, por consequência, seu narrador, tendem a assumir uma postura mais passiva, alienada e conformista diante da vida, em Ferréz tanto o narrador quanto Rael encarnam uma consciência crítica mais aguçada. Ainda que os autores avancem em reflexões estruturais sobre as raízes dos problemas sociais retratados, essas considerações, por vezes, carecem de maior desenvolvimento para alcançarem maior impacto. Ainda assim, ambos refletem de modo significativo sob o ponto de vista narrativo algumas das visões críticas sobre a realidade representada.

No ambiente do restaurante, Washington irá se empenhar rigorosamente no cumprimento de suas tarefas e na conquista da simpatia de seus superiores — fato que até vira motivo de piada entre seu irmão e amigos. A atitude revela sua disposição para o trabalho, mas, sobretudo, uma consciência das dinâmicas hierárquicas que estruturam o espaço. Seu comportamento evidencia uma estratégia de adaptação e sobrevivência diante de um sistema que impõe limites claros de classe e origem social, exigindo, para qualquer possibilidade de ascensão, a internalização de valores, gestos e discursos que muitas vezes negam sua própria identidade. A postura do personagem mostra uma forma de “racionalidade social” que se manifesta inconscientemente e é construída a partir da necessidade: Washington entende que, para ser aceito e, eventualmente, alcançar uma posição melhor — como a de *barman*, por exemplo —, será preciso corresponder às expectativas de um universo que o observa com suspeita. Essa dinâmica revela a complexidade da submissão voluntária como mecanismo de inserção, uma vez que o personagem se molda a uma postura profissional e comportamental que carrega, ao mesmo tempo, promessas de reconhecimento e anulação da sua subjetividade e personalidade. Essa adequação, portanto, coloca em evidência a existência de um contrato tácito de renúncias, em que a ascensão profissional não depende apenas de competência técnica, mas também da capacidade de representar um ideal de conduta esperado pelos detentores do poder naquele espaço. Trata-se de um cenário em que o “mérito” está atravessado por filtros de classe, raça e linguagem, exigindo do personagem uma

performance constante de autocontrole e de tradução de si mesmo para os códigos aceitos pela norma social dominante.

Ao realizarmos uma análise comparativa entre as trajetórias de Rael e Washington, constatamos uma significativa convergência de elementos em suas histórias. Ambos os protagonistas compartilham o anseio por um emprego formal, simbolizado pelo trabalho com carteira assinada, e a aspiração de proporcionar dignidade às suas mães, marcando a busca por melhorias na qualidade de vida.

O dono da metalúrgica, seu Oscar, veio entrevistá-lo. Leu a ficha rapidamente e foi logo falando que só havia uma vaga na área de produção, que ele precisava de um ajudante de produção, que era um trabalho muito simples: fornecer as peças e pendurá-las com arames. Rael disse que estava a fim de trabalhar e que qualquer coisa seria de grande ajuda. Seu Oscar pensou um pouco e disse que o novo funcionário poderia começar no dia seguinte. Rael ficou muito contente, deixou escapar um grande sorriso e disse que na manhã seguinte estaria ali. Despediram-se, e Rael correu para casa para contar a novidade a sua mãe, pois agora poderia ajudar mais em casa, já que o salário era maior do que o da padaria. Na pressa, nem se despediu de Paula, mas durante o restante daquele dia não pensou em mais ninguém [...].

[...] teve que parar de sonhar um pouco, pois tinha que concluir uma árdua tarefa. Já era tarde da noite e foi para a padaria, mandou chamar o Marcão e explicou que havia conseguido um emprego melhor, com o qual poderia dar mais dignidade para a sua família.¹⁸¹

Washington vai bem no serviço: não se atrasou nem um dia, conquistou rápido a simpatia dos colegas e superiores, se esforça pra cumprir a função. A carteira assinada parece agora só uma questão de tempo. Já Wesley, depois que entrou pra equipe de animação, passou a ajudar cada vez mais dentro de casa, ainda conseguiu salvar uma grana pra entrar na autoescola.

Enquanto faz o seu prato na mesa da cozinha, Washington percebe o sorriso de satisfação de sua mãe. Aquela mulher que se virou pra criar sozinha os dois filhos, que muitas vezes precisou trabalhar dez, onze, doze horas por dia, pra não sobrar muito mais do que o dinheiro pra comida e pro aluguel. E que, no meio de toda essa correria, ainda encontrava tempo pra botar aquele terror de que, se virasse bandido, não ia visitar ninguém na cadeia, muito menos chorar em velório. Pra dizer todo santo dia, desde antes mesmo deles conseguirem ejacular com suas punhetas, que não ia criar filho de ninguém. Mas ela conseguiu. Washington termina de colocar a comida no prato e tem vontade de agradecer a dona Marli por tudo que ela fez, por todo o sufoco, todo o esporto, todo o carinho, mas logo enche a boca de comida e não fala nada.¹⁸²

A análise comparativa das duas narrativas revela uma convergência temática na representação dos desafios e anseios dos jovens que buscam algum tipo de ascensão social em contextos periféricos. Em ambos os trechos, os protagonistas veem na obtenção de um emprego formal não apenas uma fonte de renda, mas também uma oportunidade de conquistarem a dignidade, bem como estruturarem suas vidas, proporcionando melhores condições para si e para suas famílias. No trecho de *Capão pecado*, enfatiza-se o entusiasmo e a esperança que emergem com a possibilidade de um emprego, que, embora

¹⁸¹ Ferréz, 2016, p. 49-50.

¹⁸² Martins, 2022, p. 114-115.

modesto, oferece um salário superior ao anterior e, conseqüentemente, a chance de melhorar a condição familiar. A busca por estabilidade está associada à responsabilidade de contribuir para o sustento da família. Por sua vez, o trecho de *Via Ápia* apresenta Washington como um personagem que começa a vislumbrar a consolidação de uma carreira formal e dentro dela assumir uma profissão, seja como *barman*, como mostrado pelos trechos anteriores, ou como garçom formalmente registrado, cargo que ambiciona após se efetivar como funcionário do restaurante. Sua trajetória é permeada por uma forte carga afetiva, evidenciada na percepção do sorriso satisfeito de sua mãe — o trecho fala de Wesley também trabalhando, o que reforça a alegria de Dona Marli —, que ao ver o filho empregado idealiza o êxito, tanto pela entrada no mercado formal quanto pelo impacto direto que isso pode ter na melhoria da qualidade de vida, ainda que tudo seja uma ilusão.

Todavia, a inserção de Rael e Washington no mercado de trabalho evidencia uma contradição: a busca por melhores condições socioeconômicas coexiste com a manutenção de dinâmicas de reprodução das desigualdades. Embora o trabalho seja encarado como estratégia de mitigação da precariedade, sua função como mecanismo de transformação pessoal ou ascensão social é limitada, uma vez que a informalidade e a instabilidade inerentes às ocupações que desempenham restringem a mobilidade. Da mesma maneira, a obtenção de um emprego formalizado, com benefícios como carteira assinada e auxílios, também não elimina a condição subalterna do trabalhador em setores marcados por grande exploração, baixa remuneração e alta rotatividade, limitando também o acesso à mobilidade.

Nesse contexto, a busca por dignidade e progresso ocorre dentro de um sistema que naturaliza a exploração e reforça a verticalização hierárquica das relações de trabalho. A ascensão dentro desse sistema, quando ocorre, é frequentemente marcada por deslocamentos que, apesar de proporcionarem pequenas melhorias salariais ou condições ligeiramente mais favoráveis, não rompem com a estrutura da precarização e da subalternidade. O caso de Washington ilustra bem essa dinâmica. Ao deixar o cargo de garçom em uma casa de festas para trabalhar como lavador de pratos, encontra uma ocupação um pouco mais rentável, mas que, ainda assim, mantém a assimetria e o desgaste característicos do trabalho braçal. Da mesma forma, Rael. Ao sair do balcão de uma padaria para atuar como ajudante geral em uma linha de produção metalúrgica experimenta uma mudança de função que, embora possa parecer um avanço em termos de estabilidade ou remuneração, continua inserida em um modelo de exploração que exige

intensa carga de trabalho, sem necessariamente oferecer possibilidade de ascensão social. Esses exemplos evidenciam como o mercado de trabalho reserva aos mais pobres trajetórias profissionais marcadas por deslocamentos verticalizados, nos quais a progressão não implica emancipação, mas sim a adaptação a novas formas de exploração. Assim, a busca por melhores condições de vida, em um sistema que relega amplas parcelas da população a empregos exaustivos e mal remunerados, acaba por se transformar, muitas vezes, em um ciclo contínuo.

As trajetórias de Rael e Washington exemplificam como a melhoria pontual nas condições de trabalho não altera a estrutura econômica que sustenta a precariedade. A estabilidade conquistada com a carteira assinada, ainda que desejável, opera dentro de limites que reproduzem estigmas associados a ocupações braçais e de baixo prestígio, sobretudo para pessoas negras.¹⁸³ Dessa forma, podemos perceber que o esforço individual por inserção formal de quem pertence a esse grupo coexiste com a manutenção de mecanismos sistêmicos que reproduzem a marginalização de trabalhadores em setores informais ou semiespecializados, evidenciando a complexidade de se alcançar emancipação socioeconômica em cenários de desigualdade estrutural.¹⁸⁴

¹⁸³ Ainda que tenhamos a marcação “racial” de Washington dada de maneira implícita, para Rael não temos qualquer marcador que o defina dentro de um recorte. Contudo, em seu caso, as condições inferidas nas narrativas e as pistas dada pelo autor — como o trecho em que o personagem diz que seus antepassados, outrora, se refugiaram em quilombos — nos encaminham à compreensão de que ele possa ser considerado negro, visto que as condições que o atravessam e os marcadores “raciais” das periferias de cidades como São Paulo estão dentro desse espectro. Para uma avaliação, recomendamos a leitura das seguintes fontes: *Agência de Notícias do IBGE*: Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>; e *Periferia e Movimento*: Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/mapadadesigualdade112022/>. Para o panorama da abordagem do que consideramos negros, valemo-nos do expresso no artigo 1º, parágrafo único, inciso IV, do “Estatuto da Igualdade Racial”, que estabelece como “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Assim, a população negra é constituída pelo conjunto de indivíduos que se autodeclaram pretos e pardos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

¹⁸⁴ Nesse cenário, são relevantes algumas breves considerações da obra *Racismo estrutural* (2018), de Silvio Almeida, na qual argumenta que o conceito de raça é uma invenção cultural e política, utilizada historicamente como tecnologia do colonialismo para justificar a dominação, a escravidão e a exploração. Na esfera atual, em que esse conceito se articula juntamente ao racismo, Almeida irá definir, após uma longa análise calcada em bases histórico-materialistas, que estes elementos são estruturais e se articulam ao funcionamento do capitalismo, atuando como mecanismo de estratificação social que acaba por excluir sistematicamente pessoas negras do acesso a direitos, mobilidade e cidadania plena. A segregação urbana, como nas periferias e favelas, materializa a exclusão racial e evidencia como o racismo organiza os espaços e os corpos de forma desigual. Em sua análise, o racismo é também um dispositivo ideológico e político, que ultrapassa os limites morais e jurídicos impostos por discursos liberais. Ao contrário da visão que o reduz a atitudes individuais ou a uma falha ética, Almeida mostra que ele opera na materialidade das relações sociais e na estrutura econômica, produzindo e reproduzindo desigualdades.

Constata-se que, embora Rael e Washington almejem dignidade e a transformação de suas condições de vida, a conquista de um emprego formal, com benefícios e carteira assinada, insere-se num contexto que, mesmo prometendo ascensão social e estabilidade, reproduz as disparidades econômicas e a exploração estrutural. Mesmo que haja uma melhoria pontual, as condições de trabalho permanecem permeadas por estigmas e pelo trabalho intenso, que historicamente afeta os trabalhadores das “áreas marginais”.¹⁸⁵

Nesse contexto, a formalização do trabalho, embora seja vista como um caminho para a dignidade e a emancipação, ocorre dentro de um sistema que, por sua própria lógica de reprodução, limita o avanço efetivo dos indivíduos marginalizados — especialmente daqueles marcados pelos efeitos da racialização. Essa contradição aparece de forma recorrente nos textos analisados, nos quais se evidencia que a inserção dos protagonistas em empregos formais não representa uma ruptura com sua condição de exclusão. Isso porque tais ocupações, por sua natureza precária e mal remunerada, revelam-se incapazes de transformar substancialmente a conjuntura socioeconômica, mantendo-os relegados às favelas e periferias devido à permanência da baixa renda.

O trabalho, nas obras analisadas, é representado não apenas como um tema literário, mas como um discurso que evidencia as condições concretas enfrentadas por jovens da periferia. Essa representação revela a centralidade do trabalho na formação desses sujeitos, marcada pela necessidade precoce de contribuir para o sustento próprio ou familiar. Desde a infância ou adolescência, os personagens são confrontados com a urgência de garantir meios de sobrevivência, sendo muitas vezes empurrados para atividades informais, subempregos ou ocupações de risco. Essa dinâmica revela a força de uma dimensão social que naturaliza a exclusão e reproduz as estruturas laborais herdadas do período colonial, baseadas na exploração e na subalternização.

O trabalho surge, assim, como elemento que evidencia a assimetria de classes a partir dos territórios em que os romances se desenvolvem, mostrando as dificuldades que

¹⁸⁵ Olhando por esse ângulo, cabe brevemente assinalar uma das observações de Clóvis Moura, em *O negro, de bom escravo a mau cidadão*, em que o autor argumenta que os negros que vivem em espaços marginalizados — como favelas, mocambos e cortiços — são mantidos como um exército industrial de reserva: uma massa de trabalhadores precarizados, usada para pressionar por baixos salários e conter demandas dos trabalhadores formais. Já os negros que conseguem ascender técnica e culturalmente são vistos como ameaças à ordem estabelecida, pois rompem com a expectativa de subordinação racial — são os que “não sabem mais ficar no seu lugar”. Esse controle é sustentado por mecanismos inconscientes, mas eficazes, baseados no preconceito de cor, que ajudam a manter o equilíbrio da força de trabalho e a extração de altas taxas de mais-valia. Para Moura, o preconceito racial está enraizado na essência competitiva do capitalismo brasileiro, e os estereótipos herdados da escravidão continuam ativos, apenas adaptando sua função: se antes justificavam o trabalho servil, hoje legitimam a estratificação da sociedade de classes (Moura, 1977, p. 86).

os personagens encontram para elaborar um projeto de vida. Enquanto para os jovens do romance, e outros tantos como eles, o trabalho se impõe como necessidade inadiável desde muito cedo, nas classes média e alta ele pode ser postergado ou até mesmo dispensado, permitindo aos jovens desses grupos se dedicarem à formação acadêmica e ao desenvolvimento pessoal sem a pressão imediata da sobrevivência. Esse contraste revela o privilégio material e a desigualdade estrutural nas condições de planejamento e projeção de futuro. A precariedade econômica e a ausência de políticas de proteção social limitam as possibilidades de ascensão para os jovens periféricos, ao passo que a segurança financeira das elites amplia suas escolhas e oportunidades. Dessa forma, o trabalho se configura nos romances como eixo estruturante da narrativa e como um importante marcador das injustiças sociais que moldam o cotidiano da juventude das favelas e periferias, evidenciando como a manutenção da desigualdade se configura.

A dinâmica do trabalho informal ganha relevância nesse contexto em que o acesso ao mercado formal é limitado para os grupos marginalizados. Diante da precarização das relações de trabalho e das desigualdades estruturais, muitos indivíduos recorrem à informalidade como modo de garantir a subsistência. Essas atividades, desprovidas de proteção legal e marcadas pela instabilidade, configuram-se como alternativas recorrentes de geração de renda nas periferias, evidenciando os limites impostos pelo sistema socioeconômico à inserção plena desses sujeitos no mundo do trabalho. A informalidade, nesse contexto, emerge como uma formulação imediata à ausência de empregos formais, dada a urgência em garantir os recursos mínimos para a subsistência. Tal conjuntura decorre de barreiras estruturais enraizadas no legado colonial, que continuam operando de forma funcional no desenvolvimento econômico do país. A narrativa, ao apresentar personagens submetidos a essas condições, constrói um quadro verossímil que dialoga diretamente com a realidade de muitos indivíduos que vivenciam situações semelhantes. Essa aproximação entre ficção e realidade reforça a representação socialmente coerente do texto, evidenciando que os empregos formais, em grande parte, permanecem restritos a um mercado de reserva do qual esses sujeitos são historicamente excluídos — questão que será aprofundada posteriormente com base em referencial teórico.

Tal abordagem é explorada de forma bem evidente em *Capão pecado*, onde a dificuldade de inserção no mercado formal é retratada por meio das trajetórias de personagens que enfrentam obstáculos contínuos. A narrativa de Ferréz revela como a escassez de oportunidades e a ausência de suporte adequado reforçam o processo de exclusão, demonstrando as condições concretas que moldam o cotidiano daqueles que

vivem nas periferias. Amaral, por exemplo, é impedido de acessar até mesmo as etapas iniciais de processos seletivos, como o preenchimento de fichas de candidatura, evidenciando as barreiras cotidianas impostas a quem vive às margens.¹⁸⁶ Já Capachão, ao perder o emprego na borracharia, encontra-se em uma situação crítica, sem perspectivas imediatas de reinserção no mercado de trabalho. Incapaz de continuar contribuindo financeiramente com a avó, que sobrevive com uma pequena aposentadoria e não consegue sustentar sozinha o neto e o irmão dele, dependente químico, acaba sendo expulso de casa — essa passagem, ainda que promissora para compreensão da ideia que exploramos, careceria de maior desenvolvimento por parte do autor, uma vez que o conflito é tratado de forma ambígua e com pouca coesão narrativa. Após o episódio, Capachão é acolhido por Matcheros, um antigo colega dos tempos de escola.¹⁸⁷ Esses episódios demonstram como a informalidade e a instabilidade são dimensões recorrentes na vida dos personagens, refletindo a vivência de muitos jovens periféricos cuja relação com o trabalho é marcada por marginalização e sobrevivência.

O caso de Capachão evidencia como a perda do emprego vem a acentuar um processo de exclusão social ainda mais severo. Assim, perde sua moradia e acaba sendo forçado a depender da solidariedade do amigo para não acabar nas ruas. Sua experiência ressalta que a ausência de qualquer atividade laboral para jovens da periferia pode significar condições extremas de privação. Sem uma fonte de renda, o personagem rapidamente se vê em um cenário de dificuldades. Esses fatores ressaltam a importância do trabalho formal para pessoas como Capachão, pois, mesmo que as condições oferecidas em determinada função que venha a exercer possam ser consideradas precárias e longe das ideais, o trabalho formalizado irá garantir, ao menos, o acesso a uma rede de proteção social. Com uma situação laboral instável e permeado por incertezas, o personagem acaba por enxergar que a melhor possibilidade para evitar passar por problemas parecidos com os que enfrentou seria a realização do concurso público para policial militar — é importante considerar o contexto do romance, em que, diferentemente da atualidade, o ingresso em concursos da área de segurança pública não exigia níveis mais elevados de escolaridade, como ocorre hoje, quando em alguns casos se requer curso superior. Apesar das contradições que essa escolha representa para os jovens das periferias — sobretudo diante do histórico de violência e repressão exercido pelas

¹⁸⁶ Ferréz, 2016, p. 83.

¹⁸⁷ Ferréz, 2016, p. 34.

corporações policiais nesses territórios —, ela configura uma possibilidade, ainda que limitada, de buscar ascensão social por meio da estabilidade oferecida pelo serviço público. Ainda assim, o ingresso nas forças de segurança não garante a superação da precariedade e, por outro lado, implica novos riscos. Dessa forma, a entrada na polícia deve ser compreendida mais como uma continuidade de elementos da vida civil do que como uma ruptura efetiva. Além disso, é preciso reconhecer que os policiais, enquanto executores de ordens, permanecem subordinados ao Estado — o mesmo Estado que, em grande parte das vezes, lhes nega suporte e condições adequadas de trabalho os colocando em risco.

Já em *Via Ápia*, a abordagem do trabalho informal ganha contornos mais definidos, revelando uma diversidade de *nuances* que vão desde atividades autônomas até empreendimentos ilegais. Essa diversidade demonstra a exigência de adaptabilidade para os indivíduos que atuam nesse contexto, já que a informalidade se configura como uma maneira de subsistência, em que se veem forçados a explorar todas as possibilidades para garantir uma renda.

A história de Wesley sintetiza um pouco dessas questões. O personagem atravessa diversas ocupações temporárias, fator que ilustra a dificuldade e a necessidade de adaptação a funções para quem depende de trabalhos eventuais para sobreviver. Atuando como animador de festas, ajudante na construção civil, chapa, carregador, o personagem alterna entre atividades conforme a demanda, a necessidade, a remuneração e as circunstâncias do momento.

Washington marcou com geral às quatro pra eles chegarem às seis, ali naquele bar da Via Ápia. Mas ele mesmo não se aguentou e, na companhia do irmão e do vizinho, desceu mais cedo pra abrir os trabalhos. Só que Wesley não tava no mesmo ritmo. Na real, desde que saiu da casa de festas com medo de levar a fama de brocha, não conseguiu arrumar nada certo, em canto nenhum. Até faz os bicos de sempre ali na Cachopa, pega um material de construção pra carregar, umas caixas de cerveja, mas a concorrência é grande e tem vários dias que ele acaba sem um puto no bolso. Wesley sempre foi acostumado a ganhar seu próprio dinheiro, pagar suas paradas, sem depender muito de ninguém. Agora, se quer um cigarro, tem que pedir pra alguém, se quer fumar um baseado, qualquer coisa. Por isso tem passado a maior parte do tempo em casa, pra não correr o risco de virar o serrote que sempre detestou.¹⁸⁸

Apesar de se tratar de um trabalho informal, a casa de festas proporcionava a Wesley certa regularidade de renda, uma vez que havia escalas frequentes para os eventos. No entanto, ele abandona o emprego por um motivo trivial, ligado à percepção de que sua masculinidade estaria sendo ameaçada. Movido por uma decisão impulsiva e baseada na

¹⁸⁸ Martins, 2022, p. 214-215.

necessidade de autoafirmação, o personagem acaba agravando ainda mais sua já precária condição financeira. Para garantir a sobrevivência, passou a realizar diversos bicos na Cachopa. No entanto, essa alternativa logo revelou outro obstáculo: a intensa concorrência. A informalidade e a busca por trabalhos ocasionais não eram exclusividade sua na Rocinha, o que frequentemente resultava em dias sem qualquer trabalho, e conseqüentemente nenhum rendimento. A falta de recursos mostrava-se constrangedora, pois, sem o mínimo, sequer conseguia cobrir despesas pessoais, ainda que algumas fossem supérfluas.

Na busca por uma solução, Wesley voltou-se para a ideia de se tornar mototaxista, como mostram os trechos a seguir:

Wesley pensa em trabalhar no mototáxi. Além de fazer o próprio horário e trabalhar perto de casa, sabe que as novinhas perdem pra quem roda de moto.¹⁸⁹

Wesley não queria ficar de pista, ainda mais porque, depois que chegou a UPP no morro, seu plano pra trabalhar no mototáxi ficou muito mais complicado. Agora precisa tirar carteira de motorista, correr atrás de uma moto com documento em dia, várias paradas. A nova meta era começar a pagar pela habilitação com o dinheiro da casa de festas, enquanto corre atrás de assinar carteira, que assim pode tentar um financiamento.

A atividade atraía não apenas pela flexibilidade de horários e a proximidade de casa, mas também pela imagem que associou ao ofício, a de que as novinhas se interessariam por ele. Contudo, a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no morro impôs novos obstáculos. Para regularizar a profissão, ele precisaria de uma carteira de motorista e uma moto documentada — exigências que demandavam recursos além de sua realidade imediata. Seu plano, então, passou a ser usar as economias do trabalho em festas para custear a habilitação, enquanto buscava um emprego formal que permitisse financiar a moto.¹⁹⁰

Ainda que a atividade de mototáxi não atraísse Wesley, era uma alternativa viável, pela flexibilidade de poder fazer seu próprio horário e pela proximidade de casa — de outro modo, pela imagem que associou ao ofício, pensou que as novinhas se interessariam por ele, o que também demonstra a superficialidade de seu pensamento, representando elementos da alienação em que jovens como ele estão inseridos. Contudo, a instalação da UPP impôs novos obstáculos. Para atuar como mototaxista, ele precisaria obter a carteira de motorista e dispor de uma moto devidamente documentada, exigências que demandavam recursos financeiros que não possuía. Diante dessa limitação, seu plano passou a ser utilizar as economias obtidas com os pequenos trabalhos que realizava para custear a habilitação, enquanto buscava um emprego formal que lhe possibilitasse financiar a moto.

¹⁸⁹ Martins, 2022, p. 57.

¹⁹⁰ Martins, 2022, p. 87.

Ainda que Wesley não demonstre o mesmo comprometimento que seu irmão Washington na busca por uma vida estável, o personagem nutre o desejo de melhorar suas condições e alcançar maior conforto, algo legítimo e desejável. Esse anseio, no entanto, esbarra nas dificuldades do contexto em que está inserido, no qual o emprego informal surge como a alternativa mais acessível e imediata. A trajetória de Wesley reflete os desafios enfrentados por muitos jovens em contextos de vulnerabilidade, em que pese à falta de oportunidades e precariedade do trabalho informal moldarem suas perspectivas e decisões.

Mesmo inserido no cenário de instabilidade da informalidade, Wesley enxerga na carteira assinada uma possibilidade de segurança e um caminho para conquistar bens materiais que concretizem seu desejo de uma vida melhor, como comprar uma moto. No entanto, sua transição para o trabalho formal não ocorre de maneira linear. Antes de conseguir um emprego fixo, ele passa por um longo período de envolvimento com drogas, como cocaína e *crack*, um reflexo das vulnerabilidades sociais e das barreiras que surgem em contextos marcados pela precariedade, fatores que limitam ainda mais romper com a precariedade econômica.

A perda do irmão marca um ponto de virada em sua vida. Diante da ausência de Washington, Wesley vê-se como o único suporte para sua mãe, assumindo uma nova postura em relação às suas responsabilidades. Ainda que a narrativa não deixe claro se abandona completamente o uso de drogas, mudanças perceptíveis em seu comportamento sugerem um afastamento do vício. Seu processo de transformação culmina um ano após a morte do irmão, quando ele consegue um emprego na equipe de faxina da Biblioteca Parque. Nesse ambiente, nos momentos de tranquilidade, passa a dedicar parte do seu tempo à leitura, demonstrando um interesse que antes não parecia presente em sua rotina. O trabalho nesse ambiente, anteriormente inacessível ao personagem, possibilita seu contato com o universo literário, o que contribui para a possível ampliação de sua percepção de mundo. É importante observar que Wesley tem acesso aos livros de forma paradoxal. Ao assumir uma função considerada subalterna em um espaço voltado à difusão de bens culturais diversos, ele adentra esse universo justamente por meio da execução de um trabalho que não pressupõe protagonismo intelectual, mas que, contraditoriamente, o insere em um processo de formação e descoberta.

A história de Wesley evidencia, assim, a complexidade da informalidade e suas implicações. A dependência de empregos instáveis, embora garanta uma renda imediata, não oferece qualquer segurança. Nesses tipos de ocupações, o trabalhador fica não apenas

privado da segurança social, mas também exposto a riscos adicionais decorrentes da ausência de garantias e benefícios básicos. Essa precariedade não afeta somente o aspecto financeiro, mas também pode acarretar impactos emocionais e psicológicos, na medida em que a incerteza sobre o futuro gera um constante sentimento de insegurança e ansiedade, fato que talvez tenha colaborado para que o personagem acabasse se viciando em drogas pesadas. Wesley, em sua caminhada, ilustra de maneira clara como a informalidade, embora ofereça uma solução imediata para a subsistência, não resolve o problema da segregação econômica, e acaba por se transformar em uma armadilha que compromete a qualidade de vida e o bem-estar em longo prazo.

Como mencionado, o romance de Geovani Martins proporciona uma observação mais detalhada sobre a informalidade por meio dos desafios que atravessam as histórias de seus personagens. Nesse universo literário, além de Washington e Wesley, que já se destacam por suas trajetórias marcadas pela instabilidade e pela constante luta por dignidade, Douglas, Murilo e Biel, integrantes dessa turma de amigos, acrescentam camadas significativas à narrativa. Cada personagem revela um ponto de vista único sobre as dificuldades e contradições vivenciadas no cotidiano do sistema informal: alguns encaram os desafios com resignação, enquanto outros buscam em meios ilícitos alternativas para tentar superar a precariedade, e de outra forma para adentrarem em um universo no qual possam usufruir de elementos que sua conjuntura jamais lhes permitiria. Essa diversidade de experiências não só enriquece o retrato social apresentado por Martins, mas também enfatiza como a informalidade impacta as relações interpessoais, transformando a convivência em um espaço de apoio mútuo e, ao mesmo tempo, de conflitos. Dessa forma, o romance entrelaça as histórias individuais, evidenciando a complexa rede de vínculos que promove uma luta contínua pela sobrevivência em meio a um sistema que frequentemente nega os direitos fundamentais.

Douglas tem sua trajetória marcada pela adaptação às circunstâncias e pela busca constante por melhores oportunidades. Inicialmente empregado em uma farmácia, decide abandonar essa ocupação para investir na carreira de tatuador, adquirindo equipamentos e praticando com amigos. Seu movimento demonstra tanto o desejo de autonomia quanto a necessidade de uma profissão que lhe proporcione satisfação pessoal. A tatuagem, nesse sentido, representa mais do que uma fonte de renda, já que se mostra como um caminho em que possa desfrutar de uma certa liberdade e uma expressão do seu talento artístico com os desenhos, como demonstra o excerto a seguir:

— Tá de folga hoje? — Washington já tava incomodado com a situação. — Porra, tô de folga pra sempre agora. Pedi demissão daquela porra. — Caô. Vai fazer o quê agora? — Coé, neguim, vou dar meu jeito. Fazer um corre aqui, outro ali, carregar um material, ajudar numa mudança, sei lá. Mas papo reto, dá mais pra trabalhar ali todo dia não, mano. Preciso de tempo, tá ligado? Pra fazer minhas parada, pra estudar os meus desenho...¹⁹¹

Contudo, transformar esse desejo em realidade não se apresenta como um processo simples, ou permeado por linearidade. A implantação da UPP na Rocinha, por exemplo, alterou de maneira abrupta as dinâmicas locais, interferindo no cotidiano da comunidade e instaurando um clima de instabilidade que se reflete em todos os aspectos da vida dos moradores. Ainda que esse cenário tenha forçado Douglas a recuar no seu anseio de estudar desenho e se dedicar integralmente ao seu projeto pessoal, viu-se ainda diante da necessidade de se manter. Para pagar o aluguel, a alimentação e custear os estudos, foi forçado a buscar um emprego, situação que inevitavelmente limitaria sua capacidade de se dedicar exclusivamente à arte, como tanto desejava.

A morte de Washington agravou ainda mais as incertezas de Douglas. A perda do amigo intensificou a sensação de fragilidade do ambiente e o empurrou a uma mudança repentina. Assim, em busca de um ambiente mais estável e seguro, tomou a decisão de deixar o Rio de Janeiro para se mudar para São João del-Rei. Essa decisão não se baseou exclusivamente no desejo de escapar da turbulência da Rocinha ou de amenizar a dor da perda, uma vez que pesou também a necessidade de encontrar um trabalho que lhe permitisse manter sua subsistência enquanto continuava a perseguir seu sonho. Em São João del-Rei, Douglas vislumbrava a possibilidade de continuar tatuando, contando com a vantagem de enfrentar uma concorrência menor, o que poderia favorecer seu desenvolvimento artístico. Ao mesmo tempo, tem a possibilidade de conseguir um emprego formal, com o auxílio de seu primo, que se comprometeu a ajudá-lo a ingressar na equipe municipal de controle à dengue.

Em determinado momento, Douglas retorna à Rocinha: “Demorou mais de um ano pra Douglas conseguir voltar pro morro. Também não foi nada planejado, de um dia pro outro tomou a decisão e o mais rápido possível embarcou de volta pro Rio”.¹⁹² Seu retorno sugere que o personagem pode não ter se adaptado à nova cidade e a uma cultura muito distinta da sua, ou pode indicar que os desafios em relação ao emprego e a seu sonho de se tornar tatuador possam ter sido maiores do que esperava. Sua volta para a Rocinha pode sinalizar que as condições de trabalho e renda no local, mesmo instáveis,

¹⁹¹ Martins, 2022, p. 149.

¹⁹² Martins, 2022, p. 328.

ainda oferecem para ele um senso de pertencimento, algo maior, que o mercado formal e a mudança para outro Estado não conseguiram proporcionar.

A história de Douglas mostra a complexidade dos processos de mobilidade social e da estabilidade laboral em contextos periféricos. Ainda que a tatuagem represente um caminho promissor, não se revela como uma garantia infalível de segurança financeira ou ascensão social. Essa situação evidencia que, para indivíduos em condições socioeconômicas como as de Douglas, seguir um sonho em áreas como as artes, a literatura ou outras profissões que demandam dedicação exclusiva exige um esforço significativamente maior em comparação àqueles pertencentes a camadas sociais mais privilegiadas. Estes conseguem se dedicar integralmente ao aperfeiçoamento técnico e estilístico, acumulando repertório e experiência com constância ao longo do tempo. Já aqueles em situação de vulnerabilidade precisam dividir suas energias entre o trabalho e certas preocupações fundamentais, como a insegurança alimentar e a falta de moradia. Essa dinâmica reduz as possibilidades de investir tempo, esforço e subjetividade na construção de uma trajetória profissional nessas áreas. A desigualdade se manifesta na diferença de condições para desenvolver habilidades, manter uma prática constante e sustentar um projeto de vida que demanda estabilidade, recursos e continuidade. De outra maneira, a ideia de independência financeira, embora merecida e desejada, traz consigo as conotações do empreendedorismo e do sucesso pessoal que se baseiam, muitas vezes, no esforço individual. Contudo, o percurso de Douglas evidencia que, mesmo com determinação e empenho, não basta simplesmente lutar para prosperar dentro de um sistema que, estruturalmente, foi desenhado para limitar as oportunidades de pessoas em sua situação.

A narrativa, assim, coloca a ideia de meritocracia como um verdadeiro mito, revelando que o esforço pessoal pode ser minado por diversas barreiras impostas pelas condições de vida. Douglas, apesar de ter se desdobrado para alcançar seu sonho de ser tatuador, enfrenta uma série de desafios para se manter. Tal ponto se traduz na dificuldade de transformar talento e dedicação em resultados concretos, demonstrando que, para pessoas na posição do personagem, isso não basta, pois o sucesso individual esbarra em obstáculos estruturais. Dessa forma, a trajetória de Douglas se torna um retrato fiel das contradições presentes nos processos de mobilidade social, em que o esforço pessoal se mostra insuficiente diante das barreiras sistêmicas e da falta de oportunidades que caracterizam os contextos periféricos. O romance encerra sua narrativa com as perspectivas do personagem ainda em aberto, convidando o leitor a refletir. Ao não ofertar

uma resposta, a obra acaba enfatizando a importância de reconhecer as complexidades do contexto socioeconômico em que o indivíduo periférico se insere.

Outro personagem do grupo de amigos que evidencia a informalidade e a urgência do trabalho no contexto periférico é Murilo. Na Via Ápia, onde divide aluguel com Douglas e Biel, Murilo enfrenta desafios diários. A dificuldade de garantir o sustento é uma constante, manifestando-se tanto na falta de uma alimentação adequada quanto na ameaça iminente de despejo, como revela a sua irmã Monique:

Mó tempão sem comer carne. Lá em casa tá foda, é Miojo todo dia — ele contou pra Monique, tentando parecer engraçado, mas era impossível não se lembrar do aluguel vencido, do dia em que os três foram tentar vender os celulares e mais qualquer coisa de valor no camelódromo e todo mundo só oferecia merreca, achando que eles tavam na fissura do pó pra aceitar qualquer vinte reais nos aparelhos.¹⁹³

Seu ingresso no quartel é inicialmente motivado pela intenção de ganhar algum dinheiro:

Murilo largou a escola depois de repetir o segundo ano e entrou direto no quartel. A intenção era levantar algum dinheiro no primeiro ano, depois meter o pé, pensar em qualquer outra parada. Nisso veio a mudança da mãe e depois da irmã, a chegada de Douglas e Biel, tudo foi acontecendo muito rápido, e em quase dois anos no Exército não deu pra juntar dinheiro nenhum. A sensação era de que a vida não dava tempo pra pensar nem escolher nada, é sempre um dia depois do outro pra ver no que vai dar.¹⁹⁴

Sua experiência no Forte Duque de Caxias, como soldado, é marcada por uma sensação de vazio. A rotina diária restringia-se a seguir ordens repetitivas, como “varrer, correr e capinar”,¹⁹⁵ que o levavam a se sentir como “gado”,¹⁹⁶ obrigado a obedecer cegamente, sem questionamentos: “se eles mandar varrer, nós varre. Se mandar ficar na guarda, nós fica. E se mandar nós trocar tiro, nós vai ter que trocar, infelizmente. Bagulho de hierarquia é foda”.¹⁹⁷ Após dois anos, sem economias e sem expectativas de futuro, Murilo considerava a possibilidade de solicitar dar baixa antes do previsto.

O personagem destaca-se por sua inquietação em relação à rotina no serviço militar, no qual percebe um contraste entre sua posição na instituição e a maneira como os moradores da Rocinha são tratados pelos militares. Essa percepção o coloca em um constante conflito, pois as experiências e observações no quartel confrontam com sua vivência na favela. Sua tensão se manifesta em pesadelos, nos quais se vê participando

¹⁹³ Martins, 2022, p. 256.

¹⁹⁴ Martins, 2022, p. 51.

¹⁹⁵ Martins, 2022, p. 75.

¹⁹⁶ Martins, 2022, p. 51.

¹⁹⁷ Martins, 2022, p. 51.

de operações em favelas, invadindo e atirando em crianças e moradores, o que revela seu temor de se tornar um instrumento da violência, como demonstra o excerto:

Murilo sentia o corpo cansado, doído, parecia que não dormia há várias noites. De repente, ouviu o estouro de uma rajada por ali. Apesar do susto, em dois tempos se meteu em posição de combate e começou a atirar lá pra cima, mesmo sem conseguir enxergar os adversários. Um vulto surgiu na curva e foi prontamente alvejado. Não interessava que todos os fuzis aplicaram ao mesmo tempo, Murilo sentiu que foram as suas balas que perfuraram aquele corpo. O elemento caiu no chão, sem vida, quando Murilo reconheceu: era o Faisca, amigo das antigas, e que de um tempo pra cá fechava na boca. Outro corpo surgiu pra ser derrubado. Era Douglas, que, antes de se esborrachar no chão, deixou cair o guarda-chuva. As rajadas não paravam um segundo, e mesmo em choque Murilo não negava fogo, mandava bala atrás de bala, foi treinado pra isso. Mais uma pessoa abatida. No auge da adrenalina, Murilo não tinha mais tempo pro espanto, sua missão era largar o dedo.

Baixou a cabeça pra trocar o pente e na mesma hora veio aquele silêncio de depois da troca. Ele se apressou pra recarregar a arma. Quando levantou a cabeça, viu uma mulher parada a pouco mais de um metro de distância. Não conhecia aquele rosto, mas conhecia a pessoa. Era estranha a sensação.

— Acabou. Vamos pra casa — ela disse. Depois de refletir por um instante, Murilo apontou o fuzil contra a mulher e acordou desesperado. O salto que deu no banco assustou a passageira do lado, que resmungou qualquer coisa.¹⁹⁸

Esse medo quase se concretiza no dia em que, impulsionado pela irritação durante uma incursão em uma favela, apontou um fuzil carregado diretamente para o rosto de um jovem. Diante dessa situação-limite, que o confronta de forma direta, decide pedir dispensa do Exército. Ao ser questionado pela mãe, que agora se preocupava com que tipo de trabalho o filho teria, desabafa: “apontar um fuzil, um fuzil 7,62 carregado, na cara de um moleque de quinze ano? E se eu falasse pra senhora que esse maluco era eu e que foi por isso aqui ó, muito, muito pouco, que eu não apertei o gatilho. Não, mãe. Aquilo lá não é só um trabalho”.¹⁹⁹ As palavras de Murilo evidenciam contradição de jovens que, muitas vezes, são recrutados pelo Estado para reprimir suas próprias comunidades. No caso do personagem, a experiência momentânea de exercer poder sobre a vida de outra pessoa o confronta consigo mesmo, levando-o a perceber que ele próprio poderia ser o jovem vitimado em uma operação, ou mesmo se transformar em alguém que não desejava ser.

O episódio o fez compreender que sua função no Exército, além de não oferecer futuro, também o afastava de sua essência, pois poderia o transformar em uma ferramenta destinada a eliminar jovens semelhantes a ele.

Ao deixar o exército, buscando formas de garantir sua subsistência diante da falta de oportunidades estáveis, Murilo se lança em uma sucessão de trabalhos informais. Entre

¹⁹⁸ Martins, 2022, p. 49.

¹⁹⁹ Martins, 2022, p. 264.

empreitadas na construção civil, bicos como carregador em mudanças e o trabalho de descarregar caixas de cerveja em bares, sua rotina é marcada pela exaustão física e pela incerteza, o que leva sua família a se preocupar: “a família direto perguntava se ele já tava na meta de um trabalho fixo, que desse jeito não tinha estabilidade nenhuma, se ficasse doente não ganhava nada”.²⁰⁰

O questionamento familiar evidencia mais uma vez a valorização do trabalho formal, demonstrando que as garantias de um emprego fixo oferecem segurança social. Para a família de Murilo, um trabalho com carteira assinada representa a possibilidade de uma vida menos instável. Além disso, essa valorização do emprego formal mostra uma visão que associa a inserção no mercado de trabalho regulamentado à ascensão social e ao afastamento das vulnerabilidades típicas da informalidade. A insistência da família não se resume a uma preocupação financeira imediata, mas também carrega o desejo de que Murilo tenha probabilidades de futuro mais seguras, evitando a precarização extrema e os riscos decorrentes da ausência de um vínculo empregatício formal.

A cobrança familiar, ainda que se demonstre incisiva, não irá levar Murilo ao emprego formal, tendo em vista que não terminou o Ensino Médio e que suas experiências fora do serviço militar se resumem a biscates. Entre as oportunidades, o que se mostra mais vantajoso é aquilo que irá gerar ganho imediato, como o emprego temporário em uma barraca de praia em Ipanema durante a alta temporada. Como irá demonstrar o narrador, o novo emprego de Murilo é exaustivo e lhe impõe uma jornada intensa: “é todo dia doze, treze horas de trabalho, mas também levanta um dinheiro, fica forte e, além do mais, gosta de tá na praia, de trabalhar de frente pro mar”.²⁰¹ Apesar da dureza do serviço, da exposição ao Sol e do esforço físico constante, Murilo encara o trabalho com um certo entusiasmo, pois, ao contrário de outras ocupações que exerceu, essa lhe oferece um ambiente “mais leve”, onde o contato com turistas e banhistas quebra um pouco a monotonia. Além disso, Murilo percebe que, ao trabalhar na barraca, consegue garantir um fluxo de renda melhor do que em outros bicos eventuais, já que a temporada de verão traz movimento intenso, e, com isso, as gorjetas e os pagamentos diários ajudam a aliviar, ainda que temporariamente, suas preocupações financeiras. No entanto, essa aparente vantagem tem prazo de validade: com o fim da alta temporada, o fluxo de clientes diminui e o trabalho na barraca se torna incerto.

²⁰⁰ Martins, 2022, p. 291.

²⁰¹ Martins, 2022, p. 329-330.

A trajetória do personagem que constantemente se depara com a fragilidade do mercado de trabalho informal, em que os postos de trabalho são predominantemente braçais e mal remunerados, evidencia as limitações impostas por uma conjuntura econômica desfavorável. Igualmente, percebe-se que nesses contextos as barreiras sociais e a ausência de oportunidades educacionais acabam afetando jovens em situações semelhantes à de Murilo, haja vista que a inserção no mercado de trabalho formal e em profissões que oferecem melhores rendimentos e uma carga de exploração menos aviltante demandam conhecimentos específicos.

Dando continuidade às observações do grupo de amigos, cabe ainda destacar Biel, possivelmente o mais ambíguo entre os personagens. Sua história é definida por um conflito constante entre suas origens na Cruzada São Sebastião, microfavela localizada entre Leblon e Ipanema, sua vida na Rocinha, o desejo de ascensão social, o forte laço de amizade com Douglas e Murilo e a busca por aceitação no universo dos *playboys*. Sua trajetória oscila entre a ambição de adentrar no mundo dos *playboys*, frequentando o Posto 9 em Ipanema, e a lealdade aos amigos da favela, espaço que ao mesmo tempo o envergonha e o acolhe.

Essa dualidade se expressa em ações como a adoção do nome Gabriel Moscovici nas redes sociais, estratégia utilizada para ocultar suas origens e apagar seu passado como cria da Cruzada e sua residência na Rocinha. O novo nome, aliado a um sotaque típico dos *playboys*, distante da linguagem da favela, e a roupas selecionadas para imitar o estilo dos jovens de Leblon e Ipanema, demonstra que, mais do que uma tentativa de assimilação, Biel busca negar sua identidade para ocupar um lugar em um universo que o atrai. Como define Douglas ao lembrar do amigo:

Como é que pode, um moleque que é cria de favela, de escola pública, só porque nasceu branco viver no meio dos playboy, se vestir, falar que nem eles? Todo dia esse moleque mente. E não é uma, duas mentiras por dia igual todo mundo, é a vida inteira. Sobre onde nasceu, cresceu, sobre a mãe, a escola, tudo. Como é que pode? Até quando foi morar com eles na Rocinha, ele ainda continuou metendo aquela bronca de playboy por um tempo. Na real mesmo, parece que Biel não consegue se olhar no espelho e entender quem ele é, por isso é que vive se derramando.²⁰²

Movido pela necessidade urgente de fugir do estigma da favela, Biel chega até a idealizar morar na Zona Sul:

Biel às vezes fica de bobeira na internet, só de olho nos apartamentos pra alugar. Flamengo, Glória, Catete. A série B da Zona Sul. Os amigos em casa acham a maior viagem, por aquele preço dava pra achar uma mansão em qualquer favela. Biel fica bolado quando ouve esse papo, porque nunca acreditou em ninguém que diz ter orgulho de morar em morro. Na sua visão,

²⁰² Martins, 2022, p. 37.

todo mundo inventa essa história pra não precisar admitir que não tem condição de viver num lugar melhor. Aí falam de como no morro se tem mais liberdade, que a infância na pista não tem graça porque playboy joga bola de gude no carpete e solta pipa no ventilador, que não dá pra divulgar um churrasco maneiro em apartamento e qualquer barulho dá caô com o síndico. Biel acha graça que nessa hora parece que ninguém se lembra da falta d'água, da vala aberta, da polícia que derruba a porta, do lixo que às vezes espera uma semana pela boa vontade da Comlurb. Queria só ver onde é que iam enfiar esse orgulho, se do nada aparece uma chance de ir morar num condomínio, com porteiro vinte e quatro horas, chuveiro a gás, elevador, coleta seletiva e a certeza de que a polícia só chega ali pra servir e proteger.²⁰³

Essa percepção se intensifica com a invasão policial na Rocinha. Diante desse novo cenário, Biel passa a questionar a glamourização da favela e o discurso do pertencimento, confrontando a presença ostensiva das forças militares com as carências e necessidades cotidianas enfrentadas pelos moradores. A ideia de viver em um local que ofereça, ao menos, infraestrutura básica e melhores condições de vida é colocada em xeque com a romantização da favela como espaço singelo, de simplicidade, genuíno e cheio de vantagens. Representação, no entanto, que se revela falha e contraditória, já que a suposta liberdade atribuída a essa vivência não se sustenta diante da violência policial, do esgoto a céu aberto, do tráfico e da constante ausência do Estado em suas funções essenciais. O pensamento de Biel expõe essa contradição, pois aquilo que é exaltado como essência livre e verdadeira da vida na favela é, na prática, atravessado por opressões, inseguranças e violações que negam qualquer ideia de liberdade real.

O personagem, que joga altinha no Posto 9 e circula por festas e bares exclusivos, adota um estilo de vida muito além de sua condição. Para se sustentar e fazer dinheiro rápido, passa a vender drogas. Biel inicia sua atuação no tráfico vendendo LSD. Durante um Carnaval, enquanto circulava pelas ruas lotadas em busca de clientes, conhece Douglas e Murilo, ao abordá-los para oferecer a droga. O encontro, inicialmente comercial, logo se transforma em amizade, uma vez que os três compartilham interesses em comum:

Biel chegou depois. Vendia doce no Carnaval quando conheceu os dois. Tinha que ver, meteu maior papo de playboy pra cima deles, Murilo e Douglas ficaram de bobeira. Nesses anos todos de Carnaval, nunca nenhum playboy tentou vender droga pra eles. Comprar sim, vira e mexe aparece um doidão procurando, mas vender? Isso só rola entre eles mesmo. Murilo se antecipou e disse logo que não queria. Batia neurose com ácido desde que ouviu lá no quartel de um cara que fritou demais e nunca mais voltou ao normal. Douglas também nunca tomou, mas ficou animado com a oportunidade. Geral tava ligado que doce bom é só na mão dos playboys, que na favela é metanfetamina pura. Igual balinha. Se procurar legal, até consegue achar uma bala decente em favela, mas todo mundo sabe que a balinha da pista é outra

²⁰³ Martins, 2022, p. 145.

diferença. Na real, tudo que é droga, com dinheiro, fica mais fácil. Murilo não se aguentou e explanou a história do maluco no quartel. Biel se meteu no papo: — Coé, bróder, vou te falar, eu tô lendo um livro agora do cara que inventou o LSD. Albert Hofmann, o nome dele. É irado o livro, ele conta várias paradas, que nem a primeira vez que experimentou o doce. Dropou ele e o assistente dele. Aí tem que ver, mó marola, eles não conseguia sair com o carro. O maluco sentou no carro e pá, quando viu não sabia mais como ligar a porra do bagulho, imagina a onda que esse cara num tava? O jeito foi voltar os dois de bike. E essa é a melhor parte, sem neurose, que ele fala das paradas que viu, das cores ali que era tipo floresta, uns barulho sinistro, de árvore, bicho, a porra toda. E tudo isso na bike, fritando muito. Por isso o nome desse doce aqui é bike 100, é uma homenagem a esse dia. Terminou a história e puxou uma cartela já pela metade [...] ²⁰⁴

A venda de LSD torna-se seu primeiro passo no tráfico, permitindo-lhe não apenas obter dinheiro rápido, mas também conquistar reconhecimento entre os jovens da Zona Sul que consomem a substância. Ele percebe que os *playboys* valorizam a qualidade da droga e estão dispostos a pagar mais caro por um produto considerado “puro”, diferentemente do que circula na favela, onde a oferta de LSD geralmente é misturada com metanfetamina. Essa distinção entre os mercados fortalece a ideia de Biel de que, para se consolidar nesse meio, é necessário oferecer produtos diferenciados e estabelecer conexões diretas com fornecedores que atendam à elite.

Com o tempo Biel passa a transitar com mais facilidade entre os *playboys*, aproveitando as festas e os eventos para expandir sua atuação no tráfico. Além do LSD, ele percebe que a demanda por maconha de qualidade também é alta entre os clientes da Zona Sul e começa a vender na praia, onde a circulação de pessoas facilita o comércio sem chamar a atenção da polícia. A aproximação com os *playboys*, além de impulsionar seus negócios, acaba reforçando sua tentativa de se distanciar da imagem associada à favela, mesmo que, para manter essa ilusão, precise se arriscar cada vez mais.

Na busca de oferecer uma maconha de melhor qualidade para seus clientes, Biel estabelece contato com Marcelinho, traficante da Zona Sul que fornece maconha de alta qualidade obtida por meio de rotas arriscadas. Durante o encontro, Biel negocia um preço vantajoso, elogiando a correria de Marcelinho para conseguir desconto. A maconha, com aroma intenso, atende à demanda por um produto superior ao da Rocinha, reforçando a reputação de Biel como fornecedor confiável.

Biel sempre ficou de bobeira com aqueles armários embutidos. Madeira boa, eterna. Muito diferente daqueles compensados dos armários das Casas Bahia, que na primeira mudança já fica impossível de montar de novo. Enquanto olhava pro quarto, ele viajava nesse bagulho, tanto que nem se ligou que Marcelinho já tinha narigado e agora estendia o prato e o canudo na sua direção.

²⁰⁴ Martins, 2022, p. 25-26.

— Foi isso aí, mano. O contato mandou de avião, tá ligado? Eu fui eu mermo lá pra resgatar. Fala tu, tá o green ou não tá?

Já era a terceira vez que Marcelinho repetia esse papo, mordendo as orelhas. Mas dessa vez pelo menos abriu a mala pra revelar a carga. Na moral, devia ter pelo menos uns oito quilos do solto. O cheiro subiu empestando todo o quarto.

— E tu não bateu neurose, irmão? Porra, tá maluco, rodar com essa bronca aí é foda.

Biel tava ligado que, quanto mais homenagem rendesse pra aquela história, maior a chance de conseguir um desconto maneiro na erva. Conhece muito bem seus fornecedores, o prazer que eles sentem quando falam dos riscos que correm.

— Coé, leq, tinha polícia pra caralho, os guardinha de aeroporto, tava tudo tampado. Eu só de lembrar fico todo arrepiado, eu. Mas não tem jeito, irmão. Se não botar a cara, o dinheiro não entra. Nessa hora alguém bateu na porta. — Que é? — Marcelinho perguntou sem muita paciência. — É Ivone. Sua mãe pediu pra trazer um lanche. Tá preocupada ela que você hoje não almoçou. Eles disfarçaram como dava os flagrantes antes de abrir a porta. Uma senhora de cabelos brancos, metida num uniforme de empregada doméstica, entrou com uma bandeja. Bagulho arregado: bolo, pão de fôrma, geleia, queijo e uma jarra com suco de laranja. Biel chegou até ficar bolado que tava na onda do pó, se tivessem fumando um, ia machucar aquela merenda.

— Correria é isso aí, meu parceiro. Só chega no topo quem aposta alto. — Marcelinho se serviu com o suco de laranja.

Antes de Ivone deixar o quarto, Biel percebeu que alguma coisa no jeito que ela prendia o cabelo fazia lembrar sua própria mãe.

— Aí, tu vai passar no quanto pros amigo? Com aquela iguaria, Biel tava ligado que podia pedir até trinta na grama, que não ia faltar gente pra pagar. Se fechasse na casa dos treze, quinze no máximo, podia se levantar bonito.

— Pra tu que é parceiro, eu consigo fazer no vinte. Marcelinho devia tá cheio de gente atrás dele, em fevereiro a playboyzada toda quer virar traficante. Arrumar umas histórias pra contar do Carnaval, tirar uma onda com as meninas. Não ia ser tão fácil pra baixar o valor.²⁰⁵

O trecho longo, porém necessário, além de demonstrar a facilidade de trânsito de Biel entre dois mundos distintos, apresenta uma crítica à forma como tráfico é visto pelas autoridades e pela sociedade de modo geral. Ao contrastar Biel e Marcelinho, Martins expõe essa disparidade não apenas na forma como cada um se insere no tráfico, mas também na maneira como a sociedade enxerga e trata sujeitos de diferentes classes em relação à criminalidade.

Marcelinho, como narra Martins, é um jovem *playboy* da Zona Sul, vive em um ambiente de conforto e privilégio. Seu envolvimento com o tráfico é apresentado quase como uma aventura, um jogo arriscado que lhe proporciona *status* e emoção. A própria forma como ele narra suas histórias, enfatizando os perigos da operação e a adrenalina do risco para conseguir a droga que vende, demonstra que sua relação com o crime está ligada ao desejo de aventura e não à necessidade. Ao mesmo tempo, sua posição social o protege, pois o mantém em um espaço seguro e confortável, algo que contrasta com a

²⁰⁵ Martins, 2022, p. 186.

condição dos traficantes do morro, que, muitas vezes, se encontram nessa conjuntura porque sequer tiveram uma estrutura familiar.

Já Biel, oriundo da favela, embora use o tráfico como uma prerrogativa para conseguir entrar em um universo que não é o seu, escolhe traficar também como uma forma de sobrevivência. Seu olhar para os armários de madeira maciça do quarto de Marcelinho e a comparação com os móveis baratos das Casas Bahia que tem em casa demonstram a distância entre sua condição e a do *playboy* traficante. Enquanto Biel precisa lidar com a presença opressiva da UPP e os riscos diários de violência policial, Marcelinho pode traficar sem se preocupar com batidas, abordagens violentas ou execuções sumárias. A única “preocupação” do *playboy* é contar suas histórias de risco para impressionar os amigos ricos. Martins, com esse trecho, acaba usando certa ironia para demonstrar a disparidade entre as classes e a forma com que os traficantes da Zona Sul se comportam em relação à venda de drogas: “em fevereiro a playboyzada toda quer virar traficante”.²⁰⁶ O tráfico, quando praticado por jovens ricos, é um *hobby* temporário, um elemento de *status*, sem qualquer risco de violência ou execução. Já para os traficantes da favela, é um caminho muitas vezes sem volta.

O destino dos envolvidos com o tráfico costuma ser trágico, quase sempre limitado à cadeia ou à morte. No entanto, a narrativa propõe uma ruptura com o determinismo, oferecendo uma concepção menos fatalista, inclusive fugindo também de arcabouços moralizantes ou punitivistas. Sem romantizar a figura do traficante, tampouco aprofundar o funcionamento das estruturas do tráfico, o texto destaca a decisão de Biel de abandonar essa condição. Esse gesto, ainda que incerto, demonstra a possibilidade de outros caminhos. Por isso, é relevante destacar o excerto a seguir — longo, porém necessário — que marca esse ponto de inflexão na trajetória do personagem:

Depois que Biel abandonou seus contatos na pista e parou de vender suas paradas na praia, ele bem que tentou se firmar num trabalho qualquer, só não imaginava que fosse tão difícil. A primeira experiência foi como ajudante de pedreiro, numa obra grande em que Murilo vinha trabalhando. Já começou errado, porque não tinha disposição pra carregar peso, não sabia virar uma massa, além de voltar sempre atrasado depois do almoço. Acabou dispensado pelo mestre de obras antes de fechar a primeira semana. Mesmo com o aluguel batendo na porta e a geladeira cada vez mais vazia, Biel sentiu uma espécie de alívio quando foi mandado embora. Na sua cabeça, não fazia o menor sentido trabalhar o dia inteiro, debaixo de sol e de chuva, pra ganhar vinte e cinco reais. O ônibus pegou a Niemeyer, e Biel, que tantas e mais tantas vezes já tinha passado por ali, ficou impressionado com a beleza do mar, a cor do céu, a luz do sol. A janela parecia um quadro. Toda essa atenção talvez se justificasse pelo fato de saber que, se rodasse com aquela mochila, ia ficar um bom tempo sem ver paisagem nenhuma. Biel ficou arrepiado só de imaginar. Tentando

²⁰⁶ Martins, 2022, p. 186.

esquecer os riscos envolvidos no trabalho, uma outra ideia, ainda mais sinistra, veio ocupar sua cabeça: e se caísse na mão dos vermes, só que, em vez de ser levado pra delegacia, eles decidissem roubar a carga pra vender em outra favela? Biel começou a fazer as contas; cada um daqueles cinco quilos podia facilmente virar mais cinco. Vinte e cinco quilos no total, se cada quilo rendesse em média uns oitenta mil, tinha com certeza mais de um milhão e meio naquela mochila.

O ônibus se aproximou do motel VIP's e Biel avistou a blitz que sempre marca daquela curva. Dois policiais revistavam um mototáxi, enquanto um terceiro controlava a passagem dos carros. Biel tava ligado que eles nunca paravam os ônibus naquele trecho, mas tudo parecia tão esquisito que já começou a ver a cena toda; os policiais entrando no coletivo, mandando os passageiros todos descerem, encostarem na lataria do veículo, abrindo sua mochila e dando aquele sorriso que só os vermes sabem dar quando vão foder com a vida de alguém, mas, num instante, a cena se desfez. Os policiais continuaram a revista no piloto da moto e o ônibus passou batido.

Depois do susto, Biel começou a se perguntar pra onde vai todo esse dinheiro que o tráfico rende. Uma coisa era certa, quem trafica na rua é que não vê nada disso. Pra ficar de atividade, correndo risco de rodar enquanto avisa, os moleques tão ganhando cem reais por semana. Um soldado com moral na hierarquia, que troca tiro e fecha em algum bonde importante, tá ganhando no máximo quinhentos por semana. O vapor ainda tem comissão, dependendo da boca levanta um dinheiro, mas também nada que justifique o risco de rodar com tanto flagrante numa bolsa. Quanto será que vai de arrego pros canas todo mês? E como funciona o esquema com os políticos, policiais e militares que permitem a entrada das cargas nas fronteiras? Ainda tem que pagar o matuto, manter os barracos de endolação, e além de tudo isso pensar numa logística que mantenha a loja aberta vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Essa visão fez Biel sentir que não era nada no meio dessa engrenagem. Nem ele, nem quem vende, quem troca tiro, quem pesa e endola, quem transporta no caminhão, quem prensa ou faz as misturas nas fazendas do Paraguai e da Colômbia.

Subiram vários passageiros quando o ônibus parou no Vidigal. Tudo morador, então Biel nem ficou escaldado com a presença de nenhum deles. Mesmo sem ter frequentado muito o morro, já faz algum tempo que Biel simpatiza com a ideia de morar no Vidigal. Desde a época em que precisavam sair da travessa Kátia, por causa do bagulho do Coroa, ele tenta convencer os amigos a se mudarem pra lá. Tem uma vista bolada, quase não falta água nem luz, dá muito menos caô com a polícia. O único problema é que, a cada dia que passa, o morro fica mais caro. Depois da UPP, o lugar encheu de gringo, o que fez subir o preço dos aluguel e do comércio geral. Com os três amigos desempregados, passando sufoco até pra se manter na Rocinha, Biel tá ligado que o Vidigal é uma realidade cada vez mais distante.

O ônibus passou direto pelo Leblon, e em poucos minutos Biel já podia ver o Jardim de Alah, seu destino.²⁰⁷

Na busca de contornos mais complexos, a narrativa demonstra que Biel para de traficar movido por uma série de fatores que, ao longo do tempo, tornaram insustentável sua permanência nesse universo. Inicialmente, o que parecia ser um “caminho promissor” para alcançar um estilo de vida desejado acabou revelando suas contradições e limitações.

O primeiro grande ponto de ruptura foi sua desilusão com o estilo de vida dos playboys. No começo, Biel via no tráfico uma forma de se inserir no mundo da elite, consumindo os mesmos bens, frequentando os mesmos lugares e vivendo experiências

²⁰⁷ Martins, 2022, p. 277-279.

que antes lhe eram inacessíveis. No entanto, com o tempo, percebeu que esse pertencimento era ilusório. As conversas vazias e o comportamento dos *playboys* começaram a parecer dúbios, evasivos. Assim, o personagem questionou se valia a pena gastar tanto dinheiro e se arriscar para se encaixar em um meio que, no fundo, não lhe oferecia expectativas reais de futuro. Paralelamente, o aumento da repressão policial com a instalação da UPP na Rocinha tornou a atividade mais perigosa. O deslocamento entre a favela e a Zona Sul passou a ser arriscado, dificultando o transporte de drogas para a praia, onde ele realizava grande parte de suas vendas. A presença ostensiva da polícia e o cerco crescente ao tráfico fizeram com que Biel reconsiderasse a viabilidade do negócio. Os riscos passaram a superar os benefícios, tornando a atividade cada vez menos atraente.

Além disso, Biel começou a desejar uma vida diferente. Ele cortou os laços com seus contatos na pista e abandonou a venda na praia, tentando se inserir no mercado de trabalho. Sua primeira tentativa foi como servente de pedreiro, uma ocupação desafiadora e distante do *glamour* que o tráfico para os jovens ricos prometia. Apesar das dificuldades e do choque de realidade, essa escolha demonstrava sua intenção de construir um futuro longe da constante apreensão imposta pela vida no crime.

A notícia de que seria pai também funciona como um catalisador definitivo. O filho por vir obriga Biel a repensar prioridades, deslocando o eixo de sua existência da performatividade social para a responsabilidade afetiva. Se antes ele corria riscos para sustentar uma máscara, agora a necessidade de estabilidade familiar o aproxima de valores antes rejeitados. Assim, encontra uma nova “meta”, vender roupas importadas no morro. Como conseguia as peças com um amigo que trazia dos Estados Unidos, planejava abrir uma loja com a namorada, Larissa, com o sonho de “virar empresário”. Essa nova aspiração, embora ainda no contexto da economia informal da favela, representa uma busca por estabilidade.

A trajetória de Biel evidencia a complexidade das escolhas enfrentadas por jovens periféricos. Embora o preconceito racial não recaia sobre este personagem, como acontece com seus amigos da Rocinha, ele também acaba por sofrer com as limitações impostas por sua classe social e pelas condições adversas das favelas. Nesse contexto, o envolvimento com o tráfico surge como uma alternativa que, de um lado, permite a satisfação imediata de desejos de consumo e a possibilidade de ascensão financeira, enquanto, de outro, representa uma resposta à escassez de oportunidades dignas no mercado de trabalho. A decisão de Biel de abandonar o tráfico parece ter sido motivada pela desilusão com o *status* supostamente conferido pelo dinheiro, pelo aumento da

repressão policial e pelo desejo de uma vida mais segura. No entanto, ao experimentar o “trabalho convencional”, ele se depara com condições de exploração extrema e uma remuneração que não compensa o esforço, levando-o a repensar essa alternativa. Assim, a partir desse personagem, a narrativa mostra o dilema constante para os jovens em situação de vulnerabilidade, que se veem pressionados entre a necessidade, o risco e a exploração. Embora a narrativa mostre que Biel abandonou o tráfico e seu sonho de abrir uma loja de roupas, sua história fica suspensa, deixando seu destino em aberto. Assim, o texto se desvia tanto da glamourização do crime quanto do discurso fatalista, buscando construir um retrato matizado da vida do personagem. Em vez de condenar Biel a um destino inevitável, abre-se espaço para que ele reflita, questione e, eventualmente, busque alternativas, por mais difíceis que elas sejam. O conflito entre a necessidade de sobrevivência, os riscos da ilegalidade e a precariedade da legalidade compõem um quadro mais amplo da exclusão social no Brasil, no qual as escolhas de jovens como Biel não são movidas apenas por desejos individuais, pois, antes disso, se alicerçam na ausência de condições materiais que estruturam favelas e periferias.

Após uma análise ampliada dos principais personagens dos dois romances e de suas relações com o trabalho, torna-se necessário recorrer a arcabouços teóricos que abordem o universo laboral, a exclusão social e suas conexões com o legado colonial, a racialidade e as iniciativas neoliberais. Esses marcos teóricos são fundamentais para a compreensão das trajetórias dos personagens, uma vez que estas emergem de um contexto histórico e estrutural em constante reprogramação — um sistema que, a cada nova etapa do desenvolvimento social e do capital, se mantém apto a conservar a marginalização, reafirmar a ordem hierárquica e continuar a explorar os recursos humanos.

Nesse sentido, a análise literária evidencia que a exclusão social vivida pela maioria dos personagens está intrinsecamente conectada ao passado colonial-escravista que moldou a estrutura socioeconômica brasileira. A herança desse período, marcado por práticas de desumanização e subordinação, não foi superada, mas transformada e incorporada às relações contemporâneas de trabalho. Os personagens carregam os resquícios materiais e simbólicos dessa história, o que se reflete na dificuldade de acesso ao emprego formal e na inserção recorrente em atividades laborais precarizadas. O

trabalho, portanto, revela-se como lugar em que a marginalização histórica se atualiza e se concretiza.

É nesse panorama que a questão da racialidade adquire importância analítica. Nessa instância, tal fator não se vincula meramente como marcador de identidade, como supõe o identitarismo liberal, pois questões relativas à raça operam como um eixo de diferenciação social que estrutura a forma como os sujeitos são incluídos ou excluídos dos circuitos de valorização econômica. A implementação de políticas neoliberais no Brasil contribuiu para agravar esse cenário, ao promover uma racionalidade mercadológica que naturaliza desigualdades raciais sob a aparência da meritocracia e da eficiência econômica. O trabalho informal, seja na prestação de serviços braçais, em atividades autônomas, seja no envolvimento com práticas ilícitas, surge como uma das expressões mais contundentes desse princípio, revelando como a informalidade, longe de representar liberdade ou autonomia, reforça a exploração e aprofunda a exclusão. Nesse contexto, os personagens dos romances se tornam, quase que em sua totalidade, invisíveis ao mercado formal, habitando o limiar entre a informalidade e a completa ausência do trabalho.

Para compreender de maneira mais ampla como essas dinâmicas de exclusão operam, consideramos fundamental distinguir racismo, preconceito racial e discriminação racial. Essa distinção permite uma leitura mais precisa dos mecanismos de reprodução da desigualdade racial no interior das relações sociais e de classe. O racismo, concebido como fenômeno estrutural, não se limita a atitudes individuais, mas organiza as práticas institucionais e os processos sociais de modo a beneficiar determinados grupos enquanto desfavorece outros. Já o preconceito racial se refere a julgamentos baseados em estereótipos, enquanto a discriminação racial implica o tratamento desigual de indivíduos com base na raça — sendo que, em sua forma indireta, pode ocorrer mesmo sem intenção explícita, como na “ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas”.²⁰⁸

Essas distinções conceituais se tornam especialmente relevantes quando articuladas às dinâmicas do mundo do trabalho no Brasil. É nesse ponto que a análise de Florestan Fernandes se revela particularmente esclarecedora. O autor oferece uma contribuição importante ao indicar a existência de uma “pobreza racializada”, demonstrando como o racismo está intensamente enraizado à estrutura de classes e ao legado escravista. Segundo Fernandes, “a posição do negro e do mulato na ordem

²⁰⁸ Almeida, 2019, p. 54.

econômica e social emergente, é que eles foram excluídos, como categoria social, das tendências modernas de expansão do capitalismo”.²⁰⁹ O fim formal da escravidão não implicou sua superação real ao deslocar os mecanismos de exclusão para novas formas sociais, nas quais o negro continua impedido de acessar plenamente os direitos de cidadania.

O raciocínio de Fernandes dialoga diretamente com a análise desenvolvida por Stuart Hall em “Articulation and Societies Structured”, que amplia a compreensão da convergência entre raça e classe. Hall argumenta que a raça, além de participar da configuração das relações de classe, também condiciona a maneira como essas relações são vividas, apropriadas e enfrentadas pelos sujeitos. Em suas palavras:

Raça é, portanto, também, a modalidade na qual a classe é “vivida”, o meio pelo qual as relações de classe são experimentadas, a forma na qual ela é apropriada e “lutada”. Isso tem consequências para toda a classe, não especificamente para seu segmento “racialmente definido”.²¹⁰

Essa concepção ressoa com a noção de colonialidade formulada por Aníbal Quijano, evidenciando como as hierarquias raciais e econômicas continuam entrelaçadas mesmo após os processos formais de abolição e descolonização, atualizando o domínio racial sob novas vestes.

Ainda nesse horizonte crítico, a leitura de Clóvis Moura expande a compreensão da marginalização negra no Brasil. Em *O negro: de bom escravo a mau cidadão*, Moura reconstrói a trajetória do negro brasileiro desde a escravidão até sua condição no mercado de trabalho em tempos mais atuais. Para ele, mesmo após a abolição, a imagem socialmente construída do negro como inapto para o trabalho qualificado persistiu, sendo

²⁰⁹ Fernandes, 1989, p. 82.

²¹⁰ Hall, 1980, p. 341, tradução nossa. O pensador jamaicano argumenta que a questão racial está articulada à experiência de classe, especialmente no contexto das classes trabalhadoras. No entanto, Hall também aponta que certos elementos ideológicos atuam no sentido de desestabilizar essa articulação entre raça e classe, fragmentando-a de forma superficial e enfraquecendo sua potência crítica, como irá definir: “Isso não é uma mera conspiração racista vinda de cima. Pois o racismo é também um dos meios dominantes de representação ideológica por meio do qual as frações brancas da classe passam a ‘viver’ suas relações com outras frações e, por meio delas, com o próprio capital. Aqueles que buscam, com efeito, desarticular algumas das sintaxes existentes da luta de classes (embora de tipo corporativista ou social-reformista) e rearticular a experiência de classe por meio das interpelações condensadas de uma sintaxe ideológica racista são, naturalmente, agentes-chave neste trabalho de transformação ideológica — esta é a luta de classes ideológica, buscada, precisamente, por meio da vinculação das classes dominadas ao capital por meio da articulação das contradições internas da experiência de classe com o racismo” (Hall, 1980, p. 341). Hall mostra-nos que a luta de classes não ocorre de forma homogênea, pois está atravessada por contradições internas, muitas vezes marcadas por identidades raciais. Essas identidades configuram experiências distintas, gerando clivagens e influenciando alianças políticas dentro da própria classe trabalhadora. Reconhecer essa articulação entre raça e classe é essencial para construir estratégias de resistência que evitem a armadilha da divisão racial. Só assim será possível avançar em direção a uma transformação efetiva das relações de produção e das estruturas de opressão racial.

instrumentalizada pelas classes dominantes como forma de manutenção da subalternidade. Moura argumenta que essa imagem negativa, que rotula o negro como “mau cidadão”, é uma racionalização forjada para justificar sua utilização como exército industrial de reserva e como mão de obra desqualificada, explorável conforme as conveniências do capital. Essa estigmatização se torna ainda mais intensa à medida que emerge um sujeito negro consciente de sua condição histórica, que busca, mesmo dentro das contradições da sociedade capitalista, construir sua autonomia. Paralelamente, Moura chama a atenção para a internalização, por parte da população negra, de normas comportamentais forjadas na escravidão e assimiladas mesmo após a libertação formal, o que gera um comportamento ambíguo, muitas vezes pautado na conformação como forma de sobrevivência diante da ausência de alternativas concretas.²¹¹

A partir dessas formulações, torna-se evidente que a organização do trabalho, tal como retratada nos romances em questão, pode ser melhor compreendida à luz das dinâmicas estruturantes do racismo. É nesse contexto que se insere a análise de Alessandra Devulsky, que contribui para desvelar a racialização do trabalho como fundamento da própria produção capitalista. Em seu texto “Estado, racismo e materialismo”, publicado na coletânea *Marxismo e questão racial*, Devulsky, embora não cite nenhum dos autores que utilizamos, irá articular os principais pontos discutidos, oferecendo uma síntese que integra as dimensões estruturais do racismo à dinâmica de funcionamento do capitalismo. Como escreve, as lutas de classe e as lutas antirracistas não podem ser dissociadas, pois ambas enfrentam um mesmo núcleo de reprodução social: a forma-valor. O capitalismo impede a superação do racismo caso não se ataque simultaneamente a estrutura econômica que o sustenta. Do mesmo modo, um movimento de trabalhadores que mantém em si o racismo e o sexismo não pode atingir o cerne do sistema capitalista. O racismo é entendido como um mecanismo funcional ao capitalismo, e não como um “desvio”. Ele opera como tecnologia de organização do trabalho, distribuindo de forma desigual a exploração — o que significa que trabalhadores racializados perdem o mais-valor que produzem em relação a outros. Dessa maneira, a identidade racial do trabalhador não é um dado externo ao capital, visto que é incorporada ao processo de sua valorização, tornando-se elemento estrutural da produção capitalista.

²¹¹ Moura, 1977, p. 21, 47-48.

Isso reforça a tese de que a reprodução do capital está condicionada à manutenção, sendo a diferença e a opressão partes integrantes da acumulação capitalista.²¹²

Ao fazer esse movimento, intencionamos tangenciar esses arcabouços teóricos com as perspectivas laborais dos personagens dos romances apresentados. Dessa forma, os argumentos passam a dialogar diretamente com as formas concretas pelas quais a estrutura racial opera e como ela recai insidiosamente sobre a maioria dos personagens que analisamos. Nesse sentido, revela-se o racismo como um elemento estrutural e operativo da racionalidade capitalista, especialmente em países marcados por heranças coloniais que se ramificam em sua estrutura.

No caso do Brasil, esse funcionamento se torna ainda mais evidente diante de um histórico de escravidão, ausência de reparação e persistência de uma *status* de racialização do trabalho que continua a organizar a sociedade. O racismo, nessas condições, atua como uma engrenagem precisa e eficaz para manter os mecanismos de exploração, operando, simultaneamente, em múltiplos níveis: na produção da desigualdade material, ao reservar à população negra os postos mais precarizados; na organização da sociedade, ao inferiorizar e desumanizar determinados corpos; e, na manutenção da ordem social, ao fragmentar as possibilidades de aliança entre os explorados.

Ao reforçar a funcionalidade do racismo na lógica da acumulação capitalista, essas análises revelam como esse fenômeno contribui diretamente para a estratificação da força de trabalho, criando hierarquias internas que fragilizam a solidariedade de classe e naturalizam a exploração diferencial. Assim, compreendê-lo como um pilar estrutural do capitalismo que atravessa as relações do trabalho — não como um problema pontual — é condição essencial para o desenvolvimento de projetos políticos e teóricos verdadeiramente transformadores. Nesse sentido, os autores mencionados nos parágrafos anteriores defendem que a crítica antirracista e a crítica anticapitalista não devem ser vistas como agendas paralelas, mas como frentes de uma mesma luta que, para ser efetiva, exige a desarticulação simultânea da forma-valor e das estruturas de opressão racial que lhe são constitutivas.

Essa articulação entre raça e capital se expressa de maneira concreta na vida dos personagens analisados, sobretudo no contexto que as obras abrangem, quando se observa a influência das iniciativas neoliberais. Desse modo, os personagens se veem aprisionados

²¹² Devulsky, 2021, p. 13.

em um ciclo de informalidade e instabilidade no qual a busca por alternativas menos precárias se torna quase impossível.

Nessa instância, para compreender os moldes da informalidade como aparecem nos romances, consideramos válido trazer as observações de Lúcio Kowarick, em *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, onde propõe uma leitura crítica da informalidade, distinguindo-a da concepção clássica baseada no modelo do capitalismo industrial europeu. Segundo o autor, ao contrário do que supõe a ideia de que o avanço industrial absorveria progressivamente toda a força de trabalho, o desenvolvimento capitalista na América Latina se dá de forma dependente, desigual e seletiva. Esse processo transforma apenas uma pequena parcela da população em trabalhadores assalariados formais, enquanto a maioria, especialmente aquela composta por minorias raciais e migrantes oriundos do êxodo rural, permanece à margem do setor industrial moderno.²¹³ Como evidencia Kowarick, essa marginalidade estrutural está ligada à favelização, à estratificação das camadas econômicas e à inferiorização histórica de determinados grupos sociais — constituindo, portanto, uma forma persistente e racializada de exclusão econômica, social e cultural.

É possível acrescentar as contribuições de Aníbal Quijano, que observa, no contexto periférico do capitalismo, uma dinâmica específica de exclusão da força de trabalho. Para o autor, a mão de obra disponível nesses territórios não se configura como uma reserva potencial para os setores hegemônicos da produção industrial, mas, ao contrário, constitui-se como uma força de trabalho estruturalmente descartada, mantida à margem dos circuitos centrais de valorização do capital:

a mão-de-obra disponível no mercado não constitui mais uma “reserva” para aqueles níveis hegemônicos da produção industrial, mas uma força de trabalho excluída, a qual à medida que mudanças na composição técnica do capital progridem, perde de um modo permanente e não transitório a possibilidade de ser absorvida naqueles níveis hegemônicos da produção, e especialmente na produção urbano-industrial, que tem hegemonia dentro da economia geral. Isto é, aqueles setores e níveis nas ‘posições-chave’ do sistema de produção capitalista não necessitam uma vasta massa de mão-de-obra disponível para seus fins de expansão da produção. Esta força de trabalho, então, não mais constitui em uma ‘alavanca’ ou ‘condição de existência’ do sistema de produção na sua fase atual.²¹⁴

A transformação da força de trabalho em uma massa estruturalmente excluída — que em outros contextos foi concebida como uma “reserva” para sustentar a expansão dos setores produtivos — está articulada à ideia de que a informalidade na América Latina é

²¹³ Kowarick, 1985, p. 71-72.

²¹⁴ Quijano, 1978, p. 43.

uma dimensão constitutiva do próprio modelo de desenvolvimento capitalista dependente. A exclusão dos trabalhadores, portanto, é uma parte orgânica e funcional da dinâmica que organiza as economias periféricas. Isso ocorre porque, nesse cenário, as economias locais são fortemente subordinadas aos interesses do capital internacional e à dinâmica dos mercados globais, em que as inovações tecnológicas e a reestruturação dos processos produtivos reduzem progressivamente a necessidade de grandes contingentes de trabalho manual. Como consequência, trabalhadores que historicamente já foram excluídos dos benefícios da industrialização são sistematicamente descartados. Assim, a informalidade e os aspectos que empurram para a marginalidade do trabalho se consolidam como um mecanismo estratégico de manutenção de um modelo econômico que concentra esforços nos setores mais lucrativos, intensivos em capital e tecnologicamente avançados, reforçando a hierarquização estrutural do trabalho e aumentando as desigualdades sociais.²¹⁵

Portanto, a transformação da mão de obra em um contingente de trabalhadores permanentemente excluídos reforça a ideia de que informalidade e marginalidade laboral são características estruturais do capitalismo na América Latina. Essa dinâmica não apenas corrobora as desigualdades sociais e econômicas, mas também mantém um padrão contínuo de dependência e subdesenvolvimento, em que a grande massa de trabalhadores é mantida à margem dos níveis hegemônicos da produção, contribuindo para a continuidade de um modelo de desenvolvimento desigual e excludente.

Aníbal Quijano, em sua discussão sobre a informalidade, cunhou o conceito de “polo marginal” para designar o conjunto de atividades e ocupações que, embora existam dentro do sistema capitalista, não são plenamente integradas ao seu circuito de acumulação. Para ele, esse setor marginalizado não é apenas herança de modos de produção pré-capitalistas, mas uma condição criada e mantida pelo próprio capitalismo periférico. Assim, a informalidade do trabalho se mostra como um efeito necessário para o modo de produção capitalista na periferia global.²¹⁶

Amarrando essas colocações às ideias de Lúcio Kowarick, podemos ampliar a análise. Segundo ele, o desenvolvimento industrial na América Latina ocorreu de forma seletiva, absorvendo apenas uma parcela reduzida da força de trabalho para o setor formal, enquanto a maioria da população foi empurrada para a informalidade e a precarização.²¹⁷

²¹⁵ Quijano, 1978, p. 43.

²¹⁶ Quijano, 1978, *passim*.

²¹⁷ Kowarick, 1985, p. 71-72.

Dessa forma, a informalidade não pode ser considerada um fenômeno exclusivamente associado à lufada neoliberal dos anos 1990; ela é, antes, resultado de processos históricos que envolvem aspectos econômicos, sociais e espaciais. Esse fenômeno está intimamente ligado à formação das favelas e periferias, à estratificação econômica e à discriminação racial, configurando uma marginalidade que vai além da esfera produtiva ao estruturar o tecido social urbano e aprofundar desigualdades históricas.

O entrelaçamento das análises de Kowarick e Quijano revela a complexidade do processo de exclusão que permeia o desenvolvimento capitalista na América Latina. Kowarick destaca que a informalidade emerge de um modelo de industrialização seletivo, o qual absorve apenas uma fração da força de trabalho formal e empurra a maioria para condições marcadas por favelização, estratificação econômica e desafios laborais, agravados pela inferiorização racial e pelo êxodo rural. Em complemento, Quijano argumenta que essa mão de obra, longe de representar uma reserva de mercado para os setores dominantes, constitui-se como uma força de trabalho sistematicamente excluída, inserida no próprio sistema de acumulação. Ambos os autores, portanto, demonstram que o sistema de acumulação, longe de eliminar relações de produção consideradas arcaicas, as ressignificam e as incorporam de maneira funcional. Nesse contexto, a informalidade e a marginalidade são resquícios do passado e elementos essenciais e funcionais à reprodução do capitalismo periférico.

Embora os autores falem de um panorama geral, que se aplica ao contexto latino-americano, essas premissas não se dissociam do contexto brasileiro. Ainda que tenhamos em nosso país alguns contextos bem específicos em relação aos moldes que o capital assume, as análises feitas, ainda assim, se encaixam com exatidão dentro do modelo capitalista que aqui se perfaz.

Sob esse prisma, voltando essas observações para os romances analisados, principalmente quando direcionamos nosso olhar para as trajetórias dos personagens e as situações por eles vivenciadas, percebemos o desenvolvimento desses padrões, que se dão de forma recorrente. Tais prospectos se tornam evidentes, quando, em primeiro lugar, percebemos que a necessidade figura como vetor central, levando os personagens a recorrerem à informalidade diante da escassez de empregos formais. Em segundo, observa-se uma ampla diversidade de atividades informais — que vão desde serviços braçais, como carregar materiais e animar festas, até práticas ilícitas —, o que evidencia a criatividade adaptativa exigida para a sobrevivência em contextos de exclusão. Em terceiro lugar, a instabilidade marca todas essas formas de trabalho — como nos exemplos

de Capachão, que, ao perder o emprego na borracharia, se vê à beira da indigência; Wesley depende de bicos esporádicos e, por vezes, não obtém nenhum rendimento, dada a concorrência com muitos outros na mesma situação; Biel, embora inicialmente motivado por desejos superficiais, envereda pelo tráfico de drogas por considerá-lo uma via mais “acessível”. Por fim, a busca por alternativas menos precárias aparece na tentativa de desempenhar atividades autônomas, hoje idealizadas como iniciativa empreendedora — Douglas sonha em ter seu próprio estúdio de tatuagem, Wesley aspira a ser mototaxista, e Matcheros chega a organizar sua própria firminha.

Outro aspecto importante relacionado à dinâmica do trabalho, especialmente quando contrastado às análises de Quijano e Kowarick, é o impacto desse cenário sobre os jovens que vivem em contextos periféricos, como os retratados nas obras de Ferréz e Martins. A exclusão dessa juventude não se limita exclusivamente à ausência de oportunidades formais de emprego, pois, antes de mais nada, reflete um conjunto de fatores estruturais que ampliam sua vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, a análise de Nancy de Deus Vieira Silva e Ana Lúcia Kassouf, no artigo “A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro”, contribui para dimensionar esse problema. Segundo as autoras, a exclusão dos jovens no Brasil se manifesta, principalmente, por meio das altas taxas de desemprego. Em 1998, por exemplo, período aproximado em que se ambienta *Capão pecado*, 17,2% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados, representando quase metade do total de desempregados no país.

As autoras identificam vários fatores para essa exclusão. Além das já conhecidas barreiras relacionadas à baixa escolaridade e à falta de experiência profissional, a discriminação racial surge como elemento decisivo. Segundo os dados apresentados na pesquisa, jovens negros enfrentavam taxas de desemprego significativamente mais altas do que os jovens brancos, tanto entre homens quanto entre mulheres, revelando a persistência do racismo estrutural como obstáculo à igualdade de oportunidades. A renda familiar também exerce papel determinante, já que jovens oriundos de famílias de baixa renda enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado, enquanto aqueles de famílias com melhores condições econômicas podem optar pela inatividade, por não sofrerem a pressão imediata da necessidade de sustento, conseguindo, assim, investir em formação, como já mencionamos.

Os elementos evidenciados na pesquisa contribuem para compreender os dilemas vividos por personagens como Rael e seus amigos da vielinha, quando discutem as dificuldades de encontrar emprego em meio à escassez de oportunidades:

Chegou a cumprimentar os trutas, Cebola foi lhe perguntando como tinha sido o dia de serviço, Rael respondeu que tinha sido como os demais dias, sem novidade.

— É, pelo menos você tá trampando, né, Rael?

Com essa afirmativa, Rael se lembrou da situação do amigo e perguntou:

— E aí, Amaral, e os trampos?

— Ah! Tá foda, meu, tô procurando toda segunda e terça, mas tá uma dificuldade de fazê uma ficha que só você vendo, mano.

— Eu imagino, mano, esse governo fodeu todo mundo mesmo. Pra você vê, de todos os caras que têm aqui, só quem tá trabalhando é o seu irmão e o Cebola, que trabalha no Bob's.

Cebola entrou na conversa.

— É, eu também tô procurando trampo por fora, Rael, afinal o Bob's paga mó mixaria, mano, e lá em casa só tem o dinheiro da aposentadoria do meu pai [...] ²¹⁸

Como mostra esse excerto de *Capão pecado*, Amaral, Cebola e Rael enfrentam as limitações impostas pelas poucas oportunidades de trabalho disponíveis para jovens das periferias. As ocupações acessíveis a esses jovens, que muitas vezes buscam complementar a renda familiar, concentram-se em empregos que comprometem a qualidade de vida ou em funções exaustivas, caracterizadas por jornadas longas, pouca margem para descanso e remuneração mínima. Nesse trecho se percebe até mesmo o desafio de preencher fichas de candidatura.

Conquanto a narrativa não detalhe explicitamente os motivos que dificultavam o preenchimento desses formulários, em primeira instância, é possível inferir que esse entrave se relaciona com o contexto da época, marcado pelo fortalecimento das políticas neoliberais no campo do trabalho. Nesse cenário, as contratações passaram a valorizar, de maneira crescente, a habilidade técnica e a capacidade operacional dos candidatos, devido à automação e à redução de custos com a contratação de pessoal, atributos que, muito provavelmente, os personagens não possuíam em razão de uma baixa escolaridade e da ausência de acesso a cursos de qualificação que pudessem lhes conferir a expertise desejada pelo mercado. Além disso, o local de residência dos personagens desempenha também um papel fundamental na exclusão do mercado de trabalho. O estigma associado às áreas periféricas, somado às dificuldades logísticas, como os elevados custos com transporte e o risco de atrasos, contribuem para que as empresas desestimulem a contratação de jovens oriundos de regiões como o Capão Redondo, em contraste com candidatos que residem em áreas centrais. Esse preconceito territorial reforça as barreiras que limitam as oportunidades de inserção profissional. Vale reforçar que a segregação socioespacial é resultado de dinâmicas históricas de expansão urbana e exclusão

²¹⁸ Ferréz, 2016, p. 83.

imobiliária. Enquanto a concentração de empregos formais se dá em regiões centrais, os moradores de áreas periféricas são forçados a buscar trabalho fora de suas localidades. O acesso a essas áreas se torna mais um desafio, uma vez que o crescimento desordenado de favelas e bairros periféricos resultou em uma configuração marcada por vias estreitas e irregulares. Essa infraestrutura precária limita significativamente o alcance de serviços básicos, como o transporte público, e dificulta, até mesmo, o deslocamento interno aos pontos de ônibus, exigindo que os moradores percorram longas distâncias a pé antes de iniciarem o trajeto principal. Mesmo que algumas regiões periféricas tenham passado por melhorias no sistema de transporte, a distância em relação aos centros econômicos continua sendo um fator determinante que mantém os níveis de acessibilidade significativamente baixos. Essa dinâmica é ilustrada em um trecho de *Via Ápia*:

Era bom também que morava na Rocinha; pelo que ouviu de alguns papos antes de ser chamado pra entrevista, a maior parte dos concorrentes morava lá pra Zona Oeste, alguns na Zona Norte. Como o restaurante fica em São Conrado, é muito mais jogo chamar alguém que mora perto, que pode ir andando. Além de economizar na passagem, tem menos chances do funcionário chegar atrasado.²¹⁹

O trecho demonstra que a proximidade entre residência e local de trabalho é vista pelos empregadores como uma vantagem considerável. Para Washington, morar na Rocinha representa uma economia significativa para o empregador, reduzindo os custos com transporte e diminuindo as chances de atrasos. Em contraste, os demais candidatos, oriundos de periferias mais distantes, como a Zona Oeste ou a Zona Norte do Rio de Janeiro, sofrem com a dificuldade de deslocamento diário. O trecho, embora coloque a situação de Washington como “vantajosa”, evidencia a exclusão de oportunidades para os demais candidatos devido à distância. A questão da inviabilidade de contratação demonstra como a dificuldade de mobilidade urbana colabora como fator de exclusão para as populações periféricas.

Para demonstrar, ainda que brevemente, esse fator, verificamos o que aponta o artigo “Espriamento urbano e exclusão social: uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho”. O estudo evidencia como a marginalização no mercado de trabalho em cidades como o Rio de Janeiro está altamente relacionada à desigualdade histórico-espacial que marca o processo de urbanização e segregação socioeconômica. Por esse prisma, a valorização da proximidade no ambiente de trabalho revela uma circunstância em que os benefícios do acesso

²¹⁹ Martins, 2022, p. 80.

facilitado a serviços e oportunidades, em muitos casos, ficam restritos, a uma parcela privilegiada.²²⁰ Em áreas de maior renda, ainda que distantes das regiões centrais, o transporte público não se configura como única forma de acesso ao trabalho. Em casos como esse, a insuficiência do transporte público se compensa com o uso de veículos particulares, o que evidencia que a mobilidade está intrinsecamente ligada ao poder aquisitivo.²²¹ Ainda que esse cenário não se aplique diretamente ao cotidiano de Washington, a questão ressalta problemas que seriam enfrentados por outros candidatos o que, de maneira geral, demonstra mais um dos fatores que excluem os periféricos do acesso a oportunidades.

Outro fator determinante de exclusão laboral é a dimensão racial, elemento que perpassa todas as esferas da sociedade brasileira. Essa dinâmica, como já colocamos, tem raízes históricas, originárias da escravidão, que não apenas desumanizou, mas também estabeleceu as bases para uma ordem social na qual a exploração e a marginalização dos negros se tornaram práticas sistemáticas. Ao longo dos séculos, a naturalização da desigualdade social do negro perpetuou a ideia de que as condições precárias e a vulnerabilidade são inerentes a esse grupo, reforçando estigmas e barreiras que persistem até os dias atuais. Essa é uma das muitas situações nas quais o racismo opera como um mecanismo silencioso, fazendo com que a ausência de manifestação explícita se revele como método eficaz de exclusão. Sua forma velada fortalece inconscientemente certas práticas de submissão e padrões que reforçam as hierarquias sociais, beneficiando a exploração.²²² Essa discriminação implícita se evidencia na oferta desigual de oportunidades, no acesso restrito a cargos mais qualificados e na persistente segregação ocupacional, que direciona a população negra para funções com menor remuneração e

²²⁰ Carneiro *et al.*, 2019, p. 66.

²²¹ Carneiro *et al.*, 2019, p. 66. Os autores do texto irão apontar, por exemplo, a vantagem que moradores da Barra da Tijuca têm em relação à mobilidade. Embora a região careça de transporte público adequado, “o transporte público não é a única forma de acesso à cidade. Mesmo acessando uma quantidade pequena de empregos em 1 hora, a Barra da Tijuca tem a segunda maior renda familiar do município, com uma média de R\$ 8.074 mensais. O acesso dessas camadas se dá fundamentalmente por automóveis, para os quais há autoestradas em todas as direções” (Carneiro *et al.*, 2019).

²²² Como disserta Kabengele Munanga, em “As facetas de um racismo silenciado”, o racismo no Brasil é silenciado, implícito e não institucionalizado — ou seja, diferente do sul dos Estados Unidos antes das lutas pelos direitos civis ou como no *apartheid* sul-africano —, em grande parte devido à força do mito da democracia racial. Munanga argumenta que existe no país um “preconceito de ter preconceito”, o que significa uma “tendência geral do brasileiro de negar seus atos discriminatórios” (Munanga, 1996, p. 214). A discriminação é negada pela maioria dos brasileiros, que sempre apontam o outro como racista, mas nunca a si mesmos. É esse silêncio, segundo o pensador brasileiro-congolês, que impede a tomada de consciência coletiva sobre o racismo.

segurança, lembrando o trecho de *Via Ápia*, no qual Washington reflete sobre suas chances de chegar a garçom:

Não tinha pra onde correr, até porque se quisesse crescer ali dentro, chegar um dia a garçom, podia nem pensar em vacilar. Depois de três meses na casa, Washington já tava ligado muito bem nas regras do jogo; no salão trabalhavam os cearenses, paraibanos, sempre os mais clarinhos, os galegos, como eles falam. Enquanto isso, quanto mais escuro, mais longe dos clientes; em geral na cozinha, na faxina, essas paradas. Depois de pegar essa visão, ficou claro que não podia dar mole.²²³

O contexto do mercado de trabalho, como mostrado no excerto, revela de forma enfática os vínculos entre raça, classe e exclusão social. Nesse cenário, como observa Alessandra Devulsky, “o racismo colabora na diferenciação das tarefas por meio de uma hierarquia baseada no recorte racial, na qual ‘certos trabalhadores perdem uma parte maior do mais-valor que eles criam do que outros’”.²²⁴ A autora ainda destaca que os arranjos sociais que escamoteiam essa amarração de fundo à forma-mercadoria operam justamente para dificultar a percepção da articulação estrutural entre capitalismo e racismo.²²⁵ Notam-se, assim, as razões pelas quais a população negra se encontra majoritariamente concentrada em ocupações precárias, com altos índices de informalidade e pouca proteção trabalhista. Essas circunstâncias não só limitam o acesso a benefícios e direitos fundamentais, como também reduzem as probabilidades de ascensão profissional e de mobilidade social.

A segmentação racial, como exposto, é evidente no mercado de trabalho, já que a população negra está majoritariamente concentrada em ocupações precarizadas, com altos índices de informalidade.²²⁶ Como destaca Erik Chiconelli Gomes, no artigo “Retrato do racismo estrutural no trabalho”, a análise de dados revela que as relações

²²³ Martins, 2022, p. 149.

²²⁴ Devulsky, 2021, p. 13.

²²⁵ Devulsky, 2021, p. 13.

²²⁶ Como aduz o artigo “Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil”, de Cristiane Lourenço, apesar do aumento da escolaridade da população negra, impulsionado por políticas afirmativas, essa qualificação não se traduz em acesso equitativo ao mercado. Profissionais negros com formação superior frequentemente atuam em funções desalinhadas com sua qualificação, enquanto cargos de liderança permanecem majoritariamente ocupados por brancos, cenário que não gera questionamento social, evidenciando a naturalização do racismo. O racismo fundiário, por sua vez, reforça a segregação urbana, limitando o acesso de negros e indígenas a áreas centrais e concentrando-os em regiões periféricas com infraestrutura deficiente e menor oferta de empregos. A formação de favelas está diretamente ligada a essa exclusão histórica do acesso à terra. Formas contemporâneas de trabalho análogo à escravidão reproduzem estruturas de dominação racial, com dados de 2022 indicando que a maioria dos resgatados dessas condições são negros. Paralelamente, a desvalorização profissional de mulheres negras é sustentada por estereótipos históricos que as associam a funções subalternas, justificando salários mais baixos e condições degradantes. Essa dinâmica reflete como o legado escravocrata continua a moldar relações laborais, nas quais a exploração se renova sob novas roupagens (Lourenço, 2023).

laborais no Brasil estão enraizadas em um histórico de desigualdades e exclusões. O autor evidencia a persistência de um mercado de trabalho excludente ao mostrar que, em 2020, 72,9% das pessoas desempregadas eram negras, ilustrando de forma direta como o racismo estrutural se manifesta no universo do trabalho. Esses números ressaltam que as barreiras de acesso ao emprego formal são sistemáticas e vinculam a exclusão a fatores como falta de oportunidades educacionais, segregação de funções no mercado de trabalho e, até mesmo, discriminação nos processos seletivos.²²⁷

Percebe-se uma convergência entre raça, classe e condições laborais nesses romances, revelando como o preconceito se incorpora na própria estrutura do mercado de trabalho. Em *Via Ápia*, por exemplo, as descrições das funções exercidas no restaurante, apresentadas pelo narrador a partir do ponto de vista de Washington, evidenciam uma estrutura perversa na distribuição das tarefas: quanto mais distante do contato direto com o público, mais pesado é o trabalho e maior é a probabilidade de que ele seja realizado por pessoas negras. Essa associação entre trabalho árduo e cor de pele evidencia um mecanismo estrutural, no qual o racismo se manifesta em atitudes implícitas naturalizadas ao longo do tempo, relegando os negros a funções menos valorizadas, de maior desgaste físico e com remunerações baixas.

Esse processo de racialização do trabalho, ao naturalizar a associação entre cor da pele e atividades laborais degradantes, permite articular as experiências retratadas nas obras a um debate mais amplo sobre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho. Considerando ainda os contextos laborais retratados nas obras analisadas e a maneira como os personagens expressam o desejo de se inserirem no mundo do trabalho, é possível compreender esse quadro à luz da concepção de Ricardo Antunes, que propõe uma releitura contemporânea da classe trabalhadora. Para o autor, trata-se da “classe-que-vive-do-trabalho”, uma categoria que abrange todos aqueles cuja sobrevivência depende da venda da força de trabalho, ainda que em condições cada vez mais precárias e fragmentadas. Este conceito busca ser abrangente e amplia a noção de proletariado proposta por Marx, com a colaboração de Engels, como noção de classe trabalhadora e assalariada, em que o “proletariado era essencialmente constituído pelos produtores de mais-valia, que vivenciavam as condições dadas pela subsunção real do trabalho ao capital”.²²⁸ Antunes propõe o termo “classe-que-vive-do-trabalho” “para englobar tanto

²²⁷ Gomes, 2023.

²²⁸ Antunes, 2009, p. 103.

o proletariado industrial, como o conjunto dos assalariados que vendem a sua força de trabalho (e, naturalmente, os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital)”.²²⁹ A terminologia possui uma abrangência que ultrapassa a dicotomia entre trabalho formal e informal — incluindo a totalidade de homens e mulheres que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver — e contempla tanto o núcleo central dos trabalhadores produtivos, responsáveis diretamente pela criação de mais-valia, quanto aqueles que exercem funções consideradas “improdutivas” no sentido marxiano, como os trabalhadores do setor de serviços.²³⁰ Essa noção, ainda

incorpora o proletariado *precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos McDonald’s, os trabalhadores *hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores *desempregados*, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego* estrutural.²³¹

Segundo o autor, a reconfiguração das relações laborais no contexto atual revela uma ruptura com o modelo tradicional de emprego formal e estável, dando lugar a novas formas de exploração. Esse processo, por sua vez, amplia os mecanismos de marginalização, sobretudo entre os grupos historicamente vulnerabilizados — abordagem que dialoga diretamente com os personagens que se situam justamente no limiar entre formalidade, informalidade e negação de trabalho, revelando uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada e heterogênea.

As observações de Antunes confirmam-se na narrativa de *Capão pecado* quando destaca a trajetória daqueles que, excluídos dos circuitos formais de trabalho, se veem obrigados a buscar alternativas precarizadas no ambiente formal ou na economia informal. Cebola, por exemplo, que trabalha no Bob’s, integra aquilo que Antunes denomina “o novo proletariado dos McDonald’s”.²³² Em redes *fast-food* como essas, o trabalho exige que o funcionário seja multifuncional e constantemente adaptável, já que

²²⁹ Antunes, 2009, p. 103.

²³⁰ Antunes, 2009, p. 103.

²³¹ Antunes, 2009, p. 103. Ricardo Antunes reforça essas formulações dizendo que, nesse contexto, pensa “basicamente nos trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho, em enorme expansão no capitalismo contemporâneo, e também naqueles que trabalham por conta própria, que prestam serviços de reparação, limpeza etc., excluindo-se, entretanto, os proprietários de microempresas etc. Novamente, a chave analítica para a definição de classe trabalhadora é dada pelo assalariamento e pela venda da sua própria força de trabalho. Por isso a denominamos classe-que-vive-do-trabalho, uma expressão que procura captar e englobar a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho” (Antunes, 2009, p. 104).

²³² Antunes, 2009, p. 103.

os empregadores o veem como substituível a qualquer momento.²³³ Sob o discurso da “flexibilidade”, o trabalhador é realocado continuamente, sendo designado para diferentes funções, conforme as demandas imediatas da empresa. Esse processo ocorre sem qualquer estabilidade, reforçando a precarização que rege essas ocupações, já que essas empresas seguem a cartilha neoliberal de otimização e exploração máxima do trabalho pelo mínimo pagamento.²³⁴ Empregos como o de Cebola, comuns entre os estratos sociais mais baixos, não apenas refletem a baixa escolaridade e o acesso limitado a bens culturais e materiais, mas também evidenciam uma estrutura de exploração que subordina os indivíduos às necessidades do mercado, impedindo que desenvolvam trajetórias profissionais que lhes permitam escapar da instabilidade e do subemprego. Dessa forma, o que se apresenta como uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho acaba por aprisioná-los em um sistema de exaustão física e mental, no qual a ascensão social se torna um ideal distante e inalcançável.

Ao padronizarem as experiências de trabalho informal — tendo atuado como servente de pedreiro, vendedor de vassouras, panfleteiro, homem-placa, entre outras —, Ferréz e Geovani Martins constroem narrativas marcadas pelas dificuldades vividas por eles mesmos e por outros moradores das periferias. Por permanecerem vinculados aos territórios onde nasceram, cresceram ou ainda vivem e mantêm laços afetivos e sociais, os autores mantiveram um contato direto com as realidades cotidianas da informalidade, da precarização laboral e, em muitos casos, da completa exclusão do mercado de trabalho. Essas vivências são transpostas para suas obras, que, embora apresentem fragilidades no desenvolvimento narrativo e na elaboração estética, oferecem um retrato contundente de um cenário mais amplo das formas de exploração e exclusão que marcam a experiência social nas periferias. Trata-se de um quadro atravessado por desigualdades estruturais, agravadas pelo capitalismo contemporâneo, em que a exploração da mão de obra barata se torna uma constante.

Nesse contexto, a caracterização dos personagens como integrantes da classe trabalhadora periférica dialoga com as análises de Ricardo Antunes sobre a reconfiguração do trabalho no capitalismo contemporâneo, especialmente no que diz respeito à constituição da “classe-que-vive-do-trabalho”, segmento formado por trabalhadores marcados pela precarização extrema, rotatividade, informalidade e

²³³ Arend; Reis, 2009, p. 142.

²³⁴ Arend; Reis, 2009, p. 142.

exclusão persistente das formas tradicionais de assalariamento. Trata-se de uma fração da classe trabalhadora cuja inserção produtiva se dá de maneira instável e subordinada às mecânicas flexíveis e excludentes do capital, operando muitas vezes à margem dos direitos laborais conquistados, como vemos nos dois romances analisados.

Essa configuração também se articula com outras ponderações de Lúcio Kowarick, que identifica a centralidade da informalidade como uma característica estrutural das sociedades latino-americanas, em que a informalidade é um elemento constitutivo da organização do trabalho, especialmente nas grandes metrópoles. A presença massiva de trabalhadores informais, autônomos ou subempregados revela a funcionalidade dessa precariedade para a reprodução do capital, ao manter amplos contingentes de trabalhadores em condições de vulnerabilidade extrema e sujeitos à superexploração.

Em outros termos, o capitalismo da Região desenvolve-se transformando pequena parcela da força de trabalho em trabalhadores assalariados: ao se desenvolver, libera parte da mão-de-obra vinculada às relações de produção “tradicionais”, que não consegue se transformar em assalariada. Mas esta “liberação” não é aleatória. Ela é criada com a intensificação do processo industrial, dando origem a vastas parcelas de mão-de-obra que passam a operar sob ‘novas’ relações de produção ‘arcaicas’, presentes em boa parte das atividades integrantes do setor terciário da economia [...] E o mais importante é que tanto a manutenção destas formas “tradicionais”, como a criação de ‘novas’ são parte integrante de um modo de produção que, não obstante ser em sua dinâmica essencial de corte nitidamente capitalista, no processo de sua acumulação, as articula e delas se alimenta.²³⁵

A reestruturação do capitalismo apontada por Kowarick amplia as formas de inserção precária na economia e reforça os mecanismos de exclusão social. Um exemplo disso é a trajetória de Wesley, que enxerga no trabalho como motoboy a possibilidade de maior autonomia e liberdade em relação a outras ocupações. Embora, na narrativa, essa atividade apresente características distintas das observadas atualmente, sua expectativa permite estabelecer paralelos com o que ocorre dentro do contexto da uberização, já que são os indivíduos com projetos similares aos de Wesley que são os cooptados por esse modelo.²³⁶

²³⁵ Kowarick, 1985, p. 65.

²³⁶ No estudo “Ganhadores do Século XXI: motoristas de aplicativos, informalidade e relações raciais” (2022), Luiz Vinícius de Souza Fernandes traça um paralelo entre os trabalhadores uberizados atuais e os “ganhadores” do período escravocrata, mostrando como formas históricas de exploração do trabalho são reatualizadas no capitalismo periférico brasileiro. Assim como os ganhadores — majoritariamente negros, que entregavam parte de seus ganhos aos senhores — os motoristas e entregadores de aplicativos hoje operam sob uma lógica de espoliação, submetidos ao controle algorítmico e sem garantias trabalhistas. Apresentados como autônomos, esses trabalhadores enfrentam jornadas exaustivas e instabilidade, reproduzindo a desigualdade racial e social herdada da escravidão. Dados recentes

Em outra dimensão, do que até aqui tratamos, observamos personagens que tentam escapar de formas que podemos chamar “trabalhos convencionais”, como é o caso de Biel em *Via Ápia*, cuja trajetória se vincula ao tráfico. Embora inserido na ilegalidade, o tráfico é representado como uma alternativa de trabalho informal que coexiste com outras formas precárias de ocupação. Trata-se de uma atividade de alto risco, mas que se revela economicamente mais viável do que outras opções informais disponíveis à população marginalizada.²³⁷

No universo do romance de Geovani Martins, o envolvimento com o tráfico surge como uma resposta direta à ausência de oportunidades legítimas de ascensão social e inserção no mercado formal. A escolha desse caminho por Biel, ainda que seja permeada por desejos supérfluos que proporcionem a ele um estilo de vida como o dos *playboys* da Zona Sul carioca, demonstra uma tentativa de ressignificar sua condição de exclusão, oferecendo-lhe, ainda que de forma precária e instável, algum grau de autonomia e poder econômico. Trata-se de uma escolha atravessada por contradições: se de um lado, proporciona ao personagem um senso de pertencimento ao agenciar, mesmo que de forma superficial e ilusória, sua mobilidade; por outro, reforça sua vinculação a um sistema de exploração e o coloca sob constante ameaça de repressão, violência e exclusão. Assim, o envolvimento com o tráfico deve ser compreendido não apenas como uma adesão ao crime, mas como resposta desesperada — e, em muitos casos, estratégica, como nos parece a de Biel — à negação sistemática de direitos, ao cerceamento de possibilidades e à submissão passiva às estruturas que conformam a exclusão.

Nesse sentido, o tráfico é apresentado como uma alternativa que, apesar de suas consequências para a segurança e a integridade pessoal, torna-se uma opção viável para aqueles excluídos das formas ditas legítimas de inserção no sistema econômico, sobretudo em contextos de extrema vulnerabilidade. Essa escolha evidencia a complexidade das respostas individuais diante de um sistema que nega oportunidades concretas de sobrevivência, revelando como o crime, nesse cenário, pode se inserir nas dinâmicas de adaptação, sobrevivência e sucesso determinadas pelo próprio capitalismo. O tráfico,

reforçam essa leitura: mais de 60% dos entregadores se autodeclararam negros, são majoritariamente homens jovens, de baixa escolarização e que pertencem às classes C, D e E.

²³⁷ É importante destacar que o tráfico, enquanto modalidade de inserção econômica, envolve uma série de *nuanças* relacionadas a disputas de poder e dinâmicas específicas de exploração. No entanto, tais aspectos não serão explorados, a fim de manter o foco da análise e evitar um desdobramento que desvie do argumento central.

portanto, mostra-se como uma forma de agência moldada pelas dimensões do próprio sistema e torna-se, também, parte indissociável de seu mecanismo.

Para finalizar, há ainda as conotações que envolvem os personagens no âmbito do trabalho nas agências de segurança pública e no serviço militar, como os casos de Capachão e Murilo. Os personagens simbolizam um segmento da sociedade que, ao depender exclusivamente da economia informal, se encontra à mercê das variações dessas funções. No caso de Capachão, a perda do emprego informal não implica apenas a redução da renda, revela uma condição ainda mais grave: na informalidade, a ausência de garantias trabalhistas aumenta a precariedade e expõe o trabalhador à iminente exclusão total, colocando-o sob o risco real da indigência.

Assim, a partir da narrativa de Capachão, *Capão pecado* ilustra uma trajetória permeada pela vulnerabilidade que empurra para outras alternativas. A tentativa de ingressar na polícia militar surge como uma estratégia de sobrevivência, uma busca por estabilidade que, apesar de seus riscos, se apresenta como uma possibilidade de resgate diante da total miséria. Essa escolha, no entanto, não é isenta de conflitos, pois, ao se aproximar de uma instituição estatal que frequentemente se coloca em oposição aos interesses das comunidades periféricas, Capachão se vê forçado a reconfigurar sua própria identidade e seu vínculo com a comunidade.

Tal situação se relaciona, em analogia, à trajetória de Murilo, no romance *Via Ápia*, cuja escolha do serviço militar como forma de inserção no mercado de trabalho revela um cenário repleto de *nuances*. Por um lado, Murilo enxerga essa alternativa como uma possibilidade de superar suas limitações socioeconômicas; por outro, esse mesmo caminho se mostra contraditório quando o personagem se vê diante do poder de decidir sobre a vida de pessoas que atravessam as mesmas condições de vulnerabilidade social e econômica que a sua. Embora o ingresso no exército represente uma alternativa ao desemprego ou à informalidade e ofereça uma fonte de renda estável, também impõe um conflito, pois, entre suas funções, Murilo estaria incumbido de oprimir pessoas de comunidades como aquela em que vive.

No que diz respeito às relações possíveis entre os dois personagens, Capachão se distingue de Murilo por não aparentar enfrentar o mesmo dilema ético que marca o personagem de *Via Ápia*. Na narrativa de *Capão pecado*, embora de forma implícita, percebe-se que Capachão é rapidamente capturado pela lógica da repressão violenta. Essa ideia se manifesta quando Matcherros, amigo que o havia ajudado em um momento de vulnerabilidade, o vê entre um grupo de policiais que o aborda. Diante da situação,

Capachão opta por se esconder e não intervir. A omissão ganha contornos ainda mais graves ao considerarmos que esse mesmo grupo policial será responsável por uma chacina no Capão Redondo, da qual Capachão, possivelmente, também teria participado.

O trabalho nas forças de segurança pública, embora muitas vezes percebido como uma saída para a precariedade, evidencia a armadilha por trás dessa aparente oportunidade econômica, pois aquilo que se apresenta como promessa de estabilidade e segurança financeira acaba, na prática, por subverter tais possibilidades. Indivíduos como Murilo e Capachão se tornam engrenagens de um sistema que atua para reprimir as demandas populares e preservar as dinâmicas de exclusão que o sustentam. Nesse processo, ao servirem a essa dimensão opressiva, também são por ela consumidos e vitimados. A incorporação de pessoas como esses dois personagens à estrutura repressiva do Estado evidencia uma perversidade maior, sintetizada nas palavras de Marcelo Freixo: “A tragédia carioca e brasileira é ver homens de preto, quase todos pretos, matando homens pretos.”²³⁸

Às sombras da servidão: a repetição de papéis subalternos e as raízes da exploração no trabalho doméstico

O papel das mães nas obras *Capão pecado* e *Via Ápia* é um aspecto relevante a ser explorado. Dona Maria e Dona Marli, ambas empregadas domésticas, representam o arquétipo da mãe periférica em função provedora: são figuras marcadas pela sobrecarga de trabalho, pela invisibilidade social e por uma notável resiliência. Apesar de não ocuparem posições centrais nas tramas, exercem uma função essencial, já que, dentro das limitações impostas pelo contexto em que vivem, dedicam-se a oferecer melhores condições aos filhos, tentando protegê-los de más influências e os orientando na busca por uma vida mais digna.

Em *Via Ápia*, Dona Marli, mãe de Washington e Wesley, cria os filhos sozinha e se esforça para preservar uma reputação impecável, prezando pelo “nome limpo na praça” — uma condição que, segundo acredita, lhe garantirá acesso contínuo ao trabalho, independentemente das circunstâncias. Essa preocupação é típica de quem vive à margem de qualquer segurança ou estabilidade formal. Embora quase sempre ausente de casa devido às longas jornadas de trabalho, se empenha em manter um mínimo de estrutura e

²³⁸ Freixo, 2015, p. 11.

estabilidade familiar. Sua personalidade, marcada por uma combinação de afeto e firmeza, é forjada pela urgência da sobrevivência e pela constante vigilância diante dos perigos que cercam seus filhos. Essa postura se evidencia no trecho: “no meio de toda essa correria, ainda encontrava tempo pra botar aquele terror de que, se virasse bandido, não ia visitar ninguém na cadeia, muito menos chorar em velório”.²³⁹

Em *Capão pecado*, Dona Maria, mãe de Rael, também enfrenta as dificuldades do cotidiano como empregada doméstica. Embora tenha o marido presente, a narrativa indica que as principais responsabilidades recaem sobre ela, já que Seu Zé, apesar de trabalhar, está frequentemente embriagado e, ainda que a narrativa não explicita, provavelmente consome seus ganhos com o vício. Assim como Dona Marli, Dona Maria lida com a sobrecarga de ser, simultaneamente, mãe, provedora e educadora, em um cenário marcado por extrema vulnerabilidade.

Ambas estão inseridas em uma conjuntura que as empurra para a invisibilidade. Como trabalhadoras domésticas, ocupam uma função, da forma que hoje se apresenta em nosso contexto, historicamente moldada no período escravocrata e nunca verdadeiramente ressignificada pela sociedade brasileira. Trata-se de um ofício mal remunerado, sem garantias ou reconhecimento, que mantém a posição subalterna da mulher, majoritariamente negra, na estrutura social brasileira.²⁴⁰ Ainda assim, essas mães resistem. Mesmo privadas de tempo e recursos, sustentam seus lares e seguem produzindo afeto e cuidado aos filhos.

São poucos os trechos dos romances que colocam essas mães em um plano maior. Todavia, ainda que as participações na narrativa não sejam frequentes, conseguimos evidenciar aspectos importantes que mostram suas funções laborais. Ao atuarem como empregadas domésticas, Dona Maria e Dona Marli frequentemente se veem obrigadas a relegar suas próprias famílias a segundo plano para cuidar das casas e dos filhos de seus empregadores. Com rotinas exaustivas e jornadas de trabalho intensas, raramente encontram momentos para descansar ou conviver com os filhos ao retornarem para casa.

As narrativas ilustram, de maneira sutil, esse desgaste por meio de registros que se repetem por várias vezes: “mas ela não se encontrava na cozinha, isso era sinal de que

²³⁹ Martins, 2022, p. 115.

²⁴⁰ Mesmo com a promulgação da Lei Complementar nº 150/2015, que estabelece garantias para o trabalho doméstico, muitos dos direitos assegurados ainda não são efetivamente respeitados. Há ainda que se considerar os casos de mulheres resgatadas de residências onde, por anos, foram submetidas a condições de trabalho análogas à escravidão.

já estava dormindo”;²⁴¹ “foi se deitar, lembrou de pedir bênção à sua mãe, foi ao quarto, mas ela estava dormindo, deu-lhe um beijo e se retirou”;²⁴² “foi ao quarto da mãe e a viu dormindo”;²⁴³ “Sua mãe já estava dormindo, ele notou que ela estava embrulhada com uma só coberta”;²⁴⁴ “Ela chegava sempre cansada do trabalho”.²⁴⁵ O cansaço e as ausências das mães são compreendidos pelos filhos, que, cientes da sobrecarga materna, também se esforçam para contribuir com as rotinas domésticas. Nesse contexto, os filhos aprendem desde cedo a assumir responsabilidades: “o descanso naquela hora era mais do que merecido, pois trabalhava em casa de família como diarista e ainda realizava o serviço de casa”;²⁴⁶ “Os irmãos, na real, desde cedo aprenderam a se virar na cozinha. No início, eles só esquentavam a comida que a mãe preparava e congelava todo domingo. Com o tempo, foram pegando intimidade com o fogão e as panelas, até começarem a arriscar suas próprias receitas”.²⁴⁷

Em *Capão pecado*, a exploração e o peso do trabalho das mulheres, como Dona Maria, são abordados a partir das observações de Rael sobre as dificuldades enfrentadas por sua mãe. Ao pensar sobre o cotidiano de Dona Maria, ele reconhece além do esforço físico exigido por sua ocupação como empregada doméstica, as marcas sociais que esse trabalho impõe:

Ela logo fez o prato do filho, carinhosamente: arroz, feijão e mandioquinha frita. Rael começou a comer e, pensativo, chegou à conclusão de que, no serviço de sua mãe, ela não deveria passar de uma dona Maria qualquer; aquela que cozinha bem, que trata os filhos dos outros bem, mas que dificilmente teria seu nome lembrado pela família que tanto explora seus serviços. E, num futuro certo e premeditado, aqueles garotinhos que ela ajudava a criar e a alimentar seriam grandes empresários como o pai, e com certeza os netos daquela simples dona Maria seriam seus empregados mal assalariados e condenados a uma vida medíocre.²⁴⁸

A imagem de Dona Maria preparando o prato do filho com carinho contrasta com o que ela enfrenta diariamente no trabalho, onde sua presença se dilui em uma identidade genérica e descartável — a de uma “dona Maria qualquer” —, nome que se repete incontáveis vezes nas casas da elite brasileira para se designar às domésticas, demonstrando que esse tipo de serviço, acaba por reduzir a individualidade das pessoas

²⁴¹ Ferréz, 2016, p. 23.

²⁴² Ferréz, 2016, p. 31.

²⁴³ Ferréz, 2016, p. 65.

²⁴⁴ Ferréz, 2016, p. 84.

²⁴⁵ Martins, 2022, p. 114.

²⁴⁶ Ferréz, 2016, p. 23.

²⁴⁷ Ferréz, 2016, p. 23.

²⁴⁸ Ferréz, 2016, p. 80.

que o exercem, coisificando-as. Ao expressar o pensamento de Rael, o narrador revela o peso de um trabalho exaustivo e a continuidade da marginalização que atravessa gerações. O esforço de mulheres como Dona Maria, muitas vezes realizado em condições hostis, sem qualquer reconhecimento dentro das casas dos empregadores, inscreve-se em uma estrutura de exclusão social e também racial.

Essa consideração lança luz sobre a forma como a opressão econômica e a desvalorização histórica das mulheres que ocupam funções de domésticas se traduzem em um cotidiano marcado pela exaustão física e emocional. Rael, ao pensar sobre essa condição, demonstra certa consciência crítica, pois sua observação ultrapassa a superfície imediata das significações. Ao perceber que o trabalho de sua mãe, embora essencial para sua própria família, nunca será reconhecido além da funcionalidade que oferece à família empregadora, compreende que ela não é vista como uma trabalhadora com direitos; é uma extensão dos afazeres domésticos, alguém que cozinha bem, que lava, passa e cuida das crianças dos empregadores com dedicação, mas que jamais será lembrada como um sujeito pleno. Esse apagamento da subjetividade evidencia um dos mecanismos estruturantes da desigualdade no Brasil, em que a divisão racial e de classe atua de forma perversa, naturalizando a exploração e relegando grupos historicamente marginalizados a posições de servidão, sem chances reais de ascensão.²⁴⁹

Rael, à sua maneira, compreende que a estrutura que explora sua mãe se mantém inalterada ao longo do tempo e se fortalece, conservando as mesmas configurações para as próximas gerações. Os filhos da família rica para quem sua mãe trabalha irão crescer realimentando seus privilégios, assumindo posições de poder sem jamais questionar as condições que os sustentaram. Em contrapartida, os netos de Dona Maria provavelmente

²⁴⁹ Tomando por base a estrutura que o romance de Ferréz se propõe, como já dimensionamos no que envolve uma ligação entre narrativa e paratextos, consideramos aqui colocar a seguinte exposição feita pelo autor, que irá reforçar o posicionamento da narrativa em relação à desigualdade e à pobreza geracional: “A linha é fina, muito tênue: uma vida boa, um bom carro, um quarto todo mobiliado, talvez até um barco... E o Brasil?”

Que Brasil!

O mesmo Brasil que gera cada vez mais miseráveis, que gera um pequeno que é retirado pelas belas mãos asseadas e carinhosas de um médico como se o retirasse de um casulo e o traz à vida dando-lhe um tapinha nas nádegas, para progredir com justiça e igualdade com outros garotos na frágil linha da vida. Uma vida que o pequeno futuramente pensará que é sua, mas não é, pois, seu futuro é incerto e ameaçado pelo fantasma da injustiça social. Ele não sabe que aquele médico não é seu pai, que seu pai está numa obra, pois não lhe deram o dia de folga. O médico se formou na USP, um recinto que era para o povo, mas já foi reservado desde sua criação para os playboys. Seu pai se formou na vida, uma vida que era para todos, porém, desde que a abolição foi declarada todos souberam reservar sua parte, menos ele e os seus.

[...]

A pobreza aqui é passada de pai para filho, assim como a necessidade de trabalhar dia e noite para comprar um pão, um saco de arroz, um saco de feijão” (Ferréz, 2016, p. 150).

continuarão a ocupar os postos de trabalho precários, mal remunerados e sem reconhecimento, pois o sistema garante que a mobilidade social dessas famílias permaneça restrita. Essa constatação não apenas reforça a reprodução da pobreza, mas também evidencia a violência intrínseca a este processo. A casa dos patrões reproduz o microcosmo das relações sociais que estruturam o país, um local onde a exploração é naturalizada.

Para melhor dimensionar essa análise, consideramos relevante mobilizar a noção de *continuum* geracional desenvolvida por Zila Bernd. Em seu estudo *A persistência da memória: romances da anterioridade e seus modos de transmissão intergeracional*, a autora investiga como fragmentos de memórias individuais e coletivas — atravessadas por experiências de dor, exclusão social e violência histórica — são transmitidos entre gerações, configurando um legado silencioso, porém persistente, de traumas não elaborados. Esse processo, além de consolidar marcas, também estrutura modos de existência, reforçando posições sociais historicamente naturalizadas de subserviência e apagamento. O conceito de “*continuum* geracional”, nesse sentido, permite compreender a memória como uma força ativa que atravessa o tempo e atua na constituição do presente, moldando tanto a subjetividade quanto as condições materiais de vida.²⁵⁰ A literatura, ao narrar essas experiências, expõe como sujeitos marcados por desigualdades estruturais frequentemente reproduzem, ainda que de forma inconsciente, os traços da opressão herdada. Essa dinâmica se manifesta na relação de Rael com a figura de sua mãe no processo em que a narrativa, ao mesmo tempo que denuncia a exploração imposta às mulheres como ela, também revela como a ordem social atual se ancora em uma herança de submissão histórica difícil de romper. O confronto entre a consciência crítica de Rael e o contexto violento de seu entorno evidencia o peso das estruturas sociais que operam como continuidade do passado no presente.

Esse debate ganha fôlego com as considerações de Sandra Regina Goulart Almeida, no artigo “O legado da rememoração: traços e vestígios memoriais nas Américas”, no qual a autora analisa o romance de Dionne Brand, *At the full and change of the moon*, publicado em 1999. Embora escrito em língua inglesa por uma autora trinitário-tobaguense radicada no Canadá, o romance articula questões históricas centrais que atravessam o espaço das Américas, sobretudo aquelas ligadas à escravidão e à persistência de seus desdobramentos, mostrando-se pertinente ao contexto que irá

²⁵⁰ Bernd, 2018, p. 58.

envolver o que aqui refletimos a partir da literatura brasileira. A narrativa abrange um extenso arco temporal, iniciando-se por volta de 1824, durante o período da escravidão no Caribe, mais precisamente na ilha de Trinidad. A partir da história de Marie Ursule, uma mulher escravizada, o romance acompanha seus descendentes até idos dos anos 1990. Ao transitar por diferentes tempos e geografias, atravessando países caribenhos e do continente norte-americano, a obra revela os efeitos persistentes da escravidão e do colonialismo. Com uma construção transgeracional, marcada por deslocamentos históricos e espaciais, o romance traz à baila as heranças do trauma colonial. Assim, ultrapassa as fronteiras nacionais para expor a complexidade e a continuidade desses traumas no tecido social das Américas. Ao analisar a obra, Almeida considera que a transmissão da memória está atravessada pelo que ela denomina “esquecimento histórico” — um apagamento coletivo dos traumas relacionados à escravidão e suas repercussões contemporâneas. A autora menciona o trecho em que uma personagem afirma: “Acho que nos esquecemos de quem somos. Nada está mudando, nós apenas nos esquecemos”,²⁵¹ sublinhando como o passado permanece latente, embora não seja conscientemente reconhecido. Para ela, esse silêncio compromete qualquer possibilidade de reparação histórica, pois os traumas, quando não são enfrentados, tendem à repetição.²⁵²

Embora partam de enfoques distintos — Bernd ressaltando a persistência da memória e Almeida enfatizando os efeitos do esquecimento —, ambas convergem ao mostrarem que a exclusão racial e social permanece operando no presente. Seja pela transmissão silenciosa de traumas, seja pelo apagamento de experiências históricas, o passado continua a exercer força estruturante nas relações sociais. Nesse cenário, a literatura desempenha um papel crucial ao articular essas camadas de memória e esquecimento, funcionando como um dispositivo de análise crítica. Nas obras que analisamos, ainda que essa elaboração não se apoie em uma estética rigorosamente matizada, elas conseguem problematizar as *nuances* da desigualdade, contribuindo para que possamos fazer uma leitura sobre a necessidade da formação de uma consciência histórica sobre as continuidades da opressão.

Em *Capão pecado*, a personagem Dona Maria encarna a figura da mulher pobre submetida a uma vida de servidão invisível, cujas dores e sacrifícios se tornam parte naturalizada do cotidiano familiar. Sua trajetória revela como a subalternidade é herdada

²⁵¹ Brand, 1999, p. 235 *apud* Almeida, 2013, p. 69.

²⁵² Almeida, 2013, p. 70.

e legitimada, consolidando posições sociais marcadas pela resignação e pela exclusão. Já em *Via Ápia*, Dona Marli, embora inserida em um contexto narrativo distinto, também expressa os vestígios de um sistema que conserva a precarização e a invisibilidade das trabalhadoras domésticas, reforçando um padrão de desvalorização que atravessa gerações. Essas personagens, ao serem construídas literariamente com base em experiências de opressão persistente, ilustram como as estruturas sociais excludentes ainda se sustentam. A literatura, nesse sentido, revela-se como um espaço de elaborações, que dá campo à memória e proporciona considerações sobre o passado que se manifesta no presente de modo contínuo e muitas vezes imperceptível.

Algumas relações entre trabalho e vida familiar

A dinâmica familiar configura-se como um dos eixos centrais nos romances analisados, desvelando-se como espaço estruturante de experiências subjetivas e coletivas dos personagens. Através dela, é possível apreender algumas contradições mais amplas que entrecruzam as vidas deles, revelando como o trabalho e seus sucedâneos impactam nos vínculos afetivos. Nesse sentido, a forma como os personagens percebem e se relacionam com o trabalho, muitas vezes, está entrelaçada com as relações familiares e com a maneira como esses laços se organizam diante das pressões materiais que permeiam a periferia.

Mesmo quando discretamente posicionadas na narrativa, as mães atuam como formadoras e figuras que tentam preservar a coesão familiar. Essa influência se manifesta de forma marcante nos percursos de personagens como Rael, Washington e Wesley, cujas relações familiares são atravessadas por lacunas, carência, gestos de proteção, conflitos e projeções de futuro. A partir dessas trajetórias, demonstra-se que o espaço doméstico também se configura como um campo de conflitos e afetos, em que a figura materna — ainda que por vezes ausente fisicamente — exerce uma presença emocional fundamental. Os romances, assim, desenham a família como um território de contradições, no qual se entrelaçam os dilemas da sobrevivência, os impactos das desigualdades sociais e as possibilidades de resiliência e cuidado conjunto.

Na narrativa de *Via Ápia*, Washington assume o papel de personagem central, uma vez que sua trajetória costura os diversos elementos que percorrem a trama. Sua figura é constantemente contraposta à do irmão Wesley, compondo uma dicotomia que ilumina a

centralidade do trabalho, ou da sua ausência, como eixo estruturante dos conflitos, das escolhas e das estratégias de sobrevivência dos personagens diante dos desafios impostos pelo contexto em que vivem. Washington busca a segurança e a estabilidade do emprego formal, vendo nele uma possibilidade de ajudar a mãe a realizar seu sonho de ter uma casa própria, buscando também a construção de um caminho menos instável. Já Wesley, por seu turno, adota posturas marcadas pelo escapismo, recorrendo às drogas ou a atividades que oferecem ganhos imediatos. Essa divergência expressa não apenas diferentes visões individuais, mas também as tensões e os limites impostos a sujeitos marginalizados pela sua condição periférica, ou de morador de favela, diante de um cenário marcado pela precarização do trabalho e pela falta de horizontes concretos.

A relação entre os irmãos revela contradições latentes: de um lado, o confronto entre o desejo de estabilidade e o senso de responsabilidade, de outro, a tendência ao escapismo e à instabilidade. No centro dessa dinâmica, destaca-se a energia afetiva de Dona Marli, cuja ternura no cuidado com os filhos intensifica os traços emocionais da narrativa. Sua presença evidencia as dificuldades e as complexidades que marcam o relacionamento intrafamiliar no desenvolvimento do enredo, construídas sob o peso das ausências, das expectativas e das adversidades sociais. Embora diferentes núcleos familiares sejam apresentados, este em particular é o mais desenvolvido, servindo como fio condutor para mostrar como essas relações são marcadas por ambivalências e atravessadas por várias camadas de sentido.

Essa articulação entre dimensões afetivas e trabalho também pode ser observada, ainda que sob outra configuração, no núcleo familiar retratado em *Capão pecado*. Rael e sua família apresentam uma dinâmica distinta em relação àquela apresentada em *Via Ápia*. Filho único, Rael compartilha seu lar com a mãe, Dona Maria, o pai, Seu Zé Pedro, e os animais de estimação, o cachorro Renato e o gato Raul. Apesar da aparente simplicidade dessa composição familiar, o cotidiano é permeado por desafios que entrelaçam conflitos pessoais e dificuldades econômicas.

A relação entre Rael e sua mãe é marcada por um afeto expresso mais por gestos do que por palavras. No cotidiano árduo da periferia, onde as dificuldades financeiras impõem limites, mãe e filho constroem um vínculo baseado na preocupação mútua e no reconhecimento dos sacrifícios um do outro. O cuidado materno manifesta-se em pequenas atitudes que revelam zelo e carinho, como trazer café com leite na cama ou tentar preservar a atmosfera natalina mesmo com poucos recursos. São gestos simples

que, porém, demonstram o amor incondicional da mãe pelo filho, sustentado pelo esforço de manter a casa funcionando, apesar da exaustão do trabalho como diarista.

Rael, por sua vez, expressa seu carinho de maneira própria. A chegada do primeiro pagamento desperta nele um sentimento de orgulho, entrelaçado ao desejo genuíno de contribuir com a mãe. Além de separar parte do dinheiro para ajudá-la, pensa em comprar um presente, mesmo que simples, consciente de que ela nunca foi uma mulher ligada a luxo ou vaidades. Seu cuidado, no entanto, vai além do aspecto material. Preocupa-se com a saúde da mãe, especialmente nos dias frios, quando ela, acometida por fortes dores reumáticas, abdica das poucas cobertas da casa para garantir o conforto do filho. Em um dia extremamente frio, ao encontrar sua cama cuidadosamente arrumada, coberta com as melhores entre as poucas cobertas disponíveis, Rael reconhece um gesto silencioso de amor materno. Comovido por esse sacrifício, decide cobrir Dona Maria com a manta mais grossa, numa tentativa de amenizar suas dores e retribuir o cuidado recebido. Esse gesto, embora simples, revela a força do vínculo entre os dois, um elo forjado na escassez, sustentado por pequenas atitudes que expressam afeto, compromisso e proteção recíproca. Assim, a relação entre mãe e filho se mostra como um espaço de solidariedade e resiliência diante das adversidades, onde cada gesto, por mais singelo, carrega o peso de um amor que se manifesta no cuidado cotidiano.

Por sua vez, a relação de Rael com o pai se mostra ambivalente. Enquanto o vínculo com a mãe, Dona Maria, é marcado pelo carinho e pela dedicação, a figura paterna, Zé Pedro, surge envolta em sentimentos de preocupação, tristeza e frustração, gerados pelo alcoolismo. Empregado da empresa Metalco, Seu Zé Pedro é apresentado como um homem analfabeto, o que limita sua inserção no mundo do trabalho a funções pouco valorizadas e provavelmente extenuantes. Embora o romance não detalhe sua ocupação específica, é possível inferir que ele está submetido a condições laborais duras e mal remuneradas. Ainda que também não seja explícito na narrativa, as condições em que sua família vive sugerem que o vício compromete a renda familiar, o que acaba por impulsionar o filho precocemente ao trabalho.

Enquanto a mãe representa uma fonte de segurança e afeto, a figura paterna, marcada pelo vício, desperta em Rael uma grande frustração. Diante das repetidas cenas do pai embriagado, o jovem inicialmente reage com indignação, tentando compreender como o álcool pode destruir a dignidade de alguém. O vício de Zé Pedro compromete a estabilidade familiar e fragiliza cada vez mais a relação entre pai e filho. Assim, à medida que essas situações se tornam frequentes, Rael passa a adotar uma postura de

distanciamento, não por indiferença, mas como forma de autopreservação diante do desgaste emocional que vivencia. Nesse contexto, a leitura surge para Rael como um refúgio. Nos livros, encontra um espaço de escape, onde pode, ainda que temporariamente, se afastar das dificuldades cotidianas e reconstruir, em silêncio, um sentido para si mesmo.

O vício é uma doença que atravessa diferentes classes sociais e, independentemente do contexto, possui um caráter extremamente destrutivo. No entanto, na narrativa de *Capão pecado*, também pode ser entendido como uma consequência da fragilidade do trabalhador explorado, cuja vida é consumida pela labuta diária e aliviada, ainda que momentaneamente, pela fuga proporcionada pelo álcool. Embora a narrativa não explicita os fatores que levaram Seu Zé ao alcoolismo, é possível estabelecer uma relação entre sua experiência e a de outro personagem imerso nessa mesma condição, como o caso de Tio Chico, pai de Burgos — relação de que trataremos mais adiante ao analisarmos Burgos e os elementos da violência que perpassam sua trajetória — e Carimbê, tio de Matcheros e de Cebola. A história deste último, bem delineada em um dos capítulos do romance, evidencia como as condições de vida podem empurrar indivíduos vulneráveis para o vício. Desde jovem, Carimbê vê-se preso a empregos temporários e mal remunerados, sem oportunidades de ascensão. Quando finalmente consegue um trabalho formal na construção civil, enfrenta abusos constantes, humilhações por parte de seus superiores e até mesmo calotes nos pagamentos. O álcool, nesse contexto, apresenta-se inicialmente como uma forma de anestesia na descontração do fim de semana, porém, logo evolui para uma doença que corrói sua dignidade. Tais elementos, que transformam a vida desse personagem, também pesam sobre Seu Zé Pedro.

Esses aspectos sobre o alcoolismo mereceriam ser ampliados em outro escopo que envolva particularmente o romance de Ferréz. Na trama, ainda que os personagens que se perdem no álcool não sejam extensamente explorados, são colocadas diversas camadas para além da privação e desilusão relativa à frustração por uma vida limitada que se converte em autodestruição. O vício em álcool também ecoa um modelo de masculinidade imposto desde cedo, constituído como um dos principais elementos do processo de socialização masculina, sendo frequentemente associado à virilidade, à resistência do corpo e ao autocontrole. Nesse contexto, a bebida é apresentada como um sinal de coragem, força e aceitação, um rito implicitamente codificado que marca a passagem de meninos, que são expostos desde cedo ao álcool, ao mundo dos homens.

Para além de seu aspecto “ritualístico”, o consumo de álcool em *Capão pecado* adquire uma dimensão mais ampla e estrutural. Sob a aparência de um hábito cultural naturalizado, a bebida funciona como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. Trata-se de uma percepção que o próprio Rael vai elaborando ao tomar consciência de sua exposição precoce ao álcool, reconhecendo a possibilidade de também sucumbir ao alcoolismo e de ver seus filhos, futuramente, sujeitos a esse destino. Diante disso, expõe-se sua dificuldade de compreender ou romper esse ciclo. Para ele, o vício revela-se como uma herança que atravessa gerações, repetindo-se em inúmeras famílias das periferias.

Partindo desse ponto de vista, o álcool aparece como expressão de estruturas históricas que marcam os destinos daqueles relegados às favelas e periferias. Trata-se de um contexto social atravessado por desigualdades, no qual o sofrimento psíquico, a escassez de perspectivas, a falta de lazer e a violência estrutural criam um terreno fértil para práticas autodestrutivas. O consumo de álcool, nesse cenário, também pode ser relacionado às estratégias históricas de dominação, como aquelas dirigidas aos escravizados,²⁵³ ou à função que a bebida cumpria entre os sertanejos migrantes que se deslocaram para os grandes centros urbanos — ambos grupos submetidos a formas de controle, exclusão e precarização que se reatualizam na contemporaneidade.

A naturalização do consumo de álcool em favelas e periferias não deve ser compreendida apenas como reflexo da exclusão social, da frustração diante das condições de vida e trabalho, trata-se de uma questão que possui diversas camadas. Por sua complexidade, exige abordagens cuidadosas, que evitem análises simplistas ou reducionistas. Dessa forma, vemos os impactos do vício — em álcool, cocaína ou outras drogas — em contextos de marginalização e precariedade, evidenciando como isso afeta diretamente os vínculos familiares, gerando rupturas afetivas e instaurando um ambiente tenso e conflituoso no interior do lar. Essas dinâmicas reverberam nas trajetórias dos demais membros da família, como ocorre com Rael, que, diante da ausência de

²⁵³ Essa historicidade aparece nos relatos de viajantes e estudiosos do período colonial, como observa Maria Isabela da Silva Gomes. Autores como Rugendas e Burton destacaram que, enquanto os brancos raramente eram vistos embriagados, o consumo excessivo de álcool era frequentemente atribuído a africanos escravizados, ameríndios e trabalhadores livres. Segundo Gomes, essa prática foi associada à suposta inferioridade moral e psicológica dos negros, estigmatizando sua relação com a cachaça como traço cultural e justificativa de subalternização (Gomes, 2022, p. 142). A cachaça, nesse contexto, cumpria uma dupla função: ao mesmo tempo que oferecia uma sensação ilusória de alívio diante da brutalidade cotidiana, também servia como instrumento de contenção, mantendo os escravizados passivos e menos propensos à insubordinação fora do tempo de trabalho. Seu uso como suplemento alimentar, devido ao alto teor calórico, reforçava esse caráter disciplinador (Pinsky, 2009, p. 74).

estabilidade, fator que se agrava com o vício do pai, é forçado a assumir responsabilidades precoces. Dentre elas, destaca-se a necessidade de contribuir para o sustento da casa, o que o empurra para o trabalho informal e mal remunerado, limitando suas possibilidades de futuro e condicionando suas escolhas.

CAPÍTULO 5

A VIOLÊNCIA DIRETA COMO MANIFESTAÇÃO DA TRAGÉDIA BRASILEIRA

O desafio da não sensacionalização da violência – aspectos da violência estrutural e suas dimensões literárias em *Capão pecado* e *Via Ápia*

Nas obras analisadas, ao contrário do que sugerem os estereótipos frequentemente associados às narrativas ambientadas nas periferias, o foco recai sobre indivíduos marginalizados os quais, embora vivam em contextos de vulnerabilidade social, não são reduzidos a representações de criminosos ou suas ações não estão direcionadas para a violência gratuita. Os protagonistas destas narrativas, como vimos, são, em sua maioria, jovens que buscam alternativas para romper com a precariedade que marca a vida nas favelas e periferias brasileiras. Nesse sentido, a violência direta — aquela que se expressa por meio da imposição física, do confronto armado ou da repressão policial — não surge como eixo estruturante da narrativa. Quando anotada, aparece como um elemento secundário, cuja função é confrontar e evidenciar os limites do espaço social em que os personagens habitam. Essa escolha narrativa é fundamental para desconstruir a tendência que associa narrativas sobre as periferias exclusivamente ao crime e à sensacionalização da barbárie.

No caso de *Capão pecado*, embora o personagem Burgos represente com maior nitidez essa faceta da violência — por seu envolvimento com ações criminosas diversas e por sua postura extremamente agressiva —, ele não ocupa o centro da narrativa. Seu percurso aparece de forma recorrente, mas é tratado de modo mais lateral quando comparado à trajetória de Rael. As cenas de violência na obra de Ferréz, apesar de cruas e diretas, são pontuais. No entanto, não são desenvolvidas como clímax narrativo nem como espetáculo. Funcionam, antes, como cortes bruscos que rompem o fluxo das relações afetivas ou dos sonhos em construção, lembrando constantemente ao leitor que, apesar do esforço dos sujeitos de se projetarem para além da miséria, o peso da estrutura social se manifesta implacavelmente. Essa crueza, embora revele influências assumidas pelo escritor em quadrinhos *cult*, distancia-se da espetacularização própria à cultura de massa: tais referências não são mobilizadas como artifício estilístico para impactar o público, mas como recurso para problematizar e compreender a violência, enquanto

manifestação dotada de materialidade e efeito concreto, no ato da narração. Assim, o que poderia se limitar a uma estética apelativa, explícita ou uma formatação que tentasse uma construção visual diagramada pelas palavras, se converte em gesto de exposição — e não de exibição ou sensacionalismo — da brutalidade social, constituindo uma linguagem que apresenta suas causas e implicações, ainda que imediatas, evitando sua redução a imagem ou entretenimento.

Em *Via Ápia*, a abordagem da violência direta se apresenta de maneira contida, dissolvendo-se no tecer narrativo por meio de ações e configurações que vão se conectando naturalmente. Ao não centralizar personagens ligados a práticas criminosas, o romance opta por não dramatizar figuras como traficantes ou líderes do crime. Personagens que simbolizam o poder armado nas favelas, como o “dono do morro” na Rocinha, Mestre, são brevemente mencionados, sem qualquer aprofundamento narrativo, funcionando mais como elementos referenciais do que como sujeitos ativos na trama. Da mesma forma, os vapores, que sequer são nomeados, surgindo de maneira quase fantasmática, apenas para compor o pano de fundo de determinadas cenas. A violência direta, nesse contexto, desloca-se do universo do crime organizado e emerge com mais força nas ações repressivas do Estado, especialmente nas incursões policiais e nas formas de controle territorial que moldam o cotidiano dos personagens. É por meio dessa presença constante, ainda que muitas vezes implícita, da vigilância e da repressão institucional que a narrativa constrói sua crítica social. O foco narrativo da obra recai sobre os mecanismos sutis e persistentes de opressão que se impõem sobre os corpos e as subjetividades dos moradores da favela. Trata-se, portanto, de uma narrativa que expõe a violência não a partir de sua espetacularização, mas como um elemento estrutural e difuso que atravessa silenciosamente a vida nas favelas.

Diferentemente do que ocorre em *Capão pecado*, a violência aqui não irrompe de forma abrupta, mas se constrói aos poucos, em um jogo de tensões e silêncios, que culmina em ações de repressão ou em episódios de ruptura. A narrativa opta por inscrever a violência como consequência dos conflitos entre o Estado e a população favelada, sem recorrer a cenas diretas. Essa diferença de abordagem entre as duas obras revela compromissos estéticos distintos no tratamento da violência. Em *Ferréz*, a opção por uma linguagem direta não implica adesão ao sensacionalismo: ao contrário, o autor se distancia das narrativas midiáticas dominantes, especialmente daquelas marcadas pelo que poderíamos denominar de “datenismo” — forma de discurso policialesco televisivo que transforma a violência urbana em espetáculo e consumo imediato. Sua ficção busca

construir um retrato crítico da periferia, conectando os atos violentos às condições de vida que os engendram. Do mesmo modo, *Via Ápia*, ainda que de maneira mais detida, propõe uma representação centrada nas consequências da estrutura de desigualdade, reforçando que a criminalidade e a violência, em grande parte, são efeitos da exclusão social. Ambos os romances, ainda que não balizem uma crítica ampla e complexa à violência, recusam sua reprodução acrítica ou como elemento de um imaginário midiático dominante e apostam na humanização de seus personagens, procurando romper com estigmas ou vitimização.

Em síntese, tanto Ferréz quanto Geovani Martins constroem obras que desestabilizam as imagens cristalizadas da periferia como um espaço exclusivamente marcado pela violência irracional e por sujeitos reduzidos à criminalidade. Ao trazerem para o centro da narrativa personagens que sonham, amam, sofrem e resistem, os autores produzem textos que, mais do que denunciar as desigualdades sociais, afirmam a complexidade e a dignidade da experiência periférica, reivindicando seu lugar legítimo no campo literário.

Essa afirmação da pluralidade que compõe a vida nas favelas e periferias, no entanto, não apaga a presença da violência. Está apenas deslocada do foco central e reinscrita em um registro mais sutil e reflexivo. A violência, ainda que não se apresente de forma contínua ou espetacularizada, permanece como uma presença constante e estruturante dessas narrativas. Ela se manifesta não apenas na ameaça física imediata, mas sobretudo nas dimensões sociais, psicológicas e econômicas que moldam o cotidiano dos personagens. Nesse sentido, compreende-se que:

Residir em um barraco feito de tábuas de caixotes de feira é sofrer violência. Ser alfabetizado em pocilgas, para posteriormente ocupar subempregos, é sofrer violência. Não ter acessibilidade a uma rede de saúde que ofereça tratamento digno às pessoas enfermas oriundas das classes mais carentes, é sofrer violência. Não receber nos plenários do corrompido judiciário brasileiro, julgamentos justos, é sofrer violência. Portanto, como é fácil concluir, a violência não se restringe ao ato de fazer o outro sangrar.²⁵⁴

Como já foi destacado ao longo deste estudo — e como formula com precisão Eduardo Taddeo, em *A guerra não declarada na visão de um favelado* —, trata-se de uma guerra silenciosa e difusa, cujos efeitos se manifestam nos corpos e nas subjetividades, nas restrições de futuro e nas imposições cotidianas do presente. Nesse sentido, a violência não é representada como um elemento gratuito ou como resultado de uma interface de espetacularização, típica de certas abordagens jornalísticas sensacionalistas.

²⁵⁴ Taddeo, 2012, p. 33.

Ao contrário, quando as narrativas apresentam agressões direcionadas à corporalidade — isto é, à integridade física do sujeito —, essa violência surge inserida em um tecido mais amplo de significados, sendo compreendida como expressão concreta de elementos históricos, sociais e materiais. Trata-se, portanto, de uma violência estrutural, que carrega em si os signos das desigualdades que a originam e sustentam.

Desse modo, torna-se evidente que essas manifestações de violência derivam, em geral, de duas fontes principais, frequentemente entrelaçadas. A primeira delas diz respeito a fatores que incidem diretamente sobre a dimensão subjetiva da experiência periférica, atravessando a vida de indivíduos e comunidades por meio de frustrações, traumas, conflitos afetivos, ausências e disputas cotidianas. Tais experiências são moldadas por condições históricas e materiais que definem as favelas e periferias. Inseridos em contextos de extrema precariedade, muitos acabam recorrendo à força, à intimidação ou a outras formas de expressão violenta como estratégias de sobrevivência ou tentativas de acessar bens e direitos negados. No que diz respeito aos bens materiais, observa-se a idealização de um padrão de consumo que promete inclusão, reconhecimento e *status* — ainda que tal promessa se sustente numa representação distorcida da realidade vivida. Trata-se de um processo em que a cultura social e, sobretudo, as estratégias de *marketing* moldam a percepção de que produtos e serviços são caminhos legítimos para a felicidade e a autorrealização. Essa ideia, porém, desconsidera as necessidades reais da população e estimula um consumo desmedido. A romantização do consumo cria, assim, um ciclo contínuo de desejos fabricados, em que se acredita que adquirir certos bens pode proporcionar uma vida mais plena, aceitação social ou compensação para carências emocionais e de inserção ou aceitação em uma classe econômica e social que não a sua. Essa dinâmica, ao mesmo tempo que gera frustração, também incentiva, de maneira indireta, o recurso à criminalidade e à violência como uma via de acesso a tais bens e aos desejos de pertencimento, uma engrenagem contraditoriamente tocada e sustentada pelo próprio sistema.

A segunda fonte de violência está relacionada à ação repressiva do Estado, que atua de forma seletiva, brutal e assimétrica nas favelas e periferias. Mesmo sendo corresponsável pela produção e manutenção das condições de vulnerabilidade que caracterizam esses territórios, o Estado age como mecanismo de controle e supressão, reforçando desigualdades estruturais e operando como parte do aparelho reprodutor da estrutura de dominação e da acumulação capitalista — sobretudo quando olhamos para as manifestações da colonialidade. A violência estatal, portanto, não se limita à omissão

de direitos, mas se manifesta ativamente por meio da criminalização e eliminação de corpos indesejáveis — principalmente os corpos racializados e empobrecidos. Essa atuação repressiva é intensificada por uma dinâmica de governança urbana crescentemente subordinada aos interesses do capital financeiro, como bem pontua Marielle Franco, em sua dissertação, *UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*: “uma vez que as metrópoles são administradas em torno dos interesses dos grandes investimentos [...] o interesse público está subordinado aos ditames do setor privado”.²⁵⁵ Nesse contexto, o aparato estatal — mormente por meio das forças de segurança pública — se alinha à hegemonia neoliberal e ao mercado, produzindo um modelo de Estado Penal que pune de forma seletiva e desproporcional. Ao mesmo tempo que negligencia a garantia de direitos básicos, esse Estado atua como força de contenção, consolidando um projeto de cidade excludente, voltado à proteção do capital e à repressão dos sujeitos que dele são apartados.²⁵⁶

No encontro desses dois pontos, a violência deve ser compreendida como um sintoma das contradições estruturais que sustentam o funcionamento da sociedade capitalista contemporânea. Trata-se da expressão recorrente e sistêmica de um modelo que se organiza a partir da concentração extrema de riqueza, da apropriação privada dos bens comuns, da precarização contínua das condições de vida e do distanciamento de amplas parcelas da população dos direitos mais elementares, manifestando-se no agravamento das desigualdades e também na imposição de uma manifestação consumista. Compreender esse fenômeno implica ir além das explicações imediatistas, exige o reconhecimento de suas raízes históricas — em nosso caso vinculadas à colonialidade e a sua relação com a acumulação do capital —, cujas formas mais recentes se manifestam por meio da racionalidade neoliberal. Esse processo não apenas amplia desigualdades, mas também naturaliza uma concepção de Estado que, ao mesmo tempo que criminaliza a pobreza e militariza os territórios periféricos, protege e sustenta os interesses das elites econômicas.

²⁵⁵ Franco, 2014, p. 21-22.

²⁵⁶ Nesse cenário, o aumento exponencial do número de encarcerados pobres e racializados revela o funcionamento seletivo da repressão: “amplia-se absurdamente, dessa forma, a quantidade de ‘rejeitados da sociedade de mercado’. Assim também se amplia o número de detentos no Brasil”. A repressão, portanto, se configura como um dos pilares da ordem neoliberal, que criminaliza a pobreza ao mesmo tempo que protege os interesses de uma elite econômica amplamente beneficiada pela segregação e pela violência institucionalizada (Franco, 2014, p. 21-22).

É nesse cenário que se torna imprescindível lançar um olhar sobre as dinâmicas de poder que operam na produção, legitimação e administração da violência. Essas dinâmicas se expressam na seletividade das políticas de repressão, na atuação discriminatória das forças de segurança e na comoção pública, que silencia ou banaliza certos corpos e territórios enquanto mobiliza indignação seletiva diante de outros. Assim, a violência se revela tanto como consequência das desigualdades estruturais quanto como ferramenta ativa na manutenção da ordem social vigente.

A racionalidade aplicada ao gerenciamento da vida na fase atual do capital

Tomemos como ponto de partida a noção de “razão instrumental”, que nasce das observações de Max Horkheimer e Theodor Adorno. Esse conceito se refere a uma forma de racionalidade que, ao invés de se orientar pela emancipação humana ou pelo esclarecimento, passa a ser guiada unicamente pelos critérios da utilidade, da eficácia e do domínio técnico sobre o mundo. Nessa ordem, a razão perde seu conteúdo crítico e se transforma em instrumento de controle, adaptação e reprodução de estruturas sociais opressivas. Para Horkheimer e Adorno, o ápice trágico dessa racionalidade pervertida foi o nazismo, um regime que, embora extremamente racional em sua organização e aparato burocrático, foi responsável por um projeto de aniquilação sistemática de vidas humanas. Ou seja, a barbárie moderna não resulta da ausência de racionalidade, mas da sua deformação: trata-se de uma razão esvaziada de ética, voltada exclusivamente à manutenção da ordem, da técnica e do poder.²⁵⁷

No Brasil, embora o nazifascismo não tenha se materializado da mesma forma que na Europa, é possível identificar os efeitos da razão instrumental nas particularidades do processo de modernização nacional. Trata-se de um processo de modernização autoritária, seletiva e excludente que, sob o disfarce do progresso técnico e institucional, incorporou e ressignificou racionalmente traços herdados de períodos anteriores à consolidação do capitalismo. Esses vestígios do passado foram transformados em novas racionalidades de dominação, como as teorias raciais que procuravam conferir um verniz científico à desigualdade social, legitimando, assim, a permanência de estruturas hierárquicas e discriminatórias sob a aparência de modernidade.

²⁵⁷ Adorno; Horkheimer, 1985, *passim*.

Buscando aporte nos estudos de Lilia Schwarcz, em *O espetáculo das raças*, ainda que a autora não se utilize do conceito de razão instrumental oriundo dos frankfurtianos, é possível perceber como esse processo de racionalização se manifestou historicamente no Brasil. Instituições como as faculdades de medicina, as escolas de direito e os museus de história natural desempenharam papel central na formulação e disseminação de discursos científicos que legitimaram a hierarquização racial.²⁵⁸ Schwarcz evidencia que, no contexto nacional, houve uma originalidade no pensamento racial, um esforço adaptativo que selecionou e atualizou elementos ideológicos compatíveis com os interesses locais, descartando aquilo que poderia comprometer a construção de um argumento racial eficaz.²⁵⁹ Como aponta a autora, no período de transição entre o fim da monarquia e os dilemas da Primeira República, esse movimento resultou na reconstrução de um universo intelectual pautado por pressupostos racistas abertamente assumidos, marcando um momento da história intelectual brasileira.²⁶⁰ Esse racionalismo racial prolongou-se ao longo do século XX, encontrando ressonância especialmente durante o Estado Novo, período em que o mito da democracia racial se consolidou por meio de discursos socioantropológicos que articulavam ciência e cultura popular. Tais discursos constituíram um sistema de ideias que, ao mesmo tempo que mascarava, contribuía para a reprodução e manutenção de práticas racistas densamente enraizadas na sociedade brasileira — um quadro que só começaria a ser efetivamente contestado a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970. O racismo, nesse contexto, não deve ser visto como produto do irracionalismo ou do obscurantismo, mas como um fenômeno calcado em construções teóricas e discursos racionalizados — uma racionalidade técnica e formal, desprovida de ética, que serviu para justificar a exploração e as hierarquias sociais.²⁶¹

Assim, tomando por base o que escreve Lilia Schwarcz, o conceito de raça foi construído e instrumentalizado historicamente no Brasil em um momento de intensa reorganização política e social, marcado pelo declínio da escravidão e pela tentativa de edificação de um novo projeto nacional. Ao contrário de uma noção naturalizada e fixa, o conceito de raça é compreendido pela autora como um objeto de conhecimento cuja definição se molda constantemente em função de contextos históricos e interesses políticos específicos. Nesse processo, as elites intelectuais brasileiras não apenas

²⁵⁸ Schwarcz, 2014, *passim*.

²⁵⁹ Schwarcz, 2014, p. 29.

²⁶⁰ Schwarcz, 2014, p. 30.

²⁶¹ Almeida, 2019, p. 45.

consumiram as teorias raciais europeias, mas as adaptaram de maneira original, reconfigurando seus pressupostos para legitimar as hierarquias sociais e raciais já existentes no país.

Nesse sentido, Schwarcz destaca que o racismo científico, ainda que importado, foi ressignificado localmente a partir da combinação de modelos como o darwinismo social e o evolucionismo. Do primeiro, absorveu-se a ideia da diferença natural entre as raças e sua hierarquização; do segundo, destacou-se a crença no aperfeiçoamento contínuo da humanidade. No entanto, as implicações negativas de tais teorias, sobretudo no que diz respeito à mestiçagem — central na formação social brasileira —, precisaram ser contornadas. Esse impasse levou à construção de uma solução original, na qual as contradições teóricas foram parcialmente neutralizadas por meio de adaptações estratégicas que conciliavam racismo e miscigenação.²⁶²

A partir disso, Schwarcz evidencia que o sucesso das teorias raciais no Brasil não se deveu apenas à sua suposta coerência científica, mas, sobretudo, à sua funcionalidade política e ideológica em um contexto de transição histórica. As elites intelectuais e políticas brasileiras não apenas consumiram essas ideias importadas da Europa, como também as adaptaram criativamente aos seus próprios interesses, consolidando um discurso que naturalizava desigualdades e justificava a exclusão sob o manto da ciência. Essas teorias foram mobilizadas como instrumentos para legitimar estruturas de poder, sustentar privilégios de classe e raça e traçar fronteiras em torno da cidadania. Desse modo, o racismo no Brasil assumiu a forma de uma racionalidade histórica, articulada aos objetivos das classes dominantes e intensamente vinculada ao projeto de modernização conservadora e excludente que marcou o país desde o pós-abolição até boa parte do século XX.

Essa racionalidade racial, entendida como um princípio estruturante da ordem social, encontra desdobramentos concretos no modo como a modernização brasileira se realiza de forma desigual e contraditória. É nesse contexto que Leomir Hilário recorre à metáfora do ornitorrinco para caracterizar a formação social brasileira:

O ornitorrinco é um animal estranho, como o Brasil, está para a natureza assim como estamos nós para a história. O Ornitorrinco tem rabo de réptil, mamas sem peito, esporão venenoso, bico de pato e, para finalizar, põe ovos. É a contestação da evolução darwiniana, porque o arcaico é funcionalizado no presente. Meio réptil, meio ave, meio mamífero, um pouco de anfíbio. Há vários indícios da evolução em seu corpo e o próprio fato de sua sobrevivência no reino animal atesta isso. Assim também é o Brasil: enquanto nação deformada, possui num mesmo campo social várias idades da evolução. As

²⁶² Schwarcz, 2014, p. 28.

massas que sempre sobraram, apartadas do aparato político, herança da Colônia; cidades urbanizadas tais quais as metrópoles modernas, herança da modernização; desigualdade social profunda que forma praticamente um apartheid social, herança do capitalismo em decomposição. Enfim, ricos e miseráveis, lado a lado, sem perspectiva de deixarem de ser o que são.²⁶³

A metáfora do ornitorrinco, utilizada por Hilário, expressa com precisão o caráter híbrido e contraditório da modernização brasileira, marcada pela justaposição de elementos arcaicos e modernos que, em vez de se anularem, passam a coexistir de forma viável. O autor amplia esse pensamento ao apresentar as favelas como um exemplo funcional desse dispositivo. Inicialmente concebidas como moradias periféricas à margem da cidade formal, as favelas passaram a adquirir funcionalidade dentro do crescimento urbano capitalista não planejado. Com sua localização progressivamente centralizada, tornaram-se espaços estratégicos para abrigar uma população que presta serviços essenciais à reprodução da vida econômica urbana — como é o caso das empregadas domésticas ou dos operários da construção civil. Assim, o que antes poderia ser interpretado como uma falha da modernização, transforma-se, nesse novo contexto, em um atraso que funciona. As favelas e os bairros periféricos configuram-se também como espaços habitados por aquilo que Leomir Hilário, apropriando-se do conceito elaborado por Robert Kurz, denomina “sujeitos monetários sem dinheiro” — indivíduos que, embora formalmente inseridos na matriz operativa do dinheiro e do mercado, permanecem excluídos do acesso efetivo aos meios de consumo e produção.²⁶⁴ Essa formulação dialoga diretamente com a noção de “massa marginal”, desenvolvida por José Nun, ao se referir aos segmentos da população estruturalmente alijados do mercado de trabalho e do processo produtivo, cuja existência não cumpre qualquer função ativa no funcionamento do capitalismo contemporâneo.²⁶⁵ Como discutido no capítulo anterior, quando a inserção social desses sujeitos ocorre, se dá por meio da aceitação de ocupações precarizadas, socialmente desvalorizadas e associadas ao que é convencionalmente compreendido como trabalho “baixo” ou “sujo”. A reprodução dessas desigualdades evidencia não apenas a persistência de uma racionalidade excludente, mas também a funcionalização da exclusão como parte integrante do capitalismo brasileiro.

Sob esse panorama, Hilário afirma que “o desenvolvimento civilizatório do capital não representou para nós um avanço para uma vida melhor de ser vivida, ao contrário, serviu para uma atualização de modos antigos de exercer a violência e a exclusão

²⁶³ Hilário, 2021, p. 57.

²⁶⁴ Hilário, 2021, p. 58.

²⁶⁵ Nun, 2000.

social”.²⁶⁶ A colonização, nesse contexto, é interpretada como o que o autor chama de “figura histórica da regressão civilizatória do capital”, assumindo, para a crítica social latino-americana, uma função semelhante àquela que o nazismo desempenha nas análises da teoria crítica europeia. Tanto na tradição crítica periférica quanto na tradição europeia, o capitalismo é constantemente colocado sob suspeita, sendo analisado como um sistema a ser superado.²⁶⁷ A diferença central, contudo, está na forma como cada uma compreende a modernidade: enquanto a teoria crítica — sobretudo em suas formulações mais recentes — tende a enxergar os impasses da modernidade como distorções posteriores a um projeto originalmente emancipatório, a crítica periférica aponta para um vício de origem — nessa leitura, a modernidade já nasce corrompida, tendo a escravidão como um de seus pilares estruturantes, revelando-se como um motor interno que expõe as contradições fundantes do próprio projeto moderno.²⁶⁸ Dessa forma, a barbárie não é vista como uma ruptura da civilização, mas como sua continuidade histórica e estrutural. Trata-se de elemento compulsório, sustentado pela persistência da violência, pela repressão seletiva imposta aos corpos racializados e pela administração tecnocrática de vidas que o sistema considera descartáveis.

É nesse mesmo quadro de continuidade histórica da exclusão que se pode compreender a formação da esfera pública brasileira e seus limites estruturais. A proposta de Jürgen Habermas, centrada na razão comunicativa e no ideal de um espaço público de deliberação racional e inclusiva, revela-se inadequada quando confrontada com o contexto brasileiro.²⁶⁹ Hilário observa que “as condições históricas e sociais do Brasil tornaram tanto a participação no contexto do espaço público quanto o gozo da privacidade um privilégio de poucos”.²⁷⁰ Desde sua constituição, o Estado brasileiro operou por meio da repressão e do silenciamento dos espaços populares, deixando assim de fomentar uma verdadeira esfera pública democrática — como evidenciam os episódios da Revolta da Vacina e da Guerra de Canudos. Assim, bem distante de ser um espaço de encontro entre iguais, a esfera pública brasileira foi marcada pela exclusão, o que inviabiliza a aplicação direta da teoria habermasiana ao nosso contexto.²⁷¹

²⁶⁶ Hilário, 2021, p. 44.

²⁶⁷ Hilário, 2021, p. 44.

²⁶⁸ Hilário, 2021, p. 55.

²⁶⁹ Hilário, 2021, p. 44.

²⁷⁰ Hilário, 2021, p. 44.

²⁷¹ Hilário, 2021, p. 44.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível retomar os diagnósticos mais sombrios da primeira geração da Escola de Frankfurt, pois, para o brasileiro, os processos de modernização não representaram uma ruptura com a barbárie, eles representam a sua continuidade sob uma nova forma. Isso remete à advertência de Horkheimer e Adorno, segundo a qual “com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie”.²⁷² Essa razão calculada, fundamento da racionalidade instrumental duramente criticada pelos frankfurtianos, se encontra também na origem do processo colonial e de suas consequências históricas, que se prolongam no presente sob a forma de um subdesenvolvimento estrutural. No contexto brasileiro, essa racionalidade foi incorporada como se fosse parte natural do projeto moderno, o que se enquadra como uma reprodução que atualiza formas de dominação forjadas na escravidão e na colonização. Esses elementos são fundamentais para se elaborar uma crítica à razão instrumental periférica, pois deve-se partir do reconhecimento de que o atraso, a violência e a desigualdade não são apenas heranças do passado, mas constituem dimensões estruturantes de um modelo racional que, em vez de promover emancipação, aumenta as desigualdades sociais e consolida a dominação.

Essa racionalidade, historicamente forjada e funcionalizada na gestão da desigualdade, atualmente encontra, no neoliberalismo, sua forma contemporânea mais acabada. No Brasil, esse modelo começa a ser gestado durante a ditadura militar, contudo ganha força e institucionalização durante os anos 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso. Como analisa Marielle Franco, trata-se de uma transição do modelo de Administração Pública Burocrática para um paradigma gerencial, orientado pela eficiência, pelos resultados e por uma racionalidade econômica que reconfigura o papel do Estado. Nesse novo arranjo o cidadão é convertido em cliente. Apresentado sob o discurso da modernização e da racionalização administrativa, esse processo consolidou, na prática, um modelo excludente de poder e gestão, subordinado à hegemonia do capital. Como ainda destacará Franco, esse modelo reorganiza as estruturas estatais, bem como redefine a forma como os corpos subalternizados são administrados e incluídos de modo desigual na dinâmica social, econômica e política do país:²⁷³

Na substituição de políticas sociais que apostem em investimentos no campo dos direitos, abre-se uma política que fortalece o Estado Penal, com o objetivo de conter os que se encontram à margem ou “excluídos” do processo, formados

²⁷² Adorno; Horkheimer, 1985, p. 43.

²⁷³ Franco, 2014, p. 36-39.

por uma quantidade significativa de pobres e negros, cada vez mais colocados nos guetos das cidades.²⁷⁴

O neoliberalismo brasileiro opera pela via da desregulamentação estatal e, paradoxalmente, pelo fortalecimento de um Estado Penal que atua seletivamente sobre os corpos marginalizados por meio da criminalização da pobreza, do encarceramento em massa e da legitimação da letalidade policial.²⁷⁵ Apesar do discurso em defesa da retração do Estado, o neoliberalismo depende do uso seletivo e estratégico do poder estatal para garantir a estabilidade de sua ordem. Em países periféricos como o Brasil, essa estruturação se expressa na conversão do Estado em instrumento de repressão e controle social, subordinado aos interesses do capital. Dessa forma, o Estado é instrumentalizado como operador da lógica de mercado e da violência legitimada, exercendo poder soberano sobre a vida e a morte.

Essa racionalidade, incorporada ao contexto brasileiro, como definiu Leomir Hilário, ancora-se na razão instrumental, haja vista sua ação orientada pela eficiência técnica e pela funcionalidade dos meios em detrimento do questionamento ético sobre os fins. Tal racionalidade, intrínseca à modernidade capitalista, constitui a base ideológica que permite a naturalização de práticas de violência seletiva, apresentadas como necessárias à manutenção da ordem social. Nesse sentido, retomando Horkheimer e Adorno, o “sol da razão” ilumina a continuidade da dominação e não a liberdade.²⁷⁶

Ao ser intensificada no contexto neoliberal, essa racionalidade redimensiona os mecanismos de exclusão e violência, instaurando formas ainda mais sofisticadas de gerenciamento da vida e da morte. Tal dinâmica permite articulá-la ao conceito de necropolítica, elaborado por Achille Mbembe, a partir do qual se compreende como o neoliberalismo transforma o Estado em uma máquina de administração desigual da existência. A punição e o abandono, no que podemos perceber dentro do delineado pelo pensador camaronês, são reservados, quase exclusivamente, à “massa marginal”, os

²⁷⁴ Franco, 2014, p. 42.

²⁷⁵ O conceito de “Estado Penal”, formulado por Loïc Wacquant, descreve a transição do Estado de Bem-Estar Social para um modelo em que predomina a lógica repressiva e punitiva. No contexto do neoliberalismo, o Estado reduz investimentos em políticas sociais e intensifica o uso do sistema penal como forma de lidar com a pobreza e a marginalização. Isso resulta na criminalização dos pobres, no encarceramento em massa — sobretudo de jovens negros e periféricos — e na substituição de políticas de inclusão por estratégias de controle social. O Estado Penal, assim, emerge como resposta estrutural à desigualdade gerada pelo próprio neoliberalismo, com impacto global, especialmente em países periféricos. Esse conceito está delineado especialmente nas obras *As prisões da miséria* (1999), *Punir os pobres* (2001) e *Os condenados da cidade* (2001). Para uma breve leitura, consideramos o trabalho de Ana Paula Ornellas Mauriel “Estado Penal e neoliberalismo na obra de Loïc Wacquant”, publicado no volume 22, número 2, da revista *Sociedade em Debate* de 2016.

²⁷⁶ Horkheimer; Adorno, 1985, p. 43.

chamados “sujeitos monetários sem dinheiro”, ou aqueles tornados dispensáveis para as dinâmicas do capital. Nesse sentido, a necropolítica manifesta-se quando se estabelecem hierarquias de vidas cuja existência deve ser protegida e outras cuja morte é tornada socialmente aceitável: “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer [...] exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”.²⁷⁷

Essa soberania se materializa na seletividade da repressão estatal. O Estado torna-se fiador de uma “racionalidade necropolítica”, regulando o valor das vidas conforme sua utilidade ou ameaça ao regime de acumulação. A política de segurança, nesse contexto, se converte em “trabalho de morte”, e o Estado atua como operador dessa engrenagem de extermínio.²⁷⁸

Esse argumento pode ser ancorado na análise de Marielle Franco, que evidencia como a instrumentalização de políticas voltadas à gestão da vida e à produção da morte constitui uma característica da nova etapa do capital no contexto brasileiro. Essa dinâmica se revela, por exemplo, nas políticas de segurança pública, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) implantadas no Rio de Janeiro. Muito distante de representarem uma iniciativa de pacificação voltada ao enfrentamento do narcotráfico, essas políticas instauram verdadeiros regimes de exceção, sustentados pela presença ostensiva e contínua das forças policiais em favelas. Nesse contexto, os moradores são tratados como inimigos internos, revelando uma ação de controle e repressão que reforça as desigualdades e estigmatizações que se consolidaram no processo de modernização. Como aponta a autora, o modelo neoliberal pode facilmente se articular com um Estado Penal para gerenciar as populações marginalizadas por meio do discurso da “insegurança social”, aplicando uma política voltada para repressão e controle dos pobres.²⁷⁹ Isso se intensifica diante dos grandes investimentos do capital nas metrópoles brasileiras, o que reforça o já latente processo de tratamento desigual “da polícia e da política de segurança [...] Isso dá uma visão dúbia, que muitas vezes leva a crer que há alguma impunidade nas grandes cidades e nos países em que o neoliberalismo alçou patamares hegemônicos”.²⁸⁰

²⁷⁷ Mbembe, 2018, p. 5

²⁷⁸ Mbembe, 2018, p. 71.

²⁷⁹ Franco, 2014, p. 13-15 *passim*.

²⁸⁰ Franco, 2014, p. 22.

Como resultado, os “rejeitados da sociedade de mercado” se tornam alvos centrais da repressão, punidos pelas diversas formas de controle implicadas pelo Estado Penal.²⁸¹

O funcionamento da necropolítica brasileira, contudo, não pode ser entendido sem se considerar a persistência da colonialidade como estrutura de dominação. Isso pode ser compreendido por meio de Mbembe, que mostra como, no contexto da dominação colonial, a territorialização do poder instaurou uma divisão radical entre os territórios europeus e os coloniais. Enquanto na Europa vigorava um direito público regido por princípios de organização política e reconhecimento mútuo entre Estados, nas colônias se estabeleceu uma zona de exceção, onde tais garantias eram suspensas.²⁸² A colonização, nesse sentido, não apenas ampliou o alcance territorial das potências europeias, mas instituiu uma geografia do poder marcada por distinções entre civilização e barbárie, humanidade e bestialidade, legalidade e ilegalidade.

Essa violência colonial se estruturava como uma prática sistemática de aniquilação e subjugação total, muito diferente das camadas de conflitos entre sujeitos iguais estabelecidas pelos tratados europeus. Não havia, nas colônias, guerras travadas entre exércitos dotados de soberania mútua; o que se instaurava era um regime de dominação radical, no qual os colonizadores impunham sua vontade sobre aqueles que eram previamente destituídos de humanidade. O colonizado era representado como o “outro absoluto”, um ser reduzido à condição de natureza, confundido com a animalidade e afastado daquilo que se entende como dignidade humana. Como sublinha Achille Mbembe, ecoando Hannah Arendt, “quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato”.²⁸³ Isso porque, no imaginário colonial, esses sujeitos não eram reconhecidos como plenamente humanos. Eram percebidos como extensão da natureza, vistos como seres sem subjetividade, sem história, e, portanto, sem o direito à existência plena.

Essas operações simbólicas e políticas de desumanização que legitimaram os regimes coloniais de violência, continuam a atuar com força nas sociedades pós-coloniais, especialmente nas margens do capitalismo global, como no caso brasileiro. Hoje o colonizado ressurge sob a forma dos sujeitos marginalizados: os pobres, os negros, os indígenas, os sem-terra, os sem-teto, os moradores de rua — todos aqueles que, por sua condição econômica, social, racial e territorial, são alvos preferenciais da repressão estatal

²⁸¹ Franco, 2014, p. 22.

²⁸² Mbembe, 2018, p. 34.

²⁸³ Mbembe, 2018, p. 35-36.

e das políticas de extermínio. O Estado, ao recorrer sistematicamente ao uso da força como instrumento de gestão social, reproduz a colonização, transformando a violência em uma ferramenta legítima de administração da desigualdade. Nesse panorama, os conceitos de razão instrumental, necropolítica e Estado Penal são fundamentais para compreender como o neoliberalismo, especialmente em sua expressão periférica, se articula com práticas de governo que naturalizam a exclusão, criminalizam a pobreza e operam por meio da administração calculada da morte. Nesse sentido, a racionalidade neoliberal não se calca exclusivamente na redução do Estado e na expansão do mercado, pois se manifesta também como um modelo de gestão social que reorganiza o espaço urbano, outros territórios de seu interesse fora desse enclave e os corpos conforme uma *performance* de guerra permanente contra os indesejáveis. Essa guerra se traduz em políticas públicas repressivas, como o encarceramento em massa, as intervenções policiais e o controle territorial por meio da militarização. Tais políticas expressam a face concreta de um projeto de modernidade excludente, fundado na racialização da desigualdade e na colonização dos corpos. Como argumenta Aníbal Quijano, a colonialidade do poder persiste como estrutura subjacente ao funcionamento das sociedades latino-americanas, atravessando as formas de produção, subjetivação e controle social.

A violência gerenciada pelo Estado em *Via Ápia*

As dinâmicas de controle e repressão, fundadas na esfera colonial e atualizadas pelas práticas do neoliberalismo periférico, não se limitam ao plano teórico ou ao institucional: elas se manifestam cotidianamente, moldando as experiências concretas nas periferias e encontrando ressonância na produção literária contemporânea. Nesse contexto, a literatura constitui um espaço privilegiado de denúncia, de preservação da memória e de elaboração crítica dessas formas de violência. É nesse horizonte que o romance de Geovani Martins ganha relevância, ao conferir forma estética e narrativa aos impactos da militarização dos territórios marginalizados, especialmente a partir da chegada das UPPs à favela da Rocinha. Embora essas unidades não ocupem o centro da narrativa, sua presença serve para estruturar as tensões do enredo, reorganizando o cotidiano dos personagens e influenciando radicalmente suas vivências sob o novo regime

de controle. A invasão da Rocinha já vinha sendo anunciada e discutida entre os moradores, gerando um clima de incerteza, medo e desconfiança.

Com a confirmação de que a UPP chegaria no morro antes de virar o ano, os moradores só falavam dessa parada, sempre como se fosse uma bomba pronta pra estourar. Com o morro ocupado de ponta a ponta, Biel já pensa como vai ser foda de entrar e sair todo dia com a carga que vende na praia. De qualquer jeito, mesmo se for caçar outro canto, Biel precisa logo levantar uma grana pra ajudar na mudança. Não dá pra meter o pé e deixar os amigos de pista. Nesse tempo todo que vive no meio dos playboys, Biel tá ligado que as únicas amizades de verdade que fez, foi com Douglas e com Murilo. Os dois abraçaram no momento que ele mais precisava. Naquela casa da Via Ápia, podia ser ele mesmo, lembrar das histórias na Cruzada, nos tempos de escola na Santos Anjos.²⁸⁴

Antes da operação, o romance relata o momento em que Wesley encontra agentes da polícia civil, no dia 17 de agosto de 2011. Ao subir o morro em direção à sua casa, percebe algo incomum. Não há *motoboys* circulando nem movimento na boca. A ausência desses elementos habituais chama a sua atenção e indica que algo fora do normal está acontecendo:

Na Via Ápia não tinha nem ninguém no ponto das motos. Era estranho, mesmo na hora do rush pelo menos uma meia dúzia fica marcando por ali. Olhou com atenção o que acontecia na rua; era intenso o fluxo de gente pra cima e pra baixo, mas faltava alguma coisa de fundamental. Eram as motos. Nenhuma subia nem descia, não dava pra ouvir o barulho do motor, sentir o cheiro que escapa pelo cano.

Foi então que Wesley percebeu que na boca não tinha ninguém. Ficou bolado. Só faltava ter lombrado o morro. Mirou lá no final da rua, do lado ali da Pizza Rio, viu um mototaxista virar a rua com uma passageira. Os dois tavam de capacete, o que acontecia muito de vez em nunca, só mesmo quando era corrida pra pista. Tudo parecia estranho demais, quando de repente ele viu um grupo de polícia, tudo Polícia Civil, que saía da travessa Roma. Depois conseguiu ver vários outros vindo de outros cantos. Com suas camisas e calças pretas e aquela certeza que eles têm de que nenhum traficante vai inventar de aplicar pra cima deles. Deu até calafrio.

Wesley nem lembrava da última vez que viu polícia na Rocinha. Bater de frente com eles ali, logo naquele dia, fazia tudo parecer que tava mandado, sinistro de verdade. Um grupo com três polícias vinha na direção do ponto das motos. Quando cruzaram por ele, Wesley no susto perguntou qual era o motivo da operação.

— Você é jornalista, por acaso? — foi a resposta do cana.

Wesley pensou em dizer que era morador, mas bateu neurose de soar como desacato, acabar tendo que mostrar documento, passar por todo aquele procedimento outra vez no mesmo dia.

— Controle de pirataria — outro policial ainda respondeu antes de se afastarem de vez.

Wesley olhou na caça do mototáxi, mas ele já tava longe, com outro passageiro na garupa. Sem querer marcar muito por ali, decidiu subir a pé.²⁸⁵

Wesley já estava desconfiado desde a abordagem que sofrera no dia anterior no Arpoador, quando foi acusado por militares, junto com um amigo, de envolvimento com

²⁸⁴ Martins, 2022, p. 93.

²⁸⁵ Martins, 2022, p. 93.

o tráfico por supostamente se parecerem com suspeitos procurados. A situação agravou-se quando os policiais encontraram várias notas de cinco reais em seu bolso, o que levantou a suspeita. O fundamento que atenua a força da abordagem se dá pelo fato de que, pouco antes dessa abordagem, Wesley havia comprado um lanche usando uma nota de cem reais, parte do último salário recebido na casa de festas, e ter recebido o troco só com notas de cinco. Ele e o amigo até chegaram a rir da possibilidade de serem questionados pela polícia, por Wesley portar tantas notas iguais, caso abordados: “Peguei aquelas notas lá, falei pro Luan assim: Caralho, se os cana me pega, vai falar que eu sou vapor da maconha de cinco. Na hora a gente até riu desse bagulho, mas foi isso mesmo que aconteceu”.²⁸⁶ Ambos os jovens foram detidos e levados à delegacia, apesar de não portarem nenhum tipo de entorpecente. Como Luan era menor de idade, foi liberado rapidamente. Já Wesley sofreu pressão psicológica durante o interrogatório, todavia, por estar com seus documentos e não haver qualquer prova concreta que o ligasse ao tráfico, acabou sendo liberado em seguida.

Esses elementos ajudam a compreender por que a chegada da UPP gera tanta apreensão entre os moradores da comunidade. A presença policial não representará uma garantia de segurança, já que reforça a sensação de vulnerabilidade coletiva, sobretudo porque qualquer indivíduo pode se tornar um alvo em potencial. O simples fato de ser morador da favela já basta para levantar suspeitas. Essa criminalização se intensifica no caso dos jovens, especialmente os negros, que são constantemente enquadrados em estereótipos construídos historicamente e reforçados socialmente, como perceptível quando Wesley e seu amigo são detidos, pois suas tipificações se enquadram na construção de características fenotípicas atreladas a tipos criminosos. Nessas representações, a cor da pele, o local de origem e o modo de se vestir são suficientes para que sejam considerados suspeitos, muitas vezes sem qualquer evidência concreta. Assim, a atuação da UPP tende a reproduzir a repressão seletiva mediante estigmatização e violência contra as comunidades.

De outra maneira, as informações repassadas a Wesley pelo vapor, que, já ciente do recado transmitido ao dono do morro, alerta para a iminente invasão da Rocinha: “o bagulho é pra esse ano ainda”,²⁸⁷ prenuncia o medo. Essa previsão irá instaurar uma atmosfera de receio e expectativa, fazendo com que a vida cotidiana na comunidade se

²⁸⁶ Martins, 2022, p. 93.

²⁸⁷ Martins, 2022, p. 69.

suspenda, como se todos estivessem vivendo em compasso de espera, à beira de uma ruptura iminente, como podemos ler nos excertos a seguir:

[...] a confirmação de que a UPP chegaria no morro antes de virar o ano, os moradores só falavam dessa parada, sempre como se fosse uma bomba pronta pra estourar.²⁸⁸

Naqueles dias, a chegada da UPP era o grande assunto de toda a Rocinha. Em qualquer padaria, igreja, boteco, lanchonete ou barraca de camelô, era possível entrar na discussão. Cada morador apoiava uma teoria ou criava a sua própria, desde as mais trágicas até as mais otimistas, mas a real é que ninguém tinha certeza de nada.²⁸⁹

Não dava pra sequer; mesmo na lombra do ácido, mesmo cansados do sol, não tinha o que fazer, eles precisavam passar no mercado. Até porque não existe missão maior do que o medo de ficar sem comida. Prova disso é que foi só botar o pé no Boiadeiro pra ver que o morro inteiro devia tá na mesma intenção. Era papo de mundo se acabando: todos os mercadinhos lotados, gente se empurrando direto, arrumando caô na fila do caixa.

Douglas quis fumar um cigarro antes de entrar. Parecia coisa pra adiar um pouco mais aquele perrengue inevitável. Enquanto faziam fumaça, brechavam da porta as compras dos outros. Uma coroa fazia estoque de arroz, feijão, macarrão, várias cabeças de alho, e no meio disso, um luxo: dois bolinhos Ana Maria. Outro malucão lá tava levando várias garrafas de óleo, várias. Tipo umas quinze. E tinha o bonde da compra do mês: carne, frango, arroz, biscoito, essas paradas. Nesse meio-tempo, eles ficaram só de olho, cada um na sua. Muito diferente da onda que curtiram na praia. Naquele momento, os três sabiam muito bem disso, a UPP já era uma realidade.

Chegaram com as bolsas cheias de nuggets, Miojo, batata congelada. Essas paradas que são fáceis de fazer e que não estragam nunca.²⁹⁰

Esse ambiente de instabilidade constante, capturado por Martins em sua narrativa, tanto traduz a experiência vivida nas favelas quanto dialoga diretamente com construções teóricas que analisam as dinâmicas do poder e da violência nos contextos pós-coloniais. A invasão da UPP, enquanto metáfora de um colapso iminente, encontra eco nas análises de Achille Mbembe e em sua compreensão das formas contemporâneas de dominação por meio do conceito de necropoder. Ao refletir sobre os dispositivos de controle que operam em territórios marcados pela desigualdade histórica, Mbembe destaca como o poder colonial se atualiza no presente por meio da fragmentação espacial, da segregação sistemática e da aplicação de tecnologias militares voltadas para o controle total da população. Nesse sentido, o que Martins representa literariamente como a aflição vivida na Rocinha diante da presença das UPPs, Mbembe conceitua como a reorganização do espaço em chave bélica.²⁹¹

Embora Mbembe aborde um contexto macro, relacionado às dinâmicas globais em que potências econômicas e militares utilizam seu aparato bélico para impor soberania

²⁸⁸ Martins, 2022, p. 93.

²⁸⁹ Martins, 2022, p. 112.

²⁹⁰ Martins, 2022, p. 135.

²⁹¹ Mbembe, 2018, p. 43-47.

sobre povos e nações inteiras, suas considerações sobre necropoder e ocupação colonial contemporânea encontram ressonância no contexto da militarização das favelas brasileiras — em especial nas intervenções do Estado no Rio de Janeiro. A implementação das UPPs, sob o discurso de retomada territorial e garantia de segurança, reproduz em escala local um mecanismo de ocupação e controle baseado na segregação, vigilância constante e eliminação de corpos considerados descartáveis. O cotidiano desses territórios é, então, submetido a um “estado de exceção permanente”, em que o aparato militar-policial age com ampla liberdade para reprimir, confinar e executar, criminalizando previamente os seus habitantes, especialmente os jovens, que, independentemente de serem ou não pertencentes ao tráfico de drogas, já se tornam vítimas potenciais.

Nesse contexto, para estabelecer uma relação entre a ideia de necropolítica e a noção de território, é pertinente destacar um fragmento da obra *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, que afirma:

A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. [...] Esse mundo em compartimentos, esse mundo dividido em dois, está habitado por espécies diferentes. A originalidade do contexto colonial é que as realidades económicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida, não chegam nunca a esconder as realidades humanas. Quando se compreende no seu aspecto imediato o contexto colonial, é evidente que o que divide o mundo é sobretudo o facto de se pertencer ou não a tal espécie, a tal raça.²⁹²

A citação, colocada em consonância com o contexto reproduzido em *Via Ápia*, leva-nos a compreender que a favela, nesse sentido, é um território racializado e politicamente produzido como zona de exceção de direitos, onde o Estado aparece sobretudo sob a forma da força armada. A presença ostensiva da polícia, cuja atuação, frequentemente, se aproxima de práticas de guerra, reforça a ideia de que determinadas vidas valem menos ou sequer importam. Trata-se de uma gestão da população que prioriza o controle e a contenção, e não o cuidado ou a garantia de direitos sociais, tal qual o exemplo de Gaza e da Cisjordânia que Mbembe utiliza para ilustrar como essas zonas de exceção se manifestam. Nesse sentido, a ocupação colonial tardia em Gaza e na Cisjordânia converge no que Mbembe chama de “guerra infraestrutural”, já que se minam

²⁹² Fanon, 1965, p. 28-29.

todos os recursos da população a fim de subjugar-la, sendo ela, ainda, colocada sob uma constante vigilância por meio do aparato militar de quem impõe a dominação.²⁹³

Os conceitos desenvolvidos por Achille Mbembe encontram ressonância no contexto brasileiro e podem ser melhor compreendidos a partir da análise de Maria Lucia Karam no texto “Violência, militarização e ‘guerra às drogas’”, publicado no livro *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, organizado por Bernardo Kucinski. Nesse ensaio, Karam discute como o aparato bélico do Estado, legitimado pela retórica da guerra às drogas, tem operado como mecanismo de controle e repressão nas periferias brasileiras. Sua análise contribui para evidenciar como a militarização desses territórios expressa formas contemporâneas de dominação e de gestão da vida e da morte, em consonância com a ideia de necropolítica e do necropoder proposta por Mbembe:

o cenário do tão incensado (pelo menos, até há pouco tempo) modelo de policiamento iniciado também no Rio de Janeiro – as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – inclui tanques de guerra e militares com fuzis e metralhadoras, seja na ocupação inicial, seja de forma duradoura, como aconteceu nas favelas do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro e, posteriormente, nas favelas do Complexo da Maré. [...]

[as] vigentes ocupações militarizadas de favelas como se fossem territórios ‘inimigos’ conquistados ou a serem conquistados foi e é uma pretensa “pacificação” (estranhamente fundada na guerra) daquelas comunidades pobres alegadamente dominadas pelo “tráfico de drogas”. Com efeito, é exatamente a proibição às arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas o motor principal da militarização das atividades policiais, seja no Rio de Janeiro, no Brasil, ou em outras partes do mundo.

[...] A “guerra às drogas” não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, dirige-se sim contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da ‘guerra às drogas’ são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os “inimigos” nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como ‘traficantes’, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente “conquistado” e ocupado.

Na ocupação militar do complexo de favelas da Maré, o desfile de militares do exército e fuzileiros navais, com suas metralhadoras e lançadores de granadas MK-19, com seus tanques, caminhões, jipes, carros anfíbios e outras viaturas blindadas, com seu helicóptero modelo Seahawk MH16, ocorreu nos primeiros dias de abril de 2014, exatamente quando se relembra outro desfile de integrantes das Forças Armadas, com suas metralhadoras e lançadores de granadas, com seus tanques, caminhões, jipes e outras viaturas blindadas, um desfile que, ocorrido cinquenta anos antes, em abril de 1964, marcava o golpe que deu origem aos vinte e um anos de ditadura vividos no Brasil.²⁹⁴

²⁹³ Mbembe, 2018, p. 48.

²⁹⁴ Karam, 2015, p. 36-37. Para fins comparativos, veja-se que Mbembe traça um panorama similar ao falar sobre a gestão militarizada de territórios: “Enquanto o helicóptero de combate Apache é usado para

A ordenação que se instaura a partir do que se estabelece com as UPPs, relacionada ao que versa Maria Lucia Karam, vai ao encontro do exposto por Mbembe sobre o necropoder e a necropolítica. Nesse sentido, no que tange às especificidades do Brasil, os dispositivos apresentados pelo pensador camaronês irão atuar em consonância com as estruturas do racismo brasileiro, reforçando a associação histórica entre o negro, a criminalidade e a periculosidade. Isso se expressa na letalidade policial, nos massacres reiterados nas periferias e favelas, nas incursões violentas que transformam ruas em campos de batalha e na impunidade que protege os agentes do Estado. Como aponta Mbembe, o necropoder não apenas mata, mas decide quem merece viver sob proteção e quem pode ser eliminado, com base em critérios de raça, classe e território.

Portanto, pensar a militarização das favelas à luz da necropolítica é também escancarar os limites do projeto democrático brasileiro, que insiste em conciliar um regime formal de cidadania com práticas cotidianas de exceção. Nesse sentido, a favela torna-se um laboratório do necropoder: um espaço onde a vida só tem valor enquanto pode ser controlada e descartada.

Todos esses aspectos são desenvolvidos ao longo do romance de Geovani Martins, adquirindo maior ênfase e densidade com a intensificação do medo na Rocinha, especialmente a partir da “Parte II”, no capítulo que retrata o dia 13 de novembro, data em que ocorreu a invasão. Se, nos capítulos anteriores, a narrativa já construía uma atmosfera de tempo suspenso, em que a comunidade vivia sob a constante ameaça de um evento prestes a se concretizar, manifestada por meio de diálogos fragmentados e da circulação de rumores, a partir do capítulo da invasão, esse temor latente se intensifica, atravessando o cotidiano de forma ainda mais direta e violenta:

O Águia parecia que tava até dentro de casa. Mó barulho sinistro, chegava a tremer o prédio todo. Acordado pelo som que invadia a casa, Biel só teve coragem de botar a cara na janela quando sentiu que o helicóptero já sobrevoava bem longe dali. Nessa hora bateu de frente com a travessa Kátia num silêncio que era até difícil de acreditar. Àquela hora, a feira devia já tá armada no caminho do Boiadeiro e a travessa cheia de gente de um lado pro outro com suas compras, preocupações e expectativas de domingo. Logo depois, deviam subir as portas dos bares, chegar os primeiros clientes. Um pouco mais tarde, a partir das nove, era pra começar o culto na igreja neopentecostal vizinha do prédio ao mesmo tempo que a missa na capela de Nossa Senhora de Aparecida, lá no fim da rua. Mas, dessa vez, Biel olhava pela janela e não via nenhum sinal de vida.
[...]

patrulhar o ar e matar a partir dos céus, o trator blindado Bulldozer (Caterpillar D-9) é usado em terra como arma de guerra e intimidação. Em contraste com a ocupação colonial moderna, essas duas armas estabelecem a superioridade de ferramentas de alta tecnologia do terror tardo-moderno” (Mbembe, 2018, p. 48).

Voltou pra sala já na intenção do computador. Queria ver o que falavam no Facebook sobre a operação, mas logo descobriu que a internet não funcionava. Ele atualizou a página, reiniciou o modem, o computador, e nada. O jeito era ligar a televisão. Naquela hora, todos os jornais deviam repetir o mesmo assunto: a invasão da Polícia Militar na Rocinha, a maior favela da América Latina. Pra surpresa de Biel, todos os canais só mostravam a mesma tela azul. Na hora, brechou o relógio da cozinha; ainda faltavam cinco pras oito.

Não adiantava deitar no sofá, fechar os olhos, se a cabeça não parava quieta. Não se lembrava de nenhum tiro durante a noite. O silêncio em que pegaram no sono só foi interrompido pelos helicópteros que chegaram de manhã. A ausência de conflito indicava o sucesso da polícia na operação, mas não contava nem um terço da história. O que aconteceu enquanto não acontecia nada era o que tirava o sono de Biel.

Da janela via o comércio ainda fechado, mas aos poucos um morador ou outro cruzava a travessa. Eles avançavam com cuidado, no sapatinho pra reconhecer o território. Dava pra ver na cara que era tudo trabalhador, desses com carteira assinada, trabalho na pista. Biel bem queria uma correria qualquer pra fazer na rua. Pelo menos assim desceria as escadas do prédio com um destino, e não daquele jeito que ia, sem saber aonde chegar.²⁹⁵

Biel observa um cenário inesperadamente tranquilo diante da tão temida invasão que pairava há dias sobre os moradores da Rocinha. A Travessa Kátia, antes pulsante com a feira e o movimento constante dos habitantes, agora se encontrava envolta em um silêncio incomum. A ausência de tiroteios naquele momento inicial indicava, sob a ótica policial, uma operação aparentemente bem-sucedida. No entanto, esse êxito carregava implicações ainda indefinidas para a vida na favela. Era a incerteza sobre os desdobramentos futuros que verdadeiramente gerava medo.

Um aspecto relevante na observação de Biel é que os poucos moradores que se arriscavam a sair às ruas pareciam, em sua maioria, ser trabalhadores com vínculo formal, que desciam para pegar transporte na pista. Para esses indivíduos, permanecer em casa e buscar proteção não era uma opção viável, já que os empregadores dificilmente compreenderiam a ausência no trabalho. A necessidade de manter o emprego os obrigava a se expor ao risco, mesmo sabendo que um eventual confronto entre os traficantes e a polícia poderia impedi-los de voltar para casa.

A situação deixou Biel estressado, e ele, não vendo nenhuma ação ou movimento nas ruas próximas, decidiu sair.

Na principal entrada do morro, quase não dava pra ver o morador no meio daquele monte de polícia, repórter e vendedor autorizado. Ele continuou subindo e assim que chegou na esquina onde a Via Ápia cruza com a estrada da Gávea, acendeu um cigarro. Bem na sua frente, um caveirão subia a rua sem pressa. A vontade que dava era de ver como tava lá em cima, entrar de vez no coração da favela, longe das câmeras e dos vendedores autorizados. Mas Biel não precisou nem pensar demais no assunto; era muito mais seguro descer pro largo das Flores.

Ali na calçada da floricultura, onde ficava o ponto do mototáxi, tava tudo tampado de polícia. Tinha Logan da PM, Blazer do Choque, Caveirão, a porra

²⁹⁵ Martins, 2022, p. 143-144.

toda. Tinha até um ônibus da polícia com uma bandeira enorme do Bope estendida. Quando viu aquela imagem da faca na caveira, Biel pegou uma visão importante: desde que começou esse papo de UPP na Rocinha, geral só conseguia pensar no dia da invasão. Ninguém falava no que podia acontecer depois.²⁹⁶

A presença ostensiva da polícia nas ruas da Rocinha, com viaturas da PM, veículos do Choque, o Caveirão e o ônibus do Bope com sua bandeira estendida, alterava radicalmente o cotidiano, instaurando uma estética de guerra. A letalidade dessas operações já se anuncia no próprio símbolo do Batalhão de Operações Especiais: uma caveira atravessada por uma faca, emblema que atua simbolicamente como prenúncio de repressão, violência e morte, comunicando aos moradores das favelas uma política de controle baseada no terror. Esse tipo de simbologia remete diretamente a práticas históricas de militarização e extermínio, como o uso do *Totenkopf*²⁹⁷ nos uniformes pretos da *Schutzstaffel Totenkopfverbände* (SS-TV), subdivisão da *Schutzstaffel* (SS) nazista, encarregada da guarda e administração dos campos de concentração e de extermínio. Embora a caveira fosse um símbolo geral da SS, associada à ideia de lealdade até a morte e pertencimento a uma elite militar, na SS-TV ela assumia um significado direto: representava a morte organizada, sistemática e institucionalizada. Estampada em quepes, braçais e insígnias, funcionava como marcador do papel ativo de seus membros na repressão e no genocídio. O uso da caveira pelo Bope também comunica uma política de morte. Ao adotar esse signo, a corporação afirma sua autorização para matar e seu poder sobre os territórios em que atua. O uso de símbolos como esse por forças policiais brasileiras revela uma mecânica que se direciona para a morte e ao extermínio no contexto urbano periférico. Embora não se trate da mesma estrutura genocida do nazismo, mostra-se a existência de uma estrutura que transforma a favela em território inimigo. Nesse contexto, a caveira continua sendo mobilizada como um signo de intimidação e eliminação. É importante destacar que essa é uma questão complexa, repleta de *nuances* e múltiplos desdobramentos. Não se trata aqui de defender a permissividade diante da criminalidade ou sugerir sua negligência. A crítica volta-se às simbologias adotadas, aos

²⁹⁶ Martins, 2022, p. 145.

²⁹⁷ A palavra alemã *Totenkopf* significa, literalmente, “cabeça da morte” ou, de forma mais precisa, “cabeça de uma pessoa morta”. Embora remeta diretamente a um crânio humano, equivalente ao termo *Schädel* em alemão, seu uso ultrapassa a simples referência anatômica. *Totenkopf* configura-se como um símbolo, geralmente ilustrado por um crânio acompanhado de ossos cruzados, associado a ideias de mortalidade, ameaça e destruição. O *Totenkopf* aparece, por exemplo, em estandartes militares, brasões e uniformes ao longo da história europeia, desde os hussardos da Prússia no século XVIII, que o utilizavam como emblema de bravura e desprezo pela morte, até o século XX, quando passou a carregar conotações muito mais sombrias.

métodos empregados e, sobretudo, aos efeitos concretos dessas práticas, que inevitavelmente remetem ao extermínio, ainda que com outras proporções e aparências. Por isso, jovens como os retratados no romance acabam sendo vítimas de uma guerra da qual não participam, mas na qual são alvos por apresentarem traços e características que os tornam identificáveis como inimigos em potencial. Esses marcadores, fundamentados em elementos estruturais da sociedade brasileira, revelam um processo de criminalização que se ancora em estigmas naturalizados, os quais são ressignificados no ato da ficção, conferindo uma potência maior aos efeitos nefastos das políticas de extermínio.

Diante do susto, Biel é tomado pela inquietação, pelo medo e pela impotência. A brutalidade da imagem, somada à imponência dos aparatos militares que ocupam a Rocinha, coloca-o em estado de alerta. A incerteza sobre o que virá — se haverá confronto, mortes ou uma escalada de violência — revela como a vida dos moradores está submetida a um regime de exceção constante. A experiência de Biel revela que a violência se estrutura antes mesmo do confronto direto; ela começa com os símbolos, com os signos de morte, com a presença das viaturas e bandeiras, com os ruídos dos helicópteros com seus voos rasantes sobre as casas e a ocupação do espaço, um aparato que irá estruturar também o terror psicológico.

Ao analisarmos o capítulo “Rio, 13 de novembro de 2011”, torna-se fundamental atentarmos aos pequenos detalhes narrativos que, progressivamente, constroem o crescente clima de apreensão. A escolha, de Geovani Martins, de uma escrita sensorial faz com que o leitor perceba como os elementos do cotidiano, que podem parecer aparentemente banais, adquirem novas camadas de sentido diante do contexto de ocupação policial. Nesse cenário, o trajeto de Biel pela Rocinha revela mais do que simples alterações na dinâmica da comunidade; seu olhar atento capta uma atmosfera densa, em que qualquer fagulha pode desencadear o início de um confronto ou o agravamento da repressão. Essas impressões, ainda que surgidas no fluxo da caminhada, indicam como a presença militar transforma o modo de vida local.

Depois de caminhar mais um pouco, Biel viu que nem a Universal do Reino de Deus teve a coragem de abrir as portas. Num domingo qualquer, era certo dali tá cheio de irmãos e irmãs, entregando jornais, pegando nome pra botar no livro de oração. Agora só tem polícia, andando de um lado pro outro. Alguns bem jovens, todos meio perdidos. Biel sentiu que já tinha visto o suficiente, era melhor voltar pra casa.

Só quando se aproximou de volta da travessa foi que ele se ligou no China fechado. Não devia ser nenhuma novidade, já que todas as outras paradas tavam na mesma condição. Mas, de alguma forma, aquela imagem parecia dizer muito mais. Biel nunca tinha visto o China fechar as portas. Uma vez, voltando do Ano-Novo em Copacabana, a lanchonete tava aberta. Carnaval, final de baile, Copa do Mundo, nada impedia que eles vendessem seus pastéis

e seus refrescos. Biel imaginou o China e sua mulher em casa, sem saber quando vão poder voltar ao trabalho. Será que da área onde moram, eles também acordaram com o barulho do Águia?

Biel pegou a travessa, mas a imagem da lanchonete fechada não saía da sua cabeça, não parava de gritar nos seus ouvidos aquilo que depois todos seriam obrigados a ver também: a Rocinha como conheceram já não existia mais.²⁹⁸

O espanto de Biel durante sua breve caminhada pela Rocinha revela o impacto de se deparar com dois espaços habitualmente abertos aos domingos pela manhã, completamente fechados, cena inimaginável em condições normais. O primeiro deles é a igreja neopentecostal, cujo fechamento nesse dia e horário rompe com uma rotina consolidada, já que esse é o momento tradicionalmente reservado ao culto e à devoção dos cristãos. A interrupção das atividades religiosas, especialmente em uma denominação frequentemente associada à arrecadação financeira por meio da fé, evidencia a gravidade do cenário. A dimensão da igreja fechada, embora seja narrada com brevidade, traz em si uma ironia subjacente: até mesmo os líderes religiosos, que costumam pregar a fé como escudo contra as adversidades, optaram por não desafiar o clima de tensão; há, nesse gesto, uma espécie de rendição, em que a suspensão do culto expressa a percepção de que nem mesmo a fé é suficiente para garantir proteção diante do aparato bélico da polícia e da probabilidade de confronto destes com o tráfico; nesse sentido, a fé, que se pretende inabalável, recua diante da violência iminente.

O segundo ponto que chama a atenção de Biel é a lanchonete do China, conhecida por funcionar ininterruptamente. Ao encontrá-la de portas cerradas, ele se dá conta de que algo realmente fora do comum está em curso. Para alguém que sempre viu aquele espaço como um marco de continuidade do fluxo de pessoas dentro do cotidiano da Rocinha, seu fechamento representa a quebra do trânsito de pessoas e seu direito de ir e vir.

Essas interrupções em práticas tão consolidadas revelam o estado de exceção instaurado na favela. A suspensão abrupta das rotinas aumenta a apreensão de Biel, e na narrativa funciona como um sinal claro de que a normalidade foi desfeita. A vida, que se sustentava mesmo sob adversidades constantes, agora hesita, silencia, fecha-se em um silêncio que precede o pior:

Foi tudo muito rápido. Quando pensou em voltar, já tava com o bico no meio da cara. O policial que apontava o fuzil começou a gritar, queria saber o que Biel tava fazendo ali.

— É minha casa aqui — depois do susto, conseguiu responder.

— Então entra logo, caralho! — Biel teve que obedecer.

Lá dentro, viu os amigos de cabeça baixa num canto da sala, mais dois policiais do Choque, com os fuzis atravessados no peito. As armas pareciam ainda maiores quando tavam dentro de casa.

²⁹⁸ Martins, 2022, p. 145.

— Tu foi esconder o quê lá fora? — o cana perguntava sem nunca baixar o fuzil.

— Eu saí pra comprar pão.

Um outro cana que não tinha nada a ver, se doeu com a resposta e foi pra cima, falando com a cara muito próxima de Biel.

— Foi comprar o quê aonde, filho da puta? Tudo fechado!?

Nisso o Coroa veio descendo a escada. Parou de frente pra porta, ficou só observando.

— Virou bagunça essa porra? — o do fuzil se virou pro Coroa. A arma levantada.

— Sou o dono aqui do prédio, sim senhor — o Coroa mandou pra ele.

Sem baixar a cabeça, sem nem ter medo da arma na cara. O cana até baixou o fuzil.

O porco falou que o X9 tinha dado tudo. Naquele prédio morava vagabundo e, pela descrição, os três elementos batiam com a informação. Aí começou a botar aquele terrozinho de sempre. Disse que era melhor entregar logo tudo de uma vez; se obrigasse eles a procurar, depois que achassem o flagrante, iam descer a porrada. Polícia adora jogar verde pra colher maduro.

— Os menino aqui é tudo trabalhador... — o Coroa ainda falou pros canas.

Mas não teve jeito, eles começaram a revirar a casa inteira, deixar tudo de cabeça pra baixo. Até cinzeiro olharam pra ver se não achavam ponta. Pegaram as paradas de tatuagem de Douglas, olharam tudo. Sorte não inventarem de pedir nota fiscal, essas paradas.

Biel tentava olhar pros amigos, se comunicar de algum jeito, mas eles evitavam levantar a cabeça. Um dos vermes tava por ali de olho neles. Como se desse pra tentar qualquer coisa contra três malucos de fuzil dentro de uma casa.

Com o ódio que sentiu, Biel conseguiu entender melhor do que antes quem fechava na boca e aplicava pra cima daqueles filhos da puta, quem joga granada embaixo de caveirão. Não dá pra aceitar aquilo. Um cara meter o pé na tua porta, mexer nas tuas paradas, te tratar que nem bandido sendo que nunca te viu. Que X9 era esse? Quanta gente não vive num morro desse tamanho, setenta, cem mil, como faz pra saber? Se numa casa às vezes mora cinco, seis, se todo mês chega gente do Norte, Nordeste? E, dentro disso, quantos é que tão envolvidos? Se parar pra ver legal, não dá nem um por cento. Não dá pra aguentar sem revidar uma porra dessa. Polícia colhe mesmo aquilo que planta. Uma hora eles cansaram de procurar. Como não tinha flagrante nenhum, ficaram mais putos ainda. Falaram que tão de olho, que agora o bagulho mudou. Se pegassem qualquer um na vacilação, lembrava muito bem da cara do trio ternura.

Depois que os canas saíram, com intenção de bater nas outras casas, o Coroa ainda olhou pros inquilinos na sala. Na mesma hora, os três fizeram um gesto pra agradecer a moral. O Coroa respondeu com a cabeça e depois meteu o pé.²⁹⁹

A cena da abordagem é construída para expor o abuso psicológico. A arma apontada, o tom de voz agressivo, os xingamentos e a intimidação física revelam a tentativa de desumanizar os personagens. A vergonha, o medo e a impotência são perceptíveis, especialmente na figura de Biel, que tenta afirmar que adentra sua residência, mas é imediatamente silenciado e constrangido. Observa-se a suspensão de garantias constitucionais fundamentais, especialmente o direito à inviolabilidade do domicílio, previsto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal de 1988. Este dispositivo assegura que a casa é o asilo inviolável do indivíduo, proibindo a entrada de

²⁹⁹ Martins, 2022, p. 146-148.

terceiros sem o consentimento do morador, salvo em situações específicas.³⁰⁰ Tal proteção visa resguardar a intimidade, a vida privada e a segurança dos cidadãos, funcionando como um importante limite à atuação estatal sobre a esfera privada. Embora esse direito não seja absoluto, pois a própria Constituição admite exceções como flagrante delito, desastre, prestação de socorro ou cumprimento de ordem judicial durante o dia, a abordagem sofrida pelos três amigos não se enquadra em nenhuma dessas hipóteses. Esse tipo de violação, aliás, é comum em operações realizadas em favelas e periferias, onde o princípio da legalidade muitas vezes é ignorado.³⁰¹ A invasão da casa de Murilo, Douglas e Biel representa um episódio recorrente em operações policiais como a deflagrada sobre a Rocinha. Mesmo em contextos relacionados ao tráfico de drogas, a entrada forçada em domicílio exige a caracterização de flagrante delito, o que demanda indícios concretos e objetivos da ocorrência de crime em andamento. A mera suspeita não é suficiente. A legalidade da ação policial, portanto, deve estar sustentada por elementos verificáveis, como dados consistentes obtidos por meio de troca de informações entre agências de segurança ou o monitoramento prévio da residência, com registro de movimentações atípicas, como o fluxo intenso e contínuo de pessoas.³⁰²

No entanto, conforme retratado no romance, nenhum desses parâmetros foi respeitado. A ação foi justificada apenas com base em uma denúncia genérica: “um X9 tinha dado tudo. Naquele prédio morava vagabundo e, pela descrição, os três elementos batiam com a informação”.³⁰³ Isso demonstra que não havia qualquer indício concreto ligando os moradores ao tráfico, apenas uma acusação sem fundamento claro. Assim, a entrada no domicílio sem mandado judicial e sem respaldo em evidências configuraria uma violação dos direitos constitucionais, uma vez que “a busca domiciliar sem mandado judicial não pode ser justificada por mera desconfiança policial”.³⁰⁴

Ainda que o enfoque jurídico não seja o nosso objetivo, mencionamos esse aspecto para evidenciar que, no contexto das favelas e comunidades periféricas, o direito frequentemente não é aplicado efetivamente — sendo, muitas vezes, suspenso ou simplesmente negado. Mesmo de forma breve, essa análise se mostra relevante dentro da conjuntura abordada, uma vez que o trecho evidencia a violação do direito à

³⁰⁰ Brasil, 1988.

³⁰¹ Legale, 2025.

³⁰² Legale, 2025.

³⁰³ Martins, 2022, p. 148.

³⁰⁴ Conjur, 2024.

inviolabilidade do domicílio, cuja garantia, nesse caso, é desconsiderada. A entrada forçada, sem mandado, com ameaças e humilhações, mostra como a favela opera sob uma dimensão transversal, um “estado de exceção permanente”, onde o Estado suspende os direitos legais sob o pretexto da guerra às drogas, legitimando o uso irrestrito da força.³⁰⁵

Nessa instância podemos perceber o que versamos sobre Estado Penal, como dimensionado por Marielle Franco em sua leitura de Loïc Wacquant, já que o trecho analisado serve como recorte propício para compreendermos as proposições da autora, pois levanta uma crítica direta à seletividade da repressão. Ao questionar a denúncia genérica a partir dos pensamentos de Biel, o narrador evidencia como a ação da polícia se baseia em preconceito e estigmatização coletiva: “Que X9 era esse? Quanta gente não vive num morro desse tamanho, setenta, cem mil, como faz pra saber [...] Se parar pra ver legal, não dá nem um por cento”.³⁰⁶ Por meio dessa conjectura, percebe-se que o narrador demonstra a compreensão de que as forças de segurança do Estado — e também o próprio Estado — colocam a favela inteira como território inimigo, e seus moradores, como suspeitos por padrão, uma vez que há uma generalização: “pela descrição, os três batiam com a informação”, o que acaba sendo utilizado como um mecanismo de legitimação da violência policial.

A experiência do abuso policial desperta em Biel um sentimento de revolta, evidenciando os motivos pelos quais alguns acabam se insurgindo contra o Estado e seus agentes de segurança, estabelecendo, assim, um vínculo com o tráfico como forma de resistência ao aparato repressivo. Essa posição dúbia dos agentes de segurança, inclusive, é um dos argumentos que levam Biel, ao longo da narrativa, a manifestar-se em relação à seletividade da violência institucional, como já mostrado, passando a questionar os valores a que antes almejava. Ao comparar o tratamento dado aos usuários e traficantes da elite com a brutalidade vivida no morro, reconhece as contradições e desigualdades do sistema. Prisma esse, mostrado pelo próprio narrador, que evidencia a violência se manifestando de forma ainda mais explícita na ameaça feita pelo agente de segurança ao

³⁰⁵ O conceito “estado de exceção permanente”, como aponta Giorgio Agamben, manifesta-se como uma localização sem ordenamento — ou seja, um espaço onde as leis estão suspensas, mas que ainda assim é delimitado e concreto. Enquanto o estado de exceção original, de natureza temporária, consiste em um ordenamento sem localização (ou seja, uma suspensão da lei sem espaço fixo e determinado), o estado de exceção permanente inverte essa situação: ele se estabiliza espacialmente, assumindo a forma do campo, e se torna uma figura deslocante, capaz de emergir em diferentes contextos sempre que necessário. Em outras palavras, o estado de exceção permanente deixa de ser um evento excepcional para se tornar um paradigma, operando como uma estrutura móvel de suspensão da ordem jurídica, pronta para ser ativada em qualquer lugar, conforme a conveniência dos poderes instituídos (Agamben, 2010).

³⁰⁶ Martins, 2022, p. 148.

sair, afirmando estar de olho nos três jovens — uma insinuação de que qualquer suspeita, mesmo sem fundamento, poderá colocá-los em risco. Esse cenário de constante vigilância, punição seletiva e exposição à morte se conecta diretamente aos argumentos de Achille Mbembe sobre o necropoder, onde “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”.³⁰⁷ No caso de Biel e seus amigos, torna-se evidente que a vida nas periferias é constantemente colocada sob ameaça, marcada por uma dimensão estatal que decide, de antemão, quem pode viver e quem pode morrer.

A implantação da UPP na Rocinha instaurou uma nova rotina marcada por vigilância constante, desassossego e alterações significativas no cotidiano dos moradores, especialmente comerciantes, mototaxistas e aqueles ligados ao comércio ou ao uso de drogas. Antes da UPP, a presença policial era esporádica e, em grande medida, negociada. A polícia só entrava para pegar o “arrego”, estabelecendo uma convivência tensa, porém previsível, junto ao tráfico. Sob a liderança de Nem, conhecido como Mestre, muitos moradores associavam esse período a uma espécie de “paz”, ainda que sob o controle do tráfico, como evidencia o trecho:

Os tempos eram de paz desde que o Nem assumiu a frente do morro; talvez por isso ele começou a ser também chamado de Mestre, tanto pelos vagabundos quanto pelos moradores. A última operação grande que teve, foi aquela em que morreu o Fiscal, trocando de .30. Fora isso, fazia alguns anos sem nenhuma troca de tiro. Polícia só entrava pra pegar o arrego, os rivais sabiam que pra tomar um morro daquele tamanho só com golpe de Estado, a administração local tocava o negócio na maior tranquilidade. Ainda assim, Murilo batia neurose de andar fardado na favela.³⁰⁸

A chegada da UPP, no entanto, rompeu com essa relativa estabilidade. A presença ostensiva de policiais nos becos, as abordagens constantes e as invasões a residências instauraram um clima de medo permanente. A favela, que antes já era alvo de estigmas e repressões, tornou-se ainda mais vigiada, como se todos fossem suspeitos.

O tráfico, longe de ser erradicado, passou apenas por um processo de desorganização. As bocas de fumo começaram a funcionar de maneira itinerante, mudando de localização com frequência para escapar da repressão. Essa nova configuração reforçou a sensação de vulnerabilidade entre os moradores. As ameaças tornaram-se diretas e explícitas. Em muitas abordagens, mesmo sem flagrante, os policiais reviravam casas, intimidavam e deixavam claro seu poder. As experiências de

³⁰⁷ Mbembe, 2018, p. 41.

³⁰⁸ Martins, 2022, p. 50.

Murilo, sendo vítima de diversas abordagens, deixam bem claro o pavor que as forças de segurança do Estado impunham:

Sem saber pra onde ir, Murilo fez o simples: pegou a direção contrária dos canas. Acabou dando de cara com o beco que tanto procurava. Comprou um varejo no boteco e subiu daquele jeito: a cabeça zonha e o coração cheio de ódio. O corpo tremia tanto que até dificultava pra subir as escadas. Desde que a polícia invadiu a Rocinha, ele já rodou pra PM, pro Choque e agora pro Bope. E o que dá mais raiva, raiva mesmo, que chegava dar vontade de chorar, é ter a noção de que ainda deu sorte. Se cai na mão desses caras no meio da noite, num beco vazio, podia ser muito pior.³⁰⁹

Ao reconhecer que teve “sorte” por não estar em um beco vazio à noite ou por não ter sido pego carregando drogas, mesmo em pequenas quantidades, o narrador, ao dar voz aos sentimentos de Murilo, revela o quão fácil é ser morto nessas circunstâncias. Nesse contexto que se opera na Rocinha durante o romance, os jovens estão constantemente expostos à repressão brutal e arbitrária, sujeitos à violência dos agentes de segurança do Estado, podendo ser sumariamente eliminados ou desaparecer sob o pretexto de uma suposta averiguação — como no caso de Amarildo. Desse modo, o discurso oficial de pacificação entra em choque com a vivência real dos moradores, que passaram a experimentar uma nova forma de ocupação: agora não apenas sob a regulação do tráfico, mas também sob um aparato repressivo estatal que, longe de oferecer proteção, reforça o controle social e a criminalização de pessoas já marginalizadas em diversos âmbitos.

A violência torna-se uma constante, como mostra o capítulo “Rio, 03 de abril de 2012”, quando os personagens comentam uma operação ocorrida no dia anterior, que resultou no ferimento grave de um policial da UPP. O episódio revela que, mesmo meses após a instalação da base da UPP, os confrontos armados já haviam se tornado parte da rotina, desmentindo a suposta pacificação e expondo a intensificação da violência:

Assim como boa parte dos moradores da Rocinha, os dois comentavam a operação do dia anterior. A bala comer até que nem era novidade, já que fazia umas duas semanas que os confrontos se repetiam todo dia. Mas aquela operação foi diferente porque teve o primeiro policial gravemente ferido desde a chegada da UPP.

— Filho da puta ainda tinha que ser do Choque, ainda... — Washington terminava de torcer o pano em cima do tanque.

— Agora é isso. Esperar o milagre.

Eles pegaram as canecas com café e voltaram pro sofá, onde um baseado apertado esperava pelos dois. Era estranho o sentimento de torcer pela vida de um policial, mas era o que muita gente sentia naquela manhã; todo mundo sabe que as piores operações sempre vêm depois que morre alguém da polícia.

— Mas também, sustenta, pô. Os cara quer trocar tiro todo dia e acha que não vai morrer ninguém do lado deles? Porra, só nessa brincadeira, vagabundo já morreu uns dez, mais uns três morador. Fala. Se é guerra que eles quer, é isso: qualquer um pode ser o próximo. — Washington acendeu o baseado.

[...]

³⁰⁹ Martins, 2022, p. 193.

De repente alguém bateu na porta. Os dois se olharam na mesma hora, tentando entender quem podia ser. Com todo esse papo de operação, era quase impossível não imaginar os vermes na porta.

— Qual é, neguim. Eu tô sentindo a marola. Tá de simpatia?! — Era a voz de Douglas. Aliviado, Washington se levantou pra abrir a porta.

— Qual foi, cara. Chega assim não.

[...]

E o papo ficava nessa; às vezes engatava, os três falavam à vera. Depois parava, atrapalhado pela falta de intimidade. Washington tentava trabalhar no meio-campo, ser elo entre os dois amigos. Mas ao mesmo tempo parecia meio bolado quando eles se davam bem demais.

O barulho de uma rajada lá fora invadiu a conversa dos três. No susto, todos fizeram silêncio e ficaram olhando fixo pra frente, à espera da próxima rajada, que não veio. Aos poucos, os sons da rua voltaram ao normal.

— Cês tão ligados no cana, lá no Miguel Couto? — Douglas perguntou no fim da espera.

— Claro, mano. Geral só fala disso; eu e Gleyce tava falando disso agora mermo, antes de tu chegar. De como é estranho tu torcer pra um polícia ficar bem.

— Que isso, neguim. Então vocês tão nem ligado que o maluco já morreu?!

— Caô! — Washington não queria acreditar.

— Tô te falando. Deu no jornal essa porra. Quando eu vim, na rua tava geral comentando essa parada.

Depois de ouvir essa informação, Gleyce pegou o celular e começou a escrever uma mensagem de texto pra sua coroa.³¹⁰

Os diálogos entre Washington, Gleyce e Douglas revelam que a vida cotidiana na Rocinha é atravessada por uma atmosfera de terror. Vive-se sob a expectativa constante do pior — um novo tiroteio, uma batida policial, mais uma operação violenta. Nesse ambiente, a notícia de que um policial do Choque foi gravemente ferido gera um sentimento ambíguo entre os moradores, torce-se por sua sobrevivência, não por solidariedade, mas pelo temor das retaliações que costumam acontecer quando um agente morre após um confronto. Quando o narrador expressa que “as piores operações sempre vêm depois que morre alguém da polícia”,³¹¹ coloca em evidência a vingança institucionalizada que rege essas ações, uma vez que a morte de um agente do Estado legitima a intensificação da violência. Nesse sentido, a violência policial inscreve-se na memória coletiva como uma experiência recorrente e traumática, pois, sabe-se dentro da comunidade, quando um policial é morto ou ferido, as ações do Estado tornam-se ainda mais indiscriminadas e brutais. A ameaça de vingança não distingue entre traficantes e moradores, pois qualquer um pode ser o próximo. A vida na favela, portanto, é tratada como descartável, sujeita ao arbítrio de um poder armado que atua sem garantias ou mediações legais. O medo, nesse cenário, torna-se um sentimento coletivo compartilhado, internalizado e naturalizado.

³¹⁰ Martins, 2022, p. 202.

³¹¹ Martins, 2022, p. 202.

Outro aspecto a ser observado no trecho é a rajada de tiros que interrompe a conversa dos personagens. Esse evento, mais do que um susto momentâneo, mostra a existência de uma guerra em curso. De outra maneira, uma simples batida de alguém na porta já é motivo suficiente para se temer que o pior aconteça. Esses momentos revelam que não há refúgio nem mesmo dentro de casa, pois até os gestos cotidianos mais corriqueiros são atravessados pelo medo, sinalizando que o espaço doméstico também foi capturado pela guerra.

A confirmação da morte do policial do Choque intensifica o medo dos personagens. Tal conjuntura pode ser percebida na reação de Gleyce Kelly, que imediatamente envia uma mensagem para a mãe, uma ação que nos chama a atenção, pois a personagem reconhece que uma operação de vingança pode acontecer a qualquer momento e que, diante disso, talvez possa não mais voltar para casa. Sua atitude expõe a consciência do risco constante que recai sobre os moradores. Nesse contexto, as UPPs não representam uma ruptura em relação às práticas anteriores, tanto do Estado quanto da criminalidade local, uma vez que não oferecem proteção aos moradores. Ao contrário, a política de segurança pública transforma a favela em um território de exceção, onde o medo é instituído e a vida cotidiana é marcada pela incerteza e pela violência. As UPPs irão evidenciar a continuidade — e até a sofisticação — de um modelo histórico de repressão, que legitima o extermínio e naturaliza a brutalidade contra as populações periféricas.

Para fazer um paralelo com o que versa o narrador ao expor o sentimento dos personagens, consideramos importante retornar à obra organizada por Bernardo Kucinski, dessa vez, destacando o artigo “A lógica do extermínio”, de João Alexandre Peschanski e Renato Moraes. No texto, os autores irão apresentar uma visão crítica sobre a violência policial e alguns dos aspectos que a produzem, negando, especialmente, as ideias que atribuem a este fenômeno desvios individuais ou traços de personalidade.³¹²

Com base na leitura de *Eichmann em Jerusalém*, de Hannah Arendt, os autores argumentam que o extermínio pode ser compreendido como resultado de uma racionalidade burocrática que dissocia a ação da responsabilidade ética. Arendt conclui que Adolf Eichmann não nasceu um monstro, era um homem comum, alguém aparentemente normal cuja principal característica era a obediência cega a comandos e ordens superiores. Ela observa, inclusive, que, na ausência de diretrizes explícitas,

³¹² Peschanski; Moraes, 2015, p. 62.

Eichmann demonstrava total incapacidade de tomar decisões por conta própria, revelando o perigo de uma consciência moldada apenas pela submissão à autoridade.³¹³

A partir dessas observações, Arendt conclui que Eichmann era incapaz de manter um diálogo interior, refletir criticamente ou exercitar a empatia, elementos fundamentais do julgamento moral. Seu comportamento, mesmo que guiado pela obediência mecânica e automática, manifestava-se também por uma adesão consciente ao regime nazista e à figura de Adolf Hitler, sem qualquer questionamento sobre o conteúdo ou as consequências de suas ações. Tendo em vista tal postura, as ações de Eichmann não nasciam de um impulso sádico, mas de sua incapacidade de pensar sobre o que fazia — considerações que levaram Arendt a sugerir o conceito de “banalidade do mal”. Possuía plena consciência do extermínio promovido pelo regime, todavia optava por ignorar as implicações éticas em nome de interesses pessoais. Mais do que vidas humanas, importavam-lhe a honra pessoal, a ascensão profissional e o êxito dentro da estrutura de poder.³¹⁴

Esse processo colocado por Peschanski e Moraes, que remetem à ideia de “banalização do mal”, irá se somar a elementos que se manifestam no genocídio em Ruanda e ao papel da desumanização como fundamento para o extermínio. Os autores mostram como, em contextos de crise, grupos sociais passam a reconstruir seu imaginário coletivo, projetando no outro — transformado em inimigo — a causa de sua desordem. Em Ruanda, por exemplo, os tutsis, antes vizinhos dos hutus, foram ressignificados como inimigos internos e comparados a baratas, cuja eliminação se tornou um dever patriótico.³¹⁵

Com base nessas argumentações, os autores destacam que a violência não é inerente ao indivíduo que ingressa nas forças de segurança pública. Sua manifestação não decorre de traços pessoais, mas da reprodução de elementos construídos no interior da própria instituição. A violência constitui um fenômeno institucional, moldado por práticas cotidianas sustentadas por uma estrutura hierárquica de controle e por normas não formalizadas que se consolidam como uma espécie de “cultura” interna das corporações policiais e militares. Esses códigos informais operam paralelamente às normas oficiais e frequentemente as contradizem, criando um ambiente onde a brutalidade e a letalidade são naturalizadas como métodos legítimos de atuação. Inseridos nesse contexto, os

³¹³ Arendt, 1999, *passim*.

³¹⁴ Arendt, 1999, *passim*.

³¹⁵ Peschanski; Moraes, 2015, p. 63.

agentes que reproduzem tais práticas têm suas subjetividades transformadas, pois suas percepções de mundo, valores morais e modos de agir acabam sendo condicionados pelas dinâmicas objetivas impostas pelo ambiente institucional.³¹⁶

Tais condições são mantidas e reforçadas por mecanismos mais amplos, que atuam na legitimação e na manutenção dessas práticas violentas. Isso inclui políticas públicas voltadas para o enfrentamento de “inimigos internos”, discursos midiáticos que reforçam a necessidade de repressão, e uma sociedade que, muitas vezes, aplaude respostas violentas como soluções rápidas para problemas complexos. Dessa forma, os agentes se veem atravessados por um contexto que, ao mesmo tempo que os pressiona a agir com violência, também os exime do pensamento crítico e da responsabilidade individual, criando uma engrenagem que reforça continuamente práticas de extermínio sob a fachada de “manutenção da ordem”.

Para exemplificar essa condução institucionalizada do extermínio, citamos brevemente o romance de caráter autobiográfico chamado *Como nascem os monstros*, escrito por Rodrigo Nogueira, ex-policia militar do Estado do Rio de Janeiro. Na obra, o autor modifica nomes e detalhes para preservar identidades, enquanto reconstrói sua trajetória por meio da figura de Rafael, um ex-policia condenado por homicídio. Com um tom que se pretende confessional, ainda que atravessado por sua razão e alegações de inocência no caso que o condenou devido a perseguições de colegas de farda, Nogueira expõe os bastidores da corporação e revela como a violência se inscreve como prática rotineira e legitimada dentro da instituição policial. O personagem ingressa na corporação como muitos jovens, buscando reconhecimento, realização pessoal e idealizando que o trabalho em serviço à sociedade será honroso. Contudo, irá se deparar com um sistema oposto àquele ao qual aspirava. Já no treinamento se defronta com práticas de embrutecimento, nas quais a força, a submissão e a repetição acrítica de ordens moldam uma subjetividade funcional à repressão. A formação é incipiente, curta e mostra-se cheia de precariedades, tanto no aspecto do preparo técnico quanto no preparo ético e moral — não há espaço para reflexão, e a instrução para a formação mais parece uma forma de adestramento. Nas ruas, o jovem policial aprende com os mais antigos um código de conduta, em que espancar suspeitos, roubar pertences de vítimas e arrancar subornos são as formas de ações a serem seguidas. O primeiro assassinato a sangue-frio — de um bandido já rendido — marca o ponto de inflexão. A partir daí, Rafael naturaliza a

³¹⁶ Peschanski; Moraes, 2015, p. 64-66.

eliminação e passa a incorporar o extermínio como solução. Participa de execuções sumárias, realiza sequestros, tortura com choques e envolve-se em esquemas de propina. A brutalidade torna-se prática cotidiana, e o outro deixa de ser visto como sujeito de direitos e passa a ser tratado como inimigo a ser eliminado.³¹⁷

As forças de segurança pública, nesse contexto, atuam simultaneamente como engrenagem formadora e cúmplice de um sistema que reproduz e sustenta a violência, posto que os agentes são moldados por meio da repressão e da violência. Essa cultura institucional ainda é agravada pelo abandono, uma vez que, sem qualquer acompanhamento psicológico sistemático, o policial é deixado à própria sorte, compelido a enfrentar sozinho os traumas, o estresse e as ambiguidades morais geradas por uma rotina de trabalho atravessada por confrontos constantes, pelo medo e pela desumanização de si e do outro. A ausência de suporte e o treinamento que nega a elaboração crítica para induzir ao cumprimento de ordens sem qualquer questionamento faz com que o sofrimento subjetivo se transforme em endurecimento emocional, insensibilidade e conformismo diante da barbárie.

Inserido nesse ambiente, o agente de segurança pública tende a naturalizar o mecanismo no qual a violência é elemento estruturante do próprio método operacional da corporação. Portanto, como no caso de Eichmann, abordado por Arendt, o comportamento violento não é fruto do indivíduo ou de uma inclinação individual à brutalidade, ele decorre de práticas burocráticas, sistematizadas, reforçadas por códigos internos, silêncios institucionais e políticas que legitimam o uso da força como resposta preferencial. A esse quadro, dentro do contexto que vivenciamos, soma-se a influência de setores da sociedade civil que, ao propagarem discursos como o de “bandido bom é bandido morto”, contribuem para a normalização da violência letal e para o fortalecimento de um imaginário social que associa justiça à eliminação sumária.

Os processos que desencadeiam a violência praticada pelos setores de segurança pública, além das questões ligadas a um Estado que adota políticas punitivas alinhadas às exigências da nova etapa do capitalismo, estão também ancorados tanto pela estrutura interna das corporações policiais, que reproduzem práticas autoritárias e letais, quanto pelo respaldo de parte da opinião pública, que endossa discursos de repressão e extermínio sob a justificativa da manutenção da ordem. Nesse cenário, a violência institucional se consolida, atingindo, além das vítimas diretas da repressão, os próprios

³¹⁷ Nogueira, 2013.

agentes, capturados por um universo que anula suas subjetividades, que também os pune e os transforma em executores de uma política de morte.

A relação entre o texto de Peschanski e Moraes e o romance de Rodrigo Nogueira revela, portanto, uma violência sistemática, racionalizada e funcional do Estado. A articulação entre os textos evidencia que a violência policial se apresenta como parte orgânica de uma estrutura que opera por meio da desumanização e do controle. A barbárie, nesse contexto, é produto cotidiano de uma instituição que ensina a odiar, punir e matar. Trata-se de um projeto sustentado por treinamentos violentos, por uma cultura interna de antagonismo — em que a polícia se vê em guerra contra um “outro” ameaçador — e pela naturalização da letalidade como ferramenta legítima.

Essa violência institucionalizada e enraizada na estrutura das forças de segurança, encontra expressão concreta no trecho do romance de Martins. Nele, a expectativa de uma retaliação violenta após a morte de um policial expõe a internalização coletiva do extermínio como resposta das forças policiais. Ainda que o excerto não detalhe os mecanismos internos de produção dessa violência, o medo vivido pelos personagens revela a consciência de que o aparato repressivo atua de forma aleatória, como já assimilado pela comunidade. A morte de um agente parece autorizar, sem necessidade de apuração, a brutalidade contra toda favela. O trecho, assim, revela a naturalização da violência policial como instrumento de controle e dominação, mostrando uma das formas do “estado de exceção permanente” nas favelas e periferias.

Tal processo de naturalização da violência encontra sua expressão mais latente no episódio da morte de Washington, em que se reúnem todos os elementos discutidos até aqui. Essa constatação se desdobra de maneira concreta na sequência narrativa que antecede sua morte. Após um breve encontro com o irmão, no qual expressa arrependimento por tê-lo introduzido à cocaína, o personagem, já atrasado, segue apressado para o trabalho refletindo sobre como poderia ajudá-lo. No entanto, interrompe seus pensamentos ao ser surpreendido:

Depois de um ano trabalhando na casa, já tinha alguma moral, Wesley sempre foi um moleque trabalhador, ia dar certo.

No bequinho que dá na Casa da Paz, Washington teve seus pensamentos interrompidos por um moleque que passou voado e quase o derrubou. Ele ainda se virou pra xingar o cara, mas se ligou a tempo na pistola automática que ele carregava na mão esquerda. Foi só na hora que saiu do beco que Washington pensou na possibilidade de bater de frente com a polícia. Então ouviu os tiros, um milésimo de segundo antes de cair no chão.³¹⁸

³¹⁸ Martins, 2022, p. 310.

A trajetória de Washington, interrompida de forma abrupta e brutal enquanto apenas atravessava um beco, rumando ao trabalho, expõe como a vida de determinados sujeitos pode ser descartada sem qualquer possibilidade de defesa. Assim, observa-se aqui a articulação dos mecanismos analisados pelos diversos autores discutidos ao longo deste capítulo. O conjunto dessas reflexões, observados dentro do que delinea o excerto, configura-se como uma elaboração crítica do que pode ser chamado de “políticas de violência” — ou, mais precisamente, práticas de controle e repressão gerenciadas pelo Estado, que operam de forma seletiva ao incidirem sobre indivíduos marcados por sua condição social, racial e territorial.

Este episódio mostra como a violência institucional exercida pelos aparatos de segurança pública, aliada aos efeitos de políticas estatais mal concebidas e ao clamor social por soluções imediatas para o combate ao crime e ao tráfico de drogas por meio da eliminação direta, se materializa em uma presunção de culpa dirigida a um grupo específico da população. Tal ideia é sustentada por uma leitura racializada e classista dos territórios periféricos e de seus moradores, que passam a ser socialmente percebidos como suspeitos em potencial, independentemente de qualquer ação ou envolvimento com o crime.³¹⁹

Embora o policial tenha o dever de intervir em situações que ameaçam sua integridade ou a de terceiros, a ação que resultou na morte de Washington aparenta estar menos relacionada a uma análise subjetiva do risco e mais influenciada por um imaginário social que identifica determinados tipos como representação imediata da criminalidade. É possível supor que, caso o agente de segurança se deparasse com uma situação envolvendo Marcelinho — personagem de classe média alta, morador de um bairro nobre, que armazenava grande quantidade de drogas e armamentos em casa, além de utilizar a residência como ponto de distribuição —, sua conduta seria distinta daquela adotada com Washington. Mesmo diante de indícios concretos de criminalidade ou de uma reação, a resposta policial, nesse contexto, tenderia a ser pautada por critérios menos imediatos ou violentos. A idealização de tal contraste entre as abordagens evidencia como as ações das

³¹⁹ Como analisa Marielle Franco: “Desde o início das UPPs, alguns moradores de favela foram assassinados pelas mãos armadas do Estado. Somente em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes, sendo que 70,6% das vítimas eram negras. Ao analisar a faixa etária desses mortos, 26.854 eram jovens entre 15 e 29, ou seja, 53,5% do total (ISP, 2013).

Já no último ano da série oficial, refere-se o Instituto de Segurança Pública (ISP) ao ano de 2013, ocorreu o aumento de 16,7% nas mortes por homicídio, 4.081 em 2012 e 4.761 em 2013. Seguindo a lógica de raciocínio impetrada e maciçamente propagandeada pelo governo do Rio de Janeiro, 680 pessoas deixaram de ser salvas” (Franco, 2014, p. 98).

forças de segurança são, na maioria das vezes, dominadas por dicotomias sociais baseadas em classe e território.³²⁰

A forma como Washington foi alvejado, enquanto descia o morro a caminho do trabalho, revela, portanto, a seletividade da ação policial, que se mostra mais letal justamente quando dirigida a sujeitos subalternizados, desprovidos de qualquer proteção institucional ou de valor, não reconhecidos como sujeitos pela ordem dominante. Suas características fenotípicas, vestimentas e modos de andar funcionam como marcadores de uma identidade criminal presumida.

O sermão do padre da paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem, na missa de sétimo dia em homenagem a Washington, mostrou-se significativo para demonstrar como a forma com que a violência se encarna nas favelas e periferias demonstra seletividade. Ao denunciar o abandono da Rocinha por parte do Poder Público, o qual deixa de investir em políticas como melhorias na infraestrutura urbana, ampliação do acesso à educação, à saúde, ao lazer e à cultura, o padre ressaltará que o Estado opta por enviar agentes da morte como suposta forma de resolver os problemas da comunidade:

– Inúmeras vezes, eu falei aqui diante da comunidade que nós nunca seremos capazes de entender os planos divinos. No entanto, eu estaria mentindo e, portanto, cometendo um pecado diante de todos vocês se não admitisse o profundo assombro que a partida do jovem Washington Pereira dos Santos me causou. Como sacerdote, estudioso da Palavra, eu posso garantir que isso não tem nada a ver com os planos de Deus [...] O que acontece hoje na comunidade da Rocinha é um plano político. Como será possível, num lugar onde todos sofremos com a falta de saneamento, com a falta de luz, a falta de espaço? A Rocinha concentra hoje a maior quantidade de tuberculosos de todo o Estado do Rio de Janeiro. Nossas escolas estão numa situação deplorável. E, no meio de tudo isso, a resposta do Estado qual é? Enviar centenas de policiais despreparados. Um monte de armas. Cadê o tratamento de esgoto? As medidas de proteção pra área de risco? Há vinte anos eu sou morador, e fico me perguntando: o que mudou, de verdade, no último ano na vida dessa comunidade?³²¹

A análise feita pelo padre revela a inversão das prioridades estatais: onde deveria prevalecer a garantia de direitos, instala-se o discurso da repressão armada. Sua fala

³²⁰ No capítulo “Rio, 13 de fevereiro de 2012”, é narrado o encontro entre Biel e Marcelinho, traficante de classe média alta que vive em um bairro nobre do Rio de Janeiro. A cena mostra as desigualdades de classe a partir do contraste entre os dois personagens. Biel se impressiona com o quarto de Marcelinho — seus móveis de madeira maciça, roupas de marca organizadas por cor e um lanche farto servido por uma empregada doméstica —, elementos completamente fora de sua realidade. Marcelinho, que armazena armas e uma alta quantidade de drogas em casa, lida com o tráfico com naturalidade, protegido pelo conforto e pelos privilégios de sua classe social. Biel sente esse choque, principalmente quando vê Ivone, empregada doméstica da casa, lembrando-o da própria mãe. O episódio ilustra como o tráfico de drogas assume contornos radicalmente diferentes conforme a origem social de quem o pratica: para Marcelinho, trata-se de um empreendimento disfarçado pelo luxo; para Biel, é sinônimo de risco, marginalidade e falta de alternativas (Martins, 2022, p. 186-189).

³²¹ Martins, 2022, p. 312-313.

denuncia tanto a omissão quanto a atuação seletiva do Estado, cuja presença nas favelas e periferias se manifesta majoritariamente por meio da violência institucionalizada. Ao afirmar que os episódios de violência na Rocinha fazem parte de um plano político, o padre evidencia que sua comunidade — assim como tantas outras no Brasil — é tratada como um território de “não vida”. Nesse contexto, as favelas são concebidas como espaços de ameaça, onde o controle se impõe pela força. As comunidades como a Rocinha são, portanto, reduzidas a lugares onde a cidadania é suspensa, onde a repressão se torna o principal, se não o único, instrumento de presença estatal. Nesse sentido, as palavras do pároco revelam o caráter político da violência, mostrando a existência de um projeto de exclusão permanente, que paulatinamente tem se convertido em eliminação.

A gravidade dessa situação, porém, não se expressa apenas em dados, estáticas ou evidências estruturais, visto que há também aquilo que resta após a violência: o sofrimento, o luto e a desolação. Cabe destacar, nesse contexto, os elementos que evidenciam a intensidade da dor provocada por uma perda súbita e violenta — uma ausência que se impõe deixando um vazio difícil de ser nomeado. Trata-se de uma ruptura inesperada, causada por um crime sem justificativa ou sentido, cuja forma como a ação se desenvolve agrava ainda mais o sentimento de impotência e desorientação diante do acontecimento. Essa experiência de luto abrupto, que se instaura sem qualquer possibilidade de preparação ou despedida, reforça a dimensão traumática da perda e escancara a violência que a provocou:

Era impossível pra dona Marli olhar aquelas paredes, aqueles santos, e não se lembrar do dia em que batizou Washington, exatamente naquela paróquia. A festa que foi aquilo, a feijoada que preparou depois da cerimônia. Trinta de maio de 1989. Vinte e cinco dias depois do seu nascimento, no dia 5 de maio. Tudo isso pra voltar a outra data: 9 de outubro de 2012. Tão curta a distância entre os acontecimentos. Vinte e três anos. Dona Marli se lembra perfeitamente do macacão amarelo que Washington usou no dia do batizado, as mãozinhas tão pequenas ainda, ele meio careca, bochechudo. Nasceu com quase quatro quilos.

[...]

Nove de outubro de 2012. Dona Marli não esquece o momento daquela ligação. Ela aspirava um sofá imenso na casa onde trabalhava. O barulho do aspirador quase sufocou o toque do celular, mas ela ouviu. Desligou o aspirador e recebeu a notícia. A vizinha ligava do celular de Wesley, que tava em choque, sem conseguir dizer nenhuma palavra. Faltavam dez minutos pras quatro horas da tarde. Washington devia tá no trabalho, as pessoas deviam ter confundido alguém com seu filho. Aquilo não era possível. Mas a vizinha tinha certeza e pediu pra ela correr pra casa. Dona Marli correu, deixando sofá, aspirador, tudo pra trás.

As palavras do padre entram por um ouvido e saem por outro. Ela não consegue se concentrar em nada do que é dito, ainda assim não quer que essa missa acabe nunca. Porque, depois do fim da cerimônia, não sabe mais o que fazer. Cuidar de um velório, de um enterro, encomendar missa, mandar os convites, tudo isso tinha um propósito. Um número exato de passos a serem cumpridos e, de

alguma forma, essas obrigações mantinham dona Marli de pé. Agora, enquanto o padre encaminha a missa pro final, ela sente medo de voltar pra casa. Encarar a vida que segue sem uma parte fundamental. É preciso pagar o aluguel que vence já no começo do próximo mês, é preciso quitar as prestações do serviço funerário, é preciso se alimentar, tomar banho, se vestir, todos os dias.³²²

O trecho, do capítulo “Rio, 16 de outubro de 2012”, evidencia o sofrimento de Dona Marli durante a missa de sétimo dia de seu filho — um momento de intensa dor, que contrasta com o tratamento impessoal e desumanizante comumente reservado às vítimas da violência institucional, dado pela mídia ou pelas próprias instituições de segurança pública. A narrativa revela, por meio da experiência dessa mãe, como o aparato repressivo do Estado não apenas extermina vidas, mas também tenta apagar a subjetividade, os afetos e as histórias daqueles que são mortos. Ao viver publicamente seu luto, Dona Marli afirma a dignidade de seu filho e reafirma sua memória. Sua dor, portanto, irá buscar restituir a dimensão humana de seu filho diante de uma prática que insiste em desumanizar indivíduos como ele, reduzindo-os a números ou suspeitos genéricos — frequentemente associados a ações criminosas que, muitas vezes, de forma perversa, são usadas para justificar suas mortes. O narrador, ao lançar seu olhar sobre Dona Marli, expõe ainda outras dimensões de seu sofrimento. Para além da perda do filho, ela precisa lidar com a dependência química de Wesley e com as dificuldades financeiras que comprometem sua capacidade de sustento e de manutenção dos compromissos cotidianos. Mostra-se, assim, um cenário atravessado por múltiplas violências — institucionais, sociais e econômicas — que se sobrepõem e tornam seu luto ainda mais pesado.

Aqui vale destacar o trecho da dissertação de Marielle Franco onde ela irá ressaltar que os policiais também são vítimas das ações encabeçadas pelo Estado. Franco destaca o caso do policial Aleksander de Oliveira como um exemplo do que, muitas vezes, os agentes de segurança pública enfrentam. O soldado recém-formado que desejava atuar próximo à sua região de origem foi alvejado por uma granada apenas quatro meses após sair da academia militar. Aleksander sofreu ferimentos graves que resultaram na amputação de ambas as pernas. Sua trajetória evidencia as fragilidades da formação policial e os riscos enfrentados cotidianamente, mesmo em territórios considerados “pacificados”. Ao falar sobre as vítimas das ações encabeçadas pelo Estado, Franco ainda irá dizer que:

As marcas dos homicídios não estão presentes apenas nas pesquisas, nos números, nos indicadores. Elas estão presentes sobretudo no peito de cada mãe

³²² Martins, 2022, p. 311-312.

de morador de favela ou mãe de policial que tenha perdido a vida. Nenhuma desculpa pública, seja governamental ou não, oficial ou não, é capaz de acalantar as mães que perderam seus filhos. [...] Não há como hierarquizar a dor, ou acreditar que apenas será doído para as mães de jovens favelados. O Estado bélico e militarizado é responsável pela dor que paira também nas 16 famílias dos policiais mortos desde o início das UPPs.³²³

Após a análise de *Via Ápia*, em que a violência policial é retratada como dispositivo de controle nas favelas do Rio de Janeiro, é pertinente observar como *Capão pecado*, ainda que com menor ênfase, também dialoga com as “políticas de violência”. A obra de Ferréz insere-se na perspectiva de criminalização da pobreza e de gestão seletiva da vida e da morte nos territórios periféricos ao trazer, mesmo que de forma breve, os mortos em uma chacina promovida por agentes do Estado — da qual, conforme já mencionado, possivelmente participou Capachão, personagem amigo de Rael e Matcherros, que ingressa na polícia militar. Ainda que o foco do romance esteja centrado na vivência cotidiana dos sujeitos marginalizados e que a violência direta se manifeste sobretudo por meio da figura de Burgos, cuja análise será desenvolvida adiante, a cena pontual do massacre se destaca por evidenciar, com certa expressividade, como o Estado opera por meio da repressão seletiva e da violência sistemática contra os corpos considerados descartáveis. Embora tal episódio não organize a estrutura narrativa com o mesmo rigor observado na obra de Martins, contribui para a compreensão do que temos tratado a esse respeito.

Os policiais adentraram a favela e ordenaram mão na cabeça. Matcherros estava com os cadernos na mão esquerda, um dos policiais engatilhou a arma e disse que, se alguém corresse, levaria bala. Bateram geral, perguntaram se era só ideia, se não estava rolando um baseado; China disse que era só ideia, um dos policiais lhe deu um tapa na cara, ele se injuriou e jogou uma trouxinha de maconha no policial. O capitão desceu do carro, pegou a trouxinha e perguntou se ele só tinha aquela. China disse que sim, o policial a pôs no bolso e começaram a bater geral [...]

Ao fundo, Matcherros notou um gambé com o cassetete na mão e, mesmo com a cabeça baixa, percebeu ser seu amigo Capachão.

A polícia subiu o morro, pois um boteco lá em cima chamava atenção pelo alto volume do som. As frases dos grupos de rap deixaram irados os gambés, que chegaram botando pra quebrar no bar do seu Tinho Doido, um senhor de idade que era aposentado e tinha o bar como meio de ajudar a sustentar seus quatro filhos e três netos.³²⁴

O episódio oferece uma amostra do que é a política de extermínio que incide sobre as periferias brasileiras. A narrativa da chacina iniciada com a abordagem policial, em um contexto do cotidiano, em que um grupo de jovens reunidos conversa, revela o caráter arbitrário e violento das ações policiais nesses territórios. O comando “mão na cabeça” e

³²³ Franco, 2014, p. 99.

³²⁴ Ferréz, 2016, p. 136.

a arma engatilhada marcam o início da suspensão dos direitos, instaurando uma situação de exceção que transforma qualquer reunião de jovens nas periferias em uma ameaça. A humilhação e a repressão física evidenciam uma estrutura de dominação sustentada na desumanização. A presença de Capachão, amigo de infância dos personagens e agora policial militar, mostra a complexidade das relações entre periferia e instituições repressivas do Estado. Sua figura mostra como os próprios sujeitos oprimidos podem ser cooptados pela máquina de violência estatal, participando da repressão de seus pares.

A operação policial culmina na invasão de um bar, sob a justificativa de que o som estava alto. No entanto, mais do que o volume elevado, o que parece realmente ter despertado a fúria dos policiais foi o conteúdo da música que ecoava no ambiente: “O homem na estrada”, dos Racionais MC’s. A canção narra a trajetória de um ex-presidiário que, ao tentar se reintegrar à sociedade, enfrenta a marginalização constante e a desconfiança social, ao mesmo tempo que denuncia a violência institucionalizada, incluindo a brutalidade policial como uma expressão do sistema que oprime moradores da periferia e criminaliza a pobreza. O verso “Não confio na polícia, raça do caralho” evidencia a impossibilidade de esse sujeito estabelecer uma relação de confiança com a força policial, em razão do tratamento violento e discriminatório que sempre recebeu por parte de agentes da instituição. Tal enunciado, conhecido por causar desconforto entre os agentes de segurança, intensificou ainda mais a reação da ação narrada no romance. Assim, a repressão direcionada ao bar ultrapassa qualquer justificativa plausível, evidenciando, na verdade, o incômodo gerado por uma expressão artística que denuncia, resiste e expõe as estruturas de opressão que atravessam cotidianamente os territórios marginalizados. Nesse contexto, a ação violenta revela também o desejo de silenciar vozes insurgentes e críticas às instituições de segurança pública. O resultado dessa repressão são quatro mortos com dezenas de projéteis cravados em seus corpos, como descreve o trecho:

Pássaro, Ceará, Nana e Dinas tinham dado entrada no Instituto Médico-Legal às seis horas da tarde, e foi muito trabalho para os médicos. Resolveram não tirar todas as balas, já haviam tirado mais de cinquenta e precisavam dar baixa em mais que tinha vindo do Capão também. Foi uma das maiores chacinas da região, saiu nos jornais da manhã e entrou nas estatísticas à noite.³²⁵

O episódio evidencia como o aparato policial atua segundo uma gestão seletiva da morte, na qual o simples fato de viver em um território periférico pode bastar para justificar execuções sumárias. As vítimas, nesse cenário, deixam de ser indivíduos e

³²⁵ Ferréz, 2016, p. 139.

passam a compor uma estatística, mais um número entre tantos corpos invisibilizados pelo extermínio.

Os elementos da violência institucional gerenciados pelo Estado, tal como evidenciados nos romances analisados, articulam-se com os aportes teóricos sobre o tema, aqui discutidos, bem como as formas contemporâneas de exercício da violência. A partir dessas contribuições e da relação dessas ideias com o objeto literário apresentado, é possível construir uma leitura crítica e integrada da lógica do extermínio que estrutura a relação do Estado com as favelas e periferias no Brasil. Essa dimensão só é possível porque, tal qual já demonstramos, se inscreve em um processo de longa duração histórica marcado pela colonização, pela escravidão, pela reprodução desses fenômenos e posterior constituição de um Estado que administra a vida, e sobretudo a morte, a partir de critérios raciais e de classe.

Dentro do que aborda Marielle Franco, em um texto analítico que também funciona como denúncia, podemos, com precisão, perceber como as UPPs, ao invés de significarem uma presença integral do Estado nas favelas, com direitos, serviços e cidadania, instauram uma ocupação militarizada que apenas altera a forma, mas não o conteúdo, da relação entre Estado e favela. A repressão permanece, agora sob o disfarce da “pacificação”, o que consolida a favela como um território de exceção permanente. Essa análise converge com o pensamento de Leomir Hilário, que associa a necropolítica à racionalidade instrumental do capitalismo periférico. Hilário evidencia que, no processo de modernização brasileira, houve uma operação de limpeza social orientada por um raciocínio sanitário, racista e eugenista que buscava eliminar os “excedentes humanos” das cidades.³²⁶ Assim, a necropolítica não é um fenômeno recente em nosso território, uma vez que é elemento constitutivo da racionalidade capitalista introduzida no país na virada para o século XX. A favela, nesse contexto, funcionou e ainda funciona, dentro de um nexos colonial — em que podemos lembrar da colonialidade proposta por Quijano —, uma vez que o controle institucional do Estado por suas forças de segurança invalida direitos constitucionais e civis, suprimindo a humanidade e dignidade dos que ali habitam, sendo a violência uma tônica que se justifica em nome da ordem.

Ao colocarmos em discussão o ensaio de Achille Mbembe, podemos melhor compreender as colocações de Hilário e a relação que o autor estabelece entre a razão instrumental e o conceito de necropolítica. Nessa instância a morte se torna o centro do

³²⁶ Hilário, 2021, p. 63.

exercício do poder. O filósofo camaronês disserta que, nos territórios onde se exerce a necropolítica, existe o “interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de ‘mortos-vivos’”.³²⁷ Para isso, cria-se a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos e populações” julgados como dispensáveis ou supérfluos.³²⁸ Dessa forma, ao citar Mbembe em seu texto, Hilário compreende a necropolítica como uma forma de operação que atua como “força constitutiva do capital em seu momento de imposição [...] [se mostrando] como figura da razão instrumental nas periferias porque ela também contribui decisivamente para a imposição do capitalismo no Brasil”.³²⁹

O que foi exposto contribui para esclarecer as definições de Mbembe e demonstrar sua pertinência em nosso contexto, ao evidenciar que o exercício da soberania nas periferias do capitalismo se concretiza por meio de uma administração da morte que legitima o extermínio. Partindo de suas reflexões — especialmente no que diz respeito à imposição da força como elemento constitutivo da atual dinâmica do capital nos países periféricos —, reconhece-se a validade dessa análise ao colocá-la em diálogo com algumas das constatações de Marielle Franco sobre a atuação das UPPs e sua vinculação com os interesses e lógicas do mercado. A autora aponta que as UPPs estão articuladas aos interesses de megaeventos e à expansão do mercado no Rio de Janeiro e argumenta que essas unidades foram concebidas prioritariamente para criar um ambiente de aparente estabilidade que favoreça grandes investimentos e o avanço de um projeto de cidade voltado ao ideal neoliberal, ideia muito distante da garantia de segurança aos moradores das favelas.³³⁰ Nesse contexto, as UPPs operam como instrumentos do Estado Penal, mais preocupado com o controle e a disciplina dos territórios populares do que com a qualidade dos serviços públicos. Por essa razão, a presença militarizada reforça a mercantilização da vida e o cerceamento dos corpos periféricos, evidenciando que o projeto de segurança vigente está a serviço da acumulação de capital e do fortalecimento de uma ordem social excludente.³³¹ Os efeitos concretos desse processo se manifestam tanto nas projeções de

³²⁷ Mbembe, 2018, p. 71.

³²⁸ Mbembe, 2018, p. 10.

³²⁹ Hilário, 2021, p. 65.

³³⁰ Franco, 2014, p. 84-89 *passim*.

³³¹ Franco, 2014, p. 70.

expansão do mercado na cidade quanto nas vivências dos moradores das áreas ocupadas, marcadas pelo crescimento dos índices de letalidade, desaparecimentos e violência institucional.

O que está em jogo é a construção de um ambiente supostamente seguro para investidores, turistas e grandes projetos urbanos alinhados aos interesses do mercado. Nesse sentido, a manutenção de um estado de exceção contínuo nos territórios periféricos se torna parte constitutiva de uma racionalidade. Há ainda implícita a promessa fictícia de integração social que mascara, sob o discurso da modernização e da pacificação, a continuidade da segregação e da violência histórica que autorizam, sob o manto da legalidade e até de políticas tidas como progressistas, o extermínio. Assim, a necropolítica revela-se não apenas como instrumento de dominação, mas como o próprio motor da soberania do capital no Estado brasileiro. Nesse quadro, a vida nas favelas é administrada a partir da instrumentalização da eliminação, reafirmando que a violência institucional é regra operante no modelo de desenvolvimento excludente que caracteriza o Brasil contemporâneo.

Burgos e a manifestação da violência estrutural em *Capão pecado*

Após examinarmos os aspectos relacionados à violência institucional, marcada pela repressão direta do Estado, pelo aparato policial e pela seletividade penal, voltamos nosso olhar para uma dimensão, ainda que diferente, complementar e igualmente fundamental na compreensão da complexa dinâmica da violência que incide sobre favelas e periferias: a violência estrutural. Essa forma de violência, embora não necessariamente visível em atos diretos ou explícitos, está inscrita nas estruturas sociais e materiais que organizam a vida nesses locais, operando silenciosamente na manutenção de desigualdades.

A violência estrutural é resultado de um processo histórico e contínuo de desumanização, no qual a negação de direitos fundamentais molda as condições materiais de existência, bem como as subjetividades marcadas por frustração, ressentimento e ausência de perspectivas. Este é um fenômeno fruto de uma dimensão sistêmica que reproduz formas de opressão que se operam de maneira automatizada e impessoal nos indivíduos, em especial em contextos de grande fragilidade. Nesse sentido, cabe compreender que “estamos falando sobre a violência inerente a um sistema: não só da

violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência”.³³²

Slavoj Žižek oferece importantes contribuições para o entendimento dessa dimensão. Em *Violência: seis reflexões laterais*, o autor menciona que, para compreendermos a estrutura da violência, é necessário historicizar com minúcia a noção de violência objetiva, que com o capitalismo assumiu uma nova forma — fator contextualizado em vários pontos de nosso trabalho.

É o próprio sistema que irá determinar as estruturas dos processos sociais e materiais, projetando os caminhos de camadas inteiras da população e, muitas vezes, até de países, em decisões calculadas “pela dança especulativa ‘solipsista’ do capital, que persegue seu objetivo de rentabilidade numa beatífica indiferença ao modo como tais movimentos afetarão a realidade social”.³³³ Nesse espectro, como formula o pensador eslavo, colocando a posição de Marx sobre os movimentos do capital:

Marx descreveu a autopropulsiva e enlouquecida circulação do capital, cuja orientação partenogenética solipsista atinge seu auge nas atuais especulações metarreflexivas sobre o futuro. É demasiadamente simplista afirmar que o espectro desse monstro autogenerativo que segue o seu caminho ignorando qualquer preocupação humana ou ambiental seja uma abstração ideológica e que por trás dessa abstração há pessoas reais e objetos naturais em cujos recursos e capacidades produtivas se baseia a circulação de capital, alimentando-se deles como um parasita gigante. O problema é que essa “abstração” não existe apenas na percepção distorcida da realidade social por parte de nossos especuladores financeiros, mas é “real” no sentido preciso em que determina a estrutura dos processos sociais materiais [...] Assim, a posição de Marx não é fundamentalmente reduzir essa segunda dimensão à primeira, mas demonstrar como a dança teológica enlouquecida das mercadorias emerge dos antagonismos da “vida real”. Ou melhor, a sua posição é de que *não podemos compreender adequadamente a primeira (a realidade social de produção material e interação social) sem a segunda*: é a dança metafísica autopropulsiva do capital que dirige o espetáculo, que fornece a chave dos desenvolvimentos e das catástrofes que têm lugar na vida real. É aí que reside a violência sistêmica fundamental do capitalismo [...].³³⁴

Partindo da análise de Marx, Žižek observa que a violência sistêmica é um elemento fundamental para o funcionamento do capitalismo, estando enraizada em sua própria estrutura de forma impessoal e anônima. A violência, nessa instância, apresenta-se como um componente constitutivo desse modo de produção, manifestando-se de forma mais inquietante do que nas sociedades pré-capitalistas, nas quais os atos violentos eram diretos e atribuíveis a agentes concretos. No capitalismo, essa violência opera de maneira

³³² Žižek, 2014, p. 36.

³³³ Žižek, 2014, p. 38.

³³⁴ Žižek, 2014, p. 38-39.

estrutural, sem depender da ação intencional de indivíduos específicos, o que a torna ainda mais difusa e perturbadora em sua eficácia.

Esse ponto nos remete a uma questão já abordada anteriormente neste trabalho, na relação dos espectros do trauma e da elaboração do “real” abordado pelo próprio Žižek, que aqui retoma a ideia, porém, redimensionando-a a partir do prisma da violência. Ao incorporar a dimensão lacaniana para pensar a violência como algo intrínseco à própria constituição da realidade social no capitalismo, o autor destaca a importância de distinguir o que, segundo Lacan, pode ser compreendido como “realidade” e “Real” — ou como aqui temos abordado “real”. A realidade seria o conjunto de interações sociais concretas, a vida cotidiana dos indivíduos inseridos em processos produtivos e relações interpessoais. Já o “real” corresponderia à atividade espectral, abstrata e implacável do capital, que opera de forma invisível, mas determina estruturalmente os acontecimentos no plano da realidade social.³³⁵

Embora essa engrenagem violenta do capitalismo opere em escala global, seus efeitos assumem contornos específicos em cada realidade nacional. Nesse sentido, para que possamos compreender como a violência estrutural se manifesta em contextos concretos, é necessário considerar as especificidades históricas de sua articulação em diferentes formações sociais — pontos relacionados a nosso objeto discutidos em vários trechos. Retomando brevemente algo que já colocamos, a fim de conectar nossa visão ao exposto, o Brasil, desde antes da República, foi historicamente integrado às instâncias do capitalismo periférico. Esse modelo o posiciona como fornecedor de matérias-primas e recursos que sustentam os centros capitalistas, mantendo-o estruturalmente dependente do capital externo, em um padrão muito próximo às antigas bases coloniais. Essa condição de subordinação configura e intensifica as formas de violência que se manifestam no país, uma vez que permanece funcional aos imperativos do capitalismo em sua fase atual.³³⁶

Essa estrutura, sustentada por formas históricas de dominação que se renovam sob o capitalismo contemporâneo, permite compreender como certas modalidades de

³³⁵ Žižek, 2014, p. 39.

³³⁶ Vale aqui lembrar das observações de Anibal Quijano e o contexto latino-americano: “Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista” (Quijano, 2014, p. 120).

violência se reconfiguram. Nesse contexto, é possível recorrer novamente às observações de Žižek, que, a partir do ponto de vista de Étienne Balibar, aprofunda seu diagnóstico acerca das manifestações da violência na contemporaneidade, distinguindo dois modos de violência excessiva. O primeiro é a violência “ultraobjetiva”, relacionada às condições sociais do capitalismo global e marcada pela criação “automática” de indivíduos excluídos e descartáveis — como os sem-teto e os desempregados. O segundo corresponde à violência “ultrasubjetiva”, associada à emergência de novos fundamentalismos, frequentemente de caráter étnico, religioso e, em última instância, relacionado aos elementos raciais.³³⁷ Embora distintas em sua forma, essas duas manifestações se complementam; o excesso “objetivo” do sistema, com sua indiferente engrenagem de exclusão, tende a gerar, como resposta ou eco, o excesso “subjetivo” de reações intolerantes e muitas vezes violentas. Assim, não se trata de formas antagônicas de violência, mas de expressões interdependentes que se retroalimentam no interior da lógica capitalista.

A partir dessa análise, torna-se possível compreender que a violência estrutural não atua de forma pontual ou episódica, uma vez que sua operacionalidade se dá em nível sistêmico, atravessando as instituições, as relações sociais e a própria subjetividade dos indivíduos. Inserida nas engrenagens abstratas do capitalismo, essa violência se manifesta como uma maquinaria que autonomiza o funcionamento das intenções individuais, tornando-se parte naturalizada da organização social, assumindo-se como expressão direta da fantasmagoria do capital. Nesse sentido, a violência deixa de ser percebida como resultado de ações conscientes de sujeitos concretos ou de suas vontades maliciosas, pois está estruturada de modo impessoal e automatizado, escamoteando seus efeitos sob o manto da normalidade cotidiana. Assim, essa violência não se mostra em sua forma explícita, como em regimes autoritários ou em situações de ruptura institucional. Ao contrário, realiza-se silenciosamente, mediante mecanismos cotidianos de gestão da vida e da morte, de acesso ou exclusão, de valorização ou descarte. Ela se torna inquietante não por sua invisibilidade, sua camuflagem sob a aparência de normalidade. Essa condição produz o que Žižek denomina uma cegueira generalizada diante das consequências do funcionamento automático das estruturas sociais, posto como uma recusa que se instaura no coletivo, um mecanismo que impede de se reconhecer que o

³³⁷ Žižek, 2014, p. 40.

sofrimento de muitos é, na verdade, uma engrenagem essencial da estabilidade e da reprodução do sistema capitalista global.

Dessa forma, compreender o caráter inquietante da violência estrutural implica reconhecer a sua sofisticação enquanto tecnologia de poder. Ela não atua pela imposição direta da força, mas pela administração racional das desigualdades, pela normalização das diversas formas de marginalização e pela incorporação da lógica mercantil na estruturação da vida. Por essas razões, a violência que importa ser lida se mantém nas sombras, uma vez que, para que seja eficiente, depende justamente de sua “invisibilidade” para se enraizar nas práticas cotidianas e nas estruturas institucionais que moldam o real.

A análise de Žižek, ao revelar o caráter automatizado e invisível da violência estrutural, oferece uma chave fundamental para entender como essa dinâmica se infiltra nas formas mais cotidianas e aparentes de violência. O que muitas vezes se interpreta como desordem localizada ou desvio moral de indivíduos é, na verdade, expressão de uma engrenagem sistêmica que opera silenciosamente. Esse ponto de vista adquire especial relevância quando transposto para a análise dos territórios historicamente marcados pela marginalização social. Assim, tal abordagem se torna particularmente “tangível” quando aplicada ao contexto das favelas e periferias, onde os episódios de violência revelam sua inserção em um ordenamento sistêmico de reprodução das desigualdades. Esses fenômenos violentos que ocorrem nesses locais evidenciam que tais episódios estão vinculados às estruturas que os engendram e frequentemente funcionam como instrumentos de sua reprodução.

Desse modo, a violência estrutural se consolida como um dos elementos centrais da experiência periférica, manifestando-se tanto na precariedade das moradias, na instabilidade dos vínculos de trabalho e na ausência ou insuficiência dos serviços públicos, quanto na constituição psíquica dos sujeitos. Para além dos impactos objetivos, essa violência também atua no plano subjetivo, levando os indivíduos ao medo da luta pela sobrevivência e à competição. Essa internalização, por sua vez, ganha novos contornos no contexto contemporâneo, marcado pela hegemonia da cultura de consumo e pela exaltação de um ideal de sucesso inatingível para grande parte da população. Como efeito, a frustração passa a ocupar lugar central na vivência social, agravando os sentimentos de exclusão e impotência já inscritos nas estruturas que produzem e reproduzem a desigualdade.

As subjetividades, nesse processo, são atravessadas por sentimentos como ressentimento, desesperança e, não raramente, revolta, fazendo com que a violência

subjativa reflita a violência estrutural mais ampla e, ao mesmo tempo, atue como agente de sua continuidade, à medida que se naturaliza no cotidiano e passa a integrar o tecido das práticas sociais. Para muitos indivíduos, ela se converte em uma linguagem recorrente nas dinâmicas de sociabilidade, funcionando como forma de sobrevivência e até mesmo de resistência diante de um sistema que não absorve a massa marginalizada.

Como também aqui já mostramos, a década de 1990 no país foi marcada pela intensificação da violência urbana, uma externalização das subjetividades impostas pela violência estrutural e pela sua intensificação pelas ideias de consumo, acompanhando a consolidação do neoliberalismo, que aprofundou as desigualdades sociais e submeteu todas as dimensões da vida ao mercado. A combinação entre a financeirização da economia, a urbanização desordenada, o desemprego, a precarização dos vínculos laborais, a reconfiguração da mobilidade urbana e a concentração cada vez mais restrita de renda contribuiu significativamente para ampliar e dar visibilidade a formas de violência que, embora existentes, permaneciam restritas aos bolsões de pobreza e miséria. O avanço desses processos fez com que as manifestações da violência ultrapassassem os limites geográficos das favelas e periferias, atingindo agora segmentos da população anteriormente resguardados por seus privilégios. Nesse novo cenário, instala-se a falsa percepção de que a violência urbana constitui um fenômeno recente, súbito e desvinculado de suas raízes estruturais. Essa interpretação equivocada é reforçada por discursos midiáticos e institucionais que tratam a violência como uma anomalia, muitas vezes reduzida a narrativas de criminalidade ou desordem moral. Com isso, ignora-se deliberadamente o fato de que essa violência que hoje se vê sempre esteve presente nos espaços historicamente marginalizados, operando como instrumento de força, contenção, disciplinamento e reprodução das desigualdades. Apenas quando essa violência direta começa a atravessar os “muros” que separam o “centro” da “margem” é que ela passa a ser percebida como um problema público legítimo, digno de atenção. A resposta, no entanto, não atua sobre as raízes do problema nem busca enfrentar seus múltiplos níveis de manifestação estrutural. Ao contrário, responde-se com mais violência ainda, sobretudo, a partir de uma ordem institucional igualmente fundada na violência, sustentando-se a crença de que a eliminação radical dos considerados indesejáveis seria a solução. Tal processo evidencia a naturalização da violência direta dirigida aos corpos racializados e empobrecidos — corpos cuja dor não comove, cujas mortes não mobilizam e cujas vidas, muitas vezes, sequer são visíveis —, evidenciando que a violência estrutural se mantém oculta.

Portanto, compreender a centralidade da violência estrutural exige desnaturalizar essas percepções seletivas, reconhecendo que sua gênese e persistência estão intimamente ligadas às formas históricas de organização do espaço urbano, da economia e das relações raciais e de classe no Brasil. O que se observa não é um novo fenômeno, mas a intensificação e a redistribuição da violência direta.

Diante de um cenário em que as explicações sobre a violência tendem a individualizar responsabilidades e a obscurecer suas raízes estruturais, torna-se essencial, dentro do escopo deste estudo, compreender de que modo a literatura capta e reelabora tais contradições sociais. Enquanto forma de representação do tecido social, a literatura carrega, inevitavelmente, as marcas de seu tempo. Ela não apenas reflete os processos históricos e sociais que atravessam sua produção, como também os confronta, os reconfigura e, em muitos casos, os denuncia. No contexto contemporâneo, esse papel se intensifica diante do aprofundamento das desigualdades, da precarização das condições de vida e da manifestação da violência direta que atravessa o cotidiano de amplas parcelas da população. Assim, a literatura contemporânea passa a expressar, em sua própria tessitura, essas manifestações que emergem do contexto histórico, social e político que atravessamos.

Entre os diversos elementos que compõem esse cenário, a violência desponta como um dos vetores mais significativos, funcionando como sintoma e consequência das contradições sociais que a literatura busca representar. Esse conflito se expressa, de modo particular, na maneira como a violência é abordada em diversas obras da literatura contemporânea, em especial na marginal-periférica. Importa destacar, no entanto, que essa violência dentro do contexto da manifestação literária que aqui abordamos, ainda que possa parecer sugerir, não apresenta a violência como elemento sem causa ou sensacionalista. Também não a explora para alimentar o fetiche da dor, como muitas vezes ocorre nas representações da grande mídia. Ao contrário, quando a violência é transposta para o plano narrativo dessas obras, adquire um movimento no qual essa se revela como sintoma das fissuras que estruturam a sociedade brasileira. É uma violência que fala de um sistema que historicamente desumaniza sujeitos e comunidades, naturalizando a miséria. De um modo geral, a partir do que expõe Tânia Pellegrini, podemos compreender que,

É inegável que a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundante a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como consequência, a experiência criativa e a expressão simbólica, aliás, como acontece com a maior parte das culturas de extração colonial. Nesse sentido, a história brasileira, transposta em temas

literários, comporta uma violência de múltiplos matizes, tons e semitons, que pode ser encontrada assim desde as origens, tanto em prosa quanto em poesia: a conquista, a ocupação, a colonização, o aniquilamento dos índios, a escravidão, as lutas pela independência, a formação das cidades e dos latifúndios, os processos de industrialização, o imperialismo, as ditaduras... Todos esses temas estão divididos, grosso modo, na já clássica nomenclatura *literatura urbana e literatura regional*, podendo-se dizer que, ao longo da lenta e gradativa transformação da estrutura socioeconômica e demográfica do país, o desenvolvimento da literatura sempre buscou uma expressão adequada à complexidade de uma experiência que evoluiu tendo como pano de fundo a violência.³³⁸

Sob a perspectiva literária, a violência presente em obras contemporâneas, como as aqui analisadas, não representa um tema novo na tradição brasileira. Desde os primeiros momentos da literatura nacional, já se observam representações da violência, geralmente filtradas pelo olhar das elites e moldadas por uma perspectiva que, com frequência, a naturalizava ou a tornava socialmente aceitável, desconsiderando seu caráter estrutural. O que se transforma, com o tempo, é o modo como essa violência é narrada, os sujeitos que a enunciam e os dispositivos mobilizados para sua representação. As narrativas contemporâneas oriundas das periferias, por exemplo, promovem um deslocamento do ponto de vista tradicional ao conferirem centralidade às experiências de sujeitos historicamente silenciados ou estereotipados pela literatura canônica. Esse deslocamento abrange tanto a abordagem temática quanto os recursos formais, na medida em que linguagem, estrutura narrativa e construção das personagens expressam com intensidade as tensões sociais, o vínculo com os territórios marginalizados e a vivência cotidiana da exclusão e da violência, instaurando um novo paradigma de representação literária. Os escritores oriundos das favelas e periferias são sujeitos que experimentam diretamente em seu cotidiano aquilo que narram. Essa vivência concreta lhes permite apreender a violência que os cerca e convertê-la em matéria literária a partir de um ponto de vista singular, enraizado em uma perspectiva interna, situada e historicamente marcada, distinta daquela que prevaleceu na tradição literária brasileira.

Partindo dessa reflexão, torna-se especialmente relevante a observação de Tânia Pellegrini sobre a necessidade de se buscar uma forma expressiva capaz de representar a violência em sua complexidade. Essa busca não se resume simplesmente ao ajuste estético, ou ao exercício ético para com os marginalizados. Antes de tudo, reflete a exigência de que a literatura responda às transformações históricas e sociais, o que implica mudanças nas formas de narrar determinados fenômenos, como é o caso da violência, e na maneira como os autores articulam seus elementos ficcionais para dar

³³⁸ Pellegrini, 2004, p. 16.

conta de realidades marcadas por conflitos, desigualdades e exclusões. No caso específico de *Capão pecado*, o gesto de narrar a violência assume uma aura distinta do que se apregoa tradicionalmente a esse ato, uma vez que a intenção primeira do autor é a contestação, e conseqüentemente, ainda que não sejam elementos planejados, a elaboração de traumas e a manifestação de fissuras. Ao se depurarem os diversos elementos que compõem o enredo e a construção dos personagens, torna-se evidente que a violência atravessa de maneira estrutural e persistente os setores marginalizados da sociedade brasileira, sendo esse um fenômeno recorrente ao longo da nossa história.

Embora o romance de Ferréz seja permeado por diversas formas de violência, é na figura de Burgos que se concentra sua expressão mais direta, revelando de maneira contundente a face mais direta e brutal desse fenômeno. O personagem possui trajetória marcada por gestos agressivos e atitudes hostis que revelam os efeitos da violência estrutural. Tomando por base tais elementos, ele não deve ser interpretado como simples estereótipo de um “marginal violento”, mas como condensação trágica de uma vida moldada pela brutalidade social, pela ausência de vínculos afetivos e pela negação de dignidade. A violência, nesse caso, opera tanto como resposta desesperada quanto como tentativa de autoafirmação. É possível ler os atos de Burgos como desdobramentos dos traumas vividos, da violência anteriormente sofrida e da indignação diante da impossibilidade de afeto ou reconhecimento. Sua figura simboliza a forma pela qual a periferia, muitas vezes, internaliza o discurso opressor e o converte em prática, direcionando-o contra si própria.

Por meio de Burgos, Ferréz evidencia tanto os efeitos objetivos quanto algumas de suas camadas subjetivas, que vão desde a corrosão dos vínculos afetivos, especialmente os paternos, até a naturalização da violência como forma de relação e a internalização do pertencimento imposta pelo sistema. A violência protagonizada por Burgos pode, à primeira vista, sugerir uma espetacularização; contudo, a narrativa fornece elementos contextuais que possibilitam compreendê-la como expressão de uma rede complexa de determinações. Ainda que algumas motivações permaneçam subentendidas, o enredo orienta o leitor a captar, mesmo que de forma parcial, as dinâmicas pelas quais esse fenômeno se concretiza. Nesse sentido, a violência emerge como componente estrutural de um processo mais amplo, que fragmenta, desumaniza e conforma subjetividades atravessadas pela brutalidade.

Burgos é envolvido com diversas práticas criminosas, como assaltos, tráfico de drogas e assassinatos. Mata sem hesitação e, em muitos casos, o faz “a troco de nada, só

para ver o tombo”.³³⁹ A conduta do personagem revela um elevado grau de dessensibilização e crueldade, indicando uma tentativa de autoafirmação em um ambiente onde a força bruta e o medo se impõem como principais formas de conquistar respeito e reconhecimento. Suas atitudes seguem um padrão constante de desrespeito aos direitos e sentimentos alheios: manipula os outros para satisfazer seus próprios interesses, age impulsivamente sem medir as consequências e demonstra total incapacidade de experimentar empatia. Esse comportamento é dominado por uma evidente instabilidade emocional que se manifesta em acessos de fúria, crises de nervosismo, episódios de choro e, por vezes, breves lampejos de lucidez e arrependimento.

Esses traços indicam que, na narrativa, a criminalidade não é concebida como resultado de uma predisposição, ela é articulada por meio do enredo como um fenômeno que também revela fatores subjetivos e psicossociais. No caso de Burgos, a construção do personagem está ligada a um contexto familiar desestruturado, marcado pela ausência de vínculos afetivos consistentes e, provavelmente, pela recorrência da violência doméstica e pela falta de acesso a bens de consumo básicos. O alcoolismo de seu pai, Tio Chico, aliado ao sentimento de revolta diante das condições precárias de vida, atuam como força formadora de uma subjetividade atravessada pela dor, pelo ressentimento e por frustrações acumuladas ao longo do tempo.

É pertinente, neste ponto, apresentar uma breve, porém significativa, contextualização da relação entre Burgos e seu pai, vínculo marcado por conflitos, afetos ambíguos e marcas emocionais, que colaboram para a construção de sua subjetividade. Trata-se de uma relação que adquire uma dimensão figurativa importante dentro da narrativa, revelando o modo como os laços familiares, quando determinados pela precariedade afetiva e pelo desgaste emocional, podem operar enquanto dispositivos de formação de um sujeito à margem.

Em Burgos, observa-se uma combinação latente de raiva e frustração, exemplificada pela figura do pai alcoólatra, a quem o personagem se refere como “um bastardo que bebia o dia inteiro”.³⁴⁰ Esse elemento se configura como um dos principais fatores de incômodo seja pela deterioração física e moral do pai, seja pelo constrangimento que provoca em Burgos diante do olhar da comunidade. A zombaria dos vizinhos, que ironizam seu pai o chamando de Tio Chico, sempre o atinge, pois reforça a

³³⁹ Ferréz, 2016, p. 123.

³⁴⁰ Ferréz, 2016, p. 117.

condição de desmoralização pública que sobre ele se abate. Assim, ao mesmo tempo que nutre desprezo pela figura paterna, Burgos não consegue se desvencilhar da referência que ela representa, talvez um desejo recalcado de afeto e pertencimento, manifestado de forma fragmentada e dolorosa. Desse modo, convive em seu íntimo com o rancor pela figura decadente do pai misturado a um certo impulso de lealdade e proteção, traços que se evidenciam de forma expressiva quando seu pai é aliciado por um grupo de evangélicos.

A irritação de Burgos diante das tentativas de conversão religiosa que passam a cercar seu pai — as “investidas dos crentes”, como ele denomina — despertam nele antipatia e desprezo, sentimentos que se dirigem tanto à postura impositiva dos religiosos quanto à ideia de que o alcoolismo do pai seria uma questão de natureza espiritual. Esse sentimento se intensifica no episódio em que Tio Chico, em um momento de fragilidade, aceita ir a uma igreja da “Sede Universal”. Lá, ao se sentir pressionado pelas mãos e orações impostas pelos pastores, reage com movimentos de capoeira — já que um dia fora praticante —, como uma tentativa de defesa, de manutenção da própria dignidade diante de um ritual que pode ser lido como humilhante e violento. A reação dos religiosos com os movimentos do pai de Burgos é interpretada como uma manifestação demoníaca. Com dificuldade de conter o homem, os fiéis acabam o agredindo fisicamente, deixando-o ferido de forma grave.

A resposta de Burgos ao episódio é explosiva: ele invade o templo do bairro armado, interrompe o culto com tiros para o alto e agride violentamente o pastor, em frente à congregação. Trata-se de um ato de fúria e vingança que, condensada a raiva, a humilhação, o sentimento de injustiça e uma tentativa desesperada de reaver a dignidade do pai, desvela-se como um ato de proteção altamente ambíguo e atravessado por contradições que revelam a profundidade de uma dor que acaba sendo expressada pela violência.

Esse episódio pode ser compreendido como um momento de inflexão, pois a narrativa aponta de forma veemente que, a partir daquele momento, Burgos perde completamente a fé em Deus. Esse rompimento espiritual se configura como um detalhe envolto em simbolismo, indicando a perda de uma última instância de sentido ou de contenção moral que o personagem possuía. É possível assim supor que, mesmo sem exteriorizar práticas religiosas, a fé, ainda que mínima, funcionava como um freio moral, um ponto de apoio para o equilíbrio emocional. Com sua perda, abre-se espaço para a radicalização da violência e para a afirmação de uma postura cada vez mais brutal e

destituída de limites. A fragmentação do episódio, iniciado no décimo sexto capítulo e concluído no décimo sétimo — que se concentra na experiência de Tio Chico —, sugere que os eventos narrados podem ter ocorrido anteriormente aos atos mais brutais atribuídos a Burgos. Isso se deve à estrutura não linear dos capítulos, que distribuem alguns dos acontecimentos de forma descontínua no romance. Entre esses atos estão os assassinatos de Will e Dida, irmãos usuários de crack endividados com a boca, além da mãe deles, Dona Maria Bolonhesa, morta por Burgos por ser considerada uma possível ameaça, já que, marcada pelo ressentimento, poderia denunciá-lo pelo crime. Também chama a atenção o assassinato de seu irmão de criação, executado com extrema frieza e justificado por Burgos como uma forma de poupá-lo de uma morte lenta e inevitável causada pelo HIV, ainda que seu irmão tenha afirmado que os coquetéis poderiam lhe dar uma vida normal. Esse crime, em particular, evidencia como até mesmo os vínculos afetivos são submetidos à sua violência e busca por autoafirmação.

A experiência de Burgos apresenta-se como um infeliz repertório de vida compartilhado por inúmeros jovens oriundos das periferias, cujas trajetórias são fortemente atravessadas por rupturas familiares, negligência, desprezo, vivências precoces de violência e, sobretudo, ausência material, o que atenua todos os componentes anteriores. Essas experiências encontram sua origem e sustentação na violência estrutural, que conforma as condições de existência desses sujeitos e opera como matriz produtora e articuladora das diversas formas de marginalização. Nesse sentido, a trajetória de Burgos ilustra como a precarização da vida pelos fatores estruturais engendra subjetividades e acaba contribuindo para a manifestação de uma violência física direta.

Essa dinâmica, em que as marcas da violência estrutural se desdobram em trajetórias individuais atravessadas por dor, revolta e marginalização aparece reiteradamente nas expressões artísticas oriundas das periferias, dando uma formatação representativa a essas vivências coletivas. Desse modo, podemos perceber que a história de Burgos encontra ressonância com a canção “Estou ouvindo alguém me chamar”, do grupo Racionais MC’s. A música narra os momentos finais do eu-lírico baleado a mando de seu ex-parceiro de crime, Guina, que, mesmo preso, acredita ter sido por ele traído. O episódio desenrola-se em um contexto carregado de ressentimento, arrependimento e desilusão. Enquanto agoniza, o eu-lírico faz uma releitura de vários momentos de sua vida, uma espécie de retrospectiva, lembrando passagens de sua trajetória como o ingresso precoce na criminalidade, o envolvimento com drogas, os assassinatos cometidos e o afastamento da família. Nesse percurso, a figura de Guina surge como um

personagem-chave. Apontado como seu “professor no crime”, um homem cuja frieza e letalidade são sintetizadas na frase: “O Guina não tinha dó: se reagir, bum!, vira pó!”. Tal caracterização evoca elementos igualmente presentes na constituição de Burgos. Outro aspecto que chama a atenção é o momento em que o eu-lírico compartilha uma confissão feita por Guina sobre sua própria trajetória de vida:

Lembro que um dia o Guina me falou
 Que não sabia bem o que era amor
 Falava quando era criança
 Uma mistura de ódio, frustração e dor
 De como era humilhante ir pra escola
 Usando a roupa dada de esmola
 De ter um pai inútil, digno de dó
 Mais um bêbado, filho da puta e só
 Sempre a mesma merda, todo dia igual
 Sem feliz aniversário, Páscoa ou Natal
 Longe dos cadernos, bem depois
 A primeira mulher e o 22
 Prestou vestibular no assalto do busão
 Numa agência bancária se formou ladrão
 Não, não se sente mais inferior
 Aí neguinho, agora eu tenho o meu valor
 Guina, eu tinha mó admiração, ó
 Considerava mais do que meu próprio irmão, ó
 Ele tinha um certo dom pra comandar
 Tipo, linha de frente em qualquer lugar
 Tipo, condição de ocupar um cargo bom e tal
 Talvez em uma multinacional
 É foda...
 Pensando bem que desperdício
 Aqui na área acontece muito disso
 Inteligência e personalidade
 Mofando atrás da porra de uma grade.³⁴¹

Essa inserção funciona como um recurso que humaniza parcialmente a figura de Guina, desvelando, ainda que brevemente, os traços de vulnerabilidade e ambivalência que formaram sua subjetividade. Esse fragmento apresenta Guina como alguém atravessado por um passado de dor, escolhas trágicas e ausência de alternativas que acabam o levando para a criminalidade e a se tornar um sujeito violento. O trecho, assim, revela que figuras como Guina são produtos de um sistema que fabrica sujeitos violentos a partir da exclusão, da ausência de reconhecimento e da imposição de uma trajetória marcada pela marginalidade. Nesse sentido, a canção opera como um microcosmo da periferia, onde personagens como Guina e o sujeito-lírico da canção têm suas existências inscritas e reimaginadas em uma dimensão estética que recusa a simplificação. Essa abordagem se articula, inclusive, com os recursos literários presentes na obra de Ferréz e expressos por meio de Burgos, personagem cuja violência é performada como linguagem

³⁴¹ Racionais MC's, 1997, faixa 4.

que irá refletir a violência estrutural que recai sobre indivíduos nas mesmas condições. Em ambos os casos, há uma “pedagogia da violência” imposta pelas condições estruturais que se naturalizam na experiência de vida e moldam a maneira como esses sujeitos compreendem a si mesmos e ao mundo.

Ainda que a violência surja como estratégia de sobrevivência ou formas de se impor e de se afirmar em territórios onde o respeito é conquistado, muitas vezes, pela via do medo e da força, observa-se que esses sujeitos reagem ao mundo com a violência que dele recebem. Suas respostas, embora por vezes extremas, revelam a profundidade das feridas sociais e históricas que a sociedade brasileira carrega, sendo essas marcas extremamente latentes em territórios de completo abandono no cenário urbano, como favelas e periferias. Assim, a trajetória de Burgos, ou de a Guina, se inscreve em um campo mais amplo de leitura, pois não deve ser interpretada como fruto de uma disposição natural para o crime, mas como expressão de uma conjuntura complexa, na qual aspectos subjetivos, estruturais e materiais se entrelaçam.

Se na canção Guina é preso após um assalto malsucedido — supostamente delatado pelo sujeito-lírico, seu ex-companheiro de crime, que acaba alvejado por suas ordens —, em *Capão pecado*, Burgos, diferentemente, paga sua trajetória imersa em crimes e assassinatos brutais com a própria vida. Em ambas as narrativas, a linha que separa o companheirismo da traição é tênue; o destino de seus personagens se alinha à máxima dos que adentram o mundo do crime nas favelas e periferias: cadeia ou morte. Trata-se de um percurso quase sempre traçado de antemão para aqueles que, empurrados por um sistema que os marginaliza, encontram no crime uma das poucas alternativas de existência e afirmação social. A morte de Burgos, portanto, é reflexo de uma dimensão perversa, em que a vida é banalizada e a violência se configura como uma rotina. Seu fim evidencia um ambiente onde seres humanos são vistos como descartáveis — seja pelas mãos do Estado, seja pelo tráfico ou por seus próprios pares.

Ao longo da narrativa, Burgos consolida uma reputação marcada pelo medo, pela crueldade e pela ausência de limites éticos, construindo-se como uma figura temida. Movido por uma dinâmica de dominação violenta, como visto, é responsável por uma série de assassinatos — inclusive o de membros de sua própria família e de aliados. Ao manipular Rael, que se encontrava em vulnerabilidade emocional, para executar Seu Oscar durante o assalto à metalúrgica, Burgos reafirma sua posição de liderança. No momento em que se apropria do dinheiro do cofre da metalúrgica, seus desejos emergem de forma imediata. Pensa logo em uma moto CBR nova e em uma mulher sensual na

garupa, fantasias que refletem seu hedonismo e o vazio de uma existência construída sobre o culto da ostentação e da posse. O dinheiro, expressão concreta de sua transgressão, é logo convertido em consumo: Burgos compra um Logus preto, carro símbolo de *status* nos anos 1990, e adquire armamentos mais sofisticados, tentando, assim, reafirmar seu poder diante da comunidade.

Essa celebração não dura muito tempo. Delatado por China, outro personagem do circuito criminoso local, que é pressionado e intimidado pela polícia, acaba capturado. Levado ao Guaraci, é executado e tem seu corpo lançado nas águas. Após sua execução, os policiais vendem suas armas para Turcão, ex-policia e chefe do tráfico local, comemorando o dinheiro obtido com um churrasco em família. O gesto, perverso e irônico, revela a normalização da barbárie entre alguns daqueles que trabalham como agentes de segurança do Estado e a criminalidade.

Burgos é um personagem moldado pela engrenagem da violência e pelo desejo de inserção no universo dos bens de consumo. Sua trajetória revela uma dinâmica que tem se mostrado latente nos dias atuais, marcada pelos altos índices de violência urbana impulsionada pelo anseio por posse e *status*, ações que se manifestam desde pequenos furtos e latrocínios até as estruturas mais complexas do crime organizado. Forjado pelo apelo do consumo, pela virilidade armada e pela falsa promessa de poder que o mundo do crime parece oferecer, Burgos representa uma trajetória que abraça muitos jovens: aquela que termina com um corpo lançado ao rio e uma vida reduzida a números.

A leitura mais ampla da trajetória de Burgos permite colocá-lo em contraponto a Rael, revelando dimensões complementares da narrativa e distintos processos de subjetivação em contextos de marginalidade. Nesse contraste, Burgos representa a antítese radical de Rael, não apenas por trilharem caminhos distintos ao longo da trama, mas também por expressarem formas divergentes de lidar com as adversidades que os cercam. Enquanto Burgos personifica o poder sustentado pela violência, pela anulação do outro e pela instrumentalização dos vínculos afetivos, Rael, mesmo envolto em contradições, manifesta afetividade e o desejo por uma vida diferente. Ambos são filhos de pais alcoólatras, o que poderia sugerir trajetórias semelhantes marcadas pela revolta ou pelo ressentimento diante da pobreza. No entanto, a estrutura familiar de Rael sugere uma sustentação afetiva: sua mãe é uma figura presente e acolhedora, e seu pai, embora também entregue ao vício, mantém um vínculo de trabalho e não demonstra o mesmo grau de degradação do pai de Burgos. Já no caso de Burgos, a narrativa não indica a presença de uma figura materna que funcione como contraponto à violência e ao

abandono. Essa ausência pode contribuir para a construção de sua subjetividade marcada pelo desamparo, pela brutalidade e pela recusa da afetividade. Assim, ao colocar Burgos e Rael em paralelo, a narrativa evidencia não apenas escolhas individuais, mas também o impacto das estruturas familiares, das redes de afeto e das condições sociais na formação dos sujeitos marginalizados.

Apesar de, em um momento de fragilidade emocional, ter sucumbido à influência de Burgos e ter ficado sujeito à sua manipulação, Rael preservava, ainda que de maneira idealizada ou ingênua, a esperança em uma existência pautada por vínculos familiares, pelo amor e pela realização por meio do trabalho. A comparação entre os dois personagens revela uma dicotomia que surge em algumas das narrativas da literatura marginal-periférica: de um lado, a força destrutiva de um sistema que, ao negar recursos econômicos, direitos, dignidade e reconhecimento, conduz muitos à violência como forma de afirmação; de outro, a busca de amor e afeto que desafiam esses processos, mesmo quando fragilizados pelas condições materiais.

A crença de Rael em um futuro digno, ainda que continuamente colocada à prova, constitui um gesto de resistência diante da barbárie. Seu empenho no trabalho, mesmo em condições precárias, expressa o esforço por se inserir em referenciais de afetividade, mesmo em meio à ausência de garantias concretas de pertencimento ou ascensão social. Dessa maneira, Rael surge também como um personagem resguardado por contradições, pois, embora se mostre resistente à criminalidade e, por vezes, mostre consciência de ser explorado nas funções laborais que exerce, acredita em um sistema que oferece promessas de inclusão que raramente se concretizam. Assim, acaba se mostrando como alguém que irá se conformar com sua vida e “jogar o jogo”. Sua trajetória aponta para a complexidade de sujeitos que, mesmo imersos em contextos de extrema vulnerabilidade, buscam afirmar sua humanidade, mesmo que tenham que se submeter a meios desumanos, como trabalhos indignos e jornadas exaustivas. A contraposição entre Burgos e Rael, por fim, revela o embate de forças entre formas possíveis de existência dentro de um mundo sustentado pela desigualdade e por relações sociais muitas vezes organizadas em torno da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário de muitas pesquisas que relacionam os trabalhos da Geração do Mimeógrafo à literatura marginal contemporânea, nossa abordagem difere nesse aspecto. Conquanto reconheçamos algumas convergências, percebemos, porém, que são dois elementos distintos.

Primeiramente, poesia marginal e literatura marginal são fruto de contextos sociopolíticos e econômicos diferentes. O que leva essas expressões a proposições e reivindicações diferentes, seja pela origem de seus agentes, seja pela estética que assumem — forma, conteúdo e plano de ação no tecido literário e social.

Na década de 1970, o mimeógrafo tornou-se um instrumento fundamental para viabilizar a expressão de um grupo de indivíduos que buscava afirmar seu desejo de liberdade — tanto em relação à repressão política quanto no que se refere às pautas comportamentais associadas à contracultura. Esses poetas emergem de frentes formadas no campo cultural daquele período, com o propósito de desafiar os limites impostos pela ditadura militar. Com a intenção de criar obras e projetos culturais que circulassem em um circuito alternativo, à margem das estruturas oficiais, esses indivíduos, em grande parte jovens universitários, aliaram-se a alguns intelectuais ligados aos movimentos socialistas da década anterior. Dessa articulação, nasceu um circuito artístico alternativo, no qual a poesia se configurou como uma de suas manifestações. As publicações mimeografadas visavam estabelecer uma comunicação direta com seu público: setores da alta classe média intelectual, principalmente do Rio de Janeiro, interessados em questionar e confrontar a ordem estabelecida pelo regime.

O movimento literário que se autodenominou como literatura marginal, por sua vez, é fruto de um conjunto de fatores sociais, econômicos e estruturais agravados pela crise provocada pelo neoliberalismo no Brasil, nos anos 1990. A literatura marginal surge como um fenômeno derivado do *rap*, gênero musical que ganha relevância nas periferias de São Paulo por meio de sua expressão dinâmica que retrata a revolta dos jovens que enfrentam diariamente um contexto marcado pela pobreza e pela violência. A literatura marginal, assim como o *rap*, irá atuar como um elemento de “resistência cultural”, já que se nutre de elementos coletivos que emanam de sujeitos que compartilham experiências semelhantes e que se comunicam pela realidade das favelas e periferias.

Outro fator distintivo entre a expressão literária dos anos 1970 em relação àquela que surge nos anos 2000 está na sua forma de organização e no foco em se estabelecer dentro do campo literário.

Os poetas do mimeógrafo apenas iniciam uma tentativa de articulação coletiva em 1974, com a realização da PoemAção, evento que promove debates em torno da chamada poesia mimeografada — embora esses poemas já circulassem de forma independente há pelo menos quatro anos. É a partir desse encontro que se consolida o uso da expressão poesia marginal e se reconhece a existência de um movimento, que passa a se estruturar por meio de revistas artesanais responsáveis pela divulgação e circulação da produção. A ideia da expressão “marginal” para essas poesias é definida pelo fato de esses textos serem elaborados e distribuídos longe do enfoque editorial; por usarem a linguagem característica da juventude do período, suas gírias e jargões; pelas temáticas que abordavam abertamente o sexo, as drogas e outros tabus para a sociedade da época; pelo humor com que lidavam com o momento; pela característica gráfica baseada na improvisação e no precário; pela recusa aos padrões morais da época e à censura promovida pela ditadura; e pela recusa dos modelos estéticos tradicionais ou de vanguarda, ainda que flertassem com as formas do poema concreto e do poema processo. Embora pesquisadores como Heloisa Buarque de Hollanda e Carlos Alberto Messeder Pereira apontem que a poesia marginal seja uma proposta inovadora, criada no calor do momento, ou que possuísse elementos totalizadores, de outro lado, pesquisadores como Flora Süssekind e Luciano Martins, bem como Glauco Mattoso — poeta que esteve diretamente envolvido com esse movimento — apontam que a poesia marginal estava vinculada ao comportamento da contracultura. Para eles, essa foi uma expressão que não ofertava novidade, era desorganizada e não possuía um programa que delineasse suas intenções, tampouco se configurou como um elemento que incomodasse o regime, pois não se articulava politicamente nem assumia uma postura crítica ousada. Da mesma forma, a subversão à ordem imposta pelo regime militar não representava um elemento de transformação coletiva da realidade, pois se inclinava mais para um movimento individualista do que coletivo, mormente por apresentarem valores que buscavam antes de qualquer coisa a flexibilização moral. Estariam vinculados ao modismo e aos valores de práticas comportamentais, que se preocupavam com ideias de liberação pessoal, e acabaram se apresentando como uma antítese ao conservadorismo da própria classe a que pertenciam. Por razões como essas, há a ideia de que os poetas da poesia marginal

evadiam da realidade, pois, em um cenário repressivo, se isolaram nas próprias referências e com elas criaram um universo particular e altamente alienado.

A literatura marginal, por sua vez, tem seu marco inicial com a publicação de *Capão pecado*, em 2000, e se consolida no ano seguinte com a criação da revista *Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, que passa a operar como um espaço coletivo de expressão para enunciações marginalizadas. A concepção de “marginal” emerge da idealização de agentes marginalizados que buscam ressignificar o que é ser marginal dentro do campo literário. Este conceito se fundamenta em escritores como Plínio Marcos, Lima Barreto, João Antônio e Carolina Maria de Jesus, que foram marginalizados ao longo de suas carreiras como escritores devido às suas escritas, que narravam aspectos da vida cotidiana das ruas, favelas, cortiços e subúrbios, retratando os diversos sujeitos que habitam esses locais; à forma de escrita que se contrapunha às expectativas do campo literário; ou, ainda, por conta da origem social e racial de alguns deles. A noção de “literatura marginal” esteve, por muito tempo, associada a textos considerados mal escritos, que fugiam dos padrões estéticos consagrados e abordavam, de forma direta e sem adornos literários, as experiências de parcelas marginalizadas da sociedade. Embora os textos da chamada poesia marginal frequentemente sejam classificados sob esse mesmo rótulo, sua configuração apresenta especificidades. Trata-se de uma expressão poética com estrutura e intenções distintas, marcada por uma abordagem conteudista própria, que se diferencia das características atribuídas àquilo que, historicamente, se convencionou chamar de “literatura marginal”.

A ressignificação da ideia de “marginal” na literatura ocorre por meio de enunciações que visam romper com alguns paradigmas do campo literário tradicional e da sociedade burguesa, propondo uma arte comprometida com a transformação social das periferias. Nesse contexto, a literatura marginal afirma-se como oposição às formas hegemônicas de arte, usando o texto literário como instrumento de protesto, crítica e conscientização sobre as desigualdades sociais, a violência e a exclusão. Essa expressão literária se manifesta em prol de uma linguagem direta, urgente e engajada — em uma acepção sartreana de engajamento. Os manifestos “Terrorismo Literário” e “Antropofagia Periférica” consolidam esse movimento ao explicitarem em seu programa o compromisso com as favelas e periferias, bem como um desejo de contribuir com uma transformação social mediante ações diretas nas comunidades, visando superar as condições adversas por meio da educação, da arte, da cultura e do acesso à literatura. Mais do que reivindicar reconhecimento, esses autores exigem reparações ao abordarem diretamente as

desigualdades e a exclusão socioeconômica presentes nas margens urbanas, evidenciando também as profundas assimetrias de classe que estruturam o próprio campo literário brasileiro. Assim, é possível compreender a literatura marginal-periférica como uma prática estética e política que tensiona as estruturas de legitimação da arte e do saber. Inserida nas margens do campo literário — dominado historicamente por critérios eurocêntricos, elitistas e racializados —, essa produção desafia as hierarquias simbólicas que definem o que é reconhecido como “literatura legítima”. Ao reivindicar a experiência periférica como eixo de enunciação, a literatura marginal-periférica propõe uma reconfiguração do próprio campo literário, deslocando os centros de autoridade cultural. O que está em jogo não é simplesmente o acesso ao espaço da literatura, mas a transformação das condições de produção e recepção do discurso literário, mostrando que o campo literário é um território em disputa, distante de ser harmônico ou conciliatório. Nesse sentido, após uma análise atenta de ambos os manifestos e de suas propostas — que, embora apresentem abordagens distintas, convergem na reivindicação de uma literatura e de uma expressão artística voltadas à transformação dos sujeitos marginalizados das favelas e periferias —, considerando as formulações de Ferréz e Sérgio Vaz, torna-se mais preciso o uso do termo literatura marginal-periférica para designar as produções que se vinculam às bases por eles propostas.

Embora a poesia marginal e a literatura marginal-periférica assumam a postura de resistência, elementos que as levam, de certo modo, a se convergirem, é essa mesma proposição de resistência que as coloca também em antagonismo. Na poesia marginal, a resistência é um elemento que irá se opor à censura e à repressão que restringe não só as manifestações artísticas, mas também a maneira individual de ser proposta pela contracultura dos anos 1970. A postura estabelecida nessa dimensão singular busca justificar um modo de ser diferente dentro dos padrões conservadores da própria classe. Nesse escopo, a resistência visa defender um modo de agir que se desvincula de outras considerações coletivas, focando exclusivamente nos interesses do próprio grupo. Para a literatura marginal-periférica, a resistência reflete o inconformismo de uma classe que convive diariamente com a pobreza e a marginalização. Essa resistência se manifesta em textos que incorporam elementos que atravessam tanto a perspectiva material quanto a histórica. Dessa maneira, a resistência se configura contra a segregação social, racial, econômica e cultural e tem por finalidade articular manifestações políticas coletivas que contestem as estruturas hegemônicas. Por meio desse projeto de resistência, esse movimento transcende o literário para forjar ações práticas, já que muitos dos sujeitos a

ele vinculados estão em projetos comunitários que buscam transformar a realidade das pessoas marginalizadas. É por essas perspectivas que se desenham as práticas de resistência. Contudo, é importante reconhecer o risco de que essa expressão literária, inicialmente marcada pelo enfrentamento das desigualdades e pela contestação das estruturas de exclusão, venha a ser capturada pela lógica do mercado. Isso não significa negar sua legitimidade comercial ou a presença em grandes editoras — como ocorre com as obras aqui analisadas —, mas alertar para um processo de mercantilização que pode atenuar seu caráter crítico. O crescente reconhecimento da literatura marginal pelo mercado editorial e por instituições culturais introduz novas contradições, pois o capital simbólico que elas carregam, tende a ser substituída pelo capital econômico. Assim como ocorreu com certos desdobramentos do identitarismo, há o perigo de que ela se transforme em uma forma de discurso domesticado, que, em nome de uma sensação de inclusão ou de um reconhecimento superficial, acabe por se adaptar aos imperativos do consumo e da visibilidade midiática, reforçando os mecanismos do sistema que originalmente buscava questionar. Ao ceder a essa lógica, o discurso literário pode ser neutralizado, convertendo-se em performance identitária ajustada aos limites do que é tolerado pelo sistema, ao mesmo tempo que promove uma visibilidade seletiva, mantendo intactas as desigualdades que sustentam sua própria reprodução.

Considerando agora os capítulos dedicados à análise dos romances, que introduzem novas dimensões ao trabalho aqui desenvolvido, é necessário destacar alguns elementos literários centrais nas obras *Capão pecado* e *Via Ápia*, estabelecendo inicialmente uma relação direta entre elas. Em seguida, serão feitas considerações sobre os temas abordados nos romances, demonstrando como essas narrativas se articulam com desdobramentos da realidade objetiva, conexões essas que, como mostrado ao longo dos capítulos três, quatro e cinco, podem ser sustentadas por distintos arcabouços teóricos.

Na obra de Ferréz, percebe-se uma narrativa direta e contundente, conduzida por um narrador crítico que expõe jovens aprisionados em um modelo social responsável por reproduzir os mesmos mecanismos de opressão vivenciados por pais, avós e gerações anteriores. A violência, quando representada, surge com a mesma franqueza e intensidade que marca o tom da narrativa — sem recorrer a subterfúgios. No entanto, ela não brota a esmo: o que se manifesta nas páginas resulta de ações motivadas por causas concretas, que, embora possam parecer imediatas, estão enraizadas em estruturas sociais mais amplas, responsáveis por sustentar e perpetuar o ciclo de exclusão e sofrimento dos personagens. Sua prosa, embora permeada por elementos da realidade cotidiana, resiste à

lógica do sensacionalismo espetacularizante que frequentemente marca a cobertura midiática das periferias brasileiras. Essa lógica, que podemos caracterizar como “datenismo” — alusão à estética policialesca centrada na exposição crua, descontextualizada e moralizante da violência — é precisamente aquilo que sua literatura desafia ao buscar inscrever os atos violentos em uma trama que os explica.

Ainda que, por vezes, sua narrativa incorra em estruturas dicotômicas — como a oposição entre bem e mal —, há um empenho na construção de figuras literárias que encarnam as marcas de uma historicidade violenta. São personagens que vivenciam e corporificam os efeitos da exclusão, da precarização das relações sociais e da desigualdade de acesso a direitos. A aparente simplicidade de sua narrativa esconde certa densidade, uma vez que sua obra opera numa zona ambígua entre a necessidade de compreender contextos amplos e a urgência de soluções, entre a linguagem acessível e a necessidade de elaborar críticas mais complexas. Essa ambiguidade entre prosa direta e crítica social permite compreender que a eventual superficialidade de determinadas tramas ou desfechos não representa necessariamente um empobrecimento literário. Pelo contrário, está relacionada ao desejo do autor de dialogar com um público periférico, que historicamente não tem acesso ao universo literário e que, embora tenha sua própria cultura, está privado de acessar um universo cultural mais amplo. O que se realiza, nesse sentido, é uma outra elaboração da linguagem, que não busca se utilizar dos padrões literários consagrados, ainda que por vezes o faça, pois visa construir novos modos de dizer o mundo, forjados a partir da experiência concreta das margens. A linguagem, aqui, é um meio de acesso ao texto e uma forma de inscrição em um campo cultural mais amplo. Mesmo sem recorrer a uma crítica sistematizada, Ferréz consegue, por meio de sua obra, evidenciar — mesmo que de forma não analítica ou profunda — os mecanismos invisíveis da desigualdade social. É nos gestos, nos silêncios, nas hesitações dos personagens e nos pequenos deslocamentos de suas ações cotidianas que se manifestam os traços de uma desumanização sistêmica daqueles que habitam periferias como o Capão Redondo. Ao dramatizar esses efeitos concretos de uma ordem injusta, Ferréz transforma sua literatura em testemunho literário e reinvenção simbólica do lugar dos socialmente marginalizados na narrativa nacional.

Geovani Martins, embora compartilhe com Ferréz o compromisso com a representação da experiência das favelas e periferias, adota uma estratégia narrativa mais contida e elaborada, ancorada em traços da tradição literária. Sua prosa é marcada por uma tessitura formal mais cuidadosa, na qual os conflitos se desenvolvem de forma

gradual, evitando o choque imediato ou uma narrativa que mostre os problemas presentes nas favelas de forma direta. Martins privilegia uma construção em que os efeitos da exclusão social se insinuam nas entrelinhas e nos impasses vividos pelas personagens. Sua escrita, assim, direciona o olhar para as engrenagens sociais, raciais e econômicas que moldam o cotidiano da Rocinha e naturalizam a violência como horizonte. Essa violência é tecida no próprio fluxo narrativo, não como ponto de inflexão, mas como condição estrutural que atravessa toda a obra. Desse modo, o foco de sua escrita recai sobre as subjetividades de jovens marcados por medos, desejos, dilemas morais e estratégias de sobrevivência. São personagens que se manifestam por meio de singularidades e conflitos, imersos em um contexto submetido a um longo e pesado processo histórico de exclusão.

Ainda que a obra de Martins incorpore elementos da vida cotidiana das favelas, nota-se um esforço de evitar tanto a sensacionalização da miséria e da violência quanto o apelo sensacionalista, como também tenta fazer Ferréz. A violência, nesse contexto, não é tratada como espetáculo, tampouco como estratégia para capturar a atenção do leitor, mas como sintoma de uma ordem social desigual. Ela é, sobretudo, consequência de um sistema fundado na negação de cidadania, na perpetuação do racismo estrutural e na interdição de perspectivas de futuro.

Esse embate entre forma e conteúdo na maneira de narrar a vida na Rocinha produz uma escrita que, embora não abertamente engajada, tenta elaborar criticamente o mundo que representa. Diferentemente de Ferréz, que assume o engajamento como componente estrutural de sua proposta estética, Martins adota uma postura mais sutil, na qual a crítica emerge das ambivalências e fissuras da narrativa. Portanto, se em Ferréz a violência, ainda que não espetacularizada, seja dada sem desvios, em Martins ela é decantada em camadas, apresentando-se, principalmente, como elemento de imposição da força do Estado na Rocinha. Cabe frisar que a literatura de ambos questiona o lugar da periferia e da favela no imaginário nacional, mas o faz por caminhos distintos: enquanto Ferréz busca a contundência e a politização direta, Martins investe na estratégia narrativa, na representação e na construção de uma subjetividade; apesar de distante dos padrões exigidos pelas formulações estéticas padronizadas, se expressa com certo refinamento literário. Em ambos os casos, contudo, o que se realiza é uma reconfiguração do lugar da favela, dos sujeitos marginalizados, da forma de retratar a pobreza, o racismo, a violência e a exclusão socioeconômica na literatura brasileira — não como objeto exótico ou pano de fundo, mas como centro ativo de enunciação, crítica e invenção.

Como até aqui demonstramos, embora as obras possuam falhas, ruídos e contradições, mostram-se como espaço privilegiado para reflexão sobre uma parcela da sociedade brasileira. Nesse contexto, pensando no que concerne à tradição, e o que essas obras dela bebem, o enfrentamento entre forças antagônicas não serve apenas para criar tensão dramática, mas também para ilustrar as relações que permeiam o universo dos personagens. Assim, cada embate se torna um momento de potencial transformação, no qual os personagens são forçados a repensar seus caminhos e suas identidades diante das adversidades impostas pela própria trama. Em última instância, o conflito se apresenta como um elemento fundamental que estrutura os enredos. Mesmo sem abranger todos os processos sociais possíveis, essas narrativas atuam como ferramentas de leitura das contradições sociais e de dilemas que atravessam o presente.

Um aspecto relevante a ser destacado, considerando tanto os 22 anos que separam a publicação dos dois romances quanto o intervalo de aproximadamente 15 anos entre os tempos narrativos das histórias, diz respeito a algumas transformações ocorridas na sociedade brasileira. Entre essas mudanças, uma que se torna evidente na comparação entre as obras é o acesso à educação universitária nas favelas e periferias. Em *Capão pecado*, as possibilidades de acesso à educação aparecem de forma bastante vaga, delineada apenas como uma perspectiva distante. Os personagens, quando pensam nos processos educacionais, geralmente têm como meta concluir o Ensino Médio ou uma capacitação técnica, com o objetivo de conquistar um emprego formal. Em contrapartida, *Via Ápia* apresenta o Ensino Superior como uma possibilidade concreta. A narrativa evidencia personagens como Washington, que enxerga no EJA e no ENEM um caminho viável para alcançar uma meta educacional. Da mesma forma, personagens femininas como Gleyce Kelly e Monique, irmã de Murilo, representam mulheres que, embora vivam em um contexto marginalizado, conseguem acessar o espaço universitário, simbolizando rupturas e conquistas dentro de uma realidade marcada pela exclusão. Ambas são retratadas com uma consciência crítica aguçada e um forte senso de responsabilidade social em relação às suas comunidades, representando um avanço significativo na forma como o acesso à educação é tematizado na literatura marginal-periférica. Como já apresentado, *Capão pecado* se passa no fim da década de 1990, período em que o país ainda lidava de maneira drástica com as consequências imediatas das políticas neoliberais, com um governo voltado para as privatizações e com a deterioração das políticas de assistência social pelo Estado. Já *Via Ápia* transcorre em um período em que houve uma mudança no quadro do acesso a bens de consumo às camadas mais pobres da

população, bem como amplo fomento à educação universitária, com a criação de novas universidades federais e o financiamento estudantil, que possibilitavam o acesso à educação universitária.

Tanto essas experiências quanto outras relatadas ao longo deste trabalho permitem a compreensão de que as obras selecionadas articulam diversos vetores individuais e coletivos, que revelam a densidade e as contradições que atravessam a vida nas periferias e favelas. Nessas narrativas, vêm à tona os diversos aspectos que permeiam e condicionam as escolhas dos jovens dessas localidades, evidenciando-se como fatores estruturais que moldam seus caminhos. Ao mesmo tempo, revelam-se os dilemas morais, os conflitos éticos e as contradições internas que esses sujeitos enfrentam ao tentarem afirmar sua dignidade em meio a um contexto de exclusão sistemática. Essas obras, portanto, além de denunciarem, também colocam em perspectiva a complexidade das experiências humanas e oferecem uma leitura das tensões que marcam a vida nas margens da sociedade brasileira. Ao articularem experiência e criação, silêncio e linguagem, memória e política, as obras analisadas podem ser compreendidas como formas de elaboração dos traumas coletivos gerados por um sistema histórico e estrutural de exclusão; uma escrita que testemunha, ao mesmo tempo, a dor e a resistência. Por isso, consideramos pertinentes as análises feitas à luz das teorias do testemunho, que oferecem uma chave interpretativa potente para compreender essa vertente da produção literária contemporânea.

Sob essa perspectiva, diversos trechos dos romances não apenas recuperam vozes silenciadas, como também desafiam as convenções estéticas e políticas legitimadas pelo campo literário dominante. Suas narrativas emergem de sujeitos periféricos que, ao escreverem a partir de suas experiências vividas, afirmam outras centralidades, questionam as hierarquias de valor estabelecidas e subvertem o elitismo cultural. Não se trata apenas de visibilizar os excluídos, mas de transformar os próprios parâmetros de autoridade, linguagem e representação que estruturam o campo da literatura. Essas obras se organizam a partir da vivência concreta da exclusão, da violência e da precariedade, ao mesmo tempo que elaboram formas de resistência e sobrevivência diante dessas condições. Inseridas no campo do testemunho, essas narrativas ultrapassam os limites da estética convencional, desestabilizando as fronteiras entre literatura e realidade, entre ficção e memória. Marcam-se por uma urgência de narrar e, simultaneamente, pela dificuldade de simbolizar plenamente o trauma vivido. O teor testemunhal, nesse contexto, adquire uma dimensão ética que vai além da forma, uma vez que expressa o

sofrimento coletivo daqueles que foram historicamente lançados às margens. A linguagem, nesse processo, torna-se atravessada pelo trauma, construindo um discurso híbrido no qual o sofrimento social é incorporado às estratégias expressivas da escrita. Assim, os romances analisados incorporam elementos testemunhais, não apenas denunciando, mas também transformando a experiência em discurso, abrindo espaço para uma memória crítica que se recusa a ser silenciada e que exige, por meio da arte, justiça histórica.

De acordo com arcabouços teóricos do testemunho literário, essas formas de narrativa se aproximam do *testimonio*, dada uma tradição latino-americana, articulando política e literatura de forma direta. Diferentemente do *Zeugnis* europeu — voltado à memória da *Shoah* e fundado na psicanálise do trauma. O *testimonio* emerge como uma resposta aos processos de opressão e exclusão social, centrado na necessidade de dar voz aos subalternos e de representar suas lutas por justiça e transformação. Assume, portanto, uma função identitária e coletiva, aproximando etnias, classes e territórios em torno de um mesmo projeto de emancipação. Contudo, como demonstramos, tanto *Capão pecado* quanto *Via Ápia* compartilham aspectos das duas tradições. Por um lado, revelam a marca do trauma histórico — herança da escravidão, do colonialismo e da exclusão sistemática das favelas e periferias brasileiras. Por outro, organizam-se a partir do relato de quem vive e protagoniza a própria história, com forte apelo político e crítica social. Essas escritas operam como atos de resistência simbólica e de construção de uma memória contra-hegemônica, contribuindo para a desconstrução das narrativas oficiais e para o questionamento da unidade nacional, ao revelarem as fraturas que atravessam o tecido social brasileiro.

Embora exista uma convergência entre os dois romances, especialmente na forma como abordam o contexto das favelas e periferias e o peso das responsabilidades impostas aos personagens jovens, é possível identificar diferenças significativas na maneira como esses personagens percebem o mundo ao seu redor. Por exemplo, embora Rael e Washington compartilhem o compromisso com o trabalho e o dever de contribuir com as despesas familiares, suas formas de compreender as estruturas sociais que os cercam os diferenciam. Rael, ao contrário de Washington, demonstra consciência sobre as engrenagens de um sistema desigual; e é quase uma extensão do narrador. Ao longo da narrativa, ele compreende que o esforço excessivo exigido para garantir o mínimo, como comprar material escolar ou fazer horas extras em uma metalúrgica para compensar um salário insuficiente é sintoma de uma dimensão social perversa, que sobrecarrega aqueles

que têm pouco e privilegia aqueles que nada precisam sacrificar. Um exemplo claro dessa percepção crítica aparece quando ele se dá conta da invisibilidade do trabalho de sua mãe, refletindo sobre como a precarização das funções domésticas opera como um dos mecanismos centrais de reprodução das desigualdades sociais. Essa consciência de classe, no entanto, não o livra das armadilhas que capturam jovens como ele na periferia. Por outro lado, ao observarmos mais de perto os irmãos Washington, que vê no trabalho uma via possível de ascensão, e Wesley, que o rejeita por considerá-lo um símbolo de opressão, bem como o fato de ambos não questionarem a rotina laboral da mãe nem a exploração a que ela é submetida, percebemos que permanecem alheios e alienados tanto à estrutura de classes e seus mecanismos de exploração quanto às formas de racialização que os atravessam. Rael, por sua vez, ocupa uma posição ambígua. Em comparação, enquanto os dois irmãos limitam-se a seguir o fluxo imposto pelo contexto, Rael consegue problematizar o sistema desigual que o cerca, embora não vislumbre alternativas concretas para dele escapar — vai jogando o jogo. A constatação que perpassa ambos os romances é a de que todos, em maior ou menor grau, acabam sucumbindo às estruturas que os aprisionam.

Nas diversas camadas que envolvem os personagens principais e secundários dos romances, delineia-se um complexo cenário de sujeição social que abrange desde trabalhadores precarizados e terceirizados até aqueles inseridos na economia informal ou totalmente excluídos do mercado de trabalho. Esse contingente é comumente identificado como parte do “exército industrial de reserva”, mobilizado conforme as exigências da acumulação capitalista. Tal dinâmica revela que a informalidade, a terceirização e a precarização de postos de trabalho não constituem uma anomalia dentro do quadro socioeconômico, mas são fundamentalmente elementos que sustentam o capitalismo periférico, por meio de uma base estrutural que se alimenta da instabilidade e da fragmentação da força de trabalho. Entre os que se encontram na informalidade, observa-se a inserção em uma espécie de “reserva estratégica”, cuja exclusão do trabalho formal revela uma engrenagem sistematicamente planejada. Tal conjuntura dá origem aos chamados “sujeitos monetários sem dinheiro”: indivíduos formalmente integrados ao circuito do mercado, mas privados do acesso efetivo aos meios de consumo e produção. A “massa marginal”, formada por parcelas da população estruturalmente afastadas do sistema produtivo e, portanto, sem função ativa no funcionamento direto do capitalismo, reafirma por sua própria existência a lógica excludente que sustenta o sistema de acumulação.

Nesse debate sobre a informalidade, destaca-se o conceito de “polo marginal”, formulado por Aníbal Quijano, que se refere a atividades econômicas situadas à margem do circuito central de acumulação capitalista. Embora conectadas ao sistema, essas práticas não estão plenamente integradas a seus mecanismos formais de valorização do capital. Diferente da noção de exército industrial de reserva, o polo marginal não atua apenas como uma força de reposição temporária, mas como um componente funcional e permanente do capitalismo periférico. A informalidade, por esse viés, deve ser compreendida como um efeito necessário à reprodução do modo de produção capitalista nas periferias globais, e acaba por configurar uma heterogênea “classe-que-vive-do-trabalho”, para lembrar do termo utilizado por Ricardo Antunes. Essa classe incorpora tanto o proletariado assalariado tradicional quanto também os trabalhadores “hifenizados” — aqueles que estão em situações de trabalho precário, caracterizadas por contratos temporários, parciais, por tempo determinado, ou outras modalidades que se afastam do emprego tradicional de tempo integral e com carteira assinada. Mesmo na chamada “economia informal”, esses sujeitos estão subordinados, ainda que de maneira indireta, aos circuitos do capital. Além disso, somam-se a essa massa os desempregados permanentes, expulsos do processo produtivo pela reestruturação do capital em sua fase neoliberal. O que se delineia, portanto, é um universo de trabalhadores descartáveis, porém funcionalizados à dinâmica contemporânea de acumulação, cujas condições de vida e trabalho expressam a radicalização da desigualdade social sob a égide do capital. Tomando por base esses aspectos, percebe-se que os personagens delineados nas obras de Ferréz e Geovani Martins, sejam eles trabalhadores formais precarizados, informais, sejam eles desempregados, constituem uma massa sistematicamente excluída e, paradoxalmente, funcional à lógica de acumulação.

Dentro dessa conjuntura, como frisamos, cabe compreender de que modo o racismo se revela como um componente constitutivo das estruturas sociais, já que a ideia de raça, enquanto construção histórica, foi forjada no interior do projeto colonial e passou a operar como uma tecnologia de dominação articulada aos mecanismos de exploração econômica. Longe de ser um fenômeno episódico, acidental ou restrito a atitudes individuais, o racismo deve ser compreendido como estrutural, visto que na transição do colonialismo para o modelo de produção capitalista foi incorporado ao seu próprio funcionamento, atuando como elemento funcional à lógica da acumulação, sustentando e reproduzindo desigualdades. A raça, portanto, não é uma categoria de base biológica. Antes de qualquer coisa, é uma ferramenta ideológica que estrutura relações sociais

marcadas pela inferiorização do outro como justificativa para a dominação e a exploração; fatores que conseqüentemente moldaram a exclusão sistemática, conferindo privilégios a determinados grupos e impondo desvantagens estruturais a outros. No interior das periferias do capitalismo, a racialização e o racismo desempenham um papel central na conformação das massas marginalizadas e servem como instrumento de pressão para a aceitação da precarização por parte de outras frações da classe trabalhadora. A raça, nesse caso, é o operador que garante a funcionalidade social e econômica da exclusão. No caso brasileiro, essa engrenagem se expressa de forma particularmente aguda, tendo em vista que o racismo funciona como motor das desigualdades estruturais que conformam uma massa permanentemente descartável e vulnerabilizada. Nesse quadro, a população negra foi historicamente constituída como mão de obra precarizada e subordinada, funcional ao desenvolvimento do capitalismo nacional no pós-abolição, ao mesmo tempo que foi sistematicamente excluída das formas plenas de cidadania, trabalho digno, renda e acesso aos direitos sociais.

Esses elementos, na maioria das vezes, não se apresentam de forma direta nas narrativas analisadas. Grande parte dessas questões está inscrita no contexto que emoldura seus universos ficcionais. Ainda que os romances não tematizem explicitamente a escravidão ou o racismo como eixo central, a presença de personagens negros submetidos a situações de precariedade, vulnerabilidade e desamparo revela a permanência de uma lógica racializada de dominação que se atualiza nas formas contemporâneas de opressão. Desse modo, os romances operam como uma representação das maneiras pelas quais o passado colonial e escravocrata continua a estruturar o presente, revelando que a exclusão da população negra se mostra como peça central na engrenagem do capitalismo periférico brasileiro. A precarização da vida, o desemprego, o subemprego, a violência policial e a ausência de garantias sociais se manifestam pela expressão literária que representa a condição histórica produzida e reproduzida socialmente. Portanto, mesmo quando esses elementos não emergem de maneira explícita nos enredos, são elementos constituintes das tramas. A literatura, nesse sentido, dá forma estética à permanência das desigualdades raciais e sociais que sustentam o capitalismo brasileiro. Ao retratarem personagens marcados por essa herança de exclusão, os romances analisados evidenciam a centralidade da raça na organização das relações sociais e da própria experiência urbana e periférica no Brasil contemporâneo. Essas reflexões convergem para a compreensão de que o racismo deve ser enfrentado como um fenômeno histórico, material e estrutural, fortemente enraizado nas formas de produção

e dominação. No contexto brasileiro, a cor da pele se torna um marcador social decisivo, que define hierarquias no mundo do trabalho e condiciona o acesso desigual à cidadania. Diante disso, a crítica ao racismo estrutural, como mostramos a partir de teóricos, seja os que versam sobre o mundo do trabalho, seja os que escrevem sobre a colonialidade, seja, ainda, os que exprimem diretamente tais argumentos, demonstra que esses elementos exigem mais do que respostas indiretas de aceitação de diferenças, pois requerem uma transformação radical das relações sociais, políticas e econômicas. Sem a articulação entre a luta antirracista e a luta de classes, qualquer estratégia de combate ao racismo corre o risco de ser cooptada pelo sistema, deixando intocadas as bases da dominação racial e capitalista.

Diante desse panorama, evidencia-se a impossibilidade de consolidação dos personagens, assim como de tantos outros jovens das periferias, em ocupações estáveis que garantam uma remuneração capaz de melhorar suas condições de vida. Quando não inseridos no mercado formal — em postos marcados pela precariedade, insalubridade e instabilidade —, esses sujeitos acabam restritos à informalidade, circulando entre ocupações temporárias e sem qualquer tipo de proteção social, tornando-se cada vez mais dependentes de formas vulneráveis de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Outro aspecto evidenciado ao longo do trabalho é a forma como o Estado se manifesta nas narrativas analisadas. Em vez de assumir o papel de garantidor de direitos ou promotor de justiça social, é representado como um agente de repressão, controle e gestão violenta dos corpos marginalizados. Sua atuação se concretiza por meio de práticas seletivas, que asseguram proteção e reconhecimento a determinados grupos, enquanto impõem abandono, violência e morte a outros. Trata-se de uma engrenagem que organiza o funcionamento de uma máquina que legitima a eliminação de populações consideradas descartáveis para as lógicas capitalistas, como analisamos por meio das observações de Marielle Franco. Esses mecanismos, historicamente moldados no contexto da colonização e posteriormente reforçados no desenvolvimento da modernidade capitalista, expressam-se mediante uma racionalidade que transforma instrumentos de gestão pública em ferramentas de aprofundamento da desigualdade. O Estado, assim, se faz presente por meio da força, da vigilância e da punição, operando um tipo de administração que encaminha para destinos distintos conforme o lugar ocupado na hierarquia social.

A atuação da polícia, o funcionamento dos arregos e os esquemas que mantêm a circulação das drogas nas periferias expõem a contradição da criminalização do tráfico. Em vez de dismantellar as redes ilícitas, essa criminalização serve a interesses distintos,

e a punição é feita de maneira seletiva. Assim, os alvos da repressão não são os grandes articuladores da cadeia de produção e distribuição das drogas ilícitas, mas jovens como Biel, que ocupam os elos mais frágeis da engrenagem e que, por isso, são facilmente encarcerados ou mortos. Trata-se de um mecanismo de gestão em que o aparato estatal atua como executor de uma racionalidade que escolhe quem pode viver e quem pode morrer. Nessa querela, como bem observou Leomir Hilário, em nosso contexto o desenvolvimento do capital não representou qualquer avanço para uma vida melhor de ser vivida, tendo em vista que os modos pregressos foram assimilados e refuncionalizados. Essa leitura aponta para uma inflexão importante: no Brasil, os processos de modernização atualizaram a barbárie, fazendo-a se manifestar sob novas formas. Em vez de universalizar os direitos e ampliar o horizonte da cidadania, nossa modernidade acabou por reorganizar os mecanismos de exclusão e violência em nome da racionalidade e da eficiência.

Esse processo atinge sua forma mais acabada na racionalidade neoliberal, que redefine o papel do Estado e as formas de administração da desigualdade. Sob o neoliberalismo, o Estado passa a operar, paradoxalmente, pela via da desregulamentação das políticas públicas e do fortalecimento de um Estado Penal. Trata-se de um duplo movimento, tendo em vista que, enquanto se retira o Estado das garantias sociais, investe-se pesadamente na militarização da segurança pública, na expansão do encarceramento em massa e na legitimação da letalidade policial — especialmente contra a juventude negra e pobre das periferias. Nesse modelo, o Estado é instrumentalizado como operador da lógica de mercado e da violência legítima, exercendo um poder soberano sobre a vida e a morte. O conceito de necropolítica, tal como formulado por Achille Mbembe, é fundamental para compreender essa dinâmica, pois descreve o modo como o poder decide quais vidas merecem ser protegidas e quais podem ser eliminadas. No caso brasileiro, o neoliberalismo transforma o Estado em uma máquina de gestão desigual da existência, reservando aos “rejeitados da sociedade de mercado” — os sujeitos não absorvíveis pela lógica do capital — a punição.

Essa engrenagem se mostra ainda mais cruel diante da expansão dos interesses do capital nas grandes metrópoles brasileiras, onde os investimentos em segurança priorizam a proteção da propriedade privada e dos espaços voltados à reprodução da riqueza, em vez de garantir a preservação da vida. Nesse contexto, as políticas de segurança pública passam a operar de forma desigual, com foco repressivo concentrado nos territórios periféricos. O que emerge desse cenário é uma distorção, a ideia amplamente difundida

de uma impunidade generalizada. No entanto, o que se verifica é um regime de punição seletiva, voltado especificamente àqueles excluídos do pacto social, do consumo e dos direitos básicos. A repressão se concentra justamente sobre os que habitam as margens — favelas e periferias —, aqueles que carregam o legado mais pesado do passado colonial. Esses se tornam os principais alvos da repressão, inseridos em um quadro necropolítico em que a vida é hierarquizada e a morte é socialmente naturalizada. Nesse cenário, vemos as obras analisadas servirem como dispositivos que nos permitem evidenciar como a modernização capitalista, longe de promover inclusão e justiça, perpetua e reinventa formas de violência e exclusão.

Cabe ressaltar que essas obras revelam sua força ao expor as fissuras do “real” e da realidade objetiva, evidenciando o que nelas permanece irredutivelmente inconciliável. Elas rompem com a imagem de harmonia, assim como a própria noção de literatura marginal-periférica no campo literário, tornando-se uma crítica à aparência de unidade e convertendo-se no espaço em que o falso se desvela como tal, iluminando as contradições que estruturam o mundo social — daí a pertinência da reencenação farsesca da tragédia. Na conjuntura analisada, não há conciliação entre os contrários, mas sim a afirmação da negatividade como forma, cuja força está em expor as fraturas que atravessam o Brasil, revelando o que nele permanece inconciliável. Assim, a totalidade deixa de representar uma imagem de harmonia e passa a ser crítica de sua própria aparência de unidade. Capão pecado e Via Ápia tornam-se, portanto, lugares onde o falso se desvela, iluminando as contradições fundamentais que sustentam a realidade social brasileira.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo 2010.

AGOSTINHO, Victor. Jardim Ângela é campeão de crimes em SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 11 nov. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/11/brasil/14.html#:~:text=Folha%20de%20S.,SP%20%2D%2011%2F11%2F1996&text=Jardim%20%C3%82ngela%2C%20na%20zona%20sul,mais%20alta%20conhecida%20no%20Brasil>. Acesso em: 02 mar. 2025.

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 233-249.

ALBUQUERQUE, Johana. O teatro alternativo e a revolução do Asdrúbal ou O experimental dos 1970 no teatro de grupo. *Revista Sala Preta*, v. 18, n. 2, p. 107-118, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/download/151251/149809/327468>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. O legado da rememoração: traços e vestígios memoriais nas Américas. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 58-79, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/byfvZkXF8Jw7YSX8jf4Rp4F/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luís. Prefácio da edição brasileira. In: HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Tradução de Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019a. p. 7-17. (Coleção Baderna). Ebook.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Epub.

ALMEIDA, Silvio. Apresentação. In: ALMEIDA, Silvio Luiz de (Org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 7-10. (Margem esquerda).

ALVES, Ana Cristina Tannús. Poesia marginal e a palavra como resistência hoje. *Revista Communitas – Reflexões sobre escravidão moderna, migrações e ditaduras na literatura contemporânea*, v. 2, n. 4 jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/download/2307/1309/5250>. Acesso em: 23 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Nabil. Sobre a violência da crítica: canonização historiográfica como domesticação da alteridade. In: WALTY, Ivete Lara Camargos; MOREIRA, Terezinha Tabora (Org.). *Violência e escrita literária*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2020.

AREND, Sílvia Maria Fávero; REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventude e restaurantes *fast food*: a dura face do trabalho flexível. *Revista Katálysis*, v. 12, n. 2, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200003>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. Apresentação de Silvia Hunold Lara. Tradução Sonia Nussenzweig. *Revista Brasileira de História – Escravidão*, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25> Acesso em: 05 mar. 2025.

BATISTA, Francieli Martins. Brasil: a periferia no sistema capitalista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO, 7., 2017, Marília. *Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo: a transição como atualidade histórica*. Marília: Unesp, 2017. p. 1-14. Trabalho n. 24097. Disponível em: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/publicacao.asp?codTrabalho=MjQwOTc=>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BERND, Zila. Modos de transmissão da memória intergeracional em romances da literatura brasileira atual. In: BERND, Zila. *A persistência da memória: romances da anterioridade e seus modos de transmissão intergeracional*. Porto Alegre: BesouroBox, 2018. p. 41-61.

BEVERLEY, John. Introduccion. In: BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo (ed.) *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2. ed. Guatemala, 2002. p. 17-32.

BEVERLEY, John. *Testimonio: on the politics of truth*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 maio 2025.

BRUM, Eliane. Mãe, onde dormem as pessoas marrons?. *El País*, 22 jun. 2015. Artigo de opinião. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html. Acesso em: 30 jun. 2025.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Poesia jovem: anos 70*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 112 p. (Literatura comentada).

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. Depois do poemão. In: GASPARI, Elio; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa; VENTURA, Zuenir. *70/80: cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 186-190.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Impressões de viagem CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 242 p.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *26 poetas hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CABAÑAS, Teresa. A poesia marginal brasileira: uma experiência da diferença. *Artifara – Revista de Lenguas y Literaturas Ibéricas e Latinamericanas*, Turín, n. 5, p. 31-50, 2005. Disponível em: <https://www.ojs.unito.it/index.php/artifara/article/view/4989/4543>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CAMPOS, Rosana Soares. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. *Polis – Revista Latinoamericana*, n. 47, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/12585>. Acesso em: 04 abr. 2024.

CANDIDO, Antonio. Na noite enxovalhada. In: ANTÔNIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 5-17. Prefácio.

CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates, 1).

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CARNEIRO, Mariana *et al.* Espriamento urbano e exclusão social. Uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro ao mercado de trabalho. *EURE*, v. 45, n. 136, p. 51-70, sept. 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612019000300051. Acesso em: 26 mar. 2025.

CARVALHO, F. S. E. D.; PEREIRA, D. S.; SOBRINHO, G. S. #BrequeDosApp e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, Campinas, v. 3, p. 1-29, 2020.

CASCÃO. Capão (um mundo dentro di oto mundo). *Caros Amigos Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, São Paulo, ato II, p. 12, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

COLETIVO DE PESQUISA DE WARWICK. *Desenvolvimento combinado e desigual: uma nova teoria da literatura-mundial*. São Paulo: Unicamp, 2021.

CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR). STJ tranca ação penal baseada em busca domiciliar sem autorização judicial. 15 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jul-15/stj-tranca-acao-penal-baseada-em-busca-domiciliar-sem-autorizacao-judicial/>. Acesso em 05 maio 2025.

CRUZ, Adélcio de Sousa. *Narrativas contemporâneas da violência: Fernando Bonassi, Paulo Lins e Ferréz*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

DEVULSKY, Alessandra. Estado, racismo e materialismo. In: ALMEIDA, Silvio Luiz de (Org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 11-22. (Margem esquerda).

DONA LAURA. A Vingança de Brechó. *Caros Amigos Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, São Paulo, ato III, p. 26-27, 2004.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUTRA, Guilherme Pessoa. A construção do negro enquanto um não-ser na modernidade: a fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje. *Germinal – Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 14, n. 2, p. 107-130, ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49502>. Acesso em: 09 maio 2025.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução Waltensir Dutra ; revisão da tradução João Azenha Jr. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Biblioteca universal).

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1965.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Ed. Edufba, 2008.

FARIAS, Marcio. Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. In: ALMEIDA, Silvio Luiz de (Org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 37-48. (Margem esquerda).

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1; o legado da “raça branca”. (Obras reunidas de Florestan Fernandes).

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 33).

FERNANDES, Luiz Vinícius de Souza. Ganhadores do Século XXI: motoristas de aplicativos, informalidade e relações raciais. *Laborare*, ano 5, n. 8, p. 199-218, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33637/2595-847x.2022-116>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FERRÉZ. *Capão pecado*. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

FERRÉZ. *Capão pecado*. São Paulo: Labortexto, 2000.

FERRÉZ (Org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FISHER, Mark. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo de que o fim do capitalismo?. Tradução Rodrigo Gonçalves, Jorge Adeodato, Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRANCO, Marielle. *UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Programa de Pós-Graduação em Administração, Niterói, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

FREIXO, Marcelo. Polícia e direitos humanos. In: KUCINSKI, Bernardo (Org.). *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 11. (Tinta Vermelha).

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Não contar mais?. GAGNEBIN, Jeanne-Marie. In: *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 55-69.

GASPARI, Elio; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa; VENTURA, Zuenir. *70/80: cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

GATO PRETO. FavelÁfrica. *Caros Amigos Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, São Paulo, ato III, p. 16-17, 2004.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, v. 3, n. 3, p. 61-66, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55604>. Acesso em: 07 mar. 2024.

GOG. Brasil com P. *Caros Amigos Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, São Paulo, ato III, p. 13, 2004.

GOMES, Erik Chiconelli. Retrato do racismo estrutural no trabalho. *Portal Geledes*, 19 out. 2024. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/retrato-do-racismo-estrutural-no-trabalho/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

GOMES, Maria Isabela da Silva. Gosto amargo da escravidão: vício da embriaguez de escravizados no conto “Pai contra mãe” (1906) de Machado de Assis. *Revista Horizontes Históricos*, São Cristóvão - SE, v. 5, n. 2, p. 132-152, ago./dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/HORIZONTES/issue/view/1095>. Acesso em: 31 mar. 2025.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

HAIDER, Asad. *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Tradução de Leo Vinícius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019. (Coleção Baderna). Epub.

HALL, Stuart. Race, Articulation and Societies Structured In: UNESCO. *Sociological theories: race and colonialism*. Unesco: Paris, 1980. p. 306-345.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. As figuras da razão instrumental na periferia do capitalismo. *Passages de Paris*, n. 21, p. 40-70, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.apebfr.org/ojs/index.php/passadesdeparis/article/view/49>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KÁLI-ARUNÓE; INZINÉ, Maria. *Caros Amigos Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, São Paulo, ato II, p. 24, 2003.

KARAM, Maria Lucia. Violência, militarização e “guerra às drogas”. In: KUCINSKI, Bernardo (Org.). *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 11. (Tinta Vermelha).

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 4. ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEGALE. 02 mar. 2025. Disponível em: <https://legale.com.br/blog/inviolabilidade-domiciliar-entenda-as-excecoes-legais/>. Acesso em: 05 maio 2025.

LOURENÇO, Cristiane. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 75-96, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/mqwfdScR8phfpRJ4tJW68Rz/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

LÖWY, Michael. “A contrapelo”: a concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2011. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/michael-lowy.pdf>. Acesso em: 21 maio 2025.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 13-24, ago. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200013>. Acesso em: 21 maio 2025.

LYRA, Christina. A fala abafada dos jovens poetas. *Jornal do Brasil*, ed. 150, Rio de Janeiro, p. 13, 05 set. 1976. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=A%20fala%20abafada%20dos%20jovens%20poetas&pagfis=79064. Acesso em: 30 mar. 2023.

MANIFESTO DO COLETIVO COMBAHEE RIVER. In: EISENSTEIN, Zillah (Org.). *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*. New York: Monthly Review Press, 1979. Republicado na revista: *PLURAL – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 26.1, 2019. Texto traduzido por Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/159864/154434/357814>. Acesso em: 21 maio 2024.

MARTINELLI FILHO, Nelson. A obra de Cacaso: aberta a militar?. *Mafuá*, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, n. 12, 2010. Disponível em: <https://mafua.ufsc.br/2010/a-obra-de-cacaso-aberta-a-militar/>. Acesso em: 18 set. 2024.

MARTINS, Geovani. *Via Ápia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MARTINS, Luciano. *A “Geração AI-5” e Maio de 68: duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MATTOSO, Glauco. *O que é poesia marginal?*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Estado Penal e neoliberalismo na obra de Löïc Wacquant. *Sociedade em Debate*, vo. 22, n. 2, p. 15-31, 2016. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1551>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.

MELO, Nildo Aparecido de. Neoliberalismo e mercado de trabalho no Brasil: desemprego e precarização do trabalho nos anos de 1990 e instabilidade/alta rotatividade do emprego formal sob o governo Lula. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 29, p. 87-111, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7413>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MENDES, Kíssila Teixeira. As políticas criminais e neoliberalismo no Brasil: debates atuais. *Revista Habitus*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 52-64, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11452>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *RBCS*, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MOURA, Clóvis. *O negro: de escravo a mau cidadão*. Rio de Janeiro: Conquista, 1977. (Coleção Temas Brasileiros, 21).

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e diversidade*. São Paulo: EdUSP; Estação Ciência, 1996. p. 213-219.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *Vozes marginais na literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. (Tramas urbanas; 12).

NOGUEIRA, Rodrigo. *Como nascem os monstros: a história de um ex-soldado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.

NUN, J. The end of work and the “Marginal Mass”: Thesis. *Latin American Perspectives*, v. 27, n. 1, p. 6-32, 2000. Disponível em: <https://library.fes.de/libalt/journals/swetsfulltext/8600455.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.

OLIVEIRA, Dennis de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. In: ALMEIDA, Silvio Luiz de (Org.). *Marxismo e questão racial*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 23-36. (Margem esquerda).

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Literatura marginal: questionamentos à teoria literária. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2 (Especial), p. 31-39, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/literatura-marginal-questionamentos-a-teoria-literaria>. Acesso em: 08 maio 2022. Acesso em: 02 abr. 2023.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. *Escritos à margem: a presença de autores da periferia na cena literária brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2013.

PELLEGRINI, Tânia. No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 24, p. 15-34, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9003>. Acesso em: 11 jun. 2024.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Retrato de época: poesia marginal, anos 70*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.

PEREIRA, Luciara. *Diário de um detento: nas fronteiras do gênero testemunho*. Dissertação – (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9805?show=full>. Acesso em 26 mar. 2024.

PEREIRA, Vinicius. O “cemitério dos homicídios” de São Paulo. *DW*, 02 nov. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-cemit%C3%A9rio-dos-homic%C3%ADdios-de-s%C3%A3o-paulo/a-67288617>. Acesso em: 02 mar. 2025.

PESCHANSKI, João Alexandre; MORAES, Renato. A lógica do extermínio. In: KUCINSKI, Bernardo (Org.). *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 61-66. (Tinta Vermelha).

PETROCCHI, Giovanna. *Neoliberalismo, democracia e violência: uma análise comparada da violência policial no Brasil e na África do Sul durante a década de 1990*. 2020. 75 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1068>. Acesso em: 27 maio 2025.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

PIXINGUINHA; JOÃO DA BAIANA; CLEMENTINA DE JESUS. Batuque na cozinha. In: PIXINGUINHA; JOÃO DA BAIANA; CLEMENTINA DE JESUS. *Gente da Antiga*. Rio de Janeiro: Odeon, 1968. Faixa 9.

PRADO, José Luiz Aidar. Sobre Mal-estar, sofrimento e sintoma. In: DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015. Introdução.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Quijano, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social. In: PEREIRA, Luiz (Org.). *Populações "marginais"*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

RACIONAIS MC's. Fórmula mágica da paz. In: RACIONAIS MC's. *Sobrevivendo no inferno* [CD]. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Faixa 11.

RACIONAIS MC's. Tô ouvindo alguém me chamar. In: RACIONAIS MC's. *Sobrevivendo no inferno* [CD]. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Faixa 4.

RIBEIRO, Gilvan Procópio; DOMINGOS, Ricardo Ibrhaim Matos. A atitude antropofágica: devorar é a melhor maneira de significar. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 69-80, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/Ipotesi_17.1-CAP07.pdf. Acesso em: 02 jan. 2024.

RIBEIRO, Paulo. Desaparecidos da democracia: pessoas reais, vítimas invisíveis. *OAB-RJ*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/tribuna/desaparecidos-democracia/pessoas-reais-vitimas-invisiveis>. Acesso em: 30 abr. 2025.

RIBEIRO, Renato Janine. A dor e a injustiça. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 7-12.

RIBEIRO NETO, Amador. Poesia Marginal em questão. In: RIBEIRO NETO, Amador (Org.). *Poesia marginal: antologia poética: geração do mimeógrafo: anos 70*. João Pessoa: Ed. Universidade Federal da Paraíba, 2018. p. 3-5. (Literatura Brasileira Contemporânea).

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

SALOMÃO, Mateus. Maioria dos entregadores e motoristas de apps são negros, diz pesquisa. *Metrópoles*, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/maioria-dos-entregadores-e-motoristas-de-apps-sao-negros-diz-pesquisa>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. *Demanda Contínua*, n.

34, v. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53577>. Acesso em: 14 maio 2024.

SANTOS NETO, Ricardo José dos. Manifestos da literatura marginal-periférica no Brasil: a luta de Sérgio Vaz e Ferréz por espaço no campo literário. *Artifara – Revista de Lenguas y Literaturas Ibéricas y Latinoamericanas*, Torino, n. 24.1, 2024. Disponível em: <https://ojs.unito.it/index.php/artifara/article/view/7932>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?*. Petrópolis: Vozes, 2015. (Coleção textos filosóficos).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

SCHWARZ, Roberto. *Corações veteranos*. 1974. Coleção Frenesi.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Literatura e Autoritarismo – Letras*, n. 22, p. 121-130, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11829/0>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A literatura de testemunho e a afirmação da vida. In: Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana, 11. 13 set. 2010. entrevista concedida a Márcia Junges. publicado na *Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU online*, São Leopoldo, ed. 344, 21 set. 2010. <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3534-marcio-seligmann-silva-2>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/yVcBx745WkQX8TBPNy4GmyK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2025.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e Trauma. *Pro-Posições*, v. 13, n. 3 [39] set./dez., p. 135-153, 2002. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2165/39-dossie-silvams.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2020)*. São Paulo: Edições Sesc SP, 2023.

SILVA, Nancy de Deus Vieira; KASSOUF, Ana Lúcia. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 2,

p. 99-115, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/314>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SÜSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

TADDEO, Carlos Eduardo. *A guerra não declarada na visão de um favelado*. São Paulo: Edição do autor, 2012. v. 1.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Escrita autobiográfica e construção subjetiva. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642003000100004>. Acesso em: 03 jun. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDF). Inviolabilidade de domicílio e a validade da busca e apreensão como meio de prova. 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/a-inviolabilidade-de-domicilio-e-a-validade-da-busca-e-apreensao-como-meio-de-prova>. Acesso em: 05 maio 2025.

VAZ, Sérgio. *Literatura, pão e poesia*. 2. ed. São Paulo: Global, 2020.

VENTURA, Zuenir. O vazio cultural. In: GASPARI, Elio; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa; VENTURA, Zuenir. *70/80: cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

VEÓCA, Edson. Pai e eu. *Caros Amigos Literatura Marginal – a Cultura da Periferia*, São Paulo, ato I, p. 16-17, 2001.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. In: Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial ética da desigualdade social*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 29-51.

VOGLER, Bianca do Rocio; SANCHES NETO, Miguel. O Manifesto da Literatura Marginal: o texto “Terrorismo literário”, de Ferréz, e o poder de desvendamento do mundo e do movimento artístico da Literatura Periférica. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 35, n. 1, p. 83-93, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras>. Acesso em: 15 dez. 2023.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WALTER, Roland. Traços-memórias na literatura das Américas: Margaret Atwood, Linda Hogan, Maryse Condé e Benedicto Monteiro. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 13-28, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2013000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 11 fev. 2025.

WEST, Cornel. *Questão de raça*. Tradução Laura Teixeira Motta. 2. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021. Epub.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ŽIŽEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. Tradução Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.